

VOLUME 1

Ana Valéria Machado Mendonça Maria Fátima de Sousa Organizadoras

Universidade de Brasília – Editora ECoS Faculdade de Ciências da Saúde

Laboratório de Educação, Informação e Comunicação em Saúde – LabECoS Campus Darcy Ribeiro, s/n - Gleba FS/FM - Sala CT 77/12, Asa Norte Brasília /DF – Brasil CEP: 70.910-900 Telefone: +55 61 3107-1820 / E-mail: ecos@unb.br / www.ecos.unb.br

Conselho Editorial Consultivo (Nacional)

Ana Valéria Machado Mendonça Presidente

Maria Fátima de Sousa Vice-presidente

Elmira Luzia Melo Soares Simeão Editora

Luana Dias da Costa Secretaria Editorial

Conselho Honorífico

Antonio Lisboa Carvalho de Miranda Professor Emérito da Universidade de Brasília

Ena de Araújo Galvão Acadêmica – Academia de Letras de Brasília

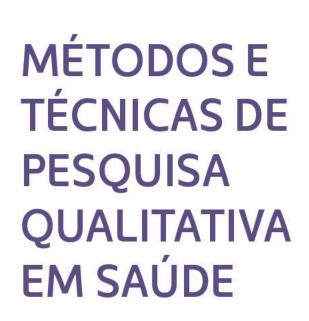
Lise Renaud Professora Emérita da Université du Québec to Montréal, Canadá

Conselho Editorial Consultivo (Nacional)

Aida Varela Varela (UFBA)
Ana Valéria M. Mendonça (UnB)
Clélia Maria de Sousa Ferreira Parreira (UnB)
Cristianne Maria Famer Rocha (UFRGS)
Elmira Luzia Melo Soares Simeão (UnB)
Fernando Passos Cupertino de Barros (UFG)
Maria da Glória Lima (UnB)
Maria Fátima de Sousa (UnB)
Meri Nadia Marques Gerlin (UFES)
Rackynelly Alves Sarmento Soares (IFPB)
Regina Célia Belluzzo (UNESP)
Wania Ribeiro Fernandes (UFAM)

Conselho Editorial Consultivo (Internacional)

Aurora Cuevas Cerveró (Espanha) Carlos Vassalo (Argentina) Maria João Lopes Antunes (Portugal) Patricia Hernández Salazar (México) Paulo Ferrinho (Portugal)



VOLUME 1

Ficha Técnica



Esta obra é licenciada nos termos Creative Commons sob a licença: Atribuição - Sem Derivações - Sem Derivados - CC BY-NC-ND, sendo todos os direitos reservados. É permitida a reprodução, disseminação e utilização desta obra, em parte ou em sua totalidade, desde que citada a fonte.

© 2021

Universidade de Brasília – UnB / Laboratório de Educação, Informação e Comunicação em Saúde – LabECoS – Selo Editorial ECoS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

```
Métodos e técnicas de pesquisa qualitativa em saúde [livro eletrônico] : volume 1 / organização Ana Valéria Machado Mendonça , Maria Fátima de Sousa. -- 1. ed. -- Brasília, DF : ECOS, 2021. PDF

Vários autores.
ISBN 978-65-995178-0-8

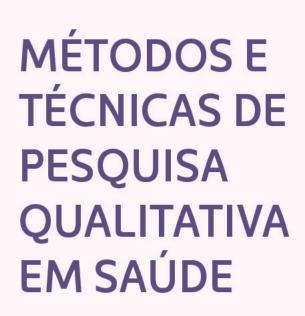
1. Ciências Sociais e humanas 2. Saúde pública I. Mendonça, Ana Valéria Machado. II. Sousa, Maria Fátima de.
```

Índices para catálogo sistemático:

1. Saúde coletiva : Pesquisa de campo : Bem-estar social 362.1072

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129





VOLUME 1

Organização

Ana Valéria M. Mendonça Maria Fátima de Sousa

Autores convidados/as

Adriana Silva da Costa Cruz Álida Alves dos Santos Andressa de França Alves Ferrari Barbara Cândida Rodriguês Portilho Benicio Oton de Lima Claúdio Fortes Garcia Lorenzo Cleila Guimarães Pimenta Denise Gastaldo Domingas Rodrigues da Cunha Elmira Luzia Melo Soares Simeão Estella Rosa Borges de Brito Gislene Martins da Silva Janara Sousa Juliana Amorim Ubarana Kelly Lucy Guimarães Gomes Laura Mendes de Barros Lilian Magalhães Márcia Vitor Ribeiro Martins Maria Cecília de S. Minayo Maria Inês Gandolfo Conceição Nisley de Sousa Tocchio dos Anjos Odécio Sanches Raiane Andreza Ferreira Rosamaria Giatti Carneiro Wania Ribeiro Fernandes Ximena Pamela Diáz Bermúdez

Revisão

Yuri de Lavor

Capa

Marcos Pereira

Design Gráfico

Feeling Propaganda

Diagramação e Editoração

Feeling Propaganda

SUMÁRIO

- 09 APRESENTAÇÃO Ana Valéria M. Mendonça e Maria Fátima de Sousa
- 11 PREFÁCIO Elmira Luzia Melo Soares Simeão
- 17 PESQUISA QUALITATIVA EM SAÚDE: ENSAIO PARA TEMPOS DE PANDEMIA Maria Fátima de Sousa e Ana Valéria M. Mendonça
- 31 QUANTITATIVO-QUALITATIVO: OPOSIÇÃO OU COMPLEMENTARIDADE? Maria Cecília de S. Minayo e Odécio Sanches
- 48 DESIGN THINKING: APLICAÇÕES NO DESENHO DE PESQUISA Cleila Guimarães Pimenta, Kelly Lucy Guimarães Gomes e Janara Sousa
- 63 DESENHO DE PESQUISA Estella Rosa Borges de Brito
- 73 ELABORAÇÃO DA PERGUNTA DE PESQUISA Nisley de Sousa Tocchio dos Anjos, Barbara Cândida Rodriguês Portilho
- 86 PRÁXIS HERMENÊUTICA NA CONSTRUÇÃO DE REFERENCIAIS TEÓRICOS E NA ANÁLISE DE DADOS EM PESQUISA SOCIAL NA SAÚDE Claúdio Fortes Garcia Lorenzo
- 119 INTRODUÇÃO AOS MAPAS CORPORAIS NARRADOS: UMA METODOLOGIA QUALITATIVA PARA ESTUDAR SAÚDE COLETIVA Maria Inês Gandolfo Conceição, Lilian Magalhães e Denise Gastaldo
- 136 O PAPEL DOS MAPAS FALANTES NA PESQUISA CARTOGRÁFICA APLICADA COMO ESTRATÉGIA DE PESQUISA ENTRE ADOLESCENTES: UMA EXPERIÊNCIA ONLINE Domingas Rodrigues da Cunha e Ximena Pamela Díaz Bermúdez
- 149 O DIÁRIO DE CAMPO NA PESQUISA SOCIAL EM SAÚDE Rosamaria Giatti Carneiro
- 164 UM OLHAR SOBRE A ENTREVISTA: LIMITAÇÕES E POTENCIALIDADES EM PLENO CONTEXTO PANDÊMICO
 Gislene Martins da Silva e Márcia Vitor Ribeiro Martins
- 172 ANÁLISE DOCUMENTAL E SUA IMPORTÂNCIA NA PESQUISA QUALITATIVA Andressa de França Alves Ferrari

- 178 ANÁLISE DE DISCURSO A PARTIR DE FOUCAULT Wania Ribeiro Fernandes
- 189 IMPORTÂNCIA DE PESQUISAS QUALITATIVAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA Laura Mendes de Barros, Raiane Andreza Ferreira e Benicio Oton de Lima
- 200 RESISTÊNCIA À CLOREXIDINA ALÉM DA BANCADA: PROTOCOLO PARA UMA REVISÃO DE ESCOPO DE LITERATURA MISTA Adriana Silva da Costa Cruz
- 209 A CONSTRUÇAO DO CAMPO CIENTÍFICO DA NUTRIÇÃO NO BRASIL NA PERSPECTIVA DE PIERRE BORDIEU
 Juliana Amorim Ubarana
- 220 O DIÁLOGO ENTRE OS MÉTODOS QUANTI E QUALI EM UMA PESQUISA MÉDICA Álida Alves Dos Santos



APRESENTAÇÃO

Este livro objetiva trazer uma abordagem discursiva da Pesquisa Qualitativa em Saúde, tomando como objeto textos, artigos produzidos por convidados/as e estudantes de doutorado e mestrado que cursaram a disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa Qualitativa em Saúde, do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília.

A disciplina, ministrada pelas professoras Ana Valéria Machado Mendonça e Maria Fátima de Sousa, sempre presencial, viu-se diante de uma situação inesperada: uma pandemia sem precedentes na história da saúde pública do Brasil e do mundo. Isso levou à necessidade de mudar as dinâmicas didáticas e pedagógicas em parceria com as/os estudantes, que, em igual medida, também se desafiaram a aprender por vias remotas e mediadas por tecnologias por vezes não tão amigáveis.

O livro traça um esboço das abordagens teórico-metodológicas do campo de estudo das ciências sociais e humanas, com foco no campo da Saúde Coletiva, e situa os artigos como diferentes possibilidades epistemológicas do fazer pesquisa nas ciências da saúde, à luz de teorias discursivas e analíticas dos diversos objetos em estudo por parte dos estudantes matriculados na disciplina. Apresentam-se nele escritas de modos diversos, pois os interesses das linhas de pesquisa também se apresentavam de formas diversas, em razão das interrelações dos diferentes objetos de estudo.

Há, portanto, neste livro, artigos que evidenciam em cada tema abordado essa diversidade, expressa pelo protagonismo de estudantes na construção de saberes e práticas e na tradução do conhecimento – o que certamente possibilitou a riqueza do conjunto.

Dentre os artigos que compõem esta obra, um ensaio, "Pesquisa qualitativa em saúde: ensaio para tempos de pandemia", não se considera método, mas sim reflexões sobre os desafios à realização de pesquisa em plena pandemia do Covid-19. Contudo, isso não impede a existência de algumas características em comum entre as diversas abordagens aqui apresentadas: o rompimento com o conceito de uma ciência neutra e a crítica ao positivismo científico herdado das ciências naturais.

Os artigos deste livro contemplam abordagens analíticas e metodológicas baseadas em epistemologias que visam a contribuir para o esclarecimento crítico e reflexivo dos objetos e objetivos das pesquisas apresentadas. Sendo assim, cada um dos artigos se fundamenta em uma base epistemológica a qual se constitui como uma interligação entre as linhas comuns de estudo.

Vale destacar que este será o primeiro livro da coleção que pretendemos or-

ganizar e dedicar aos pesquisadores de diversos campos do conhecimento, não tão somente ao da Saúde Coletiva, apontando que ele deve se estender para além das fronteiras das ciências da saúde. Desejamos que você, leitor/a, possa se deparar aqui com a possibilidade do encontro entre teorias e práticas capazes de refletir na qualidade dos seus objetos de estudo.

Ana Valéria Machado Mendonça Maria Fátima de Sousa As Organizadoras

PREFÁCIO

OS CAMINHOS DA PESQUISA QUALITATIVA E AS MUDANÇAS E IMPACTOS DA PANDEMIA NA INVESTIGAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Por Elmira Simeão

Editora da Revista *Tempus* e pesquisadora da

Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília

Se por um lado o impacto da pandemia prejudicou a produção científica de muitos pesquisadores brasileiros, principalmente os que foram afetados com cortes e escassez de investimentos por parte das agências de fomento do governo federal, por outro lado tem impulsionado também novos aportes metodológicos que aceleram resultados promissores, principalmente no contexto das ciências sociais. Como dizia Sócrates: "A vida sem ciência é uma espécie de morte". Aprendemos bem como tirar leite das pedras. Elas estão no caminho da pesquisa brasileira, por toda parte, e são jogadas por quem deveria semear investimento e inovação. Com os atuais cortes no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e no Ministério da Educação (MEC), é preciso resistir.

A resistência é um componente que se apresenta nos grandes acontecimentos históricos, como nas guerras; acompanha movimentos sociais transformadores, e a ciência é uma mola propulsora, inexoravelmente. Ela se torna a única esperança (resistindo) para a cura e a transformação da sociedade nestes dois fatídicos primeiros anos de pandemia. O vírus fez do planeta um front, impondo uma vida diferente. Novos métodos de trabalho surgiram, não somente na medicina e na saúde coletiva, mas em todo o sistema de produção científica e de pesquisa. Como já se sabe, o desenvolvimento tecnológico acompanha esses grandes desafios. Com técnicas de comunicação ágeis, o contato remoto acelerou estudos e as relações entre a ciência e a sociedade. Fronteiras ultrapassadas pela velocidade dos contatos agora foram definitivamente rompidas.

Com a pandemia, a maioria das pessoas no mundo reconheceu a importância da ciência, e o movimento "negacionista" precisa ser combatido. Este livro também é uma resposta imediata contra aqueles que duvidam da ciência. São trabalhos e relatos de investigação que apontam essas transformações no campo da pesquisa qualitativa, com destaque para a comunicação de relatos na pandemia.

O primeiro capítulo, das autoras MARIA FÁTIMA DE SOUSA e ANA VALÉRIA

MACHADO MENDONÇA, trata da "Pesquisa Qualitativa em Saúde: Ensaio para Tempos de Pandemia". No trabalho, discutem-se questões relacionadas ao uso de métodos qualitativos em saúde durante o período da pandemia do Covid-19 no Brasil. Depois de revisitar o cenário histórico, teórico e metodológico da pesquisa qualitativa, as autoras apontam algumas das inúmeras estratégias que têm possibilitado o desenvolvimento de entrevistas, análises e outras atividades inerentes às pesquisas qualitativas, apesar dos limites impostos pela pandemia. Mesmo com as potencialidades das tecnologias, Sousa e Mendonça alertam para o problema das populações vulneráveis e excluídas tecnologicamente.

Complementaridade?", MARIA CECÍLIA DE S. MINAYO e ODÉCIO SANCHES apresentam um debate metodológico em curso na Escola Nacional de Saúde Pública (Brasil). Trata-se do dilema entre duas formas de abordagem mais correntes nas investigações da área de saúde: o método quantitativo e o método qualitativo. Os autores — uma antropóloga sanitarista e um bioestatístico — demonstram, com argumentações teóricas e práticas, que esses métodos são de natureza diferenciada, mas se complementam na compreensão da realidade social: "Num mundo onde o que distingue o ser humano é a linguagem comunicativa, o acento deste debate recai sobre a possibilidade, o significado e os limites da linguagem matemática e da linguagem de uso comum na experiência cotidiana", explicam.

O terceiro capítulo tem por tema "Design Thinking: Aplicações no Desenho de Pesquisa", apresentado por CLEILA GUIMARÃES PIMENTA, KELLY LUCY GUIMARÃES GOMES e JANARA SOUSA. Segundo relatam as autoras, desenhar uma pesquisa é uma prática comum da comunidade acadêmica; porém, muitas vezes essa atividade não é realizada de maneira crítica e reflexiva. Nesse artigo, elas destacam a importância do desenho de pesquisa e de sua comunicação de forma eficaz, facilitando a compreensão do debate e robustecendo a própria pesquisa. O objetivo é apresentar como a técnica do Design Thinking pode auxiliar a construção dos desenhos, de modo a contribuir no próprio caminho de investigação e na entrega de comunicações acessíveis.

"Desenho de Pesquisa" é o quarto capítulo. Escrito por ESTELLA ROSA BORGES DE BRITO, ele trata do desenho de pesquisa como um plano, ou um guia, com todos os passos de realização da investigação. Sua elaboração proporciona um momento rico em reflexões sobre a abordagem do tema, os objetivos, os métodos, os instrumentos de coleta de informações, a metodologia de análise de dados. O desenho precisa ser feito com cuidado e atenção aos detalhes de cada uma das etapas, e isso se reflete diretamente no sucesso do trabalho científico.

No quinto capítulo, "Elaboração da Pergunta de Pesquisa", NISLEY DE SOUSA TOCCHIO DOS ANJOS e BARBARA CÂNDIDA RODRIGUÊS PORTILHO mostram que a pergunta de pesquisa é o ponto de partida mais importante para a produção de qualquer projeto de pesquisa, e tem reflexo direto na qualidade do trabalho a ser realizado. Esse capítulo apresenta o processo de planejamento e elaboração da pergunta, apontando alguns critérios, cautelas e técnicas, tais como o uso de acrônimos e a recomendação do Manual de Revisores Cochrane. Tais apontamentos auxiliam a formulação de uma pergunta elegível que seja focada, respondível, interessante, inovadora, coerente e ética.

O pesquisador Cláudio Lorenzo apresenta, no sexto capítulo, a "Práxis Hermenêutica na Construção de Referenciais Teóricos e na Análise de Dados em Pesquisa Social na Saúde". Ele mostra as possibilidades de aplicação conjunta de metodologias na pesquisa social, sobretudo no campo da saúde. Com abordagem interdisciplinar e pedagógica, o autor dirige-se especialmente a estudantes de pós-graduação com uma formação ultraespecializada nas chamadas ciências clínicas do campo da saúde que se arriscam em programas nas áreas de medicina social, bioética ou saúde coletiva; esses estudantes podem apresentar dificuldades em dominar em curto espaço de tempo as ideias centrais e conceitos próprios da filosofia e das ciências sociais para pensar com eles seus problemas de pesquisa ou alcançar destreza na aplicação de procedimentos metodológicos típicos dessas áreas. O autor mostra os movimentos teóricos que foram trazendo a hermenêutica de volta ao lugar de método das ciências sociais, finalizando com a descrição detalhada das etapas de aplicação da hermenêutica dialética enquanto um dos métodos de análise de dados discursivos mais aplicados na pesquisa social em saúde no Brasil.

"Introdução aos Mapas Corporais Narrados: uma Metodologia Qualitativa para Estudar Saúde Coletiva" é o sétimo capítulo, escrito por MARIA INÊS GANDOLFO CONCEIÇÃO, LILIAN MAGALHÃES e DENISE GASTALDO. O capítulo se dedica aos mapas corporais como imagens em tamanho natural do corpo humano que usam técnicas baseadas em artes gráficas para narrar histórias que focalizam o cotidiano das pessoas, bem como as circunstâncias socioeconômicas, políticas e culturais que condicionam suas experiências. No texto são indicadas as origens dos mapas corporais, seus diversos usos na área da saúde e, finalmente, os aspectos metodológicos da pesquisa através de mapas corporais narrados.

O trabalho apresentado no oitavo capítulo do livro é "O Papel dos Mapas Falantes na Pesquisa Cartográfica Aplicada como Estratégia de Pesquisa entre Adolescentes: uma Experiência Online", das autoras DOMINGAS RODRIGUES DA CUNHA e XIMENA PAMELA DÍAZ BERMÚDEZ. As autoras

discutem a aplicabilidade da pesquisa cartográfica enquanto estratégia de pesquisa online entre adolescentes e sua aproximação com a fenomenologia. Com esse aporte, elas desenvolvem um mapa falante em formato remoto. Os resultados evidenciam implicações subjetivas e aproximações com a fenomenologia, estabelecendo os mapas falantes como alternativa de produção do conhecimento.

No capítulo seguinte, "O Diário de Campo na Pesquisa Social em Saúde", a pesquisadora ROSAMARIA GIATTI CARNEIRO apresenta uma reflexão sobre os usos do diário de campo oriundo da teoria e prática antropológica nas pesquisas qualitativas em saúde. Nos últimos anos, o crescimento de pesquisas etnográficas em saúde gerou preocupação entre pesquisadores, o que mostra um duplo desafio: pensar sobre as origens teóricas do diário de campo, mas também sobre a sua prática e importância nas pesquisas em saúde.

O décimo capítulo, "Um Olhar sobre a Entrevista: Limitações e Potencialidades em Pleno Contexto Pandêmico", escrito por GISLENE MARTINS DA SILVA e MÁRCIA VITOR RIBEIRO MARTINS, mostra a entrevista como um instrumento de pesquisa de grande relevância para as ciências sociais; mostra também suas variações, características, potencialidades e dificuldades, seus aspectos éticos e sua aplicação no ambiente virtual em tempos de pandemia.

O décimo primeiro capítulo trata da "Análise Documental e Sua Importância na Pesquisa Qualitativa". Nele, a pesquisadora ANDRESSA DE FRANÇA ALVES FERRARI mostra que a pesquisa documental envolve processos que se iniciam em avaliação preliminar e segue com o exame do contexto, dos autores, da confiabilidade, da natureza e dos conceitos-chave para chegar à análise propriamente dita. Tal procedimento metodológico é primordial na pesquisa qualitativa, pois algumas vezes os documentos são as únicas fontes de dados de uma investigação.

"Análise de Discurso a Partir de Foucault" é o décimo segundo capítulo, escrito pela pesquisadora WANIA RIBEIRO FERNANDES, que apresenta a obra de Foucault como base para várias pesquisas nas ciências humanas, em múltiplos campos do saber. A análise de discurso apoiada em Foucault inova quando não busca interpretar os discursos enquanto representações de um sujeito falante ou encontrar algo "por trás do discurso", como em outros métodos interpretativos. Os discursos, na perspectiva foucaultiana, devem ser entendidos como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam.

No décimo terceiro capítulo, LAURA MENDES DE BARROS, RAIANE ANDREZA FERREIRA e BENICIO OTON DE LIMA apresentam a "Importância de Pesquisas Qualitativas para a Implementação de Novas Tecnologias na Sociedade Contemporânea". Nesse trabalho, os autores questionam a

aplicabilidade dos avanços tecnológicos da medicina quando não contextualizados social, econômica e culturalmente no espaço e tempo nos quais se desenvolvem. No campo da neurocirurgia, eles abordam as patologias do sistema nervoso periférico, que carecem de incorporação de novas tecnologias **úteis e viáveis**; assim, buscam utilizar os princípios da fenomenologia a fim de compreender o problema e proporcionar melhoria na qualidade de assistência à população.

"Resistência à Clorexidina além da Bancada: Protocolo para uma Revisão de Escopo de Literatura Mista" é o décimo quarto capítulo, escrito por ADRIANA SILVA DA COSTA CRUZ. Trata-se de uma revisão de literatura mista sobre o potencial de desenvolvimento de resistência microbiana à clorexidina. A clorexidina é amplamente utilizada como antisséptico em diversas situações dentro e fora de hospitais, porém alguns estudos apontam para o desenvolvimento de resistência cruzada a essa substância e a antibióticos. Os resultados da revisão poderão contribuir para o mapeamento dos conhecimentos disponíveis na literatura e para a melhor compreensão do problema, a partir da análise de pontos de vista diversos.

"A Construção do Campo Científico da Nutrição no Brasil na Perspectiva de Pierre Bordieu" é o décimo quinto capítulo, escrito por JULIANA AMORIM UBARANA. Ele consiste em um ensaio acadêmico sobre a construção do campo científico da Nutrição no Brasil na perspectiva de Bordieu. Conceitos como habitus, campo, capital e poder simbólico são aplicados às práticas da nutrição, oportunizando a reflexão sobre pensamentos hegemônicos e como estes estão presentes no cotidiano da nutrição no país, influenciando a formação de profissionais, a ocupação de posições de poder e o reconhecimento dos detentores do capital científico no país.

O décimo sexto capítulo, "O Diálogo entre os Métodos Quanti e Quali em uma Pesquisa Médica", de ÁLIDA ALVES DOS SANTOS, surge após uma formação acadêmica tradicional no campo da Epidemiologia, realidade da grande maioria dos estudantes da área de saúde. A produção de pesquisas puramente quantitativas durante a pós-graduação não impediu que a autora propusesse a participação do componente qualitativo, sobretudo nas pesquisas médicas. O artigo nasce da inquietude de agregar o componente qualitativo a um projeto de pesquisa desenhado, inicialmente, apenas com a metodologia quanti. O componente qualitativo é apresentado com todas as contribuições que essa ampliação de abordagem pode trazer.

A ciência salva vidas e também é um espécie de "organismo vivo", sofrendo mudanças do ambiente. E, à medida que se adapta ao meio, mesmo quando ele é hostil, pode ter resultados revigorantes.

Como atividade social e com mecanismos próprios de comunicação, a ciência tem métodos e investigações mais integradas globalmente. Neste cenário pandêmico, a ciência como uma atividade social também se torna um sistema de educação científica libertadora, sensível. São tempos difíceis, e as lições que a pandemia nos trouxe devem ser utilizadas na construção de um futuro diferente, não apenas com uma ciência solidária, mais humana e agregadora, mas principalmente porque as milhares de vidas perdidas para o vírus são uma lembrança de nossas limitações.

"Existe uma coisa que uma longa existência me ensinou: toda a nossa ciência, comparada à realidade, é primitiva e inocente; e, portanto, é o que temos de mais valioso." (Albert Einstein)

PESQUISA QUALITATIVA EM SAÚDE ENSAIO PARA TEMPOS DE PANDEMIA

Maria Fátima de Sousa

Faculdade de Saúde, Departamento de Saúde Coletiva, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade de Brasília

ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6949-9194

mariafatimasousa09@gmail.com

Ana Valéria Machado Mendonça

Laboratório de Educação, Informação e Comunicação em Saúde Grupo de Estudos de Pesquisas Qualitativas e Métodos Mistos em Saúde Faculdade de Saúde, Departamento de Saúde Coletiva, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade de Brasília

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1879-5433

valeriamendonca@unb.br

Resumo

Este ensaio discute questões relacionadas ao uso de métodos qualitativos em saúde durante o período da pandemia do Covid-19 no Brasil. Apresenta o cenário histórico, teórico e metodológico da pesquisa qualitativa, tendo as tecnologias de informação e comunicação como mediadoras do processo que tem viabilizado a realização de estudos e pesquisas de campo no atual contexto. Objetiva apontar algumas das inúmeras estratégias que têm possibilitado o desenvolvimento de entrevistas, análises e outras atividades inerentes às pesquisas qualitativas, apesar dos limites impostos pela pandemia. Aborda as potencialidades no uso das tecnologias, identificando também as dificuldades para sua execução no que diz respeito a determinadas populações vulneráveis e excluídas tecnologicamente, portanto fora do alcance das investigações remotas. Por fim, evidencia a oportunidade da aprendizagem não linear da população e da produção de uma ciência cidadã, apesar dos impedimentos da presencialidade comuns aos trabalhos de campo da pesquisa qualitativa em saúde.

Palavras-chave: Pesquisa Qualitativa. Tecnologias de Informação e Comunicação. Pandemia.

INTRODUÇÃO

Elegemos a forma de um ensaio para abordarmos a pesquisa qualitativa em saúde em tempos de pandemia, reafirmando a finalidade de pesquisarmos no mundo acadêmico. Este, afinal, é nosso lugar de pensar e agir, rumo à produção do conhecimento no campo da Saúde Coletiva, que se entrelaça às áreas de Políticas, Planejamento, Gestão e Atenção à Saúde, Ciências Humanas e Sociais e Epidemiologia. Tal tríade vem contribuindo para o avanço da ciência e para o desenvolvimento social em saúde, tomando-se esta no seu conceito ampliado. Na 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, afirmou-se que "a saúde é resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde" (BRASIL, 1986). Esses fatores determinantes e condicionantes foram reafirmados na Constituição Federal de 1988 e na Lei n. 8.080/1990 (BRASIL, 1988; 1990), ao se assinalar que

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988, art. 196);

e que "os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País" (BRASIL, 1990, art. 3°).

Para atendermos ao desafio, recorremos à literatura nacional e internacional sobre a questão, referenciada por nossa experiência de mais uma década em ministrar a disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa Qualitativa em Saúde, junto ao programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade de Brasília (UnB). Por essa experiência, podemos avaliar os trabalhos que se utilizam das abordagens compreensivas.

Isto posto, faz-se necessário conceituar o que estamos denominando de pesquisa científica e sua tipologia qualitativa em saúde, numa perspectiva mais compreensiva e reflexiva. O que ora apresentamos resulta de experiências em diferentes projetos de pesquisa multicêntrica, na esfera da docência e da formação de pesquisadores junto ao Laboratório de Educação, Informação e Comunicação em Saúde (Lab. ECoS) da Faculdade de Ciências da Saúde, ao Grupo de Estudos de Pesquisas Qualitativas e Métodos Mistos em Saúde e ao Núcleo de Estudos em

Saúde Pública (NESP), vinculado ao Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM), também da UnB.

Partindo dessas vivências, é plausível sugerirmos, no momento da maior crise sanitária dos últimos 100 anos da história do Brasil, a seguinte questão: quais são os desafios e as potencialidades em realizarmos pesquisa qualitativa em saúde nestes tempos de pandemia?

Na tentativa de ampliar a reflexão sobre essa pergunta, esboçaremos a seguir algumas abordagens históricas, teórico-conceituais e metodológicas, na esperança de contribuirmos, ao final, para novos aprendizados.

CONCEITOS NECESSÁRIOS À COMPREENSÃO DO QUE É PESQUISA

Conforme afirma Gil (1994; 2002), a pesquisa é definida como o

[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. Ela se desenvolve por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados. Dito de outra forma, a pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema. (GIL, 2002, p. 19)

O conceito que nos é apresentado por Cervo e Bervian (1996) indica que a pesquisa visa à solução de questões por meio de métodos científicos, partindo de uma dúvida até alcançar uma resposta cientificamente aceitável.

Ruiz (2008, p. 48) caracteriza a pesquisa em seu aspecto científico, a partir da "realização concreta de uma investigação planejada, desenvolvida e redigida de acordo com as normas da metodologia consagradas pela ciência".

Tratada como um procedimento formal e reflexivo, a pesquisa, segundo Marconi e Lakatos (2007), traça um caminho que pode nos levar a verdades parciais, haja vista que não encontramos verdades absolutas.

Logo, cabe dizer que o conceito de pesquisa pode ser associado à ideia de uma investigação que nos revela o inusitado, o fenômeno observado pelo investigador, e que reverbera em conhecimento registrado. Trata-se de uma averiguação que uma

pessoa ou um organismo levam a cabo com a intenção de descobrir uma determinada questão, ascendendo à informação antes desconhecida.

Em outras palavras, a pesquisa é o meio utilizado para obtermos uma determinada informação, seja esta vinda do interesse de uma pessoa (individual) ou de grupos de pesquisadores. Nesse sentido, há vários tipos de pesquisa, que se diferenciam segundo sua natureza, problema, objeto, objetivos e finalidades.

A TRADIÇÃO EPISTEMOLÓGICA DA PESQUISA QUALITATIVA

Ao trabalharmos com metodologia de pesquisa, sobretudo na área das ciências humanas e sociais, apreendemos as dificuldades que se apresentam ao entendimento dos estudantes de graduação e pós-graduação sobre o que é pesquisa qualitativa, sua forma de realização; mostra-se também a confusão teórica e metodológica em relação a esse tipo de pesquisa. Tal fato requer de antemão que localizemos, na história, a gênese e o estado contemporâneo da ciência qualitativa, bem como suas relações de identidade e diferença com a ciência quantitativa.

Há vários campos do conhecimento que não escolhem para suas pesquisas a abordagem qualitativa, mesmo aquelas das áreas de estudo dos fatos humanos e sociais. Ao longo do tempo, a sociologia e a antropologia vêm imprimindo uma rica tradição dessa tipologia de investigação, evidenciando que essa abordagem paulatinamente vem se confirmando nas ciências humanas e sociais.

O aparecimento dos estudos qualitativos não é recente; nasce na segunda metade do século XIX por meio de diversas pesquisas marcadas como pioneiras, a exemplo dos estudos de Pierre-Guillaume Frédéric Le Play, um dos fundadores da sociologia, sobre as estruturas familiares e as condições de vida dos trabalhadores, em particular dos mineiros, no começo da Revolução Industrial. Como resultado das observações in loco da realidade, ele publicou *Os operários europeus* (1850) e *A reforma social* (1864).

Outras pesquisas retratam histórias de vida utilizando entrevistas em profundidade, a fim de coletar informações acerca das condições de pobreza dos trabalhadores e desempregados de Londres. É o caso da obra jornalística de Henry Mayhew. Na década de 1840, ele observou, documentou e descreveu o estado dos trabalhadores em Londres para uma série de artigos em um jornal, o *Morning Chronicle*, que mais tarde foram compilados em forma de livro, em quatro volumes (1851 e 1862).

O livro Methods of Social Investigation, publicado em 1932 por Sidney Webb

e Beatrice Webb, pode ser considerado pioneiro ao nos apontar a possibilidade de delimitarmos qualitativamente o trabalho de campo. Fruto de estudos sociais e políticos, o trabalho da dupla de pesquisadores destacou procedimentos como a entrevista, observações pessoais e análises documentais, tornando-se um marco da sociologia inglesa.

Antes, porém, nos Estados Unidos, o *Pittsburgh Survey*, publicado entre 1908 e 1909, evidenciou a possibilidade de unir os dados qualitativos e quantitativos, iniciando o que hoje denominamos de estudos qualiquantitativos (GODOY, 1995).

De acordo com a autora:

Um dos grandes trabalhos produzidos pela Escola de Chicago – *The Polish Peasant in Europe and America* –, desenvolvido por William I. Thomas e Florian Znaniecki, publicado em 1927, ocupava-se dos problemas sociais e instituições da época. Uma vez que as massas de imigrantes pareciam agravar os problemas de cunho social, a sociologia empírica voltou-se às questões relacionadas ao estudo dos imigrantes, dos negros e demais grupos étnicos que viviam no país. A ênfase sobre aspectos da vida urbana é marca desse grupo. (GODOY, 1995, p. 59)

No campo da antropologia, Franz Boas e Bronislaw Malinowski compartilharam seus estudos eminetemente qualitativos; já Herbert Blumer deu vida ao que conhecemos como interacionismo simbólico, na Escola de Chicago. Contudo, não podemos fechar os olhos às três décadas, entre 1930 e 1960, nas quais os estudos qualitativos foram esquecidos, gerando-se um vale nas produções científicas (GODOY, 1995).

Esse breve registro histórico do surgimento da abordagem metodológica da pesquisa qualitativa serve-nos para apontar que seu desenvolvimento suscitou diversidades de métodos de trabalho, estilos de análise e apresentações de resultados, além de diferentes considerações quanto aos sujeitos.

Essa diversidade vem se expressando há décadas no constructo histórico das pesquisas em saúde. Por um lado, os modelos biomédicos e quantitativistas marcam as referências teórico-metodológicas e de escolha das técnicas de investigação; por outro, nas últimas décadas, mediante a incorporação de determinantes socioeconômicos, culturais, ecológicos e históricos dos processos de adoecimento, saúde e cuidados, impõe-se a necessidade da inclusão de novos modos de produzir conhecimento, a partir dos quais sejam reconhecidas as múltiplas maneiras de leitura e representação dos fenômenos sociais. Ou seja, verifica-se que o uso da abordagem

qualitativa da pesquisa social tem se tornado comum no setor saúde, sobretudo no campo da saúde coletiva.

PESQUISA QUALITATIVA EM SAÚDE NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

Fundada em bases filosóficas compreensivas, a pesquisa qualitativa tem bebido em fontes jorradas desde Kant, passando por Edmund Husserl, Heidegger, Scheller, Sartre, Merleau-Ponty, chegando a Gadamer. Da raiz histórica, chegaram contribuições de Dilthey e Thompson; chegaram contribuições também de Weber, Shutz, William Thomas, Garfinkel, Cicourel, Goffman e Denzin, sociólogos cujas tradições foram incorporadas até os dias atuais.

Vale recordar, ainda, que Marx e Freud foram importantes pensadores e pesquisadores no tocante à compreensão em profundidade do ser humano, e que contribuíram categoricamente para a confirmação da cientificidade das ciências sociais e humanas, nas quais se alicerçam as categorias analíticas, ou melhor, os referenciais teórico-metodológicos da pesquisa qualitativa.

No tocante à abordagem qualitativa da pesquisa social no campo da saúde coletiva, ela tem se tornado corriqueira, o que significa fundamentalmente: primeiro, pesquisar as representações, crenças, valores, explicações e opiniões que se expressam nas interações sociais; segundo, priorizar a linguagem e a prática como mediações simbólicas; terceiro, orientar a investigação a partir do ponto de vista dos atores sociais, levando a sério as suas informações; quarto, buscar uma compreensão do território onde o estudo é realizado; e por fim, em quinto lugar, ter a operacionalização da pesquisa de forma flexível e interativa, proporcionando a compreensão da teia de relações sociais e culturais que se estabelecem no interior das organizações, dos grupos de pesquisa, das diversificações de técnicas que regem o trabalho qualitativo, proporcionando relevantes dados.

Nesse sentido, a opção pela metodologia qualitativa em saúde se faz após a definição do problema e das perguntas de investigação e do estabelecimento dos objetivos orientadores da pesquisa que se pretende realizar. Além disso, é preciso definir as técnicas de coleta de dados, a exemplo da observação participante, de entrevistas individuais ou coletivas, estruturadas ou semiestruturadas, histórias de vida, narrativas orais, análises documentais e bibliográficas, grupos focais, entre outras. A análise e a interpretação dos dados envolvem as técnicas de análise de conteúdo e do discurso dos sujeitos coletivos. Assim, como nos apontam Morse &

Field *apud* Turato (2005, p. 509):

Os métodos qualitativos podem ser caracterizados como: indutivos, holísticos, êmicos, subjetivos e orientados para o processo; usados para compreender, interpretar, descrever e desenvolver teorias relativas a um fenômeno social ou a um *setting*.

De qualquer modo, o que marca este texto é afirmar que as pesquisas de natureza qualitativa em saúde exigem que nós, pesquisadores, realizemos nossos trabalhos de campo por meio de observação direta, entrevista face a face, em contato com os sujeitos de pesquisa, de modo a apreender gestos, expressões, sentimentos, atitudes, subjetividades – aspectos que se tornaram limitados diante da pandemia do Covid-19.

O novo vírus que ataca o sistema respiratório e que teve seu ponto de partida na região de Wuhan, na China, deixando o mundo todo em alerta, e apelidado pelos cientistas de 2019-nCoV, pertence a uma grande família de vírus os quais causam infecções que podem evoluir de um resfriado comum a complicações respiratórias graves, como a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS). Os sinais comuns de infecção incluem sintomas respiratórios, febre, tosse, falta de ar e dificuldades respiratórias. Em casos mais sérios, o vírus pode causar pneumonia, insuficiência renal e até morte.

Desse modo, faz-se importante contextualizarmos que durante todo o ano de 2020, até o momento de fechamento deste livro, o mundo estava distanciado, com máscaras e aterrorizado com as milhares de mortes que nos acometeram. Cumpre lembrar, ainda, que em 31 de janeiro de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Tal emergência tem como características: origem em um agente infeccioso; eventos alarmantes e preocupantes; consequências políticas e econômicas em um país; e despertam o interesse da mídia nacional e internacional, afetando gravemente a população. A situação e a emergência causadas pela disseminação do novo coronavírus nos demandam ações específicas e direcionadas para o cuidado em saúde da população, especialmente dos idosos.

O primeiro caso da doença no Brasil foi confirmado no dia 26 de fevereiro, em São Paulo. Um homem de 61 anos foi diagnosticado com o vírus após uma viagem a trabalho para a Lombardia, na Itália, e em seguida foi encaminhado para o isolamento domiciliar com sintomas leves da infecção. Desde o primeiro caso até os milhares de óbitos, entre a primeira onda e outras que se seguem, o distanciamento social vem

se apresentando como a ação mais efetiva para controlar a pandemia do Covid-19. Diante de uma doença inesperada – diríamos, de um inimigo invisível –, emerge a necessidade de repensarmos e refazermos os processos de ensino e pesquisa. Para nós, o sentido literal da pandemia é o medo caótico generalizado e a morte sem fronteiras causados pelo referido vírus, o qual nos obriga ao afastamento do convívio social e de todas as formas de circuitos afetivos.

Para quebrar a cadeia de transmissão do vírus e evitar o esgotamento do setor saúde na oferta de ações, serviços e insumos estratégicos necessários ao controle e à assistência dos casos do Covid-19, fez-se urgente adotarmos sérios mecanismos de isolamento social. As já existentes estratégias de formação, capacitação e educação permanentes mediadas por tecnologias tornaram-se cada vez mais necessárias, incluindo-se nesse rol pedagógico outras modalidades de realizar as pesquisas já em curso ou ainda emergentes.

É evidente que o surgimento do Covid-19 e de suas variantes inimagináveis produz mudanças nas mais diferentes dimensões da vida social e educativa e da produção técnico-científica em sentido amplo, trazendo implicações para a realização de projetos e pesquisas, que tiveram de ser reajustados aos tempos pandêmicos. Os estudos de natureza qualitativa exigem-nos o replanejamento tático-operacional para a execução das etapas de pesquisa, sobretudo as idas ao campo para realização de entrevistas e observação direta, e/ou outras técnicas de investigação adotadas pelos diferentes grupos e linhas de pesquisas sociais.

Portanto, velozmente entram em cena as interconexões virtuais, mediadas por tecnologias, entre os participantes de pesquisa – o investigado e aquele que investiga –, suscitando uma série de questões. Entre elas: o que fazer agora? Essa foi a pergunta de maior frequência. Como realizar as entrevistas previstas nos projetos de pesquisa? Quais são as possibilidades e os limites à realização de entrevistas online por meios de videoconferência? E mais, como ter segurança de que as pessoas e comunidades a serem investigadas estariam dispostas a colaborar com o estudo? E as questões éticas para o novo modelo de abordagem? Como seguir com pesquisas que já estavam em curso diante dessa tragédia que ainda nos abala?

Essas e outras perguntas foram feitas apesar do suporte das plataformas disponíveis, a exemplo das plataformas Google Meet, Google Hangouts, GoToMeeting, Teams, Skype, Webex, WhatsApp e Zoom (só para citar as mais comuns), ao considerarmos a turbulência, a angústia, os medos dos profissionais da saúde que estão na linha de frente e/ou na retaguarda dos processos de cuidado, com a maior crise sanitária que o país já viu ao longo dos últimos 100 anos. Não se tratava, portanto, de como usarmos ou não as tecnologias, mas de como lidarmos com as pessoas que,

de agora em diante, teriam de interagir com essas tecnologias nos cenários mais adversos que pintam o mapa geográfico do nosso país.

POTENCIALIDADES NO USO DOS RECURSOS TECNOLÓGICOS EM PESQUISA

Não nos custa recordar que não somente as abordagens qualitativas de nossas pesquisas necessitavam de interação tecnológica, acesso à Internet, aquisição de novos *gadgets*, alfabetização informacional, letramento e um sem-fim de requisitos necessários à estrutura de uma nova e necessária sala de aula remota e às instalações dos escritórios domésticos (*home offices*), mas os indivíduos e grupos investigados também necessitavam de conexão e aparatos mínimos para que as investigações fossem realizadas.

Nesse sentido, fomos surpreendidos com o processo criativo de uma sociedade eminentemente digital, a qual tem desenvolvido habilidades e protagonismo no uso da Internet e das mídias sociais como poucas. Segundo dados do *We Are Social* (2021), o brasileiro permanece 10 horas e 8 minutos por dia conectado à Internet; destas, 5 horas e 17 minutos são dedicados ao uso das mídias sociais via telefone celular, sendo 3 horas e 42 minutos usadas para o acesso às mídias sociais. Entre as mídias sociais, as três mais frequentadas são o YouTube (96,4%), o WhatsApp (91,7%) e o Facebook (89,8%).

Eis o grande filão dos estudos netnográficos que cresceram no mundo. Para Kozinets (2014), tais procedimentos virtuais se aplicam tanto no modo online como no modo off-line, permitindo a extração e o arquivamento de dados, bem como as preciosas anotações mediante a pesquisa de navegação ou mineração dos dados na Internet.

Notemos outras mediações possíveis de pesquisa mediadas por tecnologias que demonstraram grande potencialidade para suas execuções. Algumas já existiam e se aperfeiçoaram; outras se tornaram acessíveis ou foram incorporadas à rotina dos laboratórios, grupos e centros de pesquisa:

1. Open Archives e Open Science: quando declarada oficialmente a existência do Covid-19 também no território brasileiro, portais de pesquisa e bases de dados como PubMed, SAGE, Springer, Elsevier, Wiley, dentre outros, colocaram à disposição do meio acadêmico o uso gratuito de suas produções pagas. Alguns ambientes já retomaram o sistema de cobrança, mas a liberação dos acessos,

- mesmo que por pouco tempo, viabilizou o desenvolvimento de inúmeras revisões sistemáticas, *scoping reviews* e outros estudos bibliográficos impedidos presencialmente pelo fechamento das bibliotecas públicas e universitárias;
- 2. As Instituições de Ensino Superior (IES) e os centros de pesquisa públicos e privados elaboraram protocolos, junto aos comitês de ética em pesquisa, capazes de oportunizar a realização de entrevistas online, em áudio e/ou vídeo, bem como diários de campo eletrônicos em forma de blogs, listas de presença eletrônicas, aplicação e ciência online de Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), inquéritos, surveys, formulários qualitativos, questionários eletrônicos e um sem-fim de recursos online;
- 3. Houve a ampliação do acesso para uma maior cobertura geográfica, com a inclusão de pessoas de diferentes localidades, economizando os recursos financeiros com passagens e diárias para deslocamento das equipes ao campo e reduzindo o tempo de coleta de dados, uma vez que as viagens longas não são mais indicadas a orientação das autoridades sanitárias ainda é a prevenção à exposição dos sujeitos envolvidos no trabalho de campo, e, quando for extremamente necessário fazê-lo, que seja dentro do mais rigoroso protocolo da etiqueta sanitária vigente;
- 4. A conveniência da participação nas pesquisas a partir do ambiente de trabalho doméstico também oportunizou a manutenção dos grupos de pesquisa e a continuidade das atividades, que passaram a se revezar em reuniões virtuais, aulas públicas, webinários, lives e webconferências com transmissão por YouTube, permitindo o encontro sem fronteiras com outros grupos, dentro e fora do Brasil. Exemplo disso foi a participação, em outubro de 2020, do próprio Robert Kozinets em aula pública virtual sobre netnografia, via Google Meet, para um amplo grupo de estudantes, professores e pesquisadores de Métodos e Técnicas de Pesquisa Qualitativa em Saúde;
- 5. A gestão dos processos de comunicação e de trabalho entre equipes de pesquisa, entrevistados e outros atores estratégicos ao desenvolvimento dos estudos também foi revista nas trocas de mensagens instantâneas via grupos de WhatsApp, com ou sem interação simultânea, bem como nos já utilizados e-mails, fóruns de discussão, agendas eletrônicas, contando com o uso de softwares para gerenciamento de tempo e coordenação de reuniões;
- 6. Por falar em software, não podemos nos esquecer dos já utilizados para análise de conteúdo e/ou discurso e que ganharam interação em tempo síncrono entre os grupos de análise, além de serem incrementados para a extração de bancos de dados robustos das mídias sociais, cuja gestão da informação agora se

processa em repositórios virtuais com acesso aberto a todos os integrantes dos grupos de pesquisa.

Mas não basta tamanha potencialidade sem que observemos os desafios postos a um processo cuja adaptação não nos deu direito a treinamento, tampouco à adequação da realidade de acesso e à inclusão de grande parte da população. Com as redes de acesso à Internet sobrecarregadas, os "apagões" elétricos e de redes de dados, bem como a baixa conectividade das operadoras telefônicas em evidência, vimos um sem-número de pessoas também desconectadas — e outras, por sua vez, utilizando-se de seus celulares e grupos de WhatsApp para a proliferação de notícias falsas, fragilizando a produção científica e colocando em dúvida seus resultados.

APONTAMENTOS AO PORVIR

Apesar do contexto pandêmico em que vivemos, deve-se observar que as pesquisas de natureza qualitativa também foram evidenciadas, pois as pessoas precisavam ser ouvidas mais do que nunca. Aos estudos quantitativos e de bancada, foram necessárias incorporações de respostas advindas da ponta, diretamente das pessoas a quem nossas pesquisas se destinam, sejam os anônimos da população em geral ou mesmo os tomadores de decisões.

Desse modo, o porvir ainda nos demandará um conjunto de ações inseridas num processo de transformação da prática das pesquisas qualitativas em saúde antes nunca visto. De maneira coerente e razoável, percebemos que a herança póspandêmica será imensa, visto que nossas práticas não serão mais as mesmas. A pedagogia do fazer coletivo, o reconhecimento dos fenômenos in loco, a participação que observa e que interage, assim como as aproximações dialógicas nos territórios, permanecerão mediados por tecnologias inclusivas de informação, educação e comunicação, para o bem-viver das inúmeras equipes de pesquisa distribuídas pelo país. Mas também:

- A pandemia do Covid-19 nos desafia ao uso das ferramentas digitais para além das salas de aula, dos laboratórios e das idas ao trabalho de campo;
- A coleta de dados online exige correções urgentes, a exemplo do tempo de duração de cada abordagem a partir do uso das tecnologias, ainda demasiadamente longo em vista da má qualidade da conexão vigente nacionalmente;

- 3. A garantia da privacidade das entrevistas, a confiabilidade, a segurança da rede de Internet e dos equipamentos como celular, computador, câmera, microfone e fones de ouvido, além do ambiente privado e tranquilo, em que é possível garantir o mínimo de interrupções, passam a validar um novo modo de interação entre pesquisador e participante;
- 4. Problematiza-se a disponibilidade das plataformas de mediação virtual, incluindo-se a segurança dos aplicativos sujeitos a invasões, assim como os graus diferenciados de acesso e habilidades para uso pelos sujeitos da investigação, quando se tratar de uma rede nacional ou internacional de pesquisadores. Entre nossos projetos, por exemplo, além da capacitação conjunta, os grupos fizeram uso do compartilhamento coletivo de softwares de análise de dados em oficinas coletivas;
- 5. O rigor dos procedimentos éticos e os cuidados com os sigilos das entrevistas online continuam os mesmos das entrevistas presenciais. No Brasil, inclusive, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) do Conselho Nacional de Saúde (CNS), em 9 de maio de 2020, emitiu parecer com diretrizes para os pesquisadores durante a pandemia do coronavírus¹;
- 6. Por sua vez, os contextos de vulnerabilidade socioeconômica das populações vulneráveis e também investigadas por inúmeros projetos de pesquisa em âmbito nacional, como quilombolas, indígenas, pessoas em situação de rua ou privadas de liberdade, idosos, ribeirinhos e povos do campo e da floresta, distanciam os grupos de estudo no cenário pandêmico.

Assim, o que podemos chamar de movimento tecno-otimista por certo haverá de proporcionar uma onda maior de adesão aos processos de pesquisa qualitativa em saúde mediados por tecnologias; afinal, há interação com uma população jovem, altamente conectada e cuja empatia com as mídias facilita enormemente os processos de aprendizagem e interação não linear.

No entanto, saibamos que ainda nos depararemos com o amargor dos excluídos do processo de investigação qualitativa, antes presencial. Isso não significa uma reflexão pessimista; ao contrário, diríamos ser uma reflexão realista, frente aos pactos sociais estabelecidos quanto ao engajamento no uso das tecnologias pela sociedade. Ademais, vivemos na diversidade de um país cuja população estimada em 2021 já chega aos mais de 212 milhões de habitantes, distribuídos em 5.570 municípios. Se não avançarmos pela necessidade da pesquisa, avançaremos, certamente, pela

Disponível em: https://portal.ifba.edu.br/prpgi/cep/pdf/diversos/orientacoes-conducao-de-pesquisas-e-atividades-cep.pdf. Acesso em abr. 2021.

sobrevivência aos tempos pós-pandemia.

Que a pesquisa qualitativa continue sendo o aporte de escuta qualificada às demandas da sociedade, e que fortaleça, hoje e sempre, os princípios da ciência cidadã2², que fala a mesma língua do povo e chega aonde as pessoas estão e dela usufrem.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Qualitative Research for Education**: *An Introduction to Theories and Methods*. Boston: Allyn and Bacon, 1982.

BRASIL. Conferência Nacional de Saúde. **Anais da 8ª Conferência Nacional de Saúde**. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1986.

Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federa
Centro Gráfico, 1988.
Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Lei Orgânica da Saúde . Dispõ
sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização
e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília
set. 1990.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Makron Books, 1996.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas – RAE**, v. 35, n. 2, mar./abr. 1995, p. 57-63.

O conceito de ciência cidadã é definido pelo historiador peruano Marcos Cueto como "os esforços de cidadãos informados não adscritos em comunidades médicas profissionais por compreender e mudar as politicas sanitárias. Líderes comunitários, agentes de saúde, ativistas, jornalistas e público leigo intervêm e têm que intervir no conteúdo e no uso da ciência médica e da saúde". Entrevista disponível em: https://www.cafehistoria.com.br/um-historiador-da-saude-fala-sobre-novo-coro-navirus/>. Acesso em abr. 2020.

HIRSCH, P. M. Organizational Effectiveness and the Institutional Environment. **Administrative Science Quarterly**, v. 20, n. 3, 1975, p. 327-44.

KOZINETS, R. V. **Netnografia**: *realizando pesquisa etnográfica online*. Penso Editora, 2014.

LAWRENCE, P. R.; LORSCH, J. W. Differentiation and Integration in Complex Organizations. **Administrative Science Quarterly**, v. 12, n. 1, 1967, p. 1-47.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, 9(3):239-262, jul./set. 1993.

RUIZ, J. A. **Metodologia científica**: *guia para eficiência nos estudos*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SEBRING, R. H. The Five-Million-Dollar Misunderstanding: A Perspective on State Government-University Interorganizational Conflicts. **Administrative Science Quarterly**, v. 22, n. 4, 1977, p. 505-23.

SAMPIERI, R. H. **Metodologia de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

WE ARE SOCIAL. **The Global State of Digital**. Disponível em: https://datareportal.com/reports/digital-2021-brazil>. Acesso em 1 abr. 2010.

QUANTITATIVO-QUALITATIVO OPOSIÇÃO OU COMPLEMENTARIDADE?³

Maria Cecília de S. Minayo

Departamento de Ciências Sociais, Escola Nacional de Saúde Pública

Odécio Sanches

Departamento de Epidemiologia e Métodos Quantitativos em Saúde, Escola Nacional de Saúde Pública

Resumo

Este trabalho resume um debate metodológico em processo na Escola Nacional de Saúde Pública, Brasil, sobre as duas formas de abordagem mais correntes nas investigações da área de saúde: o método quantitativo e o método qualitativo. Os autores — uma antropóloga sanitarista e um bioestatístico — demonstram, com argumentações teóricas e práticas, que esses métodos são de natureza diferenciada, mas se complementam na compreensão da realidade social. Num mundo onde o que distingue o ser humano é a linguagem comunicativa, o acento deste debate recai sobre a possibilidade, o significado e os limites da linguagem matemática e da linguagem de uso comum na experiência cotidiana.

Palavras-chave: Bioestatística. Métodos de Ciências Sociais. Saúde Pública.

³ Por ser considerado um clássico na área, o artigo, publicado originalmente em Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9(3):239-262, jul./sep. 1993, foi devidamente autorizado pelos autores para reprodução nesta obra.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem sua origem em uma das atividades curriculares do Curso de Pós-Graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) — os denominados Seminários Avançados de Teses —, quando os autores, discutindo um dos projetos apresentados, tiveram a oportunidade de apontar as potencialidades e limitações das abordagens quantitativa e qualitativa que estavam sendo utilizadas no projeto em discussão.

Estas abordagens são os instrumentos de que se serve a Saúde Pública, em particular, para se aproximar da realidade observada. Nenhuma das duas, porém, é boa, no sentido de ser suficiente para a compreensão completa dessa realidade. Um bom método será sempre aquele, que permitindo uma construção correta dos dados, ajude a refletir sobre a dinâmica da teoria. Portanto, além de apropriado ao objeto da investigação e de oferecer elementos teóricos para a análise, o método tem que ser operacionalmente exequível.

Aceitando um desafio do Editor da Revista, dois investigadores se encontram: um trabalha com a abordagem quantitativa; o outro, com a metodologia qualitativa. Ambos defendem seus respectivos instrumentos de ação, porém ambos os relativizam, pois só quando os mesmos são utilizados dentro dos limites de suas especificidades é que podem dar uma contribuição efetiva para o conhecimento da realidade, isto é, a busca da construção de teorias e o levantamento de hipóteses.

Na primeira parte, a abordagem quantitativa é examinada mais no contexto de uma linguagem. Sem particularizar para o campo da Saúde Pública, procurase evidenciar a evolução das ideias associadas a esta abordagem na descrição e interpretação de fenômenos biológicos de um modo geral (portanto, não adentrando a complexidade inter e multidisciplinar da Saúde Pública).

Na segunda parte deste trabalho, a metodologia qualitativa é abordada procurando enfocar, principalmente, o social como um mundo de significados passível de investigação e a linguagem comum ou a "fala" como a matéria-prima desta abordagem, a ser contrastada com a prática dos sujeitos sociais.

Finalmente, procura-se concluir que ambas as abordagens são necessárias, porém, em muitas circunstâncias, insuficientes para abarcar toda a realidade observada. Portanto, elas podem e devem ser utilizadas, em tais circunstâncias, como complementares, sempre que o planejamento da investigação esteja em conformidade.

O conhecimento científico é sempre uma busca de articulação entre uma teoria e a realidade empírica; o método é o fio condutor para se formular esta articulação.

O método tem, pois, uma função fundamental: além do seu papel instrumental, é a "própria alma do conteúdo", como dizia Lenin (1965), e significa o próprio "caminho do pensamento", conforme a expressão de Habermas (1987).

O QUANTITATIVO

A descrição matemática como uma questão de linguagem

O desenvolvimento da linguagem é uma etapa fundamental na evolução do controle deliberado e consciente das circunstâncias ambientais. A fala exerce um papel vital na rápida transmissão de grandes quantidades de informação entre os diferentes elementos de um grupo. Quando se atinge o estágio da escrita, cria-se, então, a possibilidade do registro permanente, revisado e acumulado. A modificação consciente e intencional da linguagem para servir a propósitos deliberados é uma etapa posterior do processo.

Aqueles que acompanham e operam na evolução das ideias e do conhecimento sabem que a situação atual da investigação científica é urgente: os trabalhos científicos são produzidos a uma taxa sempre crescente, tornando-se constantemente mais difícil acompanhar lado a lado os novos desenvolvimentos, tanto na própria área de interesse específico quanto no âmbito inter e multidisciplinar, independentemente da existência de meios eletrônicos para armazenamento da informação.

Nas áreas denominadas ciências exatas, nos últimos 3 séculos tem havido consideráveis avanços a este respeito, já existindo, atualmente, todos os pré-requisitos para o manuseio do crescimento acelerado do conhecimento, principalmente o da linguagem, conforme acentua Bailey (1967).

De fato, a título de ilustração, consideremos aquela que parece ser a mais antiga das ciências exatas: a Astronomia. É bem conhecido o fantástico conhecimento adquirido pelos astrônomos da Babilônia e do Egito antigo, não só envolvendo a observação prolongada e precisa dos eventos, mas também desenvolvendo a habilidade para se distinguir padrões de mudanças, sobre cuja base puderam criar um calendário suficientemente preciso, que permitiu o desenvolvimento de atividades que, modernamente, constituem o cerne da economia agrícola.

Na verdade, para se alcançar tais resultados era necessário mais que observar os acontecimentos e registrar luz e calor nos dias de verão, ou luz esmaecida e dias frios no inverno. A observação de padrões reconhecíveis e a determinação e mensuração de suas posições eram essenciais. A manipulação e o registro de tais

medidas com propósitos de predição implicavam a existência de uma linguagem e de uma escrita adequadas. Não é, pois, por um acidente que a matemática babilônica e egípcia possuía as qualidades suficientes para atender a tais necessidades.

A lição fundamental que se pretende extrair da lembrança histórica de tal fato de conhecimento de todos é que, mesmo no chamado Mundo Antigo, um conhecimento considerado suficientemente preciso não teria sido atingido e aplicado sem as noções básicas de contar e medir, acompanhadas de um adequado instrumento matemático para manipulá-las.

Isto parece corroborar nosso ponto de vista de que uma interação entre pensamento e linguagem e, consequentemente, seu desenvolvimento mútuo são pautados por uma correspondente interdependência entre pensamento e matemática, quando nos dispomos a usá-la para propósitos de maior precisão de expressão.

A despeito dos grandes avanços na Biologia Molecular e na Engenharia Genética, reconhecemos, no entanto, que nas chamadas *softsciences* da Biologia, Psicologia, Sociologia etc., o progresso tem sido mais incerto. Uma razão para este fato é que os sujeitos da pesquisa, nestas áreas, são muito mais variáveis e complexos que aqueles das denominadas Ciências Exatas.

No entanto, à medida que as observações e mensurações tornam-se mais acuradas e extensivas, no âmbito das *soft sciences* tem surgido a oportunidade de se usar a linguagem matemática para descrever, representar ou interpretar a multidiversidade de formas vivas e suas possíveis inter-relações.

A questão fundamental, porém, é decidir que espécies de arrazoados matemáticos são relevantes para determinados problemas, que limitações estão impostas e como tais métodos podem ser ampliados e generalizados. Não se pode perder de vista que o uso da linguagem matemática leva a descrições e modelos idealizados, uma construção abstrata que, na prática, na melhor das situações, será observada apenas parcialmente.

Quanto mais complexo for o fenômeno sob investigação, maior deverá ser o esforço para se chegar a uma quantificação adequada, em parte porque algumas atividades são inerentemente difíceis de serem mensuradas e quantificadas e, em parte, porque, até o presente momento, descrições matemáticas excessivamente complicadas são extremamente intratáveis, do ponto de vista de solução, para que tenham algum valor prático.

Deve, então, ser exercitada uma considerável habilidade no julgamento de quais fatores são relevantes, ou pelo menos aproximadamente relevantes, para um determinado problema.

A realidade, porém, é que nos defrontamos com uma situação conflitante, que

requer realismo e manejabilidade. Uma descrição extremamente precisa de todos os fatos conhecidos, por exemplo, a respeito da evolução de uma espécie, pode impedir qualquer representação matemática útil. Por outro lado, uma supersimplificação do quadro matemático utilizado poderia permitir, com grande facilidade, o cálculo numérico de certos coeficientes, mas isto seria, ou poderia ser, totalmente infrutífero, porque muitos fatos relevantes teriam que ser omitidos.

Este é, certamente, um dos dilemas presentes no moderno trabalho de investigação como um todo, não se restringindo, portanto, à investigação biológica, médica ou social.

O papel da teoria de probabilidade e da inferência estatística

Todos nós sabemos que características individuais tais como peso, altura, pressão arterial, taxas de componentes bioquímicos no sangue, resposta a estímulos externos, etc., variam entre indivíduos de um grupo num dado instante e, num mesmo indivíduo, de instante para instante. Ordem e regularidade só podem ser estabelecidas, de forma aproximada, em termos médios e sobre um grande número de indivíduos.

Nossa impossibilidade de predizer antecipadamente, e com certeza, os resultados de um experimento em sucessivas repetições, sempre sob as mesmas condições, caracteriza-se como um experimento aleatório. A variabilidade presente, nestas condições, é chamada variabilidade aleatória, casual, randômica ou estocástica.

Em matemática, o instrumento adequado para trabalhar o aleatório é um conjunto de procedimentos que constitui a chamada teoria da probabilidade. Para todo evento aleatório é possível associar uma ou mais variáveis, ditas variáveis aleatórias (função definida no espaço amostral do experimento aleatório em questão), e para cada variável aleatória (ou conjunto de variáveis aleatórias) é possível encontrar uma função que descreva a distribuição de probabilidades para a referida variável (ou conjunto de variáveis), dita função densidade de probabilidade.

O uso de distribuições de probabilidade para descrever padrões biológicos, médicos ou sociais não é recente. Quetelet (1835) já havia utilizado as propriedades da distribuição de Gauss para descrever padrões de altura de seres humanos; Galton (1889), um médico inglês, havia utilizado as propriedades da mesma distribuição nos estudos de genética sobre herança natural, tendo sido o criador da teoria de análise de dados largamente utilizada em estatística e conhecida sob o rótulo de regressão linear.

É importante observar que as distribuições de probabilidade estão fundamentalmente associadas a conceitos matemáticos, embora sejam derivadas

das noções comuns de chance e possibilidade, estabelecidas pelo senso comum, e as conclusões devam ser interpretadas em sentido prático.

Ao construirmos um quadro matemático válido de alguns fenômenos com fortes flutuações aleatórias, introduzimos ideias de probabilidades e usamos a teoria da probabilidade para desenvolver as implicações práticas da mesma. Se o modelo é razoavelmente satisfatório, pelo menos a algum respeito, então as implicações devem ser verificadas na prática. Isto é, as conclusões matemáticas devem mostrar um certo grau de aproximação ou aderência às observações que são feitas e aos resultados obtidos para o fenômeno em questão.

É função da estatística estabelecer a relação entre o modelo teórico proposto e os dados observados no mundo real, produzindo instrumentos para testar a adequação do modelo. Em resumo, enquanto a teoria da probabilidade está dentro da esfera da lógica dedutiva, a estatística encontra-se no âmago da lógica indutiva, conforme explicita Bailey (1967).

A grande potencialidade dos procedimentos estatísticos de análise de dados, na presença de variabilidade aleatória está contida na possibilidade de se estabelecer inferência, neste caso chamada inferência estatística.

Uma das aplicações da inferência estatística é o teste de ajuste – também chamado teste de aderência (em inglês, *goodness of fit*) – de um modelo teórico proposto ao conjunto de dados observados.

Formalmente, dois são os grandes problemas estatísticos de natureza inferencial: os problemas de estimação de parâmetros e os problemas de testes de hipóteses estatísticas.

As questões de inferência estatística que deram origem à denominada estatística matemática surgiram de modo mais formal com os trabalhos, quase simultâneos (e às vezes polêmicos), de Sir Ronald A. Fischer e da dupla J. Neyman e E. S. Pearson, na década 20-30 (Neyman, 1976; Neyman & Pearson, 1967; Fischer, 1934), sendo brilhantemente unificadas num contexto de teoria das decisões por A. Wald (Wald, 1950).

Um grande avanço tem sido conseguido nas ciências da saúde, e em particular na Epidemiologia, com a criação de alguns procedimentos inferenciais estatísticos, específicos para determinados desenhos de estudo. No entanto, tem ocorrido um certo abuso na utilização de tais procedimentos por parte de muitos pesquisadores desta área, que, desconhecendo ou intencionalmente ignorando as limitações impostas a tais procedimentos pelos pressupostos sobre os quais se assentam, extrapolam sua aplicações, deixando sob suspeita os resultados da análise conduzida (Altman, 1991). Isto ocorre principalmente nos testes de hipóteses estatísticas, em particular com o

abuso do chamado "p-valor" como uma medida de evidência em relação à hipótese de nulidade (Miettinen, 1985; Stephen et al., 1988; Berger & Selke, 1987; Goodman & Royall; 1985). Os estatísticos encontram-se atualmente na situação dos bioquímicos e dos farmacólogos: não se sentem responsáveis pelo uso indevido e abusivo de seus produtos. Não são procedentes as críticas feitas à Estatística; elas devem ser dirigidas aos maus usuários.

Associadas às questões de inferência estatística temos as questões de amostragem. Em regra, aqui também há um desconhecimento quase geral, por parte dos não-especialistas, a respeito do papel da amostragem, sua relação com a inferência e, consequentemente, os pressupostos básicos que devem nortear a opção por um determinado desenho de amostragem e um tamanho específico da amostra. Esta não é uma questão apenas técnica, relacionada à definição do tamanho da amostra; não é uma questão meramente estatística ou para deixar para o estatístico resolver. Pesquisadores experimentados na área das ciências humanas (aqui incluindo as ciências da saúde) não podem ignorar, e muito menos esquecer, que as questões de amostragem são parte integrante das questões gerais de desenho da investigação.

O QUALITATIVO, SUAS POTENCIALIDADES E SUAS LIMITAÇÕES

O social como um mundo de significados passível de investigação

Ao inscrever, no item anterior, a descrição matemática como uma questão de linguagem, Sanches afirma que "quanto mais complexo é o fenômeno sob investigação, maior deverá ser o esforço para se chegar a uma quantificação adequada". Em seguida, o autor relativiza as "descrições matemáticas complicadas" como sendo "extremamente intratáveis", devendo o investigador defrontar-se com situações conflitantes entre realismo e manejabilidade.

A reflexão de Sanches ajuda a introduzir o estudo sobre as potencialidades e os limites do método qualitativo, dentro de uma discussão epistemológica mais ampla.

Uma das questões colocadas sobre a cientificidade das ciências sociais diz respeito à plausibilidade de se tratar de uma realidade na qual tanto investigadores como investigados são agentes: esta ordem de conhecimento não escaparia radicalmente a toda possibilidade de objetivação?

Para responder a esta pergunta, uma corrente de estudiosos das áreas humanosociais, como Durkheim (1978), tem se munido de dois argumentos metodológicos:

a) é possível traçar uniformidades e encontrar regularidades no comportamento

humano; e b) regularidades predizíveis existem em qualquer fenômeno humanocultural e podem ser estudadas sem levar em conta apenas motivações individuais.

Outros cientistas, porém, tentam encaminhar a discussão de forma diferente, questionando se, ao buscar instrumentos de objetivação do social apenas através da quantificação das uniformidades e regularidades, não se estaria descaracterizando o que há de essencial nos fenômenos e nos processos sociais.

No início do século XX, em Chicago, Estados Unidos, e no final do século XIX, em Heidelberg, Alemanha, surgia uma escola sociológica que se rebelava radicalmente contra a tentativa de analogia entre ciências naturais e ciências sociais. Seu fundamento residia na argumentação de que as ciências sociais privam-se da sua própria essência quando se abstêm de examinar a estrutura motivacional da ação humana.

O desenvolvimento desta segunda corrente, em oposição ao positivismo, deveuse a estudiosos como Wilhelm Dilthey, embora certas de suas raízes possam ser encontradas em Hegel, Marx e, até, Vico. Quem deu maior consistência metodológica a esta reflexão, no entanto, foi Max Weber. É de Weber a afirmação de que cabe às ciências sociais a compreensão do significado da ação humana, e não apenas a descrição dos comportamentos. Weber também afirma que o elemento essencial na interpretação da ação é o dimensionamento do significado subjetivo daqueles que dela participam (Weber, 1970).

Da mesma forma, William Thomas (1970), um dos pais da sociologia norteamericana, avançou na elaboração do clássico teorema segundo o qual é essencial, no estudo dos seres humanos, descobrir como eles definem as situações nas quais se encontram, porque "se eles definem situações como reais, elas são reais em suas consequências" (1970: 245-247).

O que Weber e Thomas afirmaram tornou-se hoje um axioma da investigação dos "objetos" sociais. A compreensão de que os seres humanos respondem a estímulos externos de maneira seletiva, bem como de tal seleção é poderosamente influenciada pela maneira através da qual eles definem e interpretam situações e acontecimentos, passou a complicar o raciocínio sobre a cientificidade enquanto modelo já construído.

A corrente compreensivista – mãe das abordagens qualitativas – ganhou legitimidade à medida que métodos e técnicas foram sendo aperfeiçoados para a abordagem dos problemas humanos e sociais. No entanto, persistem muitas questões, complexas e profundas, que se tornam posições intelectuais e ideológicas frente aos interrogantes teóricos, metodológicos capazes de abranger os objetos com mais profundidade.

O positivismo de Comte (1978) e Durkheim (1978), por exemplo, tem defendido

que a única forma científica de apreender o social é a observação dos dados da experiência, isto é, dos caracteres exteriores, objetivamente manifestos nos fatos: "a posição epistemológica de base do positivismo", dizem Bruyne et al. (1991), "é a recusa da apreensão imediata da realidade, da compreensão subjetiva dos fenômenos, da pesquisa intuitiva de suas essências". A atitude positivista é caracterizada, quanto ao método, pela subordinação da imaginação à observação (Comte, 1978). Os fatos são valorizados pelas suas características exteriores, como bem o descreve Durkheim (1978): "é coisa todo objeto de conhecimento que não é naturalmente penetrável pela inteligência (...) e que o espírito só pode chegar a compreender com a condição de sair de si mesmo, por meio de observações e de experimentações". Assim, resumindo, a abordagem positivista limita-se a observar os fenômenos e fixar as ligações de regularidade que possam existir entre eles, renunciando a descobrir causas e contentando-se em estabelecer as leis que os regem. A lógica que preside esta linha de atividade é de caráter comparativo e exterior aos sujeitos. O positivismo não nega os significados, mas recusa-se a trabalhar com eles, tratando-os como uma realidade incapaz de se abordar cientificamente.

Um dos marcos históricos a favor desta corrente foi a tese de Doutorado de Samuel Stouffer, em 1930, na Universidade de Chicago (naquela ocasião, o templo norte-americano da abordagem qualitativa), com o título "An Experimental Comparison of Statistical and Case History Methods of Attitude Research" (1931). Tal tese ensejou um amplo debate acadêmico sobre a propriedade dos métodos quantitativos e qualitativos nas ciências sociais, redundando numa clara prioridade a favor da abordagem estatística, porque: a) foi considerada mais rápida, mais fácil de ser viabilizada e capaz de abranger um número maior de casos; e b) as análises qualitativas foram consideradas, quando muito, estudos heurísticos, pré-científicos, subjetivistas ou, até "reportagens malfeitas".

Ora, o debate da década de 30 não se encerrou; pelo contrário, continua ainda hoje em todos os centros de reflexão sobre o social. Os motivos que fundamentaram a crítica de Stouffer, no entanto, estão muito mais relacionados ao pouco desenvolvimento de métodos e técnicas compatíveis do que com a própria natureza do conhecimento. E é neste sentido que, ao contrário do positivismo, a sociologia compreensiva coloca o aprofundamento do "qualitativo" inerente ao social, enquanto possibilidade e único quadro de referência condizente e fundamental das ciências humanas no presente.

Neste debate, como já se mencionou, W. Dilthey (1956) separa as ciências físicas e as ciências humanas com um recorte fundamental. Para ele, nas ciências físicas é possível procurarmos explicações, na sociologia compreensiva lidamos com a compreensão dos fenômenos através da análise de seus significados. Nas primeiras

estabelecem-se leis causais; nas segundas, configurações e interpretações.

Weber (1970) elabora a tarefa qualitativa como a procura de se atingir precisamente o conhecimento de um fenômeno histórico, isto é, significativo em sua singularidade.

É no campo da subjetividade e do simbolismo que se afirma a abordagem qualitativa. A compreensão das relações e atividades humanas com os significados que as animam é radicalmente diferente do agrupamento dos fenômenos sob conceitos e/ou categorias genéricas dadas pelas observações e experimentações e pela descoberta de leis que ordenariam o social.

A abordagem qualitativa realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se volve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas.

No entanto, não se assume aqui a redução da compreensão do outro e da realidade a uma compreensão introspectiva de si mesmo. É por isso que, na tarefa epistemológica de delimitação qualitativa, há de se superar tal ideia, buscando uma postura mais dialética dentro daqueles três aspectos descritos por Bruyne et al. (1991): a) o movimento concreto, natural e sócio histórico da realidade estudada (sentido objetivo); b) a lógica interna do pensamento enquanto sentido subjetivo; e c) a relação entre o objeto real visado pela ciência, o objeto construído pela ciência e o método empregado (sentido metodológico).

É necessário buscar o auxílio de pensadores como Habermas (1987), para quem "uma teoria dialética da sociedade procede de maneira hermenêutica. Nela, a compreensão do sentido é constitutiva. Tira suas categorias primeiro da consciência que têm da situação os próprios indivíduos em ação. No sentido objetivo do meio social, articula-se o sentido sobre o qual se insere a interpretação sociológica, ao mesmo tempo identificadora e crítica".

Em outras palavras, do ponto de vista qualitativo, a abordagem dialética atua em nível dos significados e das estruturas, entendendo estas últimas como ações humanas objetivadas e, logo, portadoras de significado. Ao mesmo tempo, tenta conceber todas as etapas da investigação e da análise como partes do processo social analisado e como sua consciência crítica possível. Assim, considera os instrumentos, os dados e a análise numa relação interior com o pesquisador, e as contradições como a própria essência dos problemas reais (Minayo, 1982).

Voltando ao ponto inicial sobre as indagações epistemológicas de tal abordagem, dir-se-ia que a cientificidade tem que ser pensada aqui como uma ideia reguladora de alta abstração, e não como sinônimo de modelos e normas rígidas. Na verdade, o

trabalho qualitativo caminha sempre em duas direções: numa, elabora suas teorias, seus métodos, seus princípios e estabelece seus resultados; noutra, inventa, ratifica seu caminho, abandona certas vias e toma direções privilegiadas. Ela compartilha a ideia de "devir" no conceito de cientificidade.

Definir o nível de simbólico, dos significados e da intencionalidade, constituílo como um campo de investigação e atribuir-lhe um grau de sistematicidade pelo desenvolvimento de métodos e técnicas têm sido as tarefas e os desafios dos cientistas sociais que trabalham com a abordagem qualitativa ao assumirem as críticas interna e externa exercidas sobre suas investigações.

Linguagem e prática: matérias-primas da abordagem qualitativa

Segundo Granger (1982), a realidade social é qualitativa e os acontecimentos nos são dados primeiramente como qualidades em dois níveis: em primeiro lugar, como um vivido absoluto e único incapaz de ser captado pela ciência; e em segundo lugar, enquanto experiência vivida em nível de forma, sobretudo da linguagem que a prática científica visa transformar em conceitos.

Falando dentro do campo sociológico, Gurvitch (1955) diferencia também dois níveis de experiência em constante comunicação: a) o "ecológico, morfológico, concreto", que admite expressão em cifras, equações, medidas, gráficos e estatísticas; e b) o das "camadas mais profundas", que se refere ao mundo dos símbolos, dos significados, da subjetividade e da intencionalidade.

É exatamente esse nível mais profundo (em constante interação com o ecológico) – o nível dos significados, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores, que se expressa pela linguagem comum e na vida cotidiana – o objeto da abordagem qualitativa.

Por trabalhar em nível de intensidade das relações sociais (para se utilizar uma expressão kantiana), a abordagem qualitativa só pode ser empregada para a compreensão de fenômenos específicos e delimitáveis mais pelo seu grau de complexidade interna do que pela sua expressão quantitativa. Adequa-se, por exemplo, ao estudo de um grupo de pessoas afetadas por uma doença, ao estudo do desempenho de uma instituição, ao estudo da configuração de um fenômeno ou processo. Não é útil, ao contrário, para compor grandes perfis populacionais ou indicadores macroeconômicos e sociais. É extremamente importante para acompanhar e aprofundar algum problema levantado por estudos quantitativos ou, por outro lado, para abrir perspectivas e variáveis a serem posteriormente utilizadas em levantamentos estatísticos.

O material primordial da investigação qualitativa é a palavra que expressa a fala cotidiana, seja nas relações afetivas e técnicas, seja nos discursos intelectuais, burocráticos e políticos.

Segundo Bakhtin (1986), existe uma ubiquidade social nas palavras. Elas são tecidas pelos fios de material ideológico; servem de trama a todas as relações sociais; são o indicador mais sensível das transformações sociais, mesmo daquelas que ainda não tomaram formas; atuam como meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas; são capazes de registrar as fases transitórias mais íntimas e mais efêmeras das mudanças sociais.

Nestes termos, a fala torna-se reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles), e, ao mesmo tempo, possui a magia de transmitir, através de um porta-voz (o entrevistado), representações de grupos determinados em condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas.

Uma das indagações mais frequentes no campo da pesquisa é a que se refere à representatividade da fala individual em relação a um coletivo maior. Tal indagação constituía uma preocupação de Bourdieu (1972) quando este definiu o conceito de habitus, segundo o qual a identidade de condições de existência tende a produzir sistemas de disposições semelhantes, através de uma harmonização objetiva de práticas e obras: "cada agente, ainda que não saiba ou não queira, é produtor e reprodutor do sentido objetivo, porque suas ações são o produto de um modo de agir do qual ele não é o produtor imediato, nem tem o domínio completo". Daí a possibilidade de se exercer, na análise da prática social, o efeito da universalização e da particularização (180).

O referido autor define o conceito de *habitus* da seguinte maneira: "um sistema de disposições duráveis e intransferíveis que integra todas as experiências passadas e funciona a todo momento como matriz de preocupações, apreciações e ações (...) o inconsciente da história que a história produz, incorporando as estruturas objetivas" (Bourdieu, 1972).

No mesmo sentido, existe um comentário feliz de Sapir (1967) quando diz que o "indivíduo concretiza, sob mil formas possíveis, ideias e modos de comportamento implicitamente inerentes às estruturas ou às tradições de uma dada sociedade". O autor acrescenta que "se um testemunho individual é comunicado, isto não quer dizer que se considera tal indivíduo precioso em si mesmo. Essa entidade singular é tomada como amostra da continuidade de seu grupo" (Sapir, 1967:90).

Resumindo, para Goldmann (1980), "a consciência coletiva só existe nas consciências individuais, embora não seja a soma dessas últimas".

Sociologicamente, diferente do que se passa com a Psicologia, a análise das palavras e das situações expressas por informantes personalizados não permanece, pois, nos significados individuais. A compreensão intersubjetiva requer a imersão nos significados compartilhados. Sociólogos e antropólogos têm demonstrado que a função essencial das normas culturais é prover os membros de um grupo ou sociedade com definições de situação inteligíveis e intercambiáveis no coletivo. Sem isso, a vida social seria impossível.

Portanto, se um estudioso do social está apto a entender a linguagem e a definição da situação típica de um grupo, estrato ou sociedade – respondendo às indagações tradicionais da ciência –, ele está apto também a predizer as respostas desse grupo com um certo grau de probabilidade.

As considerações acima encaminham-se para questões de ordem prática, sobretudo em relação à representatividade da fala e da observação das práticas, das instituições e do "evasivo da vida cotidiana".

O confronto da fala e da prática social é tarefa complementar e concomitante da investigação qualitativa, que, no entanto, em alguns casos, limita-se ao material discursivo. Em particular, as abordagens etnográficas não dispensam as etapas de observação e convivência no campo.

A ênfase quase absoluta na fala como material de análise transforma a questão da descoberta e da validade em habilidade de manipulação dos signos. Ela está fundamentada na crença de que a "verdade" dos significados situa-se nos meandros profundos da significação dos textos.

Ao contrário, o ensinamento fundamental da Antropologia é o cotejamento da fala, com a observação das condutas e dos costumes e com a análise das instituições. Checar o que é dito com o que é feito, com o que é celebrado e/ou está cristalizado. Desta forma, uma análise qualitativa completa interpreta o conteúdo dos discursos ou a fala cotidiana dentro de um quadro de referência, onde a ação e a ação objetivada nas instituições permitem ultrapassar a mensagem manifesta e atingir os significados latentes.

Há vários métodos e técnicas de análise do material qualitativo. E, assim, como observa Sanches a respeito do uso da estatística, há trabalhos bem-feitos ou malfeitos. Há investigadores que não passam além do que Bourdieu (1972) denomina "ilusão da transparência", da repetição do que ouve e vê no trabalho de campo. Tal procedimento não pode ser atribuído ao método em si, mas ao seu uso superficial e pobre. Segundo Granger (1982), um verdadeiro modelo qualitativo descreve, compreende e explica, trabalhando exatamente nesta ordem.

Para Nicole Ramognino (1982), um trabalho de conhecimento social tem que

atingir três dimensões: a simbólica, a histórica e a concreta. A dimensão simbólica contempla os significados dos sujeitos; a histórica privilegia o tempo consolidado do espaço real e analítico; e a concreta refere-se às estruturas e aos atores sociais em relação.

CONCLUSÕES

Propositalmente, não se entrou, neste trabalho, nas questões específicas da área da saúde, uma vez que a pretensão do texto era ser introdutório de uma problemática que concerne e ultrapassa o campo. No entanto, é certo que, hoje, os objetos de investigação, tanto dos professores como dos pós-graduandos em Saúde Pública da Ensp, vinculam-se metodologicamente aos temas aqui tratados, fato conhecido através do desenvolvimento das linhas de pesquisa e dos projetos de tese.

A intenção dos autores, portanto, é apenas dar um pontapé inicial num debate que consideram extremamente relevante e indiscutivelmente possível e promissor.

Consideram que, do ponto de vista metodológico, não há contradição, assim como não há continuidade, entre investigação quantitativa e qualitativa. Ambas são de natureza diferente.

A primeira atua em níveis da realidade, onde os dados se apresentam aos sentidos: "níveis ecológicos e morfológicos", na linguagem de Gurvitch (1955).

A segunda trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões.

A primeira tem como campo de práticas e objetivos trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis. Deve ser utilizada para abarcar, do ponto de vista social, grandes aglomerados de dados, de conjuntos demográficos, por exemplo, classificando-os e tornando-os inteligíveis através de variáveis.

A segunda adequa-se a aprofundar a complexidade de fenômenos, fatos e processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente.

Do ponto de vista epistemológico, nenhuma das duas abordagens é mais científica do que a outra. De que adianta ao investigador utilizar instrumentos altamente sofisticados de mensuração quando estes não se adequam à compreensão de seus dados ou não respondem a perguntas fundamentais? Ou seja, uma pesquisa, por ser quantitativa, não se torna "objetiva" e "melhor", ainda que utilize instrumentos sofisticados de análise, caso deforme ou desconheça aspectos importantes dos fenômenos ou processos sociais estudados. Da mesma forma, uma abordagem

qualitativa em si não garante a compreensão em profundidade.

Esta observação torna-se necessária para rebater a tese de vários estudiosos que, do ponto de vista científico, colocam, numa escala, a abordagem quantitativa como sendo a mais perfeita, classificando estudos qualitativos apenas como "subjetivismo", "impressões" ou, no máximo, "atividades exploratórias".

Não cabe neste espaço desenvolver o tema, mas, tanto do ponto de vista quantitativo quanto do ponto de vista qualitativo, é necessário utilizar todo o arsenal de métodos e técnicas que ambas as abordagens desenvolveram para que fossem consideradas científicas.

No entanto, se a relação entre quantitativo e qualitativo, entre objetividade e subjetividade não se reduz a um *continuum*, ela não pode ser pensada como oposição contraditória. Pelo contrário, é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais "ecológicos" e "concretos" e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa.

REFERÊNCIAS

ALTMAN, D. G., 1991. Statistics in Medical Journals: Developments in the 1980s. **Statistics in Medicine**, 10: 1897-1913.

BAILEY, N. T. J., 1967. **The Mathematical Approach to Biology and Medicine**. London: John Wiley & Sons.

BAKHTIN, M., 1986. Marxismo e filosofia da linguagem. 3 ed. São Paulo: Hucitec;

BERGER, J. D.; SELLKE, T., 1987. Testing a Point Null Hipothesis: The Irreconciliability of *P* Values and Evidence. **Journal of the American Statistical Association**, 82: 112-139.

BOURDIEU, P., 1972. Esquisse d'une théorie de la pratique. Paris: Librairie Droz.

BRUYNE, P. et al., 1991. **Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

COMTE, A., 1978. **Discurso sobre o espírito positivo**. São Paulo: Abril. (Os pensadores)

DILTHEY, W., 1956. **Introducción a las ciencias del espíritu**. Madrid: Ed. Revista de Ocidente.

DURKHEIM, E., 1978. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Abril. (Os pensadores)

FISCHER, R. A., 1934. **Statistical Methods for Research Workers**. Edinburgh: Oliver and Boyd.

GALTON, F., 1889. Natural Inheritance. London: MacMillan.

GOLDMANN, L., 1980. Ciência humana e filosofia. 8 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

GOODMAN, S.; ROYALL, R., 1985. Evidence and Scientific Research. **American Journal of Public Health**, 78: 1568-1574.

GRANGER, G. G., 1982. Modèles qualitatifs, modèles quantitatifs dans la connaissance scien-tifique. *In*: HOULE, G. (Org.) **Sociologie et Societés**, v. XIV, n. 1, p. 7-15, Montréal: Les Presses de L'Université de Montréal.

GURVITCH, G., 1955. **Determinismes sociaux et liberté humaine**. Paris: Presses Universitaires de France.

HABERMAS, J., 1987. Dialética e hermenêutica. Porto Alegre: LPM.

MIETTINEN, O., 1985. Theoretical Epidemiology. New York: John Wiley & Sons.

LENIN, W., 1965. Cahiers Philosophiques. Paris: Ed. Sociales M.

MINAYO, M. C. S., 2015. O desafio do conhecimento. 14 ed., São Paulo: Hucitec.

NEYMAN, J., 1976. The Emergence of Mathematical Statistics. *In*: OWEN, D. B. (Org.) **On the History of Statistics and Probability**, p. 68-121. New York: Marcel Dekker.

NEYMAN, J.; PEARSON, E. S., 1967. **Joint Statistical Papers of J. Neyman and E. S. Pearson**. Berkeley: University of California Press.

QUETELET, L. A. J., 1835. Sur l'homme et le dévelopment de ses facultés, ou Essai de physique sociale. Paris: Bachelier.

RAMOGNINO, N., 1982. Pour une approche dialectique en sociologie. **Sociologie et societés**, 59: 83-86.

SAPIR, E., 1967. Anthropologie. Tomo I. Paris: Ed. Minuit.

SCHUTZ, A., 1979. Fenomenologia e relações sociais. Rio de Janeiro: Zahar.

STEPHEN, J. W. E.; MILLS, P.; DAWSON, J., 1988. The End of the *P* Value? (Editorial). **British Heart Journal**, 60: 177-180.

STOUFFER, S., 1931. An Experimental Comparison of a Statistical and a Case History Technique of Attitude Research. **Publications of the American Sociological Society**, 25: 154-156.

THOMAS, W., 1970. The Definition of the Situation. *In*: COSER, L. A.; ROSEMBERG, B. (Eds.) **Sociological Theory**: *A Book of Readings*. 3 ed., p. 245-247. Toronto: The MacMillan Company.

WALD, A., 1950. Statistical Decision Functions. New York: John Wiley & Co.

WEBER, M., 1970. The Methodological Foundation Sociology. *In*: COSER, L. A.; ROSEMBERG, B. (Eds.) **Sociological Theory**: *A Book of Readings*. 3 ed., p. 248-258. Toronto: The MacMillan Company.

DESIGN THINKING APLICAÇÕES NO DESENHO DE PESQUISA

Cleila Guimarães Pimenta

Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade de Brasília

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2341-9421

cleila.pimenta@gmail.com

Kelly Lucy Guimarães Gomes

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Universidade de Brasília

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1904-4113

klggomes2@gmail.com

Janara Sousa

Faculdade de Comunicação, PPG, Universidade de Brasília

ORCID: <u>https://orcid.org/0000-0002-9056-5827</u>

janara.sousa@gmail.com

Resumo

Desenhar uma pesquisa é uma prática comum da comunidade acadêmica; porém, muitas vezes ela não é realizada de maneira crítica e reflexiva. Neste artigo, destacase a importância do desenho de pesquisa e de sua comunicação de forma eficaz, facilitando a compreensão do debate e robustecendo a própria pesquisa. O objetivo é apresentar como o Design Thinking pode auxiliar a construção dos desenhos, de modo a contribuir no próprio caminho de investigação e na entrega de comunicações acessíveis.

Palavras-chave: Desenho de Pesquisa. Design Thinking. Pesquisa Científica.

INTRODUÇÃO

O *Design Thinking* (DT) é considerado um tipo de pesquisa observatória etnográfica que pode ser aplicada a desenhos de pesquisa, além de diversas outras possibilidades. Ao aplicar o DT, o pesquisador desafia sua criatividade, tal qual os designers, escultores e pintores em suas criações — porém, não na solidão de um estúdio, pois normalmente realiza-se DT em oficinas, dinâmicas de grupos, workshops, entrevistas ou teleconferências nas quais equipes multi ou interdisciplinares são estimuladas a participar. Assim, os participantes de DT devem estar dispostos a identificar/definir um problema e cocriar uma solução.

Esse tipo de pesquisa, que é centrado na observação do ser humano, apoia o pesquisador a formular seus problemas de pesquisa, utilizar novas métricas, testar, prototipar suas hipóteses e, principalmente, visualizar a trajetória de sua pesquisa. Portanto, a utilização do DT é estratégica para a definição e a visualização dos desenhos de pesquisa. Quando sistematizados os desenhos de pesquisa, é possível observar as forças e as fragilidades da trajetória proposta pelos pesquisadores. Se bem definido o desenho de uma pesquisa utilizando-se DT, pode haver uma comunicação rápida e clara com o seu público-alvo.

Por o DT ser um tipo de pesquisa que pode ser aplicada em diferentes contextos, para o enfrentamento de desafios complexos, de amplo escopo e com os mais diversos públicos, e por meio do qual se pode chegar a soluções, protótipos, sistemas, políticas, processos ou inovações, propõe-se este trabalho, que poderá auxiliar a construção dos desenhos, de modo a contribuir no próprio caminho de investigação e na entrega de comunicações acessíveis.

Na primeira seção, são apresentados os conceitos de desenho de pesquisa e a importância desse instrumento técnico/metodológico para resolver o problema de pesquisa, funcionando como um guia em todas as etapas.

Na segunda seção, é apresentado um pequeno trecho do design e sua influência sobre o DT; são discutidos os conceitos de DT e suas aplicações nas mais diversas áreas do conhecimento, com destaque para a área de saúde.

Na terceira seção, os conceitos de DT e de desenhos de pesquisa são aplicados na prática e discutidos com a apresentação de alguns casos.

DESENHO DE PESQUISA

A motivação para iniciar uma pesquisa está quase sempre vinculada à

curiosidade e ao interesse genuíno por um objeto ou um tópico, ou a uma teoria, que, da construção de um tema e elaboração da pergunta a ser respondida, levará a uma conclusão através de metodologias científicas e planejamento. Inicialmente, uma avaliação preliminar pode ajudar o pesquisador a restringir seu foco e saber o que já foi desenvolvido no tema escolhido, as perguntas que já foram respondidas e o que já foi dito sobre determinado assunto.

Após essa fase preliminar, o pesquisador estará mais apto a delimitar o público interessado, formular sua pergunta e começar sua pesquisa. Entretanto, mesmo depois dessa etapa, devido aos inúmeros caminhos que a pesquisa pode seguir, é muito comum que o pesquisador perca o seu foco inicial. Uma forma de organizar uma pesquisa e mantê-la nos "eixos" desde a concepção até o desfecho, permitindo chegar a conclusões inequívocas e resultados reprodutíveis, é a elaboração de um bom desenho de pesquisa.

Para alguns autores, na pesquisa empírica contemporânea os "desenhos de pesquisa têm prioridade sobre a análise" (KING *et al.*, 1995). Nessa visão, os desenhos de pesquisa são os pilares na construção de cientificidade, o que os torna imprescindíveis na produção de conhecimento científico, principalmente quando se quer levantar inferências causais a partir de dados experimentais ou observacionais (RESENDE, 2015).

Para Gorard (2013, p. 8, tradução nossa), "o desenho de pesquisa é uma forma de organizar um projeto ou programa de pesquisa desde o seu início, a fim de maximizar a probabilidade de gerar evidências que forneçam uma resposta convincente às questões de pesquisa para um determinado nível de recurso". Esse autor destaca que

Desenho de pesquisa não é fundamentalmente sobre técnicas ou procedimentos. É mais a respeito de cuidado e atenção aos detalhes, motivados pela paixão pela segurança de nossas conclusões obtidas através da pesquisa. Em sua forma mais simples, o desenho de pesquisa é sobre convencer uma audiência de pessoas céticas que decisões importantes que estão por trás das conclusões da pesquisa são as mais seguras possíveis. (GORARD, 2013, p. 4, tradução nossa)

Nesse contexto, um trabalho científico só pode ser realizado desde que o desenho de pesquisa esteja bem planejado, de forma que sua estrutura seja um guia utilizado para o planejamento, o desenvolvimento/implementação e a análise do estudo. Para isso, o desenho de pesquisa deve considerar dois critérios: a relevância

do problema e as contribuições para a ciência. Além disso, tem como componentes fundamentais: objeto de estudo; pergunta a ser respondida; teoria utilizada; hipótese; fontes da pesquisa; método (LISBOA, 2019).

King (1995) dividiu, para fins analíticos, o desenho de pesquisa em quatro componentes: a questão de pesquisa, a teoria, os dados e o uso dos dados, que não são desenvolvidos separadamente; não há uma ordem pré-determinada para serem cumpridos. Como exemplo, alguns pesquisadores qualitativos começam seu trabalho de campo antes de escolher uma pergunta.

Uma visão mais procedimental para desenvolver um desenho de pesquisa é apresentada por Filho *et al.* (2012), que sugerem a divisão em dez procedimentos: (1) explicitar e justificar a questão de pesquisa; (2) descrever os métodos e as técnicas; (3) simplificar a hipótese de trabalho; (4) produzir inferências causais falsificáveis; (5) apresentar as limitações do desenho de pesquisa; (6) minimizar a complexidade da linguagem; (7) compartilhar a base de dados; (8) evitar gráficos nebulosos e tabelas poluídas e incompletas; (9) ser criticado antes de publicar; e (10) escolher adequadamente os meios de divulgação. Destaca-se que, para esses autores, apenas o procedimento (4), produzir inferências causais falsificáveis, não é necessariamente aplicável a desenhos de pesquisa qualitativa.

Entretanto, um bom desenho de pesquisa deve seguir uma proposição coerente, buscando responder às perguntas e evitando as ambiguidades. Para isso, utilizam-se dois tipos fundamentais de perguntas de pesquisa. A primeira delas é a pergunta descritiva, que se refere a "o que está acontecendo?". A segunda é do tipo explicativo, e se refere a "por que está acontecendo?" (KING, 1995).

Diante de tantas opções metodológicas e descrições teóricas, elaboramos um caminho com o intuito de ajudar os futuros pesquisadores na elaboração de seu desenho de pesquisa.

Fígura 1. Fases de um desenho de pesquisa

Objeto/Tema/Tópico de Interesse

O que estão falando/escrevendo sobre isso? Inicie uma pesquisa bibliográfica e descubra

Elabore uma pergunta de pesquisa

Por que é importante responder sua pergunta? Justifique Lembre-se do seu público-alvo "Empatia"

Crie hipóteses

Faça uma pesquisa bibliográfica mais aprofundada, buscando interferências causais para desenvolver o seu tema

Métodos e Técnicas

Como irá responder às perguntas? Como e onde os dados serão coletados? Como os dados serão analisados? Esta etapa depende do conhecimento de métodos de pesquisa

Produza conhecimento

Compartilhe seus achados Solicite avaliações e críticas

Um desenho de pesquisa construído com critérios a partir de seus componentes básicos é um instrumento fundamental de orientação em qualquer fase da pesquisa. Vale lembrar que essa ferramenta não é estática e poderá ser alterada durante a pesquisa.

DESIGN THINKING

O Design Thinking (DT) reuniu duas capacidades próprias dos humanos, a de pesar e a de projetar ou desenhar. O educador de Stanford Robert H. McKim afirma em sua "Teoria de design baseada nas necessidades humanas" que o "Design é uma capacidade exclusiva dos seres humanos de manipular materiais e energia em uma resposta racional ou sentimental às necessidades humanas físicas, intelectuais e emocionais – necessidades humanas que são parcialmente formadas e modificadas pelo ambiente natural e cultural" (MEINEL; LEIFER, 2018).

As definições de DT são tão ricas e diversas quanto são suas aplicações. Para muitos autores, DT é uma metodologia, e a sua origem é atribuída ao livro de Herbert A. Simon, *As ciências do artificial*, de 1969. Mas Tim Brown (2008) é um dos autores mais citados nos estudos sobre DT, e talvez a forma mais simples de defini-lo seja: "Design Thinking é método de pensamento visual" (MICHELI *et al.*, 2019).

Brown (2008), autor do livro *Change by Design*, também define que "Design Thinking é uma abordagem antropocêntrica para inovação que usa ferramentas dos designers para integrar as necessidades das pessoas, as possibilidades da tecnologia e os requisitos para o sucesso dos negócios" (p.). Ele apresentou o processo de *Design Thinking* como um ciclo de três fases: inspiração, ideação e implementação.

Para o Hasso Plattner Institute of Design (2020), também conhecid como Stanford d.school, "Design Thinking é uma metodologia para a solução criativa de problemas. Você pode usá-lo para informar sua própria prática de ensino ou pode ensiná-lo a seus alunos como uma estrutura para projetos do mundo real", dividindose em cinco fases.

Figura 2. Fases do Design Thinking



1. CRIAR EMPATIA OU COMPREENDER

Entender quais são as necessidades das pessoas envolvidas no problema (consumidores, funcionários etc), do que precisam do que gostam, zo que querem.



2. DEFINIR

A partir daquela pesquisa, delimitar qual é o problema, o que precisa ser resolvido ou criado.



3. IDEAR

É a fase de brainstorm, em que as ideias e sugestões devem fluir sem censura, sem medo de errar.



4. PROTOTIPAR

Escolher uma ou algumas ideias (aqui é que costumam entrar os post-its, que ajudam o grupo a organizar e selecionar as ideias mais recorrentes ou mais interessantes) e criar protótipos. Pode ser um desenho, uma maquete feita com caixas velhas e fita crepe, algo que simule o produto final.



5. TESTAR

Agora é hora de experimentar os protótipos e escolher o que faça mais sentido.

Fonte: Elaboração Própria, a partir de Hasso Plattner Institute of Design, "What is Design Thinking?" (2020)

Para muitos um dos maiores desafios de utilizar a metodologia e ferramentas de design thinking é a capacidade de ter ou adquirir criatividade, otimismo; existe uma suposição automática de que existe uma solução potencial para cada problema. O desafio, então, é para o designer construí-lo, usando esse processo e ferramentas, por meio da criatividade, interação e falha. O processo incentiva os indivíduos a avançar rapidamente, sem gastar muito tempo debatendo questões ou ideias. Em vez disso, os participantes são encorajados a se inclinar para a ação para garantir que o progresso seja feito. Além disso, o processo de design thinking é altamente flexível,



o que permite sua aplicação em vários contextos. A flexibilidade exige conforto com ambiguidade e prontidão para o fracasso. (CAMPOS FILHO *et al.*, 2020).

Se se limitar a aplicação do DT visando-se apenas à inovação industrial, pode-se observar uma padronização com o estabelecimento da norma ISO 9241-210, chamada Design Centrado no Ser Humano (DCSH), que tem sua origem nas áreas da ciência da computação, da ergonomia e da inteligência artificial, e que visa à "usabilidade" de sistemas interativos, considerando fatores humanos e ergométricos, técnicas e conhecimentos (HOLEMAN; KANE, 2019).

No entanto, pelo menos duas revisões sistemáticas analisadas para a elaboração deste estudo apontam que as práticas de DT e DCSH carecem de conceitos padronizados mais amplamente aceitos pelas diversas áreas do conhecimento que as aplicam. Por outro lado, elas afirmam que DT e DCSH possuem como fatores comuns amplamente disseminados a participação dos stakeholders e a empatia. Essa falta de padronização torna-se um obstáculo para as medidas dos impactos, pois dificulta a identificação dos esforços e dos recursos empenhados nesse tipo de estudo (HOLEMAN; KANE, 2019).

O DT utiliza o método de criação dos designers para resolver problemas, inovar em produtos, serviços, sistemas e processos, desenvolver novos negócios ou formular políticas. É considerado um tipo de pesquisa exploratória (utiliza entrevistas com respostas dos usuários/participantes sobre o que pensam e sentem) e observacional etnográfica (observa o que as pessoas fazem) centrada no usuário, em que a empatia deve ser promovida e dados qualitativos podem ser obtidos. O brainstorming com equipes colaborativas multi ou interdisciplinares pode ser aplicado para a obtenção desses dados.

Valendo-se das impressões, dos conhecimentos e das interpretações de profissionais de várias áreas, o DT é utilizado em trabalhos colaborativos, pois enriquece o processo criativo e aumenta as chances de sucesso dos produtos ou soluções geradas a partir desse processo.

A Figura 3, referente ao Duplo Diamante, ilustra bem o processo que vai da identificação do problema à solução. Esse processo pode ser aplicado a qualquer contexto; as duas faces do "diamante" levam à solução do problema, podendo-se aprofundar os conceitos empregados durante todo o processo.

"Entender", "Observar", "Desenvolver" e "Testar" são formas triangulares que, unidas, também representam as fases do DT em uma perspectiva diferente daquela representada na Figura 2. Na Figura 3, é possível observar que o "Entender" é um momento aberto (sem julgamentos) em que é possível identificar visões divergentes e a apresentação de diferentes ideias entre os participantes durante o entendimento do

problema. Na fase do "Observar", são realizadas as escolhas pelos participantes, pois eles poderão verificar que nem todas as ideias identificadas na fase anterior são viáveis. No "Desenvolver", os participantes podem identificar trajetórias, métodos ou práticas diferentes para chegar a uma mesma solução. Portanto, nesse momento também pode haver divergências. Na última fase, "Testar", os protótipos são selecionados.

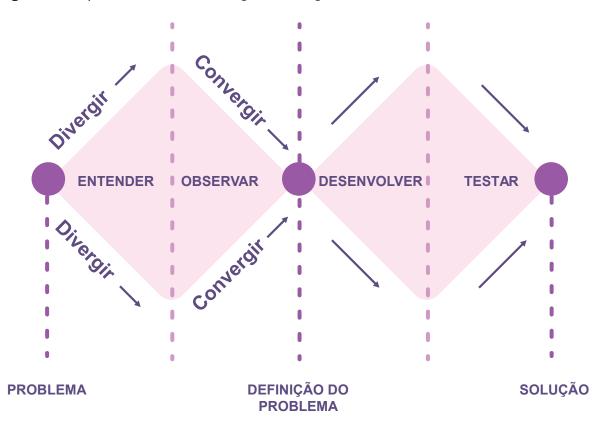


Figura 3. Duplo Diamante do Design Thinking

Fonte: "Website" (CAMPOS FILHO et al., 2020).

Além disso, o DT é utilizado como uma ferramenta para a realização do planejamento estratégico de empresas, devido à possibilidade de gerar empatia em meio à colaboração, com a participação dos seus stakeholders, tais como funcionários, clientes e fornecedores. Dessa forma, empresas têm revisto seus modelos de negócios, missões e valores utilizando a abordagem do DT.

Considerando as questões sociais, tanto o DT quanto o DCSH podem ser aplicados até na resolução de problemas complexos tais como a saúde pública global, pois se utilizam da interação, da empatia, da ideação e do contexto. Assim, eles têm sido aplicados nas últimas décadas visando a melhorar a saúde da população, a educação e até mesmo a avaliação de política e programas. Com a atual pandemia do Covid-19, o DT é aplicado na adaptação de programas de treinamento de

profissionais de saúde, a fim de elaborar estratégias para lidar com a crise e dar respostas inovadoras às demandas de saúde pública (THAKUR *et al.*, 2020).

Em pesquisa, o DT pode apoiar a formulação ou a definição de problemas centrados no ser humano (usuário), a visualização de ideias, a utilização de novas métricas, a compreensão do viés não intencional, bem como a experimentação e a "prototipagem" – sendo as duas últimas provenientes da contribuição de Mckim para a cultura dos designers, que se fortaleceu no *Design Thinking* (MEINEL; LEIFER, 2018).

Como um dos objetivos do DT é criar inovações rápidas a partir de um problema ou de uma demanda, na pandemia ele é um tipo de pesquisa amplamente aplicado na saúde pública. Isso porque envolve uma análise mais intensa de informações, utiliza-se de um mapeamento de oportunidade e exige uma definição mais clara dos problemas para chegar a uma solução (THAKUR *et al.*, 2020).

Assim, o DT pode ser uma boa ferramenta para o enfrentamento de desafios complexos, de amplo escopo, com múltiplos interessados, pela qual se podem identificar e visualizar problemas e chegar a soluções, protótipos, sistemas, políticas, processos ou inovações.

APLICANDO O DESIGN THINKING NO DESENHO DA PESQUISA

Como vimos nas seções anteriores, hoje o design não é considerado apenas uma área dedicada à estética, pois as mudanças recentes no mundo têm demandado capacidades que vão além de manipular a matéria e a energia. O DT é o link entre pesquisa e desenvolvimento (P&D) e a aplicação "Website" (CAMPOS FILHO *et al.*, 2020). E, por ele ser um tipo de pesquisa centrada no ser humano, é possível identificar alguns macroproblemas da humanidade para os quais o mundo atual tem demandado soluções. Esses macroproblemas podem delinear os rumos das pesquisas nos próximos anos, como em:

- Economia e iniquidades em saúde;
- Mudanças climáticas e sustentabilidade;
- Automação e desemprego.

Assim, o DT poderá ser aplicado no foco a ser dado a esses macrotemas ou a qualquer outro que se queira pesquisar.

Nesta seção, busca-se demonstrar como o DT foi utilizado na elaboração de

desenhos de pesquisa, de modo que o leitor possa visualizar a trajetória de pesquisa adotada por três pesquisadoras no desenvolvimento de suas teses.

Caso 1 – Escola de App: enfrentando a violência online contra meninas

Desenho do projeto de pesquisa e extensão "Escola de App", coordenado por Janara Sousa, professora da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, e financiado pelo Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP/DF) e pela Secretaria da Mulher, do Ministério dos Direitos Humanos. Trata-se de uma pesquisa-ação com o objetivo de compreender a violência online de gênero contra meninas do ensino médio, apontando características, tipologias, recorrências e consequências. Em seu braço intervencionista, o projeto atuou diretamente em escolas públicas de ensino médio para sensibilizar as meninas sobre o tema e ensiná-las noções básicas de programação de aplicativos.

Figura 4. Desenho da pesquisa "Escola de App: enfrentando a violência online contra meninas"

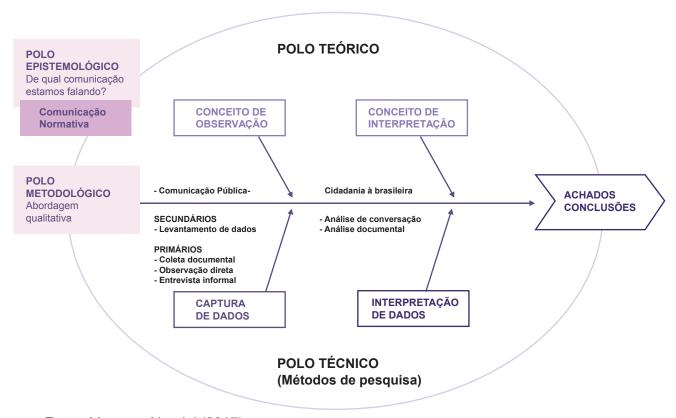


Fonte: Site do Grupo de Pesquisa Internet e Direitos Humanos (www.internet direitoshumanos. com.br)

Caso 2 – Comunicação pública e efetividade da Justiça: uma análise dos processos comunicacionais nos Juizados Especiais Cíveis do Distrito Federal

A pesquisa consistiu em uma avaliação da efetividade da comunicação pública em Juizados Especiais Cíveis, resultado do mestrado da pesquisadora Vanessa Negrini (2017). A pesquisa, de abordagem qualitativa, coletou dados a partir da observação participante, da reunião de documentos e de entrevistas. Os procedimentos metodológicos da autora beberam na fonte do próprio *Design Thinking*. Como se pode perceber pela imagem abaixo, a autora embasou-se no clássico desenho Espinha de Peixe para representar a sua pesquisa.

Figura 5. Desenho da pesquisa da dissertação "Comunicação pública e efetividade da Justiça: uma análise dos processos comunicacionais nos Juizados Especiais Cíveis do Distrito Federal"



Fonte: Vanessa Negrini (2017)

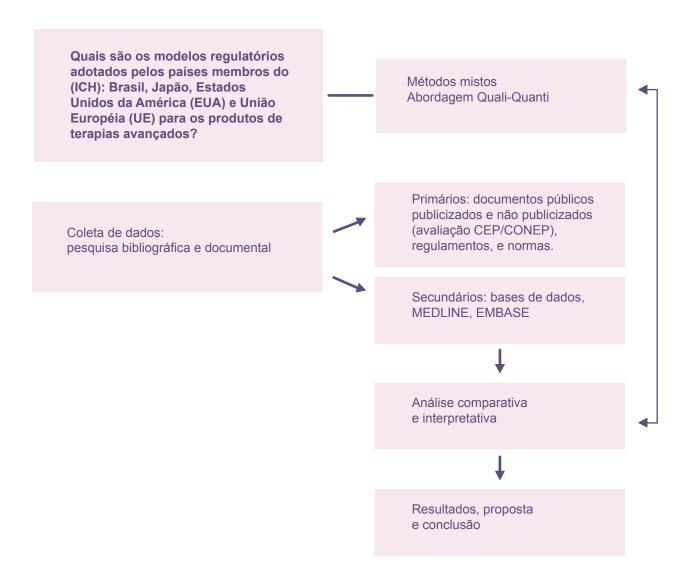
Caso 3 – Produtos de terapias avançadas: regulação e monitoramento sanitário no Brasil, Estados Unidos da América, União Europeia e Japão

Este é um desenho de pesquisa do projeto aprovado para o doutorado do

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade de Brasília. Trata-se de um estudo de métodos mistos, abordagem quali-quanti, que utilizará análise comparativa e interpretativa. O objetivo geral é avaliar os modelos regulatórios adotados pelos países-membros do Conselho Internacional para Harmonização de Requisitos Técnicos para Medicamentos de Uso Humano (ICH): Brasil, Japão, Estados Unidos da América (EUA) e União Europeia (UE) para registro, ensaios clínicos, monitoramento e acesso de produtos para terapias avançadas.

Figura 6. Esquema da área de saúde

Aspectos éticos, regulatórios e monitoramento sanitário de produtos de terapia avançada no Brasil, Estados Unidos da América, Europa e Japão



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *Design Thinking* pode ser um grande aliado da produção científica. Sua vocação para o desenvolvimento de soluções a partir de contribuições coletivas traz um *modus operandi* inspirador para o fazer científico. Materializar o problema e a solução em um desenho pode parecer uma proposta óbvia, mas nem de longe revela um caminho simples ou banal na produção científica.

Os desenhos de pesquisa têm consigo duas dimensões importantes. A primeira delas é a necessidade de produzi-los coletivamente ou, pelo menos, esforçar-se para ouvir o maior número de interlocutores possível, ação que cada vez é menos recorrente, especialmente nas solitárias produções dos mestrandos e doutorandos. Ouvir múltiplas vozes contribui para o desenho de uma pesquisa que apresenta resultados e externalidades mais complexas.

Já a segunda dimensão é relativa ao esforço de comunicação científica que é realizado quando se confecciona um desenho de pesquisa. Longe de ser acessível, o conhecimento científico enfrenta duras críticas e até descrença devido, entre outras razões, a sua baixa capacidade de se comunicar de modo acessível. Os desenhos de pesquisa, ao mesmo tempo que contribuem para uma comunicação mais democrática da ciência, também inspiram para que outras etapas do fazer científico incorporem esse *ethos*.

REFERÊNCIAS

BROWN, T. Design thinking. Harvard Business Review 86 (6): 84-92, 2008.

CAMPOS FILHO, A.; SIGORA, J.; BONDUKI, M. Ciências comportamentais e políticas públicas: o uso do SIMPLES MENTE em projetos de inovação. Brasília: Enap, 2020.

HOLEMAN, I.; KANE, D. *Human-Centered Design for Global Health Equity*. *Information Technology for Development*, v. 26, n. 3, p. 477-505, 2019.

KING, G.; KEOHANE, R.; VERBA, S. *Designing Social Inquiry*: Scientific Inference in Qualitative Research. New Jersey: Princeton University Press, 1995.

LISBOA, M. T. Elementos para elaboração de um desenho de pesquisa. **Mural Internacional**, [S.I.], v. 10, e38439, set. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.12957/rmi.2019.38439.

MEINEL, C.; LEIFER, L. **Design Thinking Research**: Looking Further: Design Thinking beyond Solution-Fixation. Springer, 2018.

MICHELI, P.; WILNER, S. J. S.; BHATTI, S. H.; MURA, M.; BEVERLAND, M. B. Doing Design Thinking: Conceptual Review, Synthesis, and Research Agenda. *Journal of Product Innovation Management*, 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1111/jpim.12466.

PARANHOS, R.; BRITO FILHO, D. F.; ROCHA, E. C.; SILVA JUNIOR, J. A.; SANTOS, M. Levando Gary King a sério: desenhos de pesquisa em Ciência Política. Paraná. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, 2012. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5380/recp.v3i1-2.29614>. Acesso em dez. 2020.

SOUSA, J. K. L. L. Caiu na rede é jovem? O exercício do protagonismo idoso na Internet no Brasil e na Espanha. 2009. Disponível em: http://repositorio.unb.br/handle/10482/8289. Acesso em dez. 2020.

THAKUR, A.; SOKLARIDIS, S.; CRAWFORD, A.; MULSANT, B.; SOCKALINGAM, S. Using Rapid Design Thinking to Overcome COVID-19 Challenges in Medical Education. **Academic Medicine**, 2020. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1097/acm.000000000003718.

Website. Disponível em: ">https://www.researchgate.net/project/Ciencias-comportamentais-aplicadas-ao-aprimoramento-de-politicas-publicas-no-Brasil>">https://www.researchgate.net/project/Ciencias-comportamentais-aplicadas-ao-aprimoramento-de-politicas-publicas-no-Brasil>">https://www.researchgate.net/project/Ciencias-comportamentais-aplicadas-ao-aprimoramento-de-politicas-publicas-no-Brasil>">https://www.researchgate.net/project/Ciencias-comportamentais-aplicadas-ao-aprimoramento-de-politicas-publicas-no-Brasil>">https://www.researchgate.net/project/Ciencias-comportamentais-aplicadas-ao-aprimoramento-de-politicas-publicas-no-Brasil>">https://www.researchgate.net/project/Ciencias-comportamentais-aplicadas-ao-aprimoramento-de-politicas-publicas-no-Brasil>">https://www.researchgate.net/project/Ciencias-comportamentais-aplicadas-ao-aprimoramento-de-politicas-publicas-no-Brasil>">https://www.researchgate.net/project/Ciencias-comportamentais-aplicadas-ao-aprimoramento-de-politicas-publicas-no-Brasil>">https://www.researchgate.net/project/Ciencias-comportamentais-aplicadas-ao-aprimoramento-de-politicas-publicas-no-Brasil>">https://www.researchgate.net/project/Ciencias-comportamentais-aplicadas-ao-aprimoramentais-aplicadas-ao-aprimoramentais-aplicadas-ao-aprimoramentais-aplicadas-ao-aprimoramentais-aplicadas-ao-aprimoramentais-ao-aprimoramentais-aplicadas-ao-aprimoramentais-aplicadas-ao-aprimoramentais-aplicadas-ao-aprimoramentais-aplicadas-ao-aprimoramentais-aplicadas-ao-aprimoramentais-aplicadas-ao-aprimoramentais-aplicadas-ao-aplica

Website. Disponível em: <Four ways that government can make better use of design to increase R&D https://www.design council.org.uk/resources/guide/download-ourguide-how-design-can-be-used-increase-investment-rd>. Acesso em dez. 2020.

WHAT Is Design Thinking? Disponível em: https://www.interaction-design.org/literature/topics/design-thinking>. Acesso em dez. 2020.

DESENHO DE PESQUISA

Estella Rosa Borges de Brito

Faculdade de Ciências da Saúde, Departamento de Nutrição, Programa de Pós-Graduação em Nutrição Humana

ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7852-3694

estellarbbrito@gmail.com

Resumo

O planejamento da pesquisa compreende uma fase fundamental para o alcance dos melhores resultados da execução de um trabalho científico. O Desenho de Pesquisa consiste em um plano, ou um guia, que representa todos os passos de realização de uma pesquisa. Sua elaboração proporciona um momento rico em reflexões sobre a abordagem do tema, os objetivos, os métodos, os instrumentos de coleta de informações, a metodologia de análise de dados, dentre outros. Um desenho de pesquisa coerente, realista, feito com cuidado e atenção aos detalhes de cada uma das etapas do estudo reflete diretamente no sucesso do trabalho científico.

Palavras-chave: Metodologia. Desenho de Pesquisa. Pesquisa Científica.

DESENHO DE PESQUISA

O sucesso de uma pesquisa, em grande parte, depende de um planejamento detalhado de todas as suas fases de execução. A sistematização de todas as etapas necessárias para a realização da pesquisa proporciona ao pesquisador ou ao grupo de pesquisa um momento muito rico em reflexões sobre a abordagem do tema, a identificação dos métodos, a antecipação das dificuldades a serem enfrentadas, as estratégias de resolução, dentre outros aspectos específicos de cada modelo de pesquisa (MEDINA; OLIVEIRA, 1999).

Nesse sentido, o desenho de pesquisa é um plano, ou um guia, que representa todos os passos de realização de uma pesquisa. Ele reflete como o pesquisador pretende chegar à resposta da pergunta ou hipótese de pesquisa. Por esse motivo, o desenho de pesquisa deve ser elaborado antes de a pesquisa ser iniciada de fato, ou seja, consiste em uma etapa que antecede a pesquisa (KING; KEOHANE; VERBA, 1994).

A construção de um desenho de pesquisa acontece por meio da discussão metodológica do estudo, dos dados, evidências, informações que se pretende levantar e de como o pesquisador pretende usar as evidências para fazer inferências sobre o tema em questão. Trata-se de um cuidado em relação à execução da pesquisa, para que ela seja realizada em um contexto seguro quanto às conclusões a serem obtidas através do estudo (GORARD, 2013).

O desenho de pesquisa é composto por uma dupla associação: de um lado, a dimensão teórica na qual a pesquisa se insere; de outro lado, a dimensão prática, que descreve o passo a passo a ser adotado pelo pesquisador.

Portanto, elaborar um desenho de pesquisa é uma tarefa complexa, que deve estar centrada na resposta à pergunta ou hipótese de pesquisa. Em torno desse tema central, o método, os procedimentos a serem cumpridos e os conceitos teóricos e práticos se ajustam.

Segundo Silva (2018), existem três aspectos relevantes com os quais o pesquisador deve lidar no âmbito do desenho de sua pesquisa: (i) ter conhecimento a respeito das discussões teóricas sobre o objeto que pretende estudar; (ii) ter clareza sobre a relevância da pergunta a que pretende responder; e (iii) adotar procedimentos válidos que respondam àquela pergunta e que sejam aceitos pelos pares científicos.

Além de todo o arcabouço teórico que deve ser mencionado pelo autor em seu desenho de pesquisa, existem pelo menos três etapas do campo prático que precisam ser bem definidas. A primeira delas é a coleta de dados. O conteúdo, as variáveis e as ferramentas a serem utilizadas durante a coleta precisam estar expressas no

desenho de pesquisa.

O que coletar e como coletar deve ser cuidadosamente estabelecido no momento de planejamento da pesquisa. O desenho de pesquisa é feito a partir de muitas perguntas; neste contexto, seriam: quais dados serão úteis para testar a hipótese ou responder à pergunta de pesquisa? Qual seria o instrumento ideal para a coleta: um questionário, um roteiro de entrevista, um roteiro de observação? – e assim por diante.

O segundo passo seria a tabulação ou medição dos dados. Essa etapa diz respeito à organização das informações coletadas, e consiste na transformação de dados em informações que possam ser analisadas. Nessa etapa, o pesquisador pode lançar mão de programas computacionais e análises estatísticas necessárias à elaboração de índices, tabelas, quadros e gráficos.

O terceiro passo seria a análise das informações, que está relacionada à interpretação dos resultados. Trata-se de traduzir números, palavras, textos e discursos em resposta à pergunta de pesquisa.

O detalhamento do método a ser utilizado em cada um desses passos deve ser alvo de reflexão para a consecução do desenho de pesquisa.

Os aspectos gerais abordados até aqui possuem a função de trazer à mente do leitor/pesquisador os caminhos para a elaboração de um desenho de pesquisa. A seguir, passamos a tratar um pouco mais especificamente dos componentes do desenho de pesquisa, sem, no entanto, esqotar suas possibilidades e funcionalidades.

1. ESCOLHA DO TEMA

Escolher o tema significa delimitar o assunto da pesquisa, estabelecendo os limites para o desenvolvimento do estudo dentro da área de interesse do pesquisador. O tema é o primeiro passo para a definição do protocolo de pesquisa. Trata-se da definição do problema a ser investigado ou da hipótese a ser analisada. É importante avaliar a relevância do assunto a ser abordado. Para tanto, é necessário um levantamento prévio em fontes bibliográficas convencionais e também na Internet.

O tema pode surgir a partir de situações do cotidiano, pessoais ou profissionais, formais ou informais; pode ainda advir da experiência científica do pesquisador, da leitura de autores consagrados, de trabalhos já realizados ou de pesquisas aleatórias na Internet.

A escolha de um tema deve levar em consideração alguns aspectos importantes para o desenvolvimento da pesquisa, tais como: o interesse do pesquisador, a

importância teórico-prática, a adequação às possibilidades de tempo do pesquisador e à disponibilidade de recursos financeiros para sua execução, além da viabilidade da coleta de informações e subsídios para a conclusão da pesquisa (MORESI, 2003).

Devem-se evitar extensão e generalidade na escolha do tema, pois tal fato prejudica a seleção do sujeito e do objeto de pesquisa. Recomenda-se que o tema seja delimitado a uma única situação-problema, com limites bem demarcados, o que permite um tratamento do assunto em profundidade.

2. REVISÃO DA LITERATURA

A revisão da literatura sobre o tema definido para a pesquisa fornece elementos norteadores importantes. O pesquisador deve ter conhecimento a respeito do que já foi escrito e publicado sobre o assunto, dos aspectos e vieses abordados em estudos anteriores. É nesse momento que o pesquisador obterá a fundamentação teórica para sustentar a sua proposta de pesquisa.

A partir desse aprofundamento nos conhecimentos já existentes sobre o assunto, será possível definir com mais precisão os objetivos da pesquisa, evitar repetições de estudos bem estabelecidos anteriormente e identificar lacunas na literatura.

A revisão da literatura deve ser realizada de forma metódica ou sistemática, com o uso de palavras-chave, marcadores e termos de busca orientados, voltando-se ao material já publicado na forma de livros, revistas, publicações avulsas, imprensa escrita e até eletrônica, disponibilizada na Internet. (FONTELLES *et al.*, 2009).

É importante também mencionar que a revisão da literatura oferece alternativas metodológicas para o pesquisador, as quais têm sido utilizadas para responder a perguntas de pesquisa. Portanto, ela é uma ferramenta de otimização do trabalho de investigação. Encontrar pesquisas similares e analisar a metodologia e o formato do estudo pode ser extremamente útil para a definição da pesquisa (MOREIRA, 2004).

3. FORMULAÇÃO DA PERGUNTA DE PESQUISA

Uma vez escolhido o tema e feita a revisão da literatura, o investigador possui condições de elaborar especificamente a pergunta da pesquisa.

Cummings *et al.* (2003) apresentam critérios para a definição de uma boa pergunta de pesquisa. Em linhas gerais, a pergunta deve ser:

- Factível: é viável em termos de tempo e custos; possui escopo manejável; possui características técnicas adequadas;
- Interessante para o investigador;
- Inovadora: confirma ou refuta achados anteriores; expande os achados anteriores ou fornece novos achados;
- Ética: cumpre as regulamentações e normas éticas existentes;
- Relevante para o conhecimento científico e para direcionamentos futuros de pesquisa.

Essas características devem ser levadas em conta pelo pesquisador no momento de definir a sua pergunta de pesquisa. A pergunta será o centro da pesquisa. A partir dela, todas as outras etapas serão desenhadas e terão o objetivo de responder a ela de forma clara e sucinta.

É importante mencionar que o investigador pode levantar hipóteses para responder à sua pergunta de pesquisa. As hipóteses são suposições colocadas como resposta à pergunta. A hipótese geralmente é levantada com base na análise do conhecimento já existente sobre o assunto, ou pode mesmo ser uma resposta provisória ou uma "aposta" naquilo que pode surgir como resultado da pesquisa.

4. DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS

O objetivo de uma pesquisa deve ser claro e guardar coerência com a pergunta ou hipótese de pesquisa. Ele tem o papel de informar o que de fato o pesquisador está propondo e quais resultados pretende alcançar, ou mesmo qual contribuição a pesquisa proporcionará. Tem-se, a partir daí, o objetivo geral da pesquisa.

Do objetivo geral advêm os objetivos específicos, que explicarão em maiores detalhes os desdobramentos do objetivo geral. Eles devem informar as ações a serem executadas para responder ao problema de pesquisa. (SANTAELLA, 2001; PAVIANI, 2009).

Para expressar os objetivos, o pesquisador deve utilizar verbos para as ações planejadas, como "determinar", "identificar", "estabelecer" etc. Os objetivos podem representar as metas de pesquisa e destacar a abordagem prática de cada uma das etapas do estudo.

5. METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia da pesquisa é a explicação detalhada e rigorosa de todas as ações a serem adotadas no método do trabalho a ser realizado. Mais do que isso, ela é a descrição das características da pesquisa e de todos os procedimentos que serão adotados até que se chegue à conclusão.

De maneira geral, a metodologia deve conter estas informações: marco teórico específico sobre o método que será utilizado; definição do tipo de estudo; etapas de desenvolvimento; população do estudo; procedimentos e instrumentos de coleta de dados; critérios e padronização das informações a serem levantadas; técnicas estatísticas, organização e codificação de dados e/ou informações; análise quantitativa e/ou qualitativa; e cronograma de atividades (MEDINA; OLIVEIRA, 1999).

Enfim, trata-se de tudo aquilo que será utlizado no trabalho de pesquisa. Vale destacar que os objetivos da pesquisa e as hipóteses devem ser levados em conta na definição da metodologia.

6. COLETA DE DADOS

A coleta de informações ou dados de pesquisa deve estar alinhada ao tipo de pesquisa que se pretende realizar, pois as informações a serem levantadas podem ser oriundas de documentos técnicos, pesquisa bibliográfica, consultas na Internet, entrevistas, observação, investigação, dentre tantas outras possibilidades.

Para cada uma dessas fontes existem instrumentos de coleta específicos. Destacam-se a seguir dois dos instrumentos mais utilizados:

• Questionário: é um instrumento elaborado pelo pesquisador, cujo preenchimento será realizado pelo informante. A sua linguagem deve ser clara e simples, de tal forma que o informante compreenda as questões sem precisar da intervenção do investigador. Uma carta de apresentação do estudo e do próprio instrumento pode acompanhar o questionário, quando de sua entrega ao informante. Recomendase que seja realizada uma etapa de teste do questionário em um estudo-piloto da pesquisa com uma amostra reduzida, a fim de identificar eventuais erros de formulação do instrumento. Geralmente, o questionário possui uma parte inicial de identificação do informante e em seguida as questões a serem respondidas. O questionário geralmente é utilizado para coletar dados quantitativos, mas pode conter perguntas abertas e fechadas, objetivas ou subjetivas. No que se refere

- ao seu conteúdo, as perguntas devem ter relação com a pergunta de pesquisa (KAUARK et al., 2010);
- Formulário: é um dos instrumentos mais utilizados na investigação social. O formulário deve ser elaborado e preenchido pelo pesquisador com informações advindas diretamente do entrevistado. Trata-se de um roteiro a ser utilizado pelo investigador para a coleta de informações a partir de sua observação ou de respostas do interlocutor da pesquisa. Devem ser levados em conta o seu tamanho, o espaço reservado para as anotações e as formas de registro escolhidas, tais como círculo, traço ou destaque de palavras. Esse instrumento geralmente é utilizado para coleta de informações qualitativas.

Além dos instrumentos de coleta de dados, também deve ser considerada a técnica que será utilizada para esse fim, que pode ser uma entrevista, a observação, uma pesquisa em formato remoto, dentre outras.

7. ANÁLISE E DISCUSSÃO SOBRE OS ACHADOS DA PESQUISA

A análise dos dados da pesquisa exige a organização das informações coletadas. Essa etapa pode ser chamada de tabulação dos dados, especialmente no caso de pesquisas quantitativas. Nesse momento, podem ser utilizadas técnicas computacionais e métodos estatísticos que levem à interpretação dos dados.

No caso de pesquisas qualitativas, é frequente o uso de metodologias específicas de análise de conteúdo e/ou análise de discurso. Os métodos elaborados por Laurence Bardin (2011) e Michel Foucalt (1996) são extremamente úteis e aplicáveis nesses respectivos casos. O tratamento dos dados deve variar de acordo com a natureza do objeto, o modelo da pesquisa e os instrumentos utilizados. O desenho de pesquisa deve prever atentamente os métodos a serem utilizados nessa etapa.

Após o tratamento dos dados, o pesquisador interpretará e analisará todo o conteúdo apresentado. A análise deve retomar a pergunta e os objetivos da pesquisa, buscando comprovar ou confrontar os pressupostos do estudo. Por conseguinte, será possível explorar os resultados a partir de uma discussão que tenha embasamento em teorias já fundamentadas, em experiências registradas e em hipóteses que possam surgir a partir do próprio estudo.

8. CONCLUSÃO

Aconclusão compreende a etapa em que o pesquisador sintetizará os resultados obtidos, bem como as análises e discussões sobre o tema da pesquisa. Deve-se buscar uma relação direta com os objetivos do estudo e identificar se a pergunta da pesquisa foi de fato respondida a partir dos métodos de investigação utilizados. A conclusão também pode ressaltar as perspectivas sobre o estudo do tema no futuro e a contribuição que a pesquisa trouxe para o avanço da ciência (ZANELLA, 2011).

9. DIVULGAÇÃO DA PESQUISA

A etapa final da elaboração do desenho de pesquisa diz respeito à comunicação dos resultados do estudo. O pesquisador deve planejar quais serão as estratégias utilizadas para divulgar a pesquisa realizada. O formato ou os formatos a serem utilizados para a divulgação da pesquisa determinarão o modelo de escrita, redação e apresentação dos dados que deverão ser trabalhados pelo pesquisador.

Nesse momento, o pesquisador pode lançar mão de técnicas de design para a representação gráfica de sua pesquisa e dos resultados obtidos. O desenho gráfico representa o uso do design para traduzir os achados da pesquisa em um modelo de comunicação que seja mais amigável e de fácil compreensão ao leitor. Trata-se de uma forma mais efetiva para transmitir ideias (GRUSZYNSKI, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenho de pesquisa, contemplado por todas as etapas mencionadas acima, mostra ser uma ferramenta muito relevante para o planejamento da pesquisa. A elaboração do desenho permite ao investigador a reflexão prévia sobre as teorias, os conceitos e as abordagens a serem utilizadas, bem como o planejamento das ações práticas, métodos, instrumentos, intervenções e análises a serem realizadas.

Por esse motivo, afirma-se que o sucesso do andamento da pesquisa, do alcance dos resultados e da contribuição que ela pode oferecer à ciência se deve em grande parte à elaboração de um desenho de pesquisa coerente, realista, feito com cuidado e atenção aos detalhes de cada uma das etapas do trabalho.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

CUMMINGS, S. R. *et al.* Elaborando a questão de pesquisa. *In*: HULLEY, S. B.; CUMMINGS, S. R.; BROWNER, W. S. *et al.* **Delineando a pesquisa clínica**: *uma abordagem epidemiológica*. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FONTELLES, M. J. *et al.* Metodologia da Pesquisa Científica: diretrizes para elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista Paraense de Medicina**, 23(3), 2009.

FOUCAULT, M. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 1996.

GORARD, S. **Research Design**: *Creating Robust Approaches for the Social Sciences*. 2013.

KAUARK, F. S.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. **Metodologia da pesquisa**: *um guia prático*. Itabuna: Via Literatura, 2010.

KING, G.; KEOHANE, R. O.; VERBA, S. **Designing Social Inquiry**: *Scientific Inference in Qualitative Research*. Princeton University Press, 1994.

MEDINA, N. H.; OLIVEIRA, M. B. Trabalho científico: roteiro para o planejamento e cuidados preliminares. **Arquivo Brasileiro de Oftalmologia**, 62(5), 1999.

MOREIRA, W. **Revisão de literatura e desenvolvimento científico**: conceitos e estratégias para confecção. Lorena: Janus, 2004.

MORESI, E. **Metodologia de pesquisa**. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação. Universidade Católica de Brasília, 2003.

PAVIANI, J. **Epistemologia prática**: *ensino e conhecimento científico*. Caxias do Sul: EDUCS, 2009.

SANTAELLA, L. **Comunicação e pesquisa**: projetos para mestrado e doutorado. São Paulo: Hacker Editores, 2001.

SILVA, G. P. Desenho de pesquisa. In: SOARES, M. M.; MACHADO, J. A. **Metodologias de pesquisa**. Enap, 2018.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de pesquisa**. 2 ed. Florianópolis: UFSC, 2011.

ELABORAÇÃO DA PERGUNTA DE PESQUISA

Nisley de Sousa Tocchio dos Anjos

Universidade de Brasília, Faculdade de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências da Saúde

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6127-238X

nisleysousa@gmail.com

Barbara Cândida Rodriguês Portilho

Universidade de Brasília, Faculdade de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências da Saúde

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1690-0495

barbaracandidarodrigues@gmail.com

Resumo

A pergunta de pesquisa é sem dúvidas o ponto de partida mais importante para a produção de qualquer projeto de pesquisa. No meio acadêmico, é de grande valia versar sobre esse tema, uma vez que ele norteia e tem reflexo direto na qualidade do trabalho a ser realizado. Este ensaio busca apresentar caminhos aos interessados em conhecer o processo de planejamento e elaboração da pergunta, apontando alguns critérios, cautelas e técnicas, tais como o uso de acrônimos e a recomendação do Manual de Revisores Cochrane. Esses apontamentos auxiliam a formulação de uma pergunta elegível que seja focada, respondível, interessante, inovadora, coerente e ética.

Palavras-chave: Pergunta de Pesquisa. Motivações para Pesquisa. Acrônimos.

INTRODUÇÃO

Essencialmente o homem tem características que o tornam diferente dos animais e dos seres inanimados: uma dessas características é sua capacidade de questionar, de fazer perguntas que possam ser respondidas para melhor compreender o mundo de que faz parte, permitindo-lhe assim interagir com o meio e transformá-lo.

Desse modo, uma pessoa se torna um pesquisador por motivações diversas, como a vontade de saciar suas curiosidades, de se questionar acerca do mundo que nos cerca, e obter respostas. Geralmente respostas científicas nascem de um questionamento ou de uma de inquietação inicial acerca de um contexto que o indivíduo considera interessante. Mas como se faz uma pergunta científica?

Na obra *Ser e tempo* (1927), Martin Heidegger (1889-1976) faz uma análise da estrutura formal da pergunta: "Todo perguntar é uma busca", "Tudo que se busca tem uma direção que antecede ao que se busca". Nesse mesmo contexto, o professor Urbano Zilles afirma que "Ao perguntar é inerente, além daquilo sobre que se pergunta, um aquele a que se pergunta. Na pergunta que se investiga, ou seja, especificamente teorética, trata-se de determinar e traduzir em conceito aquilo que se pergunta e em que o perguntar chega na sua meta" (ZILLES, 2006, p. 21).

Ainda segundo o pensamento de Zilles, quando se faz uma pergunta implicitamente há certo conhecimento prévio, mesmo que na forma de um "présaber", o qual possibilita dar uma direção ou sentido à pergunta. O indivíduo sempre tem um ponto de vista sobre o assunto, mesmo que incompleto, que o leva a indagarse acerca do tema e querer conhecer mais. Dessa forma, "saber perguntar" é uma característica fundamental do ser humano. O perguntar constitui, pois, não só uma característica, mas um traço constitutivo do ente humano; a pergunta move-o em busca de resposta (ZILLES, 2006, p. 28-29). Tal concepção é corroborada pelo pensamento do filósofo da ciência e físico americano Thomas Kuhn (2018, p. 204), que em suas obras versou sobre o conhecimento científico e apontou que tudo o que é visto pelo homem depende daquilo que sua "experiência visual-conceitual" prévia o ensinou. Logo, pode-se fazer a analogia com as perguntas científicas; todas elas dependem das experiências prévias do indivíduo.

Para iniciar um projeto, o pesquisador precisa encontrar dentro do seu campo profissional questões que sejam de fato relevantes e que tragam resultados importantes na prática. O tema inserido na abordagem geralmente provém da área de conhecimento prévio que foi definida pelo pesquisador através de sua prática profissional e/ou de sua curiosidade acerca da área de estudo. Importantes descobertas científicas surgiram a partir de pesquisas nas quais se tentava responder

a essas perguntas. É válido destacar também que as respostas a essas perguntas estão em constante mudança, uma vez que novos conhecimentos são gerados de tempos em tempos. A etapa mais importante da pesquisa científica é a elaboração da pergunta de pesquisa, também conhecida como pergunta norteadora, pergunta-problema, entre outras definições.

COMO IDENTIFICAR UMA PERGUNTA DE PESQUISA?

Ler regularmente é a maneira mais comum de identificar uma boa pergunta de pesquisa. Isso permite que você se mantenha atualizado sobre os mais recentes avanços e identifique certas questões ou problemas não resolvidos que continuam aparecendo.

Comece procurando e lendo a literatura do seu campo, como periódicos de interesse geral, mas não se limite a publicações em periódicos; você também pode procurar dicas no noticiário ou em blogs de pesquisa. Depois que tiver identificado alguns temas interessantes, você deve ler o índice dos periódicos e os resumos de uma quantidade relevante de artigos naquela área de estudo, e então ler inteiramente os artigos que estejam diretamente relacionados à sua pesquisa.

DICAS:

- Fique de olho em artigos de revisão e em edições especiais na área de estudo escolhida, já que eles são muito úteis para descobrir novas áreas e temas relevantes;
- Cadastre-se em sites de periódicos ou editoras para receber sumários das novas edições de cada periódico ou notificações quando forem publicados artigos no campo da pesquisa de seu interesse;
- Fazer parte de clubes de periódicos é uma excelente maneira de ler e dissecar artigos publicados dentro e em torno de uma área de estudo. Esses clubes geralmente são formados por cinco a dez pessoas do mesmo grupo de pesquisa ou instituto, e se reúnem para avaliar os pontos positivos e negativos da pesquisa apresentada no artigo. Isso permite que você se mantenha atualizado no campo de estudo e se familiarize com o que é necessário para produzir um bom artigo o que pode ajudar na escrita do artigo. Se possível, comunique-se com alguns dos autores desses artigos por e-mail ou pessoalmente;
- Ir a conferências é uma ótima maneira de encontrar alguns desses autores.
- Frequentemente, falar com autores de importantes trabalhos dentro da área de interesse suscita mais ideias do que apenas ler o artigo.

PERGUNTAS GERAIS VERSUS PERGUNTAS ESPECÍFICAS

Uma pergunta pode ser geral ou específica, e sua dimensão vai depender do número de estudos encontrados, assim como da experiência do pesquisador. A pesquisa de dados relevantes para perguntas gerais pode ser mais demorada do que as buscas relevantes para questões estritamente definidas. Pesquisas com foco geral também podem se tornar difíceis de apresentar, manter e compreender, enquanto pesquisas com foco específico podem não ser generalizáveis a múltiplas configurações, populações e formulações de uma intervenção. Dentro desse contexto, no Quadro 1, temos o que seria uma pergunta ideal *versus* uma pergunta certa.

Quadro 1. Descrição da pergunta ideal versus pergunta certa

Pergunta ideal:

É algo com relevância e impacto no conhecimento científico. No entanto, na prática, dificilmente é resolvida pela falta de tempo, dinheiro ou mesmo habilitade técnica para isso.



Pergunta certa:

É derivada da pergunta ideal, sendo geralmente uma parte dela. Na sua maioria, as perguntas certas apresentam condições favoráveis de serem respondidas!

CRITÉRIOS PARA ELABORAR UMA PERGUNTA DE PESQUISA

No livro Designing Clinical Research (HULLEY et al., 2013) é apresentado um método para a formulação da pergunta de pesquisa a partir do acrônimo FINGER e das características contidas em suas letras: Feasible, Interesting, Novel, Good, Ethical, and Relevant (Figura 1). São recomendados o exame sistemático dos critérios FINGER e a discussão de todos os aspectos relevantes com um mentor ou colega antes da redação do protocolo de estudo e da realização de um trabalho que irá responder à pergunta de estudo proposta.

Figura 1. Descrições expandidas dos critérios recomendados para o desenvolvimento de uma boa pergunta de estudo.

Critérios FINGER

Feasible (Factivel)

- Acesso a um número adequado de participantes
- A equipe de pesquisa tem formação técnica adequada para realizar o estudo
- Acessível: os custos são razoáveis e o financiamento está disponível
 Pode ser concluído em um período de tempo razoável

Interesting (Interessante)

As respostas fornecidas pelo estudo serão de interesse para a comunidade científica

Novel (Original)

• Fornece novos achados, amplia ou refuta achados anteriores

Good (Bom)

• Para sua carreira: se alinha em seu pleno de carreira

Ethical (Ética)

 O risco para os participantes é baixo/aceitável, considerado ético pelos parede e pelo comitê de ética

Relevant (Relevante)

 Para melhorar o conhecimento científico, orientar médicos clínicos e a política de saúde e impactar futuras pesquisas

PERGUNTA DE PESQUISA NO CAMPO DA SAÚDE

No que tange às pesquisas no campo da saúde, a pergunta de pesquisa tem sido de grande importância, devido ao fato de que cada vez mais os profissionais dessa área são requisitados a basear suas decisões clínicas nas melhores evidências científicas disponíveis, as quais geralmente se dão em resposta a problemas apresentados.

Nesse contexto emerge o conceito de Medicina Baseada em Evidências (MBE), definida como a "integração da melhor pesquisa de evidência com experiência clínica e valores de paciente". Essa definição clássica foi preconizada por David Sackett (1996, p.71). A MBE se refere ao uso consciencioso, explícito e sensato da melhor evidência disponível na tomada de decisão sobre o cuidado a pacientes, acrescida

da experiência do médico e das preferências do paciente. A Pesquisa Baseada em Evidências (PBE) visa à melhoria do cuidado por meio da identificação e promoção de práticas que funcionem, da eliminação das práticas ineficientes ou prejudiciais e da minimização da lacuna entre a geração da evidência e sua aplicação no cuidado ao paciente. Na Figura 2 estão apresentadas as etapas (PBE) (SANTOS et al., 2007).

Figura 2. Etapas da Pesquisa Baseada em Evidência

- 1. Identificação de um problema clínico
- 2. Formulação de uma questão clínica relevante
- 3. Busca das evidências científicas
- 4. Avaliação das evidências científicas
- **5.** Avaliação da aplicabilidade clínica da evidência
- 6. Implementação da evidência no cuidado ao paciente
- 7. Avaliação dos resultados da mudança revisão sistemática

Desse modo, como apresenta Santos *et al.*, "as etapas 1, 2, 3 e 4 representam o desenvolvimento dos estudos chamados revisões sistemáticas, modelo de pesquisa fundamental dentro da PBE. Revisão sistemática representa a utilização de método padronizado para sintetizar os dados de múltiplos estudos primários". (SANTOS *et al.*, 2007, p.2). Assim, a pergunta de pesquisa nas revisões sistemáticas está diretamente ligada ao tipo de estudo proposto, conforme demonstrado na Figura 3:

Figura 3. Esquemas padronizados para síntese de múltiplos estudos na revisão sistemática

Prevalência	Observacional	Transversal "foto"	PECOS
Risco	Observacional	Longitudinal "filme"	PECOS
Associação	Observacional	Caso-controle	PECOS

Intervenção	Intervenção	Ensaios clínicos	PICOS
Diagnóstico	Observacional	Diagnóstico	PIRD

No conceito de medicina baseada em evidências se introduz o modelo composto por algumas etapas, dentre elas a formulação de perguntas clínicas respondíveis. Na etapa de formulação de uma resposta clínica, as perguntas são um dos passos mais difíceis na prática da MBE, e esta pode ser a explicação de um problema clínico em uma pergunta com resposta. Ao nos depararmos com um paciente com um problema específico, várias perguntas podem surgir para as quais gostaríamos de obter respostas. Fato é que essas perguntas são frequentemente estruturadas de maneira inadequada, confusa ou complexa, e podem não estar claras na mente do pesquisador.

A prática da medicina baseada em evidências deve começar com a formulação de uma pergunta clínica, dado o fato de que devemos desenvolver a capacidade de tornar nossas necessidades de informação em perguntas com resposta. Essas perguntas clínicas devem ser formuladas com clareza e foco no problema; além disso, devem ser respondíveis com o auxílio da literatura a ser consultada. Sackett tem proposto uma estrutura aplicada para tornar as questões clínicas mais direcionadas e relevantes (SANTOS *et al.*, 2007) baseada na estratégia de acrônimos como PICOS (intervenção), PECOS (observação) e PIRD (diagnóstico). Ele sugere que uma boa questão clínica deve ter alguns componentes elementares, os quais serão apresentados nas Tabelas 1 e 2.

Tabela 1. Descrição dos acrônimos PECOS e PICOS

Р	Paciente ou problema	Pode ser um único paciente ou um grupo de pacientes com uma condição particular ou um problema de saúde
I/E	Intercenção/ exposição	Representa a intervenção de interesse, que pode ser terapêutica (ex.: diferentes tipos de curativo), preventiva (ex.: vacinação), diagnóstica (ex.: mensuração da pressão arterial), prognóstica, administrativa ou relacionada a assuntos econômicos/tipos de exposição

С	Controle ou comparação	Definida como uma intervenção-padrão, a intervenção mais utilizada ou nenhuma intervenção
0	(Desfechos - "outcomes")	Resultados esperados
S	Tipo de estudo	Tipo de estudo utilizado para realiar o trabalho

Tabela 2. Descrição do acrônimo PIRD

Р	Paciente ou problema	Pode ser um único paciente ou um grupo de pacientes com uma condição particular ou um problema de saúde
1	Teste index/ teste a ser avaliado	Estudos que não compararam testes a serem avaliados com padrão ouro
R	Teste referência/ padrão ouro	Testes que são considerados padrão ouro pois já foram validados
D	Diagnóstico de interesse	A capacidade de diagnosticar aquilo em que se tem interesse

No campo da pesquisa baseada em evidências, a estratégia de busca com o uso de acrônimos tem sido valiosa, visto que ela norteia a elaboração da pergunta de pesquisa e da busca de bibliografias, possibilitando que o pesquisador, ao se deparar com uma incerteza ou um questionamento, encontre, de modo correto e eficaz, a melhor e mais completa informação científica disponível.

FORMULAÇÃO DA PERGUNTA SEGUNDO O MANUAL DE REVISORES DA COCHRANE⁴

1. Razão para formular bem as perguntas

Perguntas com foco inadequado levam a decisões pouco claras. Como em qualquer pesquisa, a primeira e mais importante decisão na preparação para realizá-la é determinar o seu foco. Uma das melhores formas de fazer esse processo é através de perguntas bem formuladas, elemento primordial de todo o estudo e que servirá como guia para toda a pesquisa (CLARKE, 2001). As perguntas orientarão a maior parte do processo de pesquisa, incluindo estratégias para localizar e selecionar estudos, teses, artigos ou dados, e também para avaliar criticamente sua relevância, validade e análise de resultados, aproximando o pesquisador dos dados que serão essenciais para a formulação do campo de estudo pretendido. Para elaborar uma pergunta, algumas indagações devem ser feitas sobre o seu escopo. Exemplos de indagações podem ser: a pergunta tem relevância ao tema? A pergunta é realista? O questionamento é amplo ou específico? Que tipo de resposta é esperado dessa pergunta?

2. Itens fundamentais para formulação de uma pergunta

Ainda segundo Clarke (2001), existem inúmeros elementos principais para uma pergunta bem formulada, os quais precisam ser definidos para a seleção dos estudos. Esses itens podem variar de acordo com cada estudo. Uma pergunta bem definida e clara tem que especificar:

- **2.1 Os tipos de participantes:** É interessante considerar a situação clínica dos participantes e identificar a população e o campo de interesse, como um grupo de pessoas determinado com base em fatores como idade, sexo, raça e outos. É importante expor o estágio da doença, o método utilizado para o diagnóstico e intervenções que poderão ser analisadas;
- **2.2 Os tipos de intervenções:** Outro componente de uma pergunta bem formulada é identificar intervenções que são de interesse e comparações

⁴ CLARKE, M.; OXMAN, A. D. (Eds.) Formulating the Problem. Cochrane Reviewers' Handbook 4.1. [updated June 2000]; Section 4. In: Review Manager (RevMan) [Computer program]. Version 4.1. Oxford, England: The Cochrane Collaboration, 2000, p. 25-31. Disponível em: <a href="http://www.cochrane.dk/cochrane/handbook/handbo

feitas entre os grupos;

- 2.3 Os tipos de resultados (desfechos clínicos de interesse): Um elemento necessário de uma questão bem formulada é a delimitação de resultados que são de interesse do pesquisador. Embora todos os resultados importantes devam ser incluídos, deve-se ter cuidado para não deixar de fora dados importantes. Segundo Castro (2001), é importante listar e descrever as variáveis de efetividade e segurança que são usadas como critério para determinar o sucesso daquela intervenção;
- **2.4 O tipo de estudo:** Alguns desenhos de estudo são superiores a outros quando se responde a perguntas específicas. Os pesquisadores devem considerar antecipadamente quais projetos de estudo provavelmente fornecerão dados confiáveis para responder a suas perguntas. Recomenda-se usar, para responder à pergunta de pesquisa, o tipo de estudo que possibilite uma quantidade menor de viés.

Dos critérios fundamentais citados acima, o que se refere ao tipo de estudo é o mais rígido e aquele que influenciará mais fortemente a inclusão ou exclusão dos estudos na revisão sistemática (CLARKE, 2001).

3. Utilizando os elementos importantes de uma pergunta para localizar e selecionar os estudos

Após a obtenção da pergunta bem formulada, é necessário determinar os principais componentes para focar estratégias de busca. Em geral, os componentes principais, úteis para serem usados na busca, incluem a condição ou doença de interesse e a intervenção ou exposição que está sendo avaliada. Sejam quais forem as estratégias de pesquisa utilizadas, será necessário passar por uma série de relatórios e decidir quais são relevantes e quais não.

A determinação de uma pergunta em termos de tipos de participantes, intervenções, resultados e desenhos de estudo de interesse levará à especificação dos critérios a serem usados para escolher e separar os estudos. Algumas vezes será necessário um desempenho adicional para esclarecer os critérios de seleção e desenvolver regras de decisão que sejam coerentes e reprodutíveis.

Assim, obtém-se um grupo de estudos identificados pela estratégia do tipo de

estudo, um segundo grupo de estudos localizados pela estratégia da situação clínica e um terceiro grupo de estudos baseados na estratégia da intervenção.

É POSSÍVEL MUDAR A PERGUNTA DA PESQUISA?

Não é incomum no processo de pesquisa, enquanto novas informações são obtidas ao se consultarem os dados, que o pesquisador decida trocar a sua pergunta original. Caso isso ocorra, é de suma importância observar a possibilidade de vieses associados, os quais devem sempre estar documentados na versão publicada da revisão. Questões reformuladas depois da coleta e da análise de dados são comumente mais suscetíveis a vieses do que perguntas formuladas antes do início da revisão. Para a documentação da reformulação da pergunta, os itens devem ser esclarecidos e descritos na publicação da revisão:

Quaisquer mudanças no protocolo que resultem da revisão da pergunta para a revisão devem ser documentadas. Ao se refinarem as perguntas, é útil fazer as seguintes perguntas:

- Qual é a motivação para o refinamento?
- Ele foi feito depois de você ter visto e sido influenciado pelos resultados de um estudo em particular, ou ocorreu simplesmente que você não havia inicialmente considerado formas alternativas, mas aceitáveis, definindo os participantes, intervenções ou resultados de interesse?
- Suas estratégias de busca são apropriadas para a pergunta refinada (especialmente quaisquer que já foram realizadas)?
- Sua coleta de dados é feita sob medida para a questão refinada? (CLARKE, 2001)

CONCLUSÃO

Resumidamente e por definição, o problema de pesquisa é a lacuna ou dúvida do conhecimento que será investigada dentro de determinada linha de pesquisa. O problema deve ser revestido por relevância, teórica ou prática, para que respalde a elaboração da pesquisa e passe a contribuir como conhecimento original. O problema deverá ser específico e poderá ser apresentado por meio de uma indagação,

constituindo-se numa questão ou pergunta de pesquisa. A pergunta de pesquisa bem formulada serve para orientar a pesquisa em termos de enquadrar os conceitos envolvidos e dar foco ao escopo da pesquisa.

Sem a pergunta certa e bem elaborada, o pesquisador encontrará dificuldades para a execução do projeto e consequentemente não chegará a resultado algum. Não basta apenas ter à disposição diversos recursos, mão de obra e habilidade técnica. Por isso alguns pontos são importantes para uma boa formulação da pergunta: ter conhecimento global da literatura acerca do tema (é preciso estar atualizado quanto às publicações e aos descobrimentos relevantes, e não ser restrito); questionar as verdades que são consideradas absolutas (algumas colocações se tornam dogmas pela falta de questionamento); e ter expertise na área (conhecer os problemas da área estudada e as metodologias usadas, além de compreender aspectos que necessitam ser revistos).

Por fim, espera-se que este ensaio possa contribuir para uma análise crítica, e que os pesquisadores sejam capazes de observar as possibilidades e limitações para atuar num processo investigativo que forneça respostas aos questionamentos estabelecidos, combinados e otimizados pelo conhecimento.

REFERÊNCIAS

AKOBENG, A. K. Evidence-Based Child Health. 1. Principles of evidence-based medicine. **Arch. Dis. Child.**, Manchester, 22 April 2005; 90:837-40.

CASTRO, A. A. Revisão sistemática com ou sem metanálise. São Paulo: AAC, 2001.

CAVALCANTE, R. B. *et al.* Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 24, n. 1, p. 13-18, jan./abr. 2014.

CLARKE, M.; OXMAN, A. D. (Eds.) **Formulating the Problem. Cochrane Reviewers' Handbook 4.1** [updated June 2000]; Section 4. *In*: Review Manager (RevMan) [Computer program]. Version 4.1. Oxford, England: The Cochrane Collaboration, 2000.

COOPER, H. M. The Problem Formulation Stage. In: _____. (Ed.) Integrating Re-

search: A Guide for Literature Reviews. Newbury Park: Sage Publications, 1984. p. 19-37.

ESTRELA, C. **Metodologia científica**: *ciência, ensino, pesquisa*. 3 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2018.

HULLEY, S. B.; CUMMINGS, S. R.; BROWNER, W. S.; GRADY, D. G.; NEWMAN, T. B. **Designing Clinical Research**. 4th ed. Philadelphia (PA): Lippincott Williams and Wilkins, 2013.

SACHETT, D. *Evidence-Based Medicine*. How to Practice and Teach EBM. Evidence-Based Medicine. BMJ. vol. 312 p. 71. 1996. Disponivel em: <a href="https://www.researchgate.net/publication/246115972_Evidence-Based_Medicine_How_to_Practice_and_Teach_EBM_Evidence-Based_Medicine_how_to_Practice_and_Teach_EBM_Evidence-Based_Medicine_how_to_Practice_and_Teach_EBM_Evidence-Based_Medicine_how_to_Practice

SANTOS, C. M. C. *et al.* A estratégia PICO para a construção da pergunta de pesquisa e busca de evidências. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v. 15, n. 3, 2007.

ZILLES, U. **Teoria do conhecimento**. Porto Alegre, 2006.

PRÁXIS HERMENÊUTICA NA CONSTRUÇÃO DE REFERENCIAIS TEÓRICOS E NA ANÁLISE DE DADOS EM PESQUISA SOCIAL NA SAÚDE

Cláudio Lorenzo

Faculdade de Saúde, Departamento de Saúde Coletiva, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade de Brasília

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3542-5829

claudiolorenzo.unb@gmail.com

Resumo

O texto apresentado neste capítulo tenta estabelecer uma síntese, no sentido dialético do termo, das oposições existentes na hermenêutica contemporânea, entre as perspectivas que a defendem enquanto práxis filosófica universal e as perspectivas que a defendem enquanto procedimento metodológico próprio às ciências sociais e humanas. Nosso objetivo central foi demonstrar as possibilidades de aplicação conjunta de ambas perspectivas na construção de projetos de pesquisa social no campo da saúde. Ele se propõe também como um texto interdisciplinar de natureza mais propriamente pedagógica, tomando aqui o sentido clássico do termo pedagogo como aquele que acompanha alguém em crescimento ao lugar do saber. Dirige-se, portanto, mais especialmente, a estudantes de pós-graduação, os quais, vindos de uma formação ultraespecializada nas chamadas ciências clínicas, se arriscam em programas nas áreas de medicina social, bioética ou saúde coletiva, e vivem profundas dificuldades em dominar em curto espaço de tempo, as ideias centrais e conceitos próprios da filosofia e ciências sociais, ou alcançar destreza na aplicação de procedimentos metodológicos típicos destas áreas. Enquanto texto pedagógico, ele não atinge, provavelmente, a profundidade necessária para interessar especialistas dessas áreas, mas por outro lado, preenche uma lacuna interdisciplinar deixada pelos textos especializados, na medida em que estes são escritos partindo do pressuposto de que seus leitores já dominam as formas sintáticas e o léxico próprio dessas áreas. O texto está dividido em sete subcapítulos. No introdução apresentamos brevemente o percurso histórico que levou a hermenêutica, partindo de suas aplicações regionais, a alcançar uma concepção de práxis filosófica universal em estreita relação com a dialética. No primeiro subcapítulo A hermenêutica contemporânea em Gadamer e Ricoeur: práxis filosófica e a compreensão dos textos, caminhamos para a concepção de uma hermenêutica propriamente do texto, a partir da concepção gadameriana de

hermenêutica e das contribuições de seu leitor Paul Ricoeur. O segundo subcapítulo, A dialética histórico-estrutural e sua relação com hermenêutica contemporânea centra-se na demonstração das articulações possíveis e necessárias da hermenêutica contemporânea com a dialética histórico-estrutural e como parâmetros analíticos dessa última também contribuem para compreender as oposições e confrontos de ideias, necessárias, por sua vez, a uma compreensão teórica da realidade. O terceiro subcapítulo A hermenêutica na composição de quadros teórico-conceituais em pesquisa social discute a aplicação prática de pressupostos advindos dos capítulos anteriores na composição dos referenciais teóricos para artigos, dissertações e teses. No quarto subcapítulo A retomada da hermenêutica como método: algumas notas sobre o debate entre Habermas e Gadamer discuto o processo de retomada da hermenêutica enquanto método das ciências sociais, incluindo alguns conteúdos do famoso debate entre Habermas e Gadamer. No quinto subcapítulo Aportes hermenêuticos aos procedimentos metodológicos de campo: a escola francesa de Análise de Discurso, traçamos um panorama do desenvolvimento das proposições dessa escola com vistas aos estudos hermenêuticos empíricos de campo, com ênfase nos trabalhos de Michel Pechêu. Finalmente, no sexto e último subcapítulo Procedimentos metodológicos de campo: a hermenêutica dialética de Minayo e a pesquisa social em saúde, faço uma descrição detalhada das etapas de aplicação desse que é um dos métodos de análise de dados discursivos mais aplicados na pesquisa qualitativa em saúde no Brasil.

Palavras-Chave: Hermenêutica, dialética, saúde, pesquisa social, análise de discurso.

INTRODUÇÃO

É do verbo grego *hermeneuein*, mais frequentemente traduzido como *interpretar*, que deriva a palavra "hermenêutica". Nós podemos observar que a palavra porta explícita referência ao deus Hermes, filho alado de Zeus, ao qual cabia a missão de portar as mensagens dos deuses à Terra, tornando-as possíveis de serem compreendidas pelas mentes humanas. Hermes era um deus considerado amigo dos seres humanos, presente em toda comunicação e também nos silêncios cheios de significados entre dois interlocutores; ele aparece frequentemente em textos antigos de autores clássicos como Hesíodo, Homero, Eurípedes, Platão, entre outros, sempre em contextos ligados à comunicação, à leitura e à interpretação (VENON, 1990).

À era moderna, a hermenêutica chegaria inicialmente de forma ligada a três práticas específicas, conhecidas também como "hermenêuticas regionais": a exegese bíblica, enquanto conjunto de regras que orientam a extração de mensagens e a produção de comentários ao texto sagrado; como método para decifrar textos e símbolos de um passado remoto no contexto da filologia clássica; e, finalmente, como técnica de interpretação das leis, na tradição do Direito (PALMER, 1969).

Hans-Georg Gadamer é um dos nomes mais importantes da hermenêutica contemporânea, autor sobre o qual falaremos com mais detalhes adiante. Mas é dele também a obra *Hermenêutica em retrospectiva* (GADAMER, 2007), talvez a que melhor descreva o percurso histórico por meio do qual a hermenêutica deixou de se referir às práticas regionais especializadas de interpretação, citadas acima, e passou a ser considerada o método filosófico por natureza, uma teoria geral da compreensão centrada na linguagem como o meio universal do ser humano, e capaz de articular a interpretação com sua história e com o próprio conhecimento do ser de natureza – portanto, claramente ontológica. Sigamos brevemente esse percurso descrito por Gadamer (2007).

Ele atribui a Friedrich Schleiermacher, autor do início do século XIX, a maior importância no desencadeamento do processo que levou a essa transformação fundamental da hermenêutica. O intuito de sua obra teria sido a construção de uma teoria geral hermenêutica, concebida como arte de interpretação e compreensão, que continuaria servindo aos usos regionais, especializados, mas iria adiante, constituindo-se como um método dirigido à compreensão de todos e quaisquer enunciados falados ou escritos, sendo por isso capaz de resolver diversos problemas do conhecimento provocados por más interpretações de textos.

Sua pretensão primeira seria garantir uma objetividade de interpretação, capaz de decifrar toda a sequência lógica presente no discurso escrito ou falado e, portanto,

demonstrar com precisão os sentidos únicos e exatos pretendidos pelo autor.

No final desse mesmo século, Gadamer descreve que outro filósofo alemão daria mais um passo de grande importância. Trata-se de Wilhelm Dilthey. Dilthey estava envolvido na definição de critérios próprios de cientificidade para distinguir as ciências naturais das ciências sociais e humanas, chamadas por ele de *Ciências do Espírito*. Nesse sentido, ele as definia como conjunto de disciplinas cuja função era a compreensão da subjetividade humana e das expressões sociais e históricas da humanidade.

Dilthey concluía, então, que os projetos que tentavam dar às ciências do espírito a mesma objetividade das ciências naturais, mimetizando seus fundamentos e métodos, caíam em inevitável inconsistência epistemológica, e a partir dessa crítica ele traçaria seu critério central de distinção entre elas. A função das ciências naturais seria *explicar*, encontrar e descrever as regras universais que determinam os fenômenos da natureza, em uma busca de universalidade que seria impossível no contexto de historicidade e subjetividade próprio às ciências do espírito. A estas caberia *compreender*, ou seja, apreender os sentidos que emergem das ações humanas, seus signos culturais e históricos, seus símbolos, seus discursos, seus textos.

Dessa forma, para Gadamer, Dilthey teria reabilitado de forma muito clara a história como meio para a compreensão dos fenômenos humanos, cujas tentativas epistemológicas objetivistas teriam negligenciado. Com base nessas distinções epistêmicas, ele reivindica, então, a necessidade de distinções também metodológicas, alçando assim a hermenêutica ao lugar de método central e próprio às Ciências do Espírito, de onde deveriam partir todos os procedimentos metodológicos específicos.

Fica claro que para as ciências sociais e humanas os conceitos de compreensão e historicidade se tornaram fundamentais para a nova teoria hermenêutica em construção, e persistiriam, como veremos, até nossos dias. Ao mesmo tempo, a consideração da existência de um elemento psicológico, de vivência e experiência, tornou-se incontornável para o processo de interpretação. A compreensão implicaria, necessariamente, reviver no pensamento a experiência de outro ser humano, suas ações, seus valores, seus ritos. E, mais que isso, implicaria a compreensão de si mesmo, por meio do mesmo processo de compreensão do outro.

Portanto, de forma bastante distinta das regras de funcionamento da natureza, o valor da compreensão nas ciências sociais e humanas não estaria em sua aplicabilidade prática, mas no fato de constituir a única via pela qual se poderiam atingir a subjetividade humana e as influências histórico-sociais sobre ela.

Assim sendo, iniciam-se também com Dilthey as primeiras pistas que levariam à atribuição de uma dimensão propriamente ontológica da hermenêutica, o que se

concretizará na hermenêutica filosófica. A compreensão de si mesmo pelo ser humano passaria, portanto, pela interpretação de seus signos do passado, pela historicidade intrínseca por meio da qual ele também se reinventa, se reconstrói, se reencontra com seu ser.

Entretanto, Gadamer (2007) afirmará que quem demonstrou mais explícita e definitivamente a dimensão ontológica da hermenêutica foi Heidegger, na primeira metade do século XX, e também será a partir de seus estudos que a hermenêutica passará do estatuto de método das ciências sociais e humanas para o estatuto de uma práxis filosófica propriamente dita.

Como podemos encontrar na segunda parte da sua obra mais famosa, *Ser e tempo* (HEIDDEGER, 2005), a função da hermenêutica passa a ser a compreensão do *ser-no-mundo*, expressão com a qual ele defende que o ser humano só existe como um *ser em situação*, no sentido de contextos e circunstâncias, e nunca de forma isolada, mas, ao mesmo tempo, jamais completamente preso à *situação*. O *ser-no-mundo* é invariavelmente aberto a tornar-se um novo ser, algo novo.

Assim, ao construir seu método fenomenológico, a própria filosofia estrutura-se de forma histórica, enquanto interpretação capaz de revisar o passado e reconstruí-lo interpretativa e criativamente, movimento pelo qual permite compreender o *ser-no-mundo*. A interpretação e a compreensão não são técnicas aprendidas; elas são inerentes ao ser humano. Só se é interpretando; não há outra forma de se relacionar com mundo. Dessa maneira, o método fenomenológico torna-se um método eminentemente hermenêutico, e a hermenêutica torna-se eminentemente uma ontologia, um estudo do ser.

Alçada a hermenêutica ao estatuto de práxis filosófica propriamente dita, sua função passa a ser revelar o que está oculto na existência, interpretando toda a realidade dada aos sentidos e à mente, todos os fenômenos e ideias, incluindo o próprio ser-no-mundo. Marca-se então uma diferença significativa em relação à Dilthey: a hermenêutica não se dirige apenas às coisas humanas, mas a toda realidade vivida, seja ela natural, psíquica, histórica ou conceitual. Começa a dissolver-se no campo da hermenêutica a dicotomia entre ciências naturais e ciências sociais e humanas.

A HERMENÊUTICA CONTEMPORÂNEA EM GADAMER E RICOEUR: PRÁXIS FILOSÓFICA E A COMPREENSÃO DOS TEXTOS

Gadamer (1999), em sua famosa obra *Verdade e método: traços fundamentais* de uma hermenêutica filosófica, foi quem melhor desenvolveu epistemologicamente

as ideias de Heidegger com o fito de conferir à hermenêutica o estatuto de práxis filosófica em sua dimensão ontológica.

Sua crítica a Dilthey refere-se ao fato de que compreender a hermenêutica apenas como um método adequado para legitimar epistemologicamente as ciências sociais e humanas continuava sendo um reducionismo de influência positivista nas ciências naturais, reducionismo de que ele pretendia se livrar. Seguindo seu mestre Heidegger, de quem foi assistente, Gadamer tinha como ideia central a construção de um modelo de busca de conhecimento integrado, como ele acreditava que havia existido na Antiguidade grega e se perdido no positivismo inaugurado pela modernidade.

A hermenêutica seria a via própria para a compreensão de toda a realidade. Seu uso não é elemento de distinção entre ciências naturais e ciências humanas. O conhecimento da natureza, da sociedade e da cultura ocorre no plano ontológico-existencial, em que o objeto dado ao conhecimento se articula com o mundo da vida e com o autoconhecimento subjetivo de quem busca conhecimento.

O componente dialético aparece de forma mais clara nessa filosofia prática de Gadamer, que agora já é a própria hermenêutica. Interpretação e compreensão são para Gadamer processos dinâmicos cujos elementos centrais são a linguagem e a história, sendo por isso inevitável seu caráter também subjetivo em relação àquele que interpreta e compreende, à sua abertura para a experiência vivencial, para o mundo da vida, à sua construção de um novo saber. Dessa forma, seria impossível atingir uma práxis hermenêutica propriamente dita por meio de regras de interpretação previamente determinadas.

Essa posição, apoiada no pensamento de Heidegger, torna-se um divisor de águas para a hermenêutica contemporânea. Desaparece por completo a concepção clássica que exigia do intérprete de um texto, de um símbolo, de uma pintura uma postura de neutralidade e externalidade. A interpretação atravessa, inevitavelmente, a subjetividade do intérprete, seu mundo da vida, seu tempo, sua historicidade.

Aos constituintes mentais a partir dos quais o intérprete estabelece suas possibilidades de compreensão da realidade, sua abertura para o mundo, Gadamer nomeará *preconceitos*. É importante diferir bastante a concepção gadameriana de preconceito daquela mais comumente conhecida, definida como a expressão mental da discriminação a grupos humanos específicos.

Preconceitos em Gadamer são os elementos fixados nos sujeitos pelas tradições e que condicionam qualquer interpretação. Não podemos nem precisamos nos livrar deles para o processo interpretativo; aliás, para Gadamer, ao nos confrontarmos com determinada realidade com nossos preconceitos e nossas tradições é que podemos reconhecer o que nos é estranho. E é o próprio estranhamento o que nos move em direção à compreensão, buscando tornar o estranho familiar.

Então, na dinâmica da interpretação, uma espécie de diálogo, um sistema de perguntas e respostas ao modo socrático, estabelece-se entre o intérprete e o texto, ou o fenômeno. É isso que garante também o componente de autoconhecimento implicado em todo processo de interpretação e compreensão da realidade.

Na hermenêutica contemporânea desenvolvida por Gadamer, perde-se completamente o ideal clássico das correntes anteriores, as quais pretendiam encontrar o sentido original de um texto, aquilo que exatamente queria dizer o autor ao escrever ou falar. O autor deixa de ser, pela primeira vez, a autoridade máxima sobre seu próprio texto. No momento em que o texto é publicado, ele é jogado no mundo da vida, ele é jogado na história; não há mais as prerrogativas da interpretação do próprio autor sobre outras interpretações justificadas. O protagonismo agora é do intérprete.

Sua concepção de historicidade, seguindo Heidegger, concebe-se pelo reconhecimento de que o tempo determina o que ele chama de *situação hermenêutica*, que é o contexto em que se dá uma determinada interpretação, composta por uma espécie de congruência entre os preconceitos do intérprete oriundos da tradição e sua linguagem. Trata-se de uma historicidade intrínseca ao processo, e não de um intervalo de tempo externo que marca simplesmente a distância entre o momento de produção de um texto e o momento de sua interpretação. Como não pode haver dissociação entre pensamento e linguagem, e a linguagem estará sempre ajustada à situação hermenêutica, nenhuma interpretação é definitiva, nenhuma compreensão pode ter caráter fechado.

Paul Ricoeur (1986), a partir de explícitas influências de Gadamer, colocará o texto, enquanto expressão central da história e da cultura, no centro da teoria da interpretação, e essa será talvez a sua maior contribuição à hermenêutica contemporânea. Sua práxis hermenêutica, assim como a de Gadamer, não se distingue de uma práxis filosófica propriamente dita, mas se exerce sobre o que ele definirá como "mundo do texto". Entre as diversas obras que escreveu, é no livro *Do texto à ação: ensaios de hermenêutica II* (RICOEUR, 1986) que essa perspectiva se encontra melhor descrita.

Para ele, é nos textos que estão fixadas as ideias, os valores, a cultura propriamente dita; os textos fornecem os meios pelos quais e para os quais a própria filosofia, enquanto compreensão do real, pode se realizar. O texto é para a hermenêutica de Ricoeur um aspecto primordial da própria historicidade da experiência humana, e a experiência humana, por sua vez, passa a ser compreendida como uma comunicação que se realiza na distância e em função da distância que a historicidade estabelece.

Nesse sentido, ao estarmos diante de um texto, toda interpretação só é pos-

sível partindo dessa distanciação entre o evento discursivo e a significação. Toda interpretação é uma produção de sentidos limitada por esses dois polos. É aí que opera a articulação dialética entre objetividade e subjetividade, que está, por sua vez, obrigatoriamente inserida na história.

Para se compreender o processo interpretativo proposto por Ricoeur, é fundamental a distinção que ele faz entre linguagem e discurso. Ele dirá: "Para introduzir a dialética do acontecimento e do sentido, afirmo que se todo o discurso é efetuado como acontecimento, todo o discurso é compreendido como significação" (RICOEUR, 1986, p. 88).

A linguagem, enquanto código virtual, ferramenta, não estabelece as mesmas relações históricas que o discurso; não necessariamente é alterada por circunstâncias, não se relaciona tão diretamente com a realidade. Já o discurso é invariavelmente um evento, um acontecimento, que, como tal, só pode se realizar temporalmente, está sempre jogado às circunstâncias, se dirige invariavelmente a alguém, remete sempre aos objetos da realidade. Assim, para Ricoeur, a linguagem em si mesma não porta mensagem; a mensagem só se propaga no discurso, e só a partir dele a linguagem participa da experiência existencial.

O texto, por sua vez, é definido explicitamente por Ricoeur como um discurso que é fixado em escrita, como um ato de concretização que permite sua permanência e perenidade no tempo. Ao se investigar a problemática do texto a partir dessa conceituação de discurso, a própria linguagem passa a ser compreendida na dinâmica que lhe dá vida, que a contextualiza, em que dizer ou escrever torna-se ato historicamente determinado que pressupõe a existência de um outro ser para quem se dirige o dito ou escrito e que não necessariamente partilha o mesmo momento histórico. Por isso, interpretar um texto é também atualizá-lo.

Diferentemente do discurso falado, o texto, enquanto obra de linguagem, precisa ser interpretado como uma totalidade, como um conjunto estruturalmente integrado de mensagens, jamais sendo possível compreendê-lo por períodos ou parágrafos isolados.

É nesse sentido que Ricoeur se refere ao *mundo do texto* como o mundo da totalidade do que é dito, como o mundo apresentado pelo texto, o mundo onde opera a articulação dialética e histórica do conjunto de ideias produzidas pela humanidade. É precisamente o *mundo do texto* que definirá a importância do discurso que ali se apresenta fixado em escrita. Em outras palavras, é o "mundo do texto" que determina seu sentido e seu potencial de se tornar referência.

Compreender um texto significa habitar o *mundo do texto* e nele projetar suas intenções, suas possibilidades de ação. Há aqui uma perspectiva bastante similar à

da *fusão de horizontes* entre o texto e o leitor, definida por Gadamer. Não é possível, portanto, a um leitor interpretar um texto sem articular seu pensamento com os conteúdos presentes no discurso que o texto apresenta, sem pensar o texto a partir de um determinado contexto e com vistas a um determinado contexto.

Os sentidos encontrados na interpretação de um texto já não têm compromissos fixos com o autor enquanto ser subjetivo, histórico. Permanece em Ricoeur a independência da interpretação para com as intenções do autor. Cada novo intérprete redimensiona o texto em seu próprio contexto, repõe-no em um novo lugar na história. A interpretação atualiza o discurso, enquanto acontecimento.

O ato de compreensão de um texto se sustenta no movimento dialético entre os juízos prévios do leitor, entre uma espécie de pré-compressão (que em Gadamer são os preconceitos) e os próprios sentidos que emergem do texto. Ele contém portanto um elemento subjetivo incontornável de compreensão de si mesmo. As reações ao texto, os juízos feitos sobre as ideias apresentadas, a admiração ou refutação em relação às paisagens presentes no *mundo do texto* revelam aspectos algumas vezes não previamente refletidos sobre a subjetividade do leitor.

Nessa ontologia da compreensão, o processo hermenêutico se conclui quando o leitor opera a passagem do *mundo do texto* para o *mundo da ação*. O *mundo da ação* é o mundo em torno do leitor, sua historicidade própria, suas intenções, suas buscas, seus valores, sua cultura. É para esse *mundo da ação* que o leitor buscará algo no *mundo do texto*. O processo hermenêutico é, portanto, a elucidação do *mundo do texto* em função do *mundo da ação*.

Não obstante, reconhecer os aspectos subjetivos envolvidos nesse processo não equivale a dizer que na interpretação o leitor perde o compromisso com o discurso desenvolvido no texto e estará livre para dizer o que quiser sobre ele. A interpretação não pode abrir mão do caminho trilhado pelo pensamento presente no texto. O leitor precisa seguir esse caminho, fazer o percurso para onde o discurso fixado no texto aponta. Só após trilhar esse caminho o leitor estará pronto para seguir seu próprio caminho, com o texto, em seu *mundo da ação*.

Mais tarde, Ricoeur deixaria ainda mais claro esse processo que vai da interpretação à compreensão a partir do desenvolvimento do que ele chama, no livro *Tempo e narrativa* (RICOEUR, 2008), de *arco hermenêutico*.

Tomando o conceito de *mimesis* de Aristóteles, para quem o termo significava o poder que a poesia tinha de enriquecer os fenômenos sensíveis (ARISTÓTELES, 2015), Ricoeur trará para o processo de interpretação essa noção de enriquecimento do texto pela interpretação.

O arco hermenêutico é então concebido como uma tríplice mimese. A primeira

mimese corresponde ao *mundo da ação* do autor, de onde ele partiu para produzir um discurso – agora fixado pela escrita –, tornando-se o *mundo do texto*, onde se dá a segunda mimese. A terceira mimese ocorre quando esse *mundo do texto* retorna ao *mundo da ação*, mas aqui já não é o *mundo da ação* do autor; é o *mundo da ação* do leitor, o qual a interpretação permite que ele agora ocupe.

Esse processo é, então, também descrito sob a forma de um novo esquema conceitual tríplice formado por *prefiguração*, *configuração* e *refiguração*. A *prefiguração* são os atributos com os quais o leitor parte para o texto, seus juízos prévios estabelecidos pela tradição, sua formação, sua visão (os preconceitos de Gadamer). A *configuração* dá-se no processo de leitura interpretativa que permite que ele habite momentaneamente o mundo do texto, que ele atravesse e seja atravessado pelo texto, seguindo as direções apontadas pelo discurso contido no texto. A *refiguração* é o retorno do leitor ao seu mundo da ação com os novos sentidos que ele mesmo produziu a partir do texto, com sua própria transformação, operada por esse mergulho no texto, a partir da qual ele pode realizar modificações em seu próprio mundo da ação. A *refiguração* é que constitui a compreensão propriamente dita. O arco hermenêutico é esse processo que vai da *prefiguração* à *refiguração*, mas ele só se fecha completamente quando o leitor produz um novo texto, em que se encontra um novo discurso sobre a interpretação realizada.

Para que o texto interpretado possa, enfim, cumprir a sua função referencial para o leitor enquanto ponto de apoio sobre o qual este justifica uma reflexão ou proposição de ação, é preciso que o leitor cumpra dois níveis de interação com o texto. O primeiro se refere ao domínio da sintaxe e do léxico presentes no texto, o que lhe permite acessar a forma de exposição das ideias na totalidade do texto. O segundo nível é a apreensão dos sentidos e ideias que esse domínio sintático e léxico permite; é a demonstração por meio da produção de um novo texto, de como se deu, para aquele leitor, o processo de *refiguração*.

Vale destacar que, apesar de toda a teorização que permite compreender a existência de interpretações bastante distintas e até mesmo conflitantes de um determinado texto, nem Gadamer nem Ricoeur admitem um relativismo hermenêutico radical que produza interpretações incoerentes ou imprecisas. A validade de uma interpretação depende da possibilidade de o leitor justificar, de forma fundamentada, sua interpretação. A subjetividade participa, mas não de forma suprema.

A fundamentação de uma interpretação só é possível quando se acompanham os conteúdos conceituais do texto e se segue na direção para as quais as ideias do texto apontam, mesmo que no movimento final de refiguração o novo texto interpretativo do leitor se coloque em oposição a essas ideias. Tal jogo de contrários é próprio

da natureza eminentemente dialética da hermenêutica contemporânea.

É a qualidade da argumentação, sua coerência interna, que fundamenta uma interpretação; é ela que pode garantir uma maior ou menor aceitabilidade por outros leitores, que, afinal, compõem também o *mundo da ação* do intérprete.

Quando as interpretações são realizadas de forma fundamentada e justificada, a existência de diferenças marcantes entre interpretações legítimas representa, em relação ao texto original, não um problema, mas um enriquecimento da compreensão de uma obra. O importante é ter sempre em mente que, por mais bem construída que seja uma interpretação, ela não poderá jamais ser única e definitiva, tanto pelo fato de não poder prescindir dos aspectos subjetivos quanto pelo fato de ela estar sempre, invariavelmente, situada na história.

A DIALÉTICA HISTÓRICO-ESTRUTURAL E SUA RELAÇÃO COM A HERMENÊUTICA CONTEMPORÂNEA

O conceito de dialética é um dos mais polissêmicos em filosofia. Segundo o *Dicionário de filosofia* de Abbagnano (2007), a palavra "dialética" tem origens muito próximas às de "diálogo" e, no curso da história, jamais apareceu com um sentido unívoco, sendo entretanto possível identificar três usos mais comuns: como método de divisão de aspectos da realidade ou do pensamento; como lógica; e como síntese de contrários. Entre esses sentidos, como veremos adiante, o que nos interessa em particular é o de síntese de contrários. Etimologicamente, a palavra é formada pelo prefixo grego *dia*, usado para expressar passagem ou troca, aplicado sobre o vocábulo *lektikos*, que significa léxico, conjunto de palavras e significados, donde a proximidade com *diálogo* e seu caráter de estratégia organizativa do pensamento.

Cirne-Lima (2008) mostra de forma muito clara como nos primórdios da filosofia, sobretudo nos chamados filósofos pré-socráticos, já havia uma percepção da existência de uma espécie de jogo entre os contrários na conformação da realidade: o dia vira noite, o inverno se opõe ao verão, o novo envelhece, o que é pequeno se torna grande, o que está vivo caminha sempre para a morte.

É muito famosa, na história da filosofia, a oposição entre Heráclito e Parmênides, apresentada também por Cirne-Lima (2008, p. 32). O primeiro dizia algo como:

A Realidade não é apenas *SER*, ela não é por igual, apenas *NÃO SER*, ela é uma tensão que liga *SER* e *NÃO SER*. [...] Tudo que é, o é juntamente com sua possibilida-

de de deixar de ser. Parece haver na realidade um princípio de contradição.

Já para o segundo, seriam inerentes ao SER essas possibilidades de transformação; o movimento de transformação era ilusório e não significava ser e não ser ao mesmo tempo. Ele dizia:

O SER é. Nada mais podemos dizer. O SER, sendo si mesmo, não pode ser outra coisa. Não é possível ser e não ser ao mesmo tempo.

Entretanto, a concepção da dialética como síntese dos opostos – o que nos interessa em particular – só seria propriamente desenvolvida na era moderna, a partir do pensamento de Hegel, entre o final do século XVIII e o início do século XIX.

Para Hegel (1988), esse jogo de contrários continua sendo a origem de todos os movimentos da realidade, de toda a história. Mas ele dirá também que o método dialético não poderia se limitar apenas ao confronto entre afirmação e negação. Essa polarização pura e simples não contribuiria para a compreensão da história humana nem para a evolução do conhecimento.

Desse confronto de contrários, sobretudo em relação às questões propriamente humanas, surgiria um terceiro elemento que portaria algo de cada um dos contrários, propondo-se assim uma estrutura triádica para a dialética. A afirmação seria a tese, sua negação a antítese, e o novo que surge e se aprende com a oposição entre esses dois polos seria a síntese, que passa então a representar uma nova tese, em frente da qual surgirá uma nova antítese, esperando sua conciliação por uma nova síntese e assim progressivamente.

A dialética passa a ser concebida, então, como essa espécie de movimento espiral que, passando de forma direta de uma determinada face à sua face oposta, faz a história e o pensamento humano caminharem (SUCUPIRA, 1984).

Considerando já então o campo da dialética na atualidade, em que persistem diversas perspectivas distintas, a de nosso interesse central, por julgarmos ser aquela com maiores influências sobre a pesquisa social – em especial no Brasil –, é a dialética histórico-estrutural, que tem sua origem no materialismo histórico de Karl Marx.

Demo (1995) apresenta de forma muito clara as características gerais e as categorias analíticas principais desse método dialético. Sigamos com ele.

A primeira remarca feita por Demo é que a dialética histórico-estrutural só pode ser aplicada à realidade social, uma vez que a realidade natural é desprovida do fenômeno histórico subjetivo, e seria essencial ao método considerar as condições subjetivas tanto quanto as condições objetivas que determinam a realidade que se quer abordar. A historicidade humana é, portanto, o lugar primordial da dialética. Só os fenômenos permeados por historicidade podem ser abordados dialeticamente.

Demo (1995) destaca algumas categorias analíticas básicas para a compreensão dos fenômenos e acontecimentos sociais por meio da dialética histórico-estrutural:

O pressuposto do conflito social: considerado estruturante da própria história, o conflito social remete ao embate ininterrupto de forças contrárias que operam a processualidade histórica, condicionante da realidade. Toda formação social é, portanto, o resultado desse embate de forças contrárias. Não existe nenhuma formação social que não seja suficientemente contraditória para que possa ser superada – os fenômenos sociais portam sempre a semente de sua própria transformação.

A totalidade dialética: esta remete à tríade tese-antítese-síntese. Compreendida no contexto da categoria anterior, a de conflito social, a antítese representa as resistências, as negações, as proposições em contrário a uma determinada realidade social. Nesse sentido, a antítese seria a "alma" da dialética, o principal motor que faz a história caminhar. Toda realidade social em um determinado momento histórico se apresenta como tese; a ela surgem resistências e proposições de seu contrário, sua antítese; as tentativas de conciliação dessas oposições produzem uma nova realidade mais ou menos radicalmente distinta da anterior, que, por sua vez, se torna uma nova tese, em direção da qual se formará uma nova antítese – e o ciclo da história se desenvolve nessa espiral dialética.

O condicionamento histórico: a realidade histórica não é determinada, mas condicionada. E as condições objetivas e subjetivas que operam para construí-la são, elas mesmas, condições em constante oposição dialética. As condições objetivas são aquelas externas ao domínio humano, como a divisão biológica dos sexos, as necessidades fisiológicas, o ambiente físico, as circunstâncias ecológicas, demográficas, culturais e geográficas implicadas em um fenômeno social. Elas se vinculam às estruturas naturais e culturais que precedem o sujeito quando ele chega à história. Dessa forma, é preciso compreender que os seres humanos, enquanto atores políticos e sociais, também são condicionados. Eles não inventam suas consciências; as consciências se constroem no curso da história particular, subjetiva, de cada um e cada uma.

As condições subjetivas são aquelas que dependem das escolhas humanas, as que definem as possibilidades de os seres humanos se transformarem, interferirem na história, apesar da existência das condições objetivas. Assim, se por um lado ter uma consciência é resultado de condições objetivas, pois advém em parte de

condições naturais e em parte da própria existência histórica do humano, por outro as transformações subjetivas de uma consciência histórica se realizam dentro dos contextos das condições objetivas, o que não significa dizer que não podem romper com algumas delas.

Unidade de contrários: apresentada como marca mais profunda da dialética, essa categoria analítica remete à compreensão de que a totalidade de uma realidade histórica já inclui a atuação de seu contrário, totalidade que seria semelhante às faces opostas de uma mesma moeda. Se dialética se aproxima de diálogo, não há dialogo possível na igualdade de posições. Daí a necessidade clara da existência dos contrários. Nesse ponto, Demo (1995) aponta que se faz necessária uma distinção fundamental entre contrário e contraditório, apesar de que na prática discursiva eles são comumente confundidos.

O próprio da dialética são os elementos contrários que compõem a própria totalidade histórica. Por isso, o uso comum da expressão "contradição histórica" quer na verdade se referir ao caráter conflituoso e antagônico dos processos históricos, à unidade mesma de contrários presente em toda realidade humana. Uma unidade de "contraditórios", a rigor, seria impossível, pois termos contraditórios não permitem a polarização dialética. Contradição interna é um erro de raciocínio; termos contraditórios se excluem mutuamente. É preciso estar atento, pois muitas traduções frequentemente confundem esses termos.

Interação teoria-prática: para aplicar essa categoria analítica, é preciso distinguir os dois termos. O que é próprio da condição de historicidade é a práxis, a prática. A teoria instaura um olhar sobre a realidade, mas não é ela. Entretanto, não pode haver teoria dissociada da prática, ainda que o desenvolvimento de uma prática a partir de uma teoria não signifique a garantia de tornar essa teoria verdadeira, visto que de uma mesma teoria podem surgir várias práticas distintas e até mesmo contrárias e, sim, também contraditórias, enquanto erro de transposição.

No processo de transformação histórica, tanto a prática quanto a teoria de caráter crítico são importantes. Nesse caso, a dialética histórico-estrutural reconhece que a prática, acompanhada da teoria, conforma a essencialidade da transformação histórica. Assim, a prática seria sempre uma das possibilidades apresentadas pela teoria, mas não o total da teoria, pois outras práticas podem advir desta. Entretanto, é a prática, por seu caráter concreto de atuação no real, o único meio de entrar na história, embora não possamos esquecer que o que propomos é apenas uma das formas que a teoria permite.

Vejamos agora, brevemente, como se articulam essas categorias com os conteúdos dialéticos da hermenêutica filosófica: em primeiro lugar, se pensamos o texto como a produção de um discurso sobre a realidade e, portanto, jogado na história. Se o pensamos como um acontecimento social, então todo texto está também marcado, invariavelmente, pelo conflito. Ele segue em consonância ou em oposição mais ou menos radical à realidade social tal qual ela se apresenta. Todo texto já nasce dentro da estrutura tríplice que forma a totalidade dialética, como tese, antítese, ou síntese. Haverá sempre outro discurso que a ele se opõe ou que com ele segue.

Dessa maneira, toda interpretação de texto ocorre dentro da unidade de contrários que constitui a historicidade, tanto do texto em seu momento de escritura quanto da interpretação e compreensão no momento de leitura. Assim, habitar ou atravessar o texto é também ser habitado ou atravessado por ele. Aí já se encontra outro movimento dialético. A fusão de horizontes em Gadamer, ou o fechamento do *arco hermenêutico* em Ricoeur, ocorre no contexto inevitável dessa unidade de contrários.

As condições objetivas e subjetivas das processualidades históricas também constituem elementos indissociáveis do caráter dialético da hermenêutica contemporânea. Ao pensar que o leitor não pode fugir dos seus juízos prévios, de seus *preconceitos* no sentido gadameriano, o que estamos compreendendo é o seu condicionamento, os efeitos sobre a consciência do leitor das condições objetivas de sua história pessoal, sua cultura, sua nação, sua localização geopolítica.

Ao mesmo tempo, as formas particulares com as quais o texto toca o leitor ou os conteúdos subjetivos que o leitor imprime à sua interpretação estão permeadas pelas condições subjetivas, pelas possibilidades de movimentar-se de forma ímpar dentro das condições objetivas. A nova interpretação oferecida a um texto tem muito das possibilidades subjetivas de influenciar a história, tal como reconhece a dialética histórico-estrutural. No mesmo sentido, ao mediar essas interações entre condições objetivas e subjetivas, a práxis hermenêutica demonstra o quanto ela revela do próprio leitor, ou seja, o quanto ela gera, também, de autoconhecimento.

Finalmente, ao pensarmos a hermenêutica como uma forma de produção integrada de saber, ou como a transposição do *mundo do texto* para o *mundo da ação*, estamos falando também da interação entre teoria e prática. Ao compreender o texto o leitor compreende melhor a si mesmo; o que é exterior opera saber naquilo que é interior. O *mundo do texto* é o campo teórico; oferece um olhar sobre a realidade, mas não é a realidade. Já o *mundo da ação* é o mundo da prática, o mundo dos problemas reais do leitor, que ele pretende conhecer melhor e sobre o qual quer agir.

A HERMENÊUTICA NA COMPOSIÇÃO DE QUADROS TEÓRICO-CON-CEITUAIS EM PESQUISA SOCIAL

Considerando o caráter mais propriamente pragmático do desenvolvimento e da execução de um projeto de pesquisa social, os pressupostos e parâmetros analíticos da hermenêutica contemporânea, nas perspectivas aqui apresentadas, parecem muito úteis ao desenvolvimento dos quadros teórico-conceituais a partir dos quais e com os quais um pesquisador parte para pensar um determinado problema de pesquisa.

Essa dinâmica referencial da aquisição de uma determinada produção teórica, por meio da qual o pesquisador analisa contextos de produção de um problema e resultados de pesquisa de campo, poderia ser muito bem descrita como uma *fusão de horizontes*, tal como descrevia Gadamer, e muito próxima da tríade formada por *prefiguração*, *configuração* e *refiguração*, como propõe Ricoeur.

Instrumentalizar-se com um novo olhar, desenvolvido por meio das leituras que formarão o quadro teórico-conceitual de uma pesquisa social, é sempre um processo de interpretação e compreensão que transpõe um *mundo do texto* para um *mundo da ação*, sendo este último o próprio mundo do problema de pesquisa dentro do qual o pesquisador está inserido.

Dessa forma, podemos sintetizar algumas lições possíveis de serem compreendidas a partir dos pressupostos hermenêuticos apresentados até aqui:

- O texto referencial é um todo, uma totalidade integrada, e precisa ser abordado nessa totalidade, jamais por fragmentos ou comentários de terceiros. O esforço hermenêutico de compreensão é um esforço integral, dirigido a uma totalidade:
- 2. O texto é um discurso fixado em escrita que sempre se dirige, dialeticamente, a outro discurso, ao qual a ele se alia ou se opõe de forma mais ou menos radical. Todo texto é tese, antítese ou síntese. O leitor/pesquisador dirige-se ao texto referencial com seus juízos prévios, e a compreensão possível desse texto nascerá das respostas encontradas às questões que ele dirige ao texto e àquelas que o texto dirige a ele;
- A compreensão referencial de um texto depende da articulação entre os constituintes objetivos do texto e os constituintes subjetivos do leitor/pesquisador. Nesse processo, por meio das suas escolhas e questões em relação às

possibilidades do texto, o leitor/pesquisador compreende melhor também a si mesmo. As abordagens puramente descritivas dos textos não conseguem contribuir verdadeiramente para fundamentar conhecimentos e proposições de ações decorrentes dos resultados de uma pesquisa;

- 4. O texto referencial, bem como as possibilidades de interpretação e compreensão, está jogado na história; portanto, o texto tem autonomia em relação aos seus autores. O movimento hermenêutico não se dá na direção da descoberta precisa daquilo que o autor pretendia dizer, mas na direção do que efetivamente o texto diz aqui e agora para aquele leitor/pesquisador específico, no intuito de ser redirigido a um determinado contexto de ação, que, nesta situação hermenêutica, é o problema de pesquisa;
- 5. Atingir a função referencial de um texto implica atravessar e ser atravessado pelo texto. Toda aplicação de um texto ao pensamento sobre um problema de pesquisa deve decorrer de uma *refiguração*, e é por meio dela que o leitor/ pesquisador elabora, também de forma escrita, um novo discurso explicativo sobre o texto que fará parte de sua comunicação científica. A experiência da realização de uma pesquisa social propicia transformações de natureza objetiva sobre o problema de pesquisa e transformações de natureza subjetiva no próprio leitor/pesquisador;
- 6. O novo texto explicativo produzido pelo pesquisador para a abordagem do problema de pesquisa precisa ser compreendido apenas como uma das possibilidades de atualizar o texto original, dando-lhe nova voz. É preciso lembrar que não existem compreensões únicas e definitivas e que não deve haver imposições do pensamento prévio do leitor/pesquisador ao conteúdo do texto, o que provocaria um relativismo interpretativo sem limites. Uma interpretação hermeneuticamente legitima deve ser capaz de ser justificada. O texto só cumpre sua função referencial quando o leitor/pesquisador seguiu para onde o texto apontava, ainda que sua posição em relação ao texto seja de antítese. Textos referenciais também servem para demonstrar perspectivas contrárias; a função referencial de um texto escolhido pode ser antitética à tese do pesquisador.

A descrição que fizemos da hermenêutica e as seis diretrizes de aplicação que acabamos de propor estiveram, até agora, apoiadas na perspectiva filosófica,

considerando o texto expressão da linguagem historicamente engajada, signo da realidade, produto da cultura, via para a construção do conhecimento sobre o mundo e sobre si mesmo.

Não obstante, como veremos adiante, a perspectiva da hermenêutica enquanto método próprio às ciências sociais e humanas e instrumento de análise de dados empíricos, como pensou Dilthey, jamais desapareceu, e trilhou seus próprios caminhos.

A RETOMADA DA HERMENÊUTICA COMO MÉTODO: ALGUMAS NO-TAS SOBRE O DEBATE ENTRE HABERMAS E GADAMER

Em torno dos anos 70 do século passado e durante quase uma década, a partir das críticas de Habermas à hermenêutica de Gadamer, esses dois importantes filósofos travaram um debate cujos registros continuam a ser visitados frequentemente por todos os estudiosos da hermenêutica contemporânea.

Alguns pressupostos da hermenêutica gadameriana provocaram inquietações naquele que é considerado o mais célebre representante da segunda geração da teoria crítica da Escola de Frankfurt. Em seu projeto neokantiano de reafirmar os potenciais iluministas da modernidade, Habermas, com vistas a desenvolver uma nova proposta de produção de conhecimento, uma nova ciência engajada na emancipação de sujeitos e povos em relação à dominação capitalista, chegou a uma teoria da ação social, chamada por ele mesmo de *Teoria da ação comunicativa* (HABERMAS, 2012).

Nessa obra, ele sustenta que na modernidade existe uma crescente interação entre formas de vida, visões de mundo e culturas diversas, o que, em lugar de se constituir como um problema, se constitui como um enriquecimento do mundo da vida, elevando seus potenciais emancipatórios.

Mundo da vida, para Habermas, é o pano de fundo a partir do qual os nossos valores são formados e a partir do qual nós raciocinamos e nos expressamos através da linguagem. Ele é definido como uma espécie de área de congruência entre sociedade, cultura e personalidade dentro da qual um sujeito se expressa. Mas, como veremos, essa noção difere bastante da noção de *preconceito* em Gadamer.

Habermas parte, então, para examinar as estruturas do *mundo da vida* que tornam possível aos diversos grupos sociais a elaboração de orientações racionais para a ação, e assim se interessa pelos sistemas culturais de interpretação do mundo que refletem saberes pré-estabelecidos a partir dos quais é garantida a coerência interna das distintas e múltiplas orientações de ação.

Um dos principais problemas a superar é o fato de o mundo da vida ser colonizado pela razão instrumental dos poderes econômicos e administrativos, produzindo--se formas hegemônicas de interação social – mediadas pelo capital e pela burocracia estatal. Nele, o entendimento recíproco entre os atores sociais é prejudicado por formas de padronização de condutas e empobrecimento comunicativo.

Como vimos, em Gadamer a linguagem não é instrumento nem signo; ela é a própria mediação da existência. Ela se vincula antes ao mundo da vida que ao indivíduo que fala ou escreve. Nesse sentido, e não no sentido positivista, a linguagem em Gadamer pode ser considerada objetiva.

Além disso, a vinculação entre interpretação/compreensão e historicidade funciona no sistema gadameriano de forma que a tradição se torna responsável por fornecer ao indivíduo os juízos prévios, os elementos mentais apriorísticos que condicionam a compreensão. Logo, tanto os *preconceitos* tornam-se elementos universalmente necessários à compreensão quanto a própria práxis hermenêutica assume pretensões a uma forma universal de filosofia. Postas dessa forma, as ideias com as quais Gadamer sistematiza sua proposição teórica podem ser consideradas ideias não fundacionais, no sentido de que não necessitariam da experiência prática para serem justificadas. É principalmente a esses aspectos que a crítica de Habermas se dirigirá.

Heckman (1986) faz uma excelente recopilação e discussão em torno dos principais aspectos desse debate histórico. De uma forma geral, a autora dirá que o centro da crítica estaria no fato de Gadamer considerar que, ao ser finalizado o processo hermenêutico, a compreensão já estaria pronta; já para Habermas tal processo não passaria de um primeiro movimento centrado no indivíduo, que careceria de mais um movimento, de caráter crítico: um processo de reflexibilidade em relação à compreensão alcançada, o qual deveria ser operado em meio a um coletivo de intérpretes.

Dessa forma, para Hekman, Habermas centraria suas críticas sobretudo nas ideias não fundacionais de Gadamer e na sua pretensão de estabelecer uma universalidade filosófica à hermenêutica. Para Habermas, não haveria possibilidade de consciência hermenêutica sem possibilidades de avaliação crítica dos limites da compreensão.

Por exemplo, para Habermas, se os *preconceitos* – como diz Gadamer – dos intérpretes pudessem ser revelados em um processo dialógico conjunto de reflexão sobre as interpretações operadas, eles poderiam ser dissolvidos. Assim, Gadamer compreenderia que os preconceitos não têm a centralidade que ele supõe. Reduzindo à essência, para Habermas o processo hermenêutico em Gadamer está incompleto.

Dentro da perspectiva hermenêutica crítica que Habermas defende, todo diá-

logo, toda produção discursiva está determinada também por estruturas de poder e contextos de dominação, os quais Gadamer não consideraria de suficiente importância. A hermenêutica gadameriana conteria uma espécie de idealização da tradição que não parece enxergar quantas vezes se fazem necessários, sim, esforços para se livrar dos preconceitos, a fim de se atingir uma compreensão legítima de um texto ou de um fenômeno social.

O elemento capaz de afastar os *preconceitos*, que estariam cheios das marcas de dominação e colonização capitalista do mundo da vida, seria exatamente a razão, que em Habermas é razão comunicativa, construída coletivamente. Assim sendo, a consciência hermenêutica precisaria ser sempre acompanhada de uma consciência emancipatória. E esta, por sua vez, não poderá existir sem que as compreensões estejam livres das tradições.

Com isso, Habermas reabilita para a hermenêutica seu projeto neoiluminista de emancipação centrada na razão, ainda que proponha uma razão renovada, que ele considera não etnocentricamente imposta, e construída em diálogo livre, a partir da consideração das diferenças socioculturais envolvidas – desde que nesse diálogo não opere a imposição dos valores de um grupo sobre outro.

Assim, Habermas aponta para a necessidade de que a hermenêutica gadameriana, apesar dos avanços que ela apresenta em relação às proposições hermenêuticas clássicas e outros modelos filosóficos interpretativos, seja complementada por uma teoria crítica da sociedade, e consequentemente por uma prática crítica coletiva da "situação hermenêutica" em que se produzem os discursos.

Hekman (1983) demonstra que as reações de Gadamer não são de quem enfrenta um adversário de pensamento, mas de quem dialoga com um pensador que estabelece graus diferentes a determinados constituintes teóricos, em especial à razão e à reflexibilidade, como seria próprio, segundo Gadamer, aos iluministas.

Suas refutações mais veementes das críticas habermassianas dirigem-se às críticas em que sua teoria hermenêutica é apresentada como obstáculo a uma postura crítica durante o processo de interpretação e compreensão – o que, segundo Gadamer, ela, em contrário, favoreceria.

Gadamer demonstra crer que em grande parte os dissensos entre ele e Habermas também decorrem de uma compreensão distinta que ambos fazem dos efeitos da historicidade. Enquanto para Habermas ela é fator limitante à compreensão, a partir dos aspectos negativos da tradição, para Gadamer seria uma espécie de ilusão julgar possível livrar-se dessa historicidade e das marcas da tradição, e a questão é apenas saber torná-la elemento enriquecedor da compreensão, a partir da escolha dos bons *preconceitos*.

Em última análise, Gadamer acredita que toda a polêmica entre eles vem do fato de que Habermas, em sua proposição de revisão crítica coletiva da compreensão como indispensável ao processo hermenêutico, pretende em realidade recolocar a hermenêutica no lugar utilitário de método próprio às ciências sociais e humanas sem aceitar sua dimensão ontológica e, por isso mesmo, sem perceber que a experiência existencial é ela mesma uma experiência hermenêutica. Não poderia haver método que não tenha sido antecedido ele próprio por uma hermenêutica ontológica, filosófica e, portanto, universal.

APORTES HERMENÊUTICOS AOS PROCEDIMENTOS METODOLÓ-GICOS DE CAMPO: A ESCOLA FRANCESA DE ANÁLISE DE DIS-CURSO

No final dos anos 60 do século passado, o filósofo francês Michel Pêcheux e um grupo de outros filósofos e sociólogos franceses começaram o desenvolvimento de uma teoria de análise de discurso com intuitos claramente metodológicos, e que, por isso mesmo, seguiriam um caminho bastante distinto daquele proposto pela hermenêutica mais propriamente filosófica.

É interessante notar que, nesse mesmo momento, Habermas está lançando a sua tese de doutorado. Pêcheux e seus colegas também se aproximaram bastante de conteúdos produzidos pela própria teoria crítica da Escola de Frankfurt, a qual, em sua proposta originalmente interdisciplinar de transpor a filosofia marxista para diversas áreas do conhecimento, a articulava com elementos antes considerados muito estranhos a ela, tal como a psicanálise.

O caminho teórico de Pêcheux partilhava mais claramente das concepções da dialética histórico-estrutural e do materialismo histórico, centrando-se nos trabalhos de Althusser e Canguillhem, considerando também aportes da linguística estruturalista de Saussure e dos estudos sobre o inconsciente de Freud (MALDADIER, 2003).

Essa perspectiva, que ficaria conhecida como a *Escola Francesa da Análise de Discurso* (AD), dirigiu seus objetivos mais especificamente para uma análise daqueles discursos produzidos em situações presentes de interlocução.

Pêcheux (1988) definia o discurso como o efeito de sentidos ideológicos operando entre locutores. Os sujeitos dessa interlocução constituem-se como resultado das confluências históricas e ideológicas por meio dos quais produzem seus discursos. A produção discursiva é o que transforma, dentro de uma determinada situação de interlocução, o indivíduo em sujeito.

Por isso para ele, de forma bem distinta da hermenêutica de um Ricoeur, o discurso não pode ser analisado como texto pronto, como estrutura integral e totalidade; para Pêcheux, o discurso, na medida em que se produz no espaço de interlocução, está sempre permeado de incompletude. Ele dirá explicitamente que os sentidos dos enunciados discursivos formulados por alguém não existem em si mesmos; são sempre determinados pelas posições ideológicas que operam sócio-historicamente para produzi-los, inevitavelmente dirigidos a outros (PÊCHEUX, 1988).

Orlandi (2007) também destaca que o discurso em Pêcheux não pode estar fixado em texto, sendo por natureza um conjunto de palavras semanticamente organizadas que estão sempre em movimento, remetendo invariavelmente de um ser humano que fala a outro que escuta, e considerando a fala como a prática propriamente dita da linguagem. Assim sendo, uma AD é sempre uma análise do processo de produção de um discurso, muito mais que de seus produtos.

A interpretação seria, então, a capacidade de compreender as relações dos sujeitos falantes com a língua, com as ideologias, com os sentidos que dela derivam e com a história como um todo. Os sentidos buscados por uma interpretação dentro de uma AD só podem emergir a partir de uma relação discursiva estabelecida entre sujeitos – e não emergirão exatamente nem de um nem outro sujeito da interlocução, mas do espaço discursivo estabelecido por eles, de seu contexto, de suas condições de produção.

É por isso que o conceito de *interdiscurso* é fundamental para entender a perspectiva da AD na escola francesa. O interdiscurso é, para Pêcheux (1988), um constituinte inseparável de qualquer produção discursiva, é aquilo que fala anteriormente ao sujeito; é a confluência de diferentes discursos produzidos em diversos momentos distintos da história, captados consciente ou inconscientemente pela memória daquele que fala.

O interdiscurso garante que todo discurso seja em alguma medida plurívoco. É ele que confere aos discursos as características de mobilidade e multiplicidade dentro de seus contextos de produção, invariavelmente atravessados pelos tensionamentos ideológicos que envolvem os sujeitos que falam.

O interdiscurso constitui, assim, o conjunto de tudo que possa ser historicamente e linguisticamente dizível, como o conjunto complexo das formações discursivas do passado e do presente. Para que algo dito possa fazer sentido, é preciso que já exista um sentido correlato em uma espécie de memória discursiva que antecede o que é dito. O interdiscurso permite que os interlocutores redefinam posições, produzam apagamentos, silenciamentos, esquecimentos (ORLANDI, 2007).

Dessa maneira, algo que fica mais explícito e toma uma dimensão bem mais

importante na AD do que na hermenêutica filosófica é justamente os silenciamentos, os não ditos. Eles remetem às tensões ideológicas que produzem os discursos, ao exercício de poder das estruturas sobre o sujeito, às formações sociais em diversas perspectivas: aquilo que Foucault (2014) chamará de *dispositivos*. Sendo assim, o não dito pode revelar tanto quanto o dito a ideologia por trás da produção discursiva; é o que nos permite afirmar que, na AD, o processo analítico se dirige ao mesmo tempo ao já-dito, ao dito e ao não dito.

Nos últimos 50 anos, a teoria e o método da AD ganharam muitas contribuições, as quais desenvolveram, por sua vez, diversos procedimentos analíticos mais ou menos distintos. A importância desses modelos é principalmente oferecer uma forma sistematizada de investigar e compreender sentidos de textos e falas que circulam socialmente, exprimindo percepções, ideologias, representações. Eles se aplicam tanto às análises documentais quanto a entrevistas de campo, gravadas e transcritas.

Discorrer sobre essa variedade e multiplicidade de métodos ultrapassaria em muito os propósitos deste capítulo. Assim sendo, reservamos a última seção ao método hermenêutico-dialético de Minayo, que no Brasil é sem dúvida um dos mais utilizados em pesquisa social no campo da saúde.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE CAMPO: A HERMENÊUTI-CA DIALÉTICA DE MINAYO E A PESQUISA SOCIAL EM SAÚDE

Minayo teve como propósito central articular seus estudos das relações entre a hermenêutica e a dialética filosóficas com a prática da pesquisa social, tendo como objetivo oferecer um arcabouço teórico-metodológico aplicável à pesquisa social de base documental ou empírica de campo (MINAYO, 2002).

Nesse movimento, visando a tradição da medicina social e da saúde coletiva, Minayo argui que é no campo da saúde que se apresentam mais claramente as imbricações entre natureza e realidade sociocultural, a dualidade entre o biológico e o social. Por isso ela tomou Gadamer como sua principal referência em hermenêutica: por causa de sua negação de uma visão dicotômica entre ciências naturais e ciências sociais e humanas. Dessa forma, Minayo acredita que um método construído na articulação da hermenêutica com a dialética fornece uma possibilidade de interpretação mais ampla e aprofundada dos dados de pesquisa.

Pelo mesmo motivo, a dialética histórico-estrutural apresenta-se para ela como a mais adequada para pensar as dimensões críticas, sendo considerada o próprio método por meio do qual a realidade histórica se transforma e a partir daí transforma

as mentes, o pensamento, os discursos, permitindo a compreensão das oposições, conflitos, contradições e mudanças que os discursos exprimem em relação à natureza e à realidade social.

De certa forma, apesar de não assumi-lo explicitamente, Minayo parece propor uma síntese em relação às posições antagônicas de Gadamer e Habermas, trazendo para sua construção teórica os elementos críticos de Habermas quanto ao mundo da vida e relacionando-os implicitamente aos condicionantes sociais da saúde, conciliando-os aos elementos ontológicos de Gadamer. Ela o faz com apoio nos trabalhos de Stein (1987), autor que defende a importância conjunta das perspectivas filosóficas e metodológicas para as ciências sociais (MINAYO, 2002).

Na obra *O desafio do conhecimento*, Minayo (2013) afirma categoricamente que essa articulação é a que melhor qualifica o pesquisador social no campo da saúde a penetrar na realidade tanto dos contextos quanto da produção discursiva que examina.

A práxis hermenêutica permitiria o sobrevoo no passado, a percepção da força das tradições que influenciam o discurso, permitindo lidar com a estranheza do outro e ao mesmo tempo compreendê-la. Já a dialética permitiria o exame das contradições internas aos discursos, ou das oposições e alinhamentos de sujeitos a perspectivas hegemônicas ou críticas sobre uma realidade social nos dados encontrados na pesquisa, além dos dissensos, das cisões de sentido, dos silenciamentos. E, finalmente, a reflexão crítica do pesquisador sobre sua interpretação permitiria entender os jogos de poder, as ideologias e moralidades que atuam sobre os discursos, provocando tanto a fala quanto o silêncio, seja nos sujeitos investigados, seja no próprio pesquisador.

Da síntese operada nessas correntes referenciais, Minayo (2002) extrai algumas orientações teórico-práticas para o pesquisador, as quais reorganizamos aqui brevemente em três diretrizes:

- O processo de análise deve considerar no contexto de uma relação histórica as relações entre seu próprio discurso e o discurso que emerge dos documentos e dos participantes na pesquisa. O pesquisador deve ser capaz de identificar semelhanças e diferenças entre o contexto histórico daquele que produziu o discurso e seu próprio contexto no momento de interpretar. O mundo da vida e a cotidianidade são, portanto, parâmetros incontornáveis de análise;
- 2. Independentemente das diferenças ideológicas ou morais entre o pensamento do pesquisador e os discursos pesquisados, a compreensão dos

sentidos e da racionalidade implícita nesses discursos depende de uma postura de respeito em relação a eles. É necessário que o pesquisador pergunte ao texto ou ao discurso transcrito sobre as situações descritas, sobre os valores anunciados, sobre as percepções provocadas, sobre a atribuição de responsabilidades a uns e não a outros;

3. O pesquisador deve estar ciente de que não é possível extrair uma verdade essencial e única da interpretação; deve também ser capaz de compreender-se dentro da interpretação realizada. Sua interpretação nunca será a definitiva, ainda que bem justificada. Faz-se necessário ter sempre em mente que o pensamento do pesquisador, tanto quanto o discurso presente no documento ou na transcrição da fala, consiste em expressões momentâneas de um determinado tempo e de um determinado lugar sociocultural.

Muitas das principais dificuldades que os pesquisadores em formação têm ao lidar com o método é não saberem exatamente como transformar os pressupostos teóricos e as diretrizes gerais da hermenêutica dialética em procedimentos metodológicos sistematizados, como etapas bem estruturadas, passíveis de algum grau de regularidade e homogeneidade.

Proponho estruturar essa sistematização em quatro etapas, sendo que as três primeiras são compartilhadas, em maior ou menor grau, por todo e qualquer método de análise de discurso. São elas: seleção e organização do material (corpus documental ou conjunto de transcrições de entrevistas); levantamento de elementos relevantes sobre o contexto de produção; classificação e categorização dos achados discursivos; e interpretação hermenêutico-dialética propriamente dita dos dados.

Seleção e organização do material

Esta etapa se inicia, em verdade, com a definição da questão de partida e dos objetivos, orientando-se pelo quadro teórico-conceitual definido. Os critérios formais de inclusão e exclusão de documentos e/ou participantes se definem em função metodológica e em consonância com esses elementos.

A quantidade de documentos que comporão o corpus ou a quantidade de participantes que precisarão ser entrevistados pode ser estimada, mas não definida, previamente. É própria ao método hermenêutico-dialético a composição de amostragem por saturação; isso significa que é a própria prática de análise que perceberá quando os dados necessários para cumprir os objetivos definidos começam a se repetir, sem

trazer novas contribuições. Nesse momento, diz-se que os dados já estão saturados e interrompe-se a inclusão de novos documentos ou entrevistas com novos participantes.

Os dados gerados do corpus documental ou das falas transcritas dos participantes passam por uma primeira organização, atendendo aos objetivos da pesquisa, e podem ser agrupados com base no próprio meio pelos quais eles foram coletados (entrevistas abertas, estruturadas ou semiestruturadas; grupos focais e diários de campo), na tipologia dos participantes recrutados (categorias profissionais; gênero, raça, faixa etária, condições mórbidas etc.) ou no local ou região de atuação dos participantes (locais de trabalho ou habitação, municípios, regiões de um país).

Quando se trata de documentos, eles podem ser agrupados segundo sua finalidade; segundo as instâncias sociais que os produziram; segundo os destinatários aos quais se dirigem; segundo os períodos de tempo em que foram produzidos, entre outros critérios, bem como por todas as possíveis combinações entre eles.

Em seguida, os materiais precisam ser codificados de uma forma que, por um lado, proteja a privacidade dos participantes e, por outro, permita compreender características gerais deles. Isso em geral é feito usando letras e números que designem aspectos relevantes à análise, tais como categoria profissional, raça, gênero ou idade de participantes; e instituições produtoras, datas de publicação, locais de publicação, destinatários, entre outros, quando se trata de documentos.

Levantamento de elementos relevantes sobre o contexto de produção do material

Em geral, alguns desses elementos constituem as informações por meio das quais se faz a descrição inicial da amostragem em uma pesquisa. No método hermenêutico-dialético, essas informações devem ser mais aprofundadas, e, mesmo que nem todas venham a ser descritas minuciosamente no texto de comunicação científica que apresentará a pesquisa, elas são especialmente importantes em virtude dos aportes que trazem ao processo interpretativo.

Nesse sentido, propomos aqui três procedimentos que permitem uma boa descrição de dados contextuais:

- a) Descrição das instituições sociais produtoras dos discursos e seus vínculos (culturais, políticos, ideológicos, morais etc.);
- b) Descrição das condições de interlocução por meio das quais o discurso do participante foi produzido (relações intersubjetivas, relações de classe, gênero

- e raça entre entrevistador e entrevistado, dados sociodemográficos dos grupos recrutados, local da entrevista, localização espacial e temporal de sua realização);
- c) Análise das relações de poder que podem influenciar os discursos ou seus silenciamentos (regras internas em instituições, igrejas, grupos sociais etc.; condições de dominação, submissão e dependência; hierarquias sociais pré-definidas, conflitos de interesse, ideologias, moralidades, tabus, entre outros).

Os procedimentos (a) e (b), em maior ou menor extensão, costumam estar presentes na seção de material e métodos da pesquisa. O procedimento (c) em geral vai sendo realizado no momento da própria interpretação e aparece, em maior ou menor grau, na seção de discussão dos dados; no entanto, sua sistematização anterior auxilia bastante a produção dessa discussão no texto científico.

Classificação e categorização dos achados discursivos

Esta é uma etapa que só deve ser iniciada quando o pesquisador já se apropriou de forma segura do referencial teórico com o qual pretende abordar o problema de pesquisa. Isso é indispensável a uma boa classificação e categorização dos dados discursivos. Ela começa pela leitura exaustiva do material, seja ele um corpus documental ou um conjunto de transcrições de falas; a partir daí, em consonância com os objetivos da pesquisa e capacitado pelo domínio de um referencial teórico, o pesquisador é capaz de ir identificando as unidades de sentido nos discursos estudados que interessam à sua pesquisa.

As unidades de sentido são precisamente os trechos de discursos que carregam uma determinada ideia – tais como posições preconcebidas no senso comum, formas de percepção de um dado problema, expressões avaliativas sobre uma determinada prática, julgamentos morais, posicionamentos ideológicos ou religiosos etc. – e que o pesquisador deve ir agrupando, por similaridades, sob um título que possa designar em conjunto as unidades de sentido selecionadas.

A cada um desses agrupamentos de unidades de sentido dá-se o nome de categorias. É importante destacar que, diferentemente da análise de conteúdo – em que as unidades de registro podem ser substantivos isolados, nomes de personagens, adjetivos etc., com o intuito também de uma possível abordagem quantitativa –, nas análises de discurso as unidades de sentido precisam verdadeiramente exprimir uma ideia, uma percepção, uma ação, e por isso mesmo são invariavelmente frases e períodos.

As categorias, da mesma forma que em outros tipos de análise, podem ser classificadas em categorias prévias – quando são definidas antes da análise do material e com base no referencial teórico, na questão de partida e nos objetivos – e categorias empíricas –aquelas que o pesquisador vai encontrando à medida que aprofunda sua investigação no material. Uma boa categorização, tanto prévia quanto empírica, praticamente define a qualidade da exploração do material.

Interpretação hermenêutico-dialética propriamente dita dos dados categorizados

Umas das dificuldades mais relatadas por pesquisadores e pesquisadoras em formação ou que pela primeira vez aplicam o método hermenêutico-dialético são relacionadas ao momento de produzir a interpretação e alcançar alguma segurança de estar realizando uma interpretação legítima dos dados.

É importante inicialmente ter em conta que dados empíricos não são apenas os trechos de fala e texto reagrupados em categorias; são também considerados dados empíricos a própria tipologia dos sujeitos, a natureza dos documentos e das instituições responsáveis, bem como o próprio fenômeno social em torno do qual se fala ou escreve.

Em segundo lugar, é preciso considerar que todo o processo de interpretação precisa estar, obviamente, circundado por um campo delimitado de acordo com os objetivos da pesquisa. Uma boa pergunta de partida ajuda bastante a direcionar o processo interpretativo.

Em terceiro lugar, como dito antes, quanto melhor preparado teoricamente estiver o pesquisador, melhor se dará o seu encontro com as dimensões documentais e empíricas de sua pesquisa, e mais capacitado ele estará para uma interpretação que contribua para a compreensão da realidade que estuda.

Finalmente, em quarto lugar, a legitimidade dos resultados interpretativos, alcançando-se um caráter análogo a uma "verdade hermenêutica", estabelece-se pela capacidade do intérprete de justificar de maneira fundamentada a interpretação realizada e demonstrar claramente a relação entre o trecho de discurso selecionado (unidade de sentido) e a categoria em que ele foi classificado.

O pesquisador estabelece, portanto, um diálogo a um só tempo fundamentado e criativo entre o seu quadro teórico conceitual e os dados empíricos encontrados. Esse quadro teórico não é apenas aquele ao qual ele se filia, mas também aquele que se opõe a ele, estabelecendo assim uma discussão em que ficam claros os aspectos de tese e antítese de algumas posições, em que o pesquisador deve reafirmar sua

posição ou produzir uma síntese entre as oposições existentes.

A discussão é uma posição analítica, e uma posição analítica em hermenêutica dialética significa o estabelecimento de confronto dos resultados. Do ponto de vista prático, ela significa a necessidade de o pesquisador confrontar suas interpretações com seu próprio quadro teórico e com interpretações de outras pesquisas sociais sobre o mesmo tema. Uma simples descrição dos achados encontrados não alcança um nível analítico, e, nesse sentido, o trabalho realizado assume a natureza puramente descritiva de relatório.

Em geral, o pesquisador deve começar a analisar as categorias contendo os trechos de fala ou de documentos julgados mais relevantes para o estudo e seguir analisando numa linha decrescente de relevância. Ao exemplificar os trechos discursivos do material empírico, é necessário que ele vá explorando o núcleo das ideias que esses trechos expressam, expondo ideologias ou moralidades obscuras ou explícitas. Após examinar todo o conteúdo selecionado em cada categoria, o pesquisador deve então dirigir-se aos silenciamentos, aos não ditos, e tentar identificar as razões contextuais ideológicas ou morais que provocaram as interdições de fala, as estruturas de poder que funcionaram no silenciamento dos textos e sujeitos.

É importante também ter em conta que uma compreensão hermenêutica significa conseguir extrair conclusões que consideram as condições de produção discursiva, a história, a influência dos costumes oriundos das tradições, o senso comum em torno de um determinado aspecto da realidade social. Nas pesquisas sociais no campo da saúde, esses elementos da produção discursiva se dirigem em geral à descrição de processos saúde-doença, determinantes sociais da saúde, situações de vulnerabilidade, relações com as tecnologias e suas etapas da produção à obsolência, funcionamento de instituições e equipamentos do sistema de saúde, qualidade de serviços, acesso integral a tratamentos, relações intersubjetivas com profissionais de saúde, entre outros.

Em muitos momentos os constituintes dos discursos encontrados provocarão estranheza ao pesquisador, mas é importante que ele esteja ciente de que é essa mesma estranheza que, mediada por um olhar teoricamente bem equipado, tornará o estranho familiar, demonstrando explicitamente suas relações dialéticas.

Nesse jogo dialético entre estranheza e familiaridade, ao entender o outro, o pesquisador entende melhor seus pontos de vista e sua própria posição subjetiva em relação ao problema investigado. Aliás, os próprios esforços hermenêuticos só se justificam pelo fato de haver algum estranhamento quanto aos objetos dados à investigação, ou seja, pelo fato de não existir transparência prévia nos discursos que se quer analisar.

O pesquisador, quando pretende produzir uma interpretação pelo método hermenêutico-dialético, deve ter sempre em conta que, ao estabelecer relações de interlocução em uma entrevista ou ir ao encontro de documentos que revelam aspectos de uma determinada realidade social, essas relações já se iniciam permeadas pela historicidade dele próprio, dos documentos e dos demais sujeitos envolvidos. Essas relações serão sempre, portanto, marcadas por dinamismo, antagonismo e contradição.

Em face desses antagonismos e oposições, a postura do pesquisador deve ser sempre de respeito, não simplesmente no sentido de uma etiqueta relacional, mas no sentido do não exercício de imposição de suas perspectivas ao pensamento dos sujeitos entrevistados ou aos documentos lidos.

É importante, por outro lado, ter em mente que os significados movem-se em relação aos contextos. Uma mesma frase pode provocar diferentes sentidos conforme posição social, pertencimento cultural, interesses individuais ou coletivos. Dessa forma, ao se concluir o exame hermenêutico os significados encontrados são invariavelmente sociais, jamais individuais. Aquela fala, aquele trecho de texto porta uma ideia que já existe em outro, que já conta com outro discurso em contraposição. O dado discursivo encontrado sempre circula socialmente, sempre se produz dialógica e dialeticamente.

Por isso, consiste em um importante desafio para a pesquisa qualitativa o estabelecimento de um rigor a um só tempo subjetivo e objetivo da integridade de seus dados e de sua interpretação, uma vez que não pode haver critérios rígidos pré-definidos para uma interpretação propriamente hermenêutica. Gomes e Silveira (2012) debateram de forma muito relevante e fundamentada os prejuízos para as pesquisas sociais qualitativas no campo da saúde decorrentes da falta de uma articulação criteriosa entre dados empíricos e quadro teórico.

O caráter subjetivo aqui se refere ao compromisso ético com essa integridade, com a disposição do pesquisador de não impor seu pensamento aos constituintes do discurso alheio, de seguir a direção para onde efetivamente o discurso do outro aponta, e tão somente ao concluir esse caminho rever a viagem a partir de suas próprias posições. O caráter objetivo se refere à sua capacidade de justificar e fundamentar sua interpretação de forma possível de ser compreendida, aceita e compartilhada por terceiros. E, outra vez, o que garante isso é a boa formação teórica.

Do ponto de vista mais propriamente operacional da escrita interpretativa presente nas comunicações científicas, a exigência de que sejam demonstradas as categorias definidas e/ou encontradas – e dentro delas as unidades de sentido classificadas – é uma forma de demonstrar, quase como uma evidência, a legitimidade das inferências feitas quanto às relações entre os trechos dos discursos e sua classificação.

Finalmente, é importante ter sempre em mente que não há, dentro de uma perspectiva hermenêutico-dialética, a possibilidade de uma única interpretação correta e legítima. Enquanto práxis, ela se transforma ininterruptamente no curso da história e a cada contato com uma nova realidade ou um novo aspecto de uma mesma realidade.

Os resultados serão sempre formas de aproximação da realidade social, e jamais regras rígidas de seu funcionamento; por isso estarão sempre sujeitos a novas interpretações e compreensões legítimas, das quais surgem os intermináveis debates no campo das ciências sociais, mesmo quando esses debates tratam de realidades tão fortemente marcadas por elementos naturais de ordem biológica como a realidade da saúde. Todavia, isso jamais deve ser considerado fragilidade e, sim, uma inesgotável fonte de riqueza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo teve a pretensão de apresentar uma conjunção de abordagens entre perspectivas filosóficas e metodológicas da práxis hermenêutica, por meio de uma descrição histórica da formação das ideias e conceitos centrais que formaram essas duas perspectivas.

Ele foi concebido para que funcionasse como um facilitador de aproximação para pós-graduandos e outros pesquisadores em formação de ideias e conceitos do campo da filosofia e das ciências sociais. Tais conceitos são necessários à compreensão da hermenêutica contemporânea e de sua utilidade para o alcance da função referencial de textos que compõem os quadros teóricos conceituais das pesquisas, assim como para o domínio de métodos de análise de dados discursivos, mais especificamente a hermenêutica dialética de Minayo.

Assim sendo, nosso exercício aqui foi o de tentar utilizar uma abordagem didático-pedagógica e estruturar o texto de forma que possa ser estudado por partes, dentro ou fora do contexto de disciplinas de pós-graduação, consultando-se, quando necessário, as referências originais sobre as quais o texto está apoiado. Esperamos ter atingido o resultado esperado.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. Dicionário de filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ARISTÓTELES. **Poética**. 15 ed. São Paulo: Editora 34, 2015.

CIRNE-LIMA, C. R. **Dialética para principiantes**. 3 ed. Porto Alegre: Editora Unisinos, 2008.

DEMO, P. Metodologia científica em ciências sociais. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FOUCAUT, M. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GADAMER, H.-G. **Verdade e método:** *traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

. Hermenêutica em restrospectiva I-V. 12 ed. São Paulo: Vozes, 2007.

GOMES, M. H.; SILVEIRA, C. Sobre o uso de métodos qualitativos em Saúde Coletiva, ou a falta que faz uma teoria. **Revista de Saúde Pública**, 46(1):160-5, 2012.

HABERMAS, J. **Teoria da ação comunicativa, v. 1 e 2**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HEGEL, G. W. F. Filosofia da história. 2 ed. Brasília: Editora da UnB, 1998.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo, parte II**: *pre-sença e temporalidade*. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

HEKMAN, S. J. O debate Gadamer-Habermas. *In*: _____. Hermenêutica e sociologia do conhecimento. Lisboa: Edições 70, 1986.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso**: *(re)ler Michel Pêcheux hoje*. Campinas: Pontes, 2003.

MINAYO, M. C. Hermenêutica-dialética como caminho do pensamento social. In: MINAYO, M. C.; DESLANDES, S. (Orgs.) **Caminhos do pensamento** – *epistemologia e método*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2002.

117

_____. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2013.

ORLANDI, E. **Análise de discurso**: *princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2007.

PALMER, R. Hermenêutica. Lisboa: Edições 70, 1969.

PÊCHEUX, M. Semântica e discurso. Campinas: Pontes, 1988.

RICOEUR, P. **Do texto à àcção**. *Ensaios de hermenêutica II*. Porto: Rés-Editora, 1986.

RICOEUR, P. Tempo e narrativa. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

STEIN, E. Dialética e hermenêutica: uma controvérsia sobre método e filosofia. *In*: HABERMAS, J. **Dialética e hermenêutica**. São Paulo: L&PM, 1987. p. 98-134.

SUCUPIRA, E. Introdução ao pensamento dialético. São Paulo: Alfa-Ômega: 1984.

VERNANT, J.-P. Mito e pensamento entre os gregos. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

INTRODUÇÃO AOS MAPAS CORPORAIS NARRADOS UMA METODOLOGIA QUALITATIVA PARA ESTUDAR SAÚDE COLETIVA

Maria Inês Gandolfo Conceição

Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Universidade de Brasília

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4052-3813

inesgand@unb.br

Lilian Magalhães

Faculdade de Terapia Ocupacional, Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos

ORCID: http://orcid.org/0000-0003-3666-3685

Imagalhaes@ufscar.br

Denise Gastaldo

Faculty of Nursing & Center for Critical Qualitative Health Research, Dalla Lana School of Public Health, University of Toronto

ORCID: http://orcid.org/0000-0003-3001-7981

denise.gastaldo@utoronto.ca

Resumo

A literatura define os mapas corporais como imagens em tamanho natural do corpo humano que usam técnicas baseadas em artes gráficas para narrar histórias que focalizam o cotidiano das pessoas, bem como para retratar, reflexivamente, as circunstâncias socioeconômicas, políticas e culturais que condicionam suas experiências. A partir de nossa experiência desenvolvida na última década, apresentamos as origens dos mapas corporais e seus diversos usos na área da saúde e, finalmente, examinamos os aspectos metodológicos da pesquisa através de mapas corporais narrados.

Palavras-chave: Mapa Corporal Narrado. Metodologias Visuais. Pesquisa Qualitativa.

INTRODUÇÃO

Sem sequer poder negar a desesperança como algo concreto e sem desconhecer as razões históricas, econômicas e sociais que a explicam, não entendo a existência humana e a necessária luta para fazê-la melhor, sem esperança e sem sonho. [...] Não sou esperançoso por teimosia, mas por imperativo existencial e histórico. (FREIRE, 2008, p. 10)

Neste capítulo, apresentamos uma série de perguntas que alunos de pósgraduação comumente fazem quando se deparam com esta metodologia de pesquisa, baseada em artes visuais e na narrativa de experiências de saúde coletiva e individual. As respostas que oferecemos foram sistematizadas a partir dos trabalhos acadêmicos que publicamos na última década (MAGALHÃES; GASTALDO, 2019; GASTALDO; RIVAS-QUARNETI; MAGALHÃES, 2018; GASTALDO; MAGALHÃES; CARRASCO, 2013; GASTALDO; CARRASCO; MAGALHÃES; DAVY, 2012; MOREIRA; CONCEIÇÃO, 2020; MOREIRA et al., 2020).

O que é mapa corporal?

Os mapas constituem artefatos visuais construídos para documentar uma trajetória que dispara uma reflexão e explicações expressas em palavras, imagens e mensagens. Eles são utilizados por pesquisadores, mas também por lideres comunitários, ativisitas e profissionais da saúde como uma ferramenta de trabalho comunitário. Os mapas são construídos, descritos e analisados principalmente por seus autores, o que coloca os participantes como informantes capazes e potentes para questionar e elucidar suas trajetórias de vida através do desenho de seus corpos e circunstâncias sociais.

Para que servem os mapas corporais?

De acordo com Gastaldo, Carrasco, Magalhães e Davy (2019), os mapas corporais podem ser utilizados como recursos para auxiliar processos de mobilização de natureza política, de diálogo intergeracional, de formação de equipes ou de criação de arte, mas também para a obtenção de informações sobre circunstâncias vividas, para construir redes de suporte. Muitas organizações e grupos têm utilizado um mapa do corpo humano e seu contexto para gerar dados sobre os efeitos das condições de

trabalho na saúde do trabalhador (no caso de sindicatos), para promover reflexões sobre promoção da saúde (no caso de comunidades trabalhando com populações vulnerabilizadas) ou para promover conscientização comunitária sobre um problema comum (no caso de movimentos sociais). Esses usos sociais e também terapêuticos são muito relevantes, mas vão além dos usos metodológicos que descrevemos a seguir.

Qual é a origem dos mapas corporais?

Embora não haja consenso, há referências de que a prática com mapas corporais começou na Jamaica, na década de 1980, com o antropólogo MacCormack, num trabalho sobre a fertilidade de mulheres que viviam na zona rural (MACCORMACK, 1985). Posteriormente, em 1997, o trabalho expandiu-se para Uganda e, em 1999, na África do Sul, o psicólogo Jonathan Morgan desenvolveu um trabalho com grupos de pessoas que viviam com HIV/AIDS, por meio de desenhos corporais, gravuras, fotografias e histórias de vida. Tal prática foi direcionada para a compreensão das histórias daqueles que participavam do tratamento com antirretrovirais, o que resultou no livro *Long Life, Positive HIV Stories* (MORGAN, 2004).

Outro marco importante, no início dos anos 2000, na Universidade do Cabo, foi criado o projeto denominado *Memory Box*, composto de oficinas com um grupo de mulheres que viviam com HIV/AIDS, denominado *Bambanani Women's Group*, na cidade sul-africana Khayelitsha (GASTALDO *et al.*, 2018; VASQUEZ, 2004). Jonathan Morgan e a artista Jane Solomon desenvolveram um trabalho de terapia artística por meio de desenhos corporais e histórias de vida – que examinava as possibilidades de criação frente à dor e a ressignificação do luto –, como um processo de liberação da carga emocional, externalização e comunicação dos sentimentos, transformando a expectativa de morte em um novo olhar para a vida e recontando as histórias através do corpo (MACGREGOR, 2009). A técnica do mapa corporal, sob a perspectiva de arte-cultura-saúde, também foi desenvolvida em outros locais do continente africano, como em Nairobi, no Quênia, por meio do *Projeto Art2Be* e do projeto TICAH – *Trust for Indigenous Culture and Health*, que visavam à promoção da saúde de forma criativa e terapêutica (MACGREGOR, 2009).

Em que áreas do conhecimento os mapas corporais são usados mais frequentemente?

A literatura internacional sobre o uso do mapeamento corporal como método de pesquisa concentra-se nos campos das ciências sociais, saúde e educação, e abarca temas diversos, tais como: HIV/AIDS (MACGREGOR, 2009; MACGREGOR; MILLS, 2011; MAINA et al., 2014; WILLIS et al., 2018), trabalhadores indocumentados (GASTALDO et al., 2012a; 2012b), jovens refugiados (DAVY et al., 2014), saúde sexual (RAMSURAN; LURWENGU, 2008; SENIOR et al., 2014), pobreza infantil (MITCHELL, 2006), gravidez na adolescência (GUBRIUM et al., 2016), mulheres gestantes desempregadas (FERIGATO et al., 2018), violência de gênero (SWEET; ESCALANTE, 2015), populações em situação de rua (MOREIRA et al., 2020), pessoas com sequelas de AVC (GELATTI; ANGELI, 2019), pessoas com múltiplas e complexas necessidades (DEW et al., 2018), pessoas com fibromialgia (SKOP, 2016) e lombalgia (QUIJANO; VIEIRA, 2016), questões referentes à população LGBTQ (MURASAKI: GALHEIGO, 2016), indígenas ou aborígenes (LYS et al., 2018: YUEN, 2016), práticas corporais (MATOS et al., 2018; TARR; THOMAS, 2011) e educação e ensino (BOTHA, 2017; EBERSOHN, 2015; GRIFFIN, 2014). Poucos pesquisadores têm se dedicado ao uso dos mapas corporais com crianças; a exceção é o trabalho de Rivas-Quarneti et al. (2020).

A leitura desses estudos revela que os mapas corporais são concebidos tanto como uma ferramenta de geração de dados qualitativos, muitas vezes associada a outras técnicas, quanto como uma metodologia de pesquisa (GASTALDO *et al.*, 2018). Os estudos apresentam várias combinações e modalidades na realização do mapa corporal, em trabalho individual com o pesquisador ou com vários participantes interagindo como um grupo (MOREIRA; CONCEIÇÃO, 2020). Nota-se que a maioria dos estudos focaliza populações vulnerabilizadas, excluídas, estigmatizadas ou marginalizadas (GASTALDO *et al.*, 2018). Todas as pesquisas destacam o caráter criativo e reflexivo dessa modalidade de metodologia visual.

Qual é a diferença entre a técnica de mapas corporais e a metodologia dos mapas corporais narrados?

Numa tentativa de sistematizar a variedade de abordagens que se utilizam para fazer pesquisa, duas das coautoras, Lilian Magalhães e Denise Gastaldo, adaptaram a técnica de mapas corporais e propuseram que esta deveria ser considerada uma

metodologia de pesquisa qualitativa que é capaz de gerar dados de qualidade e que não precisaria estar associada a outras técnicas. Elas utilizaram sua experiência entre 2007 e 2011, em Toronto, no Canadá, realizando estudos sobre a saúde de trabalhadores indocumentados que migraram para o país (GASTALDO *et al.*, 2012a; 2012b) para descrever a experiência que acumularam (GASTALDO *et al.*, 2018).

De forma resumida, o que qualifica a aplicação dos mapas corporais narrados como metodologia, e não meramente como ferramenta, é a nossa perspectiva de que, nesse processo, há uma clara conexão com um referencial teórico, bem como a busca de congruência teórico-metodológica como elemento de rigor. Ademais, vale ressaltar os elementos participativos e reflexivos que regem a interação participante-pesquisador. Igualmente, o protagonismo do participante no processo de geração de dados tem revelado as múltiplas propriedades dos mapas. Há, também, o foco na trajetória individual, que revela uma clara articulação entre subjetividade, status social, desejos e desafios vividos, entre outros aspectos (MAGALHÃES; GASTALDO, 2019).

O trabalho desempenhado na criação dos mapas corporais, como recurso narrativo, visual e criativo, costuma provocar uma consciência crítica acerca das experiências de vida de cada participante, pois "desenhar símbolos e selecionar as imagens ajudou-os a contar uma história e, ao mesmo tempo, desafiou-os a procurar significados que representam quem eles tinham se tornado através do processo de migração" (GASTALDO *et al.*, 2019, p. 8). Na tentativa de organizar procedimentos e perspectivas em torno dos aspectos técnicos, as coautoras elaboraram um manual em inglês sobre a metodologia, que serve de guia à sua utilização (GASTALDO *et al.*, 2012a), posteriormente traduzido para o português (GASTALDO *et al.*, 2019).

O QUE É MAPA CORPORAL NARRADO?

O mapa corporal narrado é uma metodologia de pesquisa que produz dados visuais (mapa) e orais (narrativa), pela realização de um desenho dos contornos corporais do participante. Na literatura encontramos muitas referências para processos realizados coletivamente, quando várias pessoas fazem um único ou alguns mapas contando a história coletiva daquele grupo; entretanto, também existem inúmeras referências para processos desenvolvidos de modo individualizado (GASTALDO *et al.*, 2013).

Assim, o mapa corporal narrado pode ser definido como uma representação gráfica do corpo, em tamanho natural, criada por meio de técnicas de desenho, pin-

tura, colagens ou outras técnicas baseadas na arte, para representar visualmente aspectos da vida das pessoas, seus corpos e o mundo em que vivem (GASTALDO et al., 2019). Ressalta-se que o mapeamento do corpo é uma forma de contar histórias muito parecida com os totens, símbolos sagrados em várias sociedades. Esse tipo de objeto contém símbolos com diferentes significados, mas cujo significado só pode ser entendido em relação à história e à experiência geral do próprio criador (GASTALDO et al., 2019). Tal metodologia propõe a descrição de experiências pessoais e sociais por meio de ferramentas lúdicas para contar uma trajetória percorrida pelo participante (ver exemplos abaixo), que é repleta de significados e simbolismos vai além da centralidade da narrativa em métodos qualitativos convencionais. Desenhar símbolos e selecionar imagens ajuda a contar uma história e, muitas vezes, leva a história a lugares surpreendentes; ao mesmo tempo, desafía os participantes a procurar significados que representem quem eles se tornaram durante um determinado processo de vida. Vale reiterar que, ao enfatizarmos o aspecto narrativo do mapa, estamos insistindo no protagonismo que o participante tem para escolher, organizar e construir a sua história da maneira mais conveniente ao seu modo pessoal e intransferível de compartilhar com o grupo ou com o pesquisador, ao diálogo que esse indivíduo ou grupo de indivíduos aceitou estabelecer.

O mapa corporal narrado oferece ao campo da pesquisa qualitativa vários elementos enriquecedores, uma vez que se configura como uma metodologia visual com potencial crítico, criativo, participativo e emancipatório (MAGALHÃES; GASTALDO, 2019). A metodologia visual do mapa corporal carrega consigo a qualidade do compromisso e da crítica como um recurso que transgride o entendimento vigente, questiona a estrutura dominante e elenca práticas que visam "a centralidade da subjetividade e da reflexividade, a interpretação, que emergem em oposição à teorização a priori dos dados, a multiplicidade de verdades, a existência de forças invisíveis como o discurso e o poder" (EAKIN, 2016, p. 110). Esses elementos revelam um pertencimento epistemológico ao paradigma crítico-social e um compromisso com as metodologias não extrativistas, dentro da tradição das epistemologias do Sul (SANTOS, 2018).

Como usar os mapas corporais narrados?

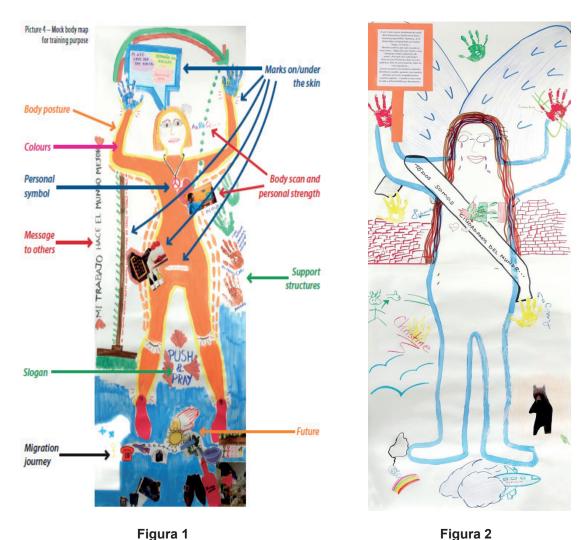
Para generar datos con los participantes, hay que planificar cuántos encuentros serán realizados con cada participante, si serán individuales o en grupo, qué aspectos de la investigación serán discutidos en cada encuentro, si la participación tiene por objetivo el empoderamiento de las/los participantes y aún cómo serán utilizados los datos

analíticamente y para su difusión. (MAGALHÃES; GASTALDO, 2019, p. 288)

Populações marginalizadas muitas vezes são refratárias às abordagens tradicionais de pesquisa qualitativa, que valorizam exclusivamente a produção de conhecimento por uma via tradicional de expressão (tais como entrevistas, questionários e grupos focais). Os métodos que empregam o uso das artes têm surgido como resposta a essa limitação, tendo em vista que a expressão artística vai além das palavras, oferecendo alternativas de comunicação para transmitir a profundidade e a complexidade das experiências e emoções vividas (BAERG, 2003). Essa abordagem de pesquisa "permite que as pessoas se comuniquem de maneira significativa sobre suas identidades e experiências [...] através da produção criativa das coisas, e então refletindo sobre o que eles fizeram" (GAUNTLETT; HOLZWARTH, 2006, p. 82, tradução nossa).

A narração de histórias do corpo é principalmente um método de pesquisa que reflete visualmente sobre os processos sociais, políticos e econômicos, bem como sobre as experiências incorporadas e os significados atribuídos às circunstâncias de vida que moldam quem os participantes se tornaram (GASTALDO *et al.*, 2012a). Esse método tem o potencial de conectar tempos e espaços na vida das pessoas que, em relatos lineares mais tradicionais, seriam dimensões vistas como separadas e distantes (GAUNTLETT; HOLZWARTH, 2006). O resultado final do processo narrativo é uma história mapeada composta por três elementos: um testemunho (um breve relato narrado em primeira pessoa), um mapa corporal em tamanho natural e uma legenda para descrever cada elemento visual encontrado no mapa (GASTALDO *et al.*, 2012a).

A composição de testemunho, mapa e legenda propicia reflexões profundas na forma de contar a história, pois o aspecto dinâmico dos instrumentos utilizados suscita na pesquisa a compreensão das verdades pessoais, sociais, políticas e econômicas atribuídas às experiências relatadas. Os mapas corporais narrados, portanto, estimulam relatos não lineares, que superam a convencionalidade das pesquisas baseadas em entrevistas estruturadas. Com o pressuposto de explorar outros sentidos da linguagem biográfica, eles adicionam os elementos estéticos e sensíveis presentes nos processos de produção artística (Figuras 1 e 2).



i igaia i

Figura 1. Denise Gastaldo, pesquisadora. Mapa construído na fase de treinamento dos facilitadores, Toronto. 2010

Fonte: Acervo pessoal

Figura 2. Elena, trabalhadora mexicana, Toronto, 2010

Fonte: GASTALDO, D.; CARRASCO, C.; MAGALHÃES, L. **Entangled in a Web of Exploitation and Solidarity**. 2012.

A abordagem, como outras metodologias criativas, facilita a expressão de ideias, experiências, para além dos modelos comumente empregados nas entrevistas convencionais. As pessoas refletem sobre a vida por outro viés, usando o corpo, e sob uma perspectiva mais profunda, a partir da criação do próprio trabalho (GAUNTLETT; HOLZWARTH, 2006). Concomitante à ideia desses autores, Cskszentmihalyi (1990) menciona que as pessoas apreendem melhor quando são criativamente desafiadas. Os trabalhos realizados pelas mãos propiciam o lúdico e a imaginação, favorecendo os pensamentos críticos, que são facilitadores da aprendizagem. Os mapas narrados permitem transcender no campo da linguagem, pois a criação do mapa corporal é

livre na maneira de expressão, não impondo escrituras ou ferramentas padronizadas; é possível utilizar os materiais escolhidos e usufruir das habilidades singulares de cada participante, como recortes de revistas, desenhos, símbolos, fotos, colagens, conforme a construção e as etapas do mapeamento (GASTALDO *et al.*, 2012a).

Que tipo de recursos essa metodologia exige?

A pesquisa com mapas corporais envolve alguns recursos, como locais que ofereçam facilidades para o trabalho artístico, privacidade, condições relativamente confortáveis para pessoas com limitações físicas e/ou transtornos emocionais etc. A confecção dos mapas exige material de desenho, pintura, recursos gerais de artesanato, além de papel de boa qualidade e tamanho adequado ao trabalho a ser desenvolvido. O armazenamento e organização dos mapas é algo que precisa ser levado em consideração pelos pesquisadores, sobretudo porque os mapas precisam de algum tempo para secar, e a exigência de anonimato e sigilo é um fator que não pode ser negligenciado. Não se podem simplesmente deixar os mapas expostos até a secagem completa, salvo nos casos em que os ambientes possuam formas de proteção à privacidade.

Como os mapas corporais narrados têm sido usados na pesquisa em saúde?

Para estudos na área de saúde, a narração de histórias do corpo-mapa pode revelar múltiplos determinantes sociais de saúde ou enfocar determinantes específicos e suas intersetorialidades. O mapa corporal junto à história de vida é um método muito útil, porque aumenta a qualidade da descrição dos participantes, torna o corpo biológico, emocional e social vivido em suas narrativas e suporta sua visualização de problemas enfrentados que podem, no mapa, ser representados numa perspectiva potente e pró-ativa (MOREIRA et al., 2020). Na literatura internacional, os mapas corporais têm uma longa trajetória na elucidação de estados de saúde e para promover a autoavaliação na identificação de questões de saúde e segurança (KEITH; BROPHY, 2004; KEITH et al., 2002).

Recentemente a literatura tem mostrado inúmeras aplicações dos mapas corporais narrados em pesquisas em saúde. Por exemplo, no Brasil a abordagem foi empregada recentemente para descrever o cotidiano de um indivíduo vítima de um acidente vascular cerebral (GELATTI; ANGELI, 2019) ou de trabalhadoras com dores lombares crônicas (QUIJANO; VIEIRA, 2016). No plano mais coletivo, Varnier, Almeida e Gomes (2016) relatam uma investigação sobre os cuidados corporais documen-

tados em mapas corporais narrados feitos por usuários da rede pública em Vitória/ES. Também são frequentes os trabalhos que examinam tópicos transdisciplinares, nos quais a saúde é elemento central, mas não desvinculado de outros condicionantes; esse é o caso do trabalho de Moreira *et al.* (2020), que focaliza grupos vulnerabilizados vivendo em situação de extrema precariedade.

Quais são os procedimentos para analisar os mapas, no âmbito da pesquisa?

Há vários modos de análise dos dados, embora não tenham sido encontrados detalhes sobre a implementação dos procedimentos de análise visual em nenhum dos trabalhos publicados (MAGALHÃES; GASTALDO, 2019; SKOP, 2016). A análise temática clássica, ou a análise de conteúdo a partir da transformação das imagens em anotações textuais, pode ser encontrada nos trabalhos de Murasaki e Galheigo (2016) e Souza, Panúncio-Pinto e Fiorati (2019).

Note-se que a maioria dos estudos focaliza populações vulnerabilizadas, excluídas, estigmatizadas ou marginalizadas. Essa condição impõe cuidados e providências tanto na produção quanto na análise dos produtos, que, reiteramos, precisam garantir o protagonismo dos participantes. A última coisa que se deseja, nessa abordagem, é a patologização do processo, do engajamento do participante e dos resultados da pesquisa. Vale repetir, os mapas são veículos das histórias dos indivíduos e dos coletivos, são peças que favorecem a reflexão coletiva sobre a produção de iniquidades e injustiças, mas são também elementos de diálogo sobre o futuro, sobre possibilidades de superação e emancipação. Portanto, as análises precisam levar em conta as perspectivas transformadoras do pensamento crítico. Trata-se, como ensinou Freire, de entender o futuro enquanto projeto histórico, e não como destino inexorável:

Não há utopia verdadeira fora da tensão entre a denúncia de um presente tornando-se cada vez mais intolerável e o anúncio de um futuro a ser criado, construído, política, estética e eticamente, por nós, mulheres e homens. A utopia implica essa denúncia e esse anúncio, mas não deixa esgotar-se a tensão entre ambos quando da produção do futuro antes anunciado e agora um novo presente. (FREIRE, 2008, p. 91)

Na verdade, a interface entre uma ferramenta sensível – que trabalha a partir da emoção e com experiências subjetivas – e uma plataforma de diálogo social dá

ao mapeamento corporal oportunidades únicas de reflexão e de documentação do cotidiano, sobretudo o cotidiano vivido em condições precárias, mas em cujo contexto os mapas representam possibilidades ressignificadas do presente, para alcançar a construção de oportunidades reimaginadas de futuro.

Que aspectos éticos devem ser considerados no uso do método?

O mapa corporal narrado é um método eticamente apropriado para a geração de dados, já que os produtos do processo ajudam a manter o anonimato ao não expor o indivíduo, mas apenas uma representação de cada participante, ao mesmo tempo que os mapas visibilizam os participantes como seres humanos engajados na sociedade (GASTALDO et al., 2012a). Dilemas típicos do trabalho qualitativo podem acompanhar a redação e a aprovação de pesquisas com mapas corporais, já que nem todos os comitês estão familiarizados com os processos e podem surgir dificuldades que vão desde a exibição dos trabalhos publicamente, com a consequente atribuição de autorias, até as reações emocionais, tanto dos autores/participantes dos mapas como dos espectadores, que aconselham cuidados a serem tomados na divulgação das imagens (ORCHARD, 2017).

Orchard (2017) alerta para a dificuldade de certos grupos vulnerabilizados quando são estabelecidos protocolos legais (frequentemente muito burocráticos) para a participação nos projetos. Alguns indivíduos que talvez tenham tido experiências anteriores com governos e sistemas autoritários podem não se sentir confortáveis assinando documentos e se submetendo a instrumentos legais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há mais de uma década estamos envolvidas com a utilização dos mapas corporais narrados em diferentes projetos de pesquisa e também na formação de novos pesquisadores. Além disso, temos participado de bancas, revisado artigos, avaliado projetos, conversado com acadêmicos e com pessoas de fora da academia. Em termos gerais, as pessoas que se aproximam do método o fazem por compreender que é preciso desenvolver novas formas de garantir visibilidade e voz a grupos vulnerabilizados, cada vez mais silenciados no mundo contemporâneo. A humanização dos participantes nessa abordagem de pesquisa evidencia o potencial das ferramentas criativas e visuais para a construção de novas formas de pensar, não só enfatizando as maneiras pelas quais as experiências cotidianas se inscrevem

no corpo, mas sobretudo oportunizando diálogos que desafiam visões reducionistas sobre as relações entre corpo e sociedade, buscando garantir perspectivas inclusivas e emancipatórias para a produção do conhecimento em saúde.

REFERÊNCIAS

BAERG, S. "Sometimes There Just Aren't Any Words". Using Expressive Therapy Living With Cancer. **Can. J. Counselling**, v. 37, n. 1, p. 65-74, 2003.

BOTHA, C. S. Using Metaphoric Body-Mapping to Encourage Reflection on the Developing Identity of Pre-Service Teachers. **South African J. of Education**, v. 37, n. 3, p. 1-12, 2017. https://doi.org/0.15700/saje.v37n3a1377.

CSIKSZENTMIHALYI, M. **Flow**: *The Psychology of Optimal Experience*. New York: Harper & Row, 1990.

DAVY, C.; MAGALHÃES, L. V.; MANDICH, A.; GALHEIGO, S. M. Aspects of the Resilience and Settlement of Refugee Youth: A Narrative Study Using Body Maps. **Cad. de Ter. Ocup. UFSCar**, v. 22, n. 2, p. 231-241, 2014. https://doi.org/10.4322/cto.2014.045.

DEW, A.; SMITH, L.; COLLINGS, S.; SAVAGE, I. D. Complexity Embodied: Using Body Mapping to Understand Complex Support Needs. **Forum: Qualitative Social Research,** v. 19, n. 2, 2018. Retrieved from https://search-proquest.ez54.periodicos.capes.gov.br/docview/2022516626accountid=26646.

EAKIN, J. M. Educating Critical Qualitative Health Researchers in the Land of the Randomized Controlled Trial. **Qualitative Inquiry**, v. 22, n. 2, p. 107-118, 2016. https://doi.org/10.1177/1077800415617207qix.sagepub.com.

EBERSOHN, L. Body Mapping for Resilience: Fostering Adaptability With Groups of Youth in High Risk and High Need Settings. *In*: MCMACHON, M.; PATTON, W. (Eds.) **Ideas for Career Practitioners: Celebrating Excellence in Career Practice**. Australian Academic Press, 2015. p. 82-89.

FERIGATO, S. H.; SILVA, C. R.; AMBROSIO, L. A corporeidade de mulheres ges-

tantes e a terapia ocupacional: ações possíveis na Atenção Básica em Saúde. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, v. 26, n. 4, p. 768-783, 2018. https://doi.org/10.4322/2526-8910. ctoao1173.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: *um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Editora Paz e Terra, 2008.

GASTALDO, D.; CARRASCO, C.; MAGALHÃES, L. **Entangled in a Web of Exploitation and Solidarity**: *Latin American Undocumented Workers in the Greater Toronto Area*. E-book, 160 pages, 2012. Retrieved from: http://www.migrationhealth.ca/undocumented-workers-ontario/summary-findings.

GASTALDO, D.; CARRASCO, C.; MAGALHÃES, L.; DAVY, C. **Body-Map Storytelling as Research**: *Methodological Considerations for Telling the Stories of Undocumented Workers Through Body Mapping*. Toronto: e-book, 2012. Retrieved from: http://www.migrationhealth.ca/sites/default/files/Body-map storytelling as reseach HQ.pdf>.

GASTALDO, D.; MAGALHÃES, L.; CARRASCO, C. Mapas corporais narrados: um método para documentar trajetórias de saúde, resiliência, adoecimento e sofrimento. In: FRAGA, A. B.; CARVALHO, Y. M.; GOMES, I. M. (Orgs.) **As práticas corporais no campo da saúde**. São Paulo: Hucitec, 2013. p. 83-100.

GASTALDO, D.; MAGALHÃES, L.; CARRASCO, C.; DAVY, C. **Pesquisa através de mapas corporais narrados.** *Considerações metodológicas para contar as histórias de trabalhadores indocumentados através de mapas corporais*. Trad. Jordana Domagalski, Diego Garcia, Sofia Martins & Aline Costa. 2019. Retrieved from http://www.migrationhealth.ca/undocumented-workers-ontario/body-mapping.

GASTALDO, D.; RIVAS-QUARNETI, N.; MAGALHÃES, L. Body-Map Storytelling as a Health Research Methodology: Blurred Lines Creating Clear Pictures. **Forum: Qualitative Social Research**, v. 19, n. 2, 2018. https://doi.org/10.17169/fqs-19.2.2858.

GAUNTLETT, D.; HOLZWARTH, P. Creative and Visual Methods for Exploring Identities. **Visual Studies**, v. 21, n. 1. 2006. https://doi.org/10.1080/14725860600613261.

GELATTI, M. D.; ANGELI, A. A. C. Um corpo: cartografando trajetórias de vida de sujeitos com seguelas de acidente vascular cerebral. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, São

Carlos, v. 27, n. 2, p. 251-269, 2019. https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1812.

GRIFFIN, S. M. Meeting Musical Experience in the Eye: Resonant Work by Teacher Candidates Through Body Mapping. **Vision of Research in Music Education**, v. 24, p. 1-28, 2014. USR Rider. http://www-usr.rider.edu/~vrme/v24n1/visions/Griffin Meeting Musical Experience.pdf.

GUBRIUM, A. C.; FIDDIAN-GREEN, A.; JERNIGAN, K.; KRAUSE, E. L. Bodies as Evidence: Mapping New Terrain for Teen Pregnancy and Parenting. **Global Public Health**, v. 11, n. 5-6, p. 618-35, 2016. https://doi.org/10.1080/17441692.2016.11435 22.

KEITH, M.; BROPHY, J. Participatory Mapping of Occupational Hazards and Disease Among Asbestos-Exposed Workers From a Foundry and Insulation Complex in Canada. **Inter. J. of Occup. and Environ. Health**, v. 10, n. 2, p. 144-153, 2004.

KEITH, M.; BROPHY, J.; KIRBY, P.; ROSSKAM, E. **Barefoot Research**: *A Workers' Manual for Organizing on Work Security*. Malta: Interprint Limited. 2002.

LYS, C.; GESINK, D.; STRIKE, C.; LARKIN, J. Body Mapping as a Youth Sexual Health Intervention and Data Collection Tool. **Qualitative Health Research**, v. 28, n. 7, p. 1185-1198, 2018. https://doi.org/10.1177101.10147977/1302439173727351078 76502862.

MACCORMACK, C. P. Lay Perceptions Affecting Utilization of Family Planning Services in Jamaica. **Journal of Tropical Medicine and Hygiene**, v. 88, p. 281-285, 1985.

MACGREGOR, H. Mapping the Body: Tracing the Personal and the Political Dimensions of HIV/AIDS in Khayelitsha, South Africa. **Anthropology & Medicine**, v. 16, n. 1, p. 85-95, 2009. https://doi.org/10.1080/13648470802426326.

MACGREGOR, H.; MILLS, E. Framing Rights and Responsibilities: Accounts of Women With a History of AIDS Activism. **BMC International Health and Human Rights**, v. 11, n. 3, 2011. https://doi.org/10.1186/1472-698X-11-S3-S7.

MAGALHÃES, L.; GASTALDO, D. Mapas corporales narrados: delineando y contando historias corporales en la búsqueda de un cambio social y económico. *In*: ZARCO, J.; RAMASCO, M.; PEDRAZ, A.; PALMAR, A. M. (Eds.) **Investigación cualitativa en salud – caderno metodológico 58**. Madrid: CIS – Centro de Investigaciones Sociólogicas, 2019. p. 287-301.

MAINA, G.; SUTANKAYO, L.; CHORNEY, R.; CAINE, V. Living With and Teaching About HIV: Engaging Nursing Students Through Body Mapping. **Nurse Education Today**, v. 34, p. 643-647, 2014. https://doi.org/10.1016/j.nedt.2013.05.004.

MATOS, J. A. V.; SILVA, K. L.; GARCIA, M.-C. O mapa corporal narrado: relato de experiência de pesquisa com aporte teórico de Bourdieu. **Escola Anna Nery**, v. 22, n. 3, 2018. https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2017-0407.

MITCHELL, L. Body and Illness: Considering Visayan Filipino Children's Perspectives With Local and Global Relationships of Inequality. **Medical Anthropology**, v. 25, n. 4, p. 331-373, 2006. https://doi.org/10.1080/01459740601025856.

MOREIRA, A. L. C.; ALVES, N. S. S.; MACEDO, M. L.; CONCEIÇÃO, M. I. G. Enquanto houver sol: exemplo do mapa corporal narrado na promoção da saúde de pessoa em situação de rua. *In*: MURTA, S. G. (Org.) **Promoção da saúde e prevenção de agravos à saúde**: *diálogos de norte a sul*. Porto Alegre: Rede Unidas, 2020.

MOREIRA, A. L. C.; CONCEIÇÃO, M. I. G. Corpos em evidência: contribuição do mapa corporal narrado em pesquisas com populações vulnerabilizadas. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 36, n. e36nspe13, 2020. https://doi.org/10.1590/0102.3772e36nspe13.

MORGAN, J. Long Life-Positive HIV Stories. Cape Town: Double Storey, 2003.

MURASAKI, A. K.; GALHEIGO, S. M. Juventude, homossexualidade e diversidade: um estudo sobre o processo de sair do armário usando mapas corporais. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, v. 24, n. 1, p. 53-68, 2016. https://doi.org/10.4322/0104-4931.ctoAO0648.

ORCHAD, T. **Remembering the Body**: *Ethical Issues in Body Mapping Research*. London: Springer, 2017.

QUIJANO, A.; VIEIRA, A. A experiência da dor lombar como condição crônica em mulheres trabalhadoras da cooperativa do assentamento rural "Filhos de Sepé". *In*: COSTA, A. P.; BRANDÃO, C.; RIBEIRO, J.; SOUZA, F. N.; SOUZA, D. N. (Eds.). **Atas 5º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa CIAIQ**, 2016, 2(0), p. 1286-1291, http://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/view/885. Acesso em ago. 2016.

RAMSURAN, A.; LURWENGU, F. Relations of Power in Different Spaces: An Exploration of the Schooling Experiences of Children in an HIV/AIDS Context. **Journal of Psychology in Africa**, v. 18, n. 3, p. 393-399, 2008. https://doi.org/1080/14330237.2 008.10822011.

RIVAS-QUARNETI, N.; FERREIRA-MARANTE, R.; TOJEIRO-RÍOS, A.; VIANA-MOL-DES, I. Análisis ocupacional y de género en la infancia: aplicación de los mapas corporales narrados desde un grupo de discusión. **New Trends in Qualitative Research**, v. 2, p. 784-793, 2020.

SANTOS, B. S. **The End of the Cognitive Empire**: *The Coming of Age of Episte-mologies of the South*. Preface and Introduction. London: Duke University Press. 2018.

SENIOR, K.; HELMER, J.; CHENHALL, R.; BURBANK, V. 'Young Clean and Safe?' Young People's Perceptions of Risk From Sexually Transmitted Infections in Regional, Rural and Remote Australia. **Culture, Health & Sexuality**, v. 16, n. 4, p. 453-466, 2014. https://doi.org/10.1080/13691058.2014.888096.

SKOP, M. The Art of Body Mapping: A Methodological Guide for Social Work Researchers. **Aotearoa New Zealand Social Work**, v. 28, n. 4, 2016. http://doi.org/10.11157/anzswj-vol28iss4id295.

SOUZA, L. B.; PANUNCIO-PINTO, M. P.; FIORATI, R. C. Crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: bem-estar, saúde mental e participação em educação. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, São Carlos, v. 27, n. 2, p. 251-269, jun. 2019. Disponível em: ">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2526-89102019000200251&Ing=en&nrm=iso>">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2526-89102019000200251&Ing=en&nrm=iso>">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2526-89102019000200251&Ing=en&nrm=iso>">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2526-89102019000200251&Ing=en&nrm=iso>">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2526-89102019000200251&Ing=en&nrm=iso>">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2526-89102019000200251&Ing=en&nrm=iso>">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2526-89102019000200251&Ing=en&nrm=iso>">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2526-89102019000200251&Ing=en&nrm=iso>">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2526-89102019000200251&Ing=en&nrm=iso>">http://www.scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2526-89102019000200251&Ing=en&nrm=iso>">http://www.scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2526-89102019000200251&Ing=en&nrm=iso>">http://www.scielo.php?script=sci_arttext&pid=Ing=en&nrm=iso>">http://www.scielo.php?script=sci_arttext&pid=Ing=en&nrm=iso>">http://www.scielo.php?script=sci_arttext&pid=Ing=en&nrm=iso>">http://www.scielo.php?script=sci_arttext&pid=Ing=en&nrm=iso>">http://www.scielo.php?script=sci_arttext&pid=Ing=en&nrm=iso>">http://www.scielo.php?script=sci_arttext&pid=Ing=en&nrm=iso>">http://www.scielo.php?script=sci_arttext&pid=Ing=en&nrm=iso>">http://www.scielo.php?script=sci_arttext&pid=Ing=en&nrm=iso>">http://www.scielo.php?script=sci_arttext&pid=Ing=en&nrm=iso>">http://www.scielo.php?script=sci_arttext&pid=Ing=en&nrm=iso>">http://www.scielo.php?script=sci_arttext&p

SWEET, E. L.; ESCALANTE, S. O. Bringing Bodies Into Planning: Visceral Methods, Fear and Gender Violence. **Urban Studies**, v. 52, n. 10, p. 1826-1845, 2015. https://doi.org/10.1177/0042098014541157.

TARR, J.; THOMAS, H. Mapping Embodiment: Methodologies for Representing Pain and Injury. **Qualitative Research**, v. 11, n. 2, p. 141-157, 2011. https://doi.org/10.1177/1468794110394067.

VARNIER, T.; ALMEIDA, F. Q.; GOMES, I. Uma interpretação dos cuidados corporais a partir dos usuários de um programa da rede pública de saúde na cidade de Vitória/ ES. **Motrivivência**, v. 28, n. 47, p. 31-46, 2016.

VASQUEZ, G. (2004). **Body perceptions of HIV and AIDS**: *The Memory Box Project*. Centre for Social Science Research, University of Cape Town, Cape Town. Recuperado em 20 de junho de 2019, de: http://hdl.handle.net/11427/19177.

WILLIS, N.; MAVHU, W.; WOGRIN, C.; MUTSINZE, A.; KAGEE, A. Understanding the Experience and Manifestation of Depression in Adolescents Living With HIV in Harare, Zimbabwe. **PLoS ONE**, v. 13, n. 1, 2018. https://doi.org/10.1371/journal.pone.0190423.

YUEN, F. Collage. **Journal of Leisure Research**, v. 48, p. 338-346, 2016. https://doi.org/10.18666/JLR-2016-V48-I4-6922.

O PAPEL DOS MAPAS FALANTES NA PESQUISA CARTOGRÁFICA APLICADA COMO ESTRATÉGIA DE PESQUISA ENTRE ADOLESCENTES UMA EXPERIÊNCIA ONLINE

Domingas Rodrigues da Cunha

Departamento de Saúde Coletiva, Faculdade de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade de Brasília

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1545-4438

drcunha101010@gmail.com

Ximena Pamela Díaz Bermúdez

Departamento de Saúde Coletiva, Faculdade de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade de Brasília

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3771-7684

ximenapam@gmail.com

Resumo

Este estudo objetiva discutir a aplicabilidade da pesquisa cartográfica enquanto estratégia de pesquisa online entre adolescentes e sua aproximação com a fenomenologia. Com esse aporte desenvolveu-se um mapa falante em formato remoto. Os resultados apontam para a potência dessa ferramenta, evidenciando suas implicações subjetivas e aproximações com a fenomenologia, e a estabelecendo como alternativa de produção do conhecimento.

Palavras-chave: Cartografia. Fenomenologia. Adolescentes. Online.

INTRODUÇÃO

A Terra "parou" em 2020! Tornou-se *online*! O sonho do poeta Raul Seixas se aproximou da realidade e obrigou pelo menos parte do mundo a se reinventar e pensar a vida no planeta encontrando novas possibilidades de convivência e produtividade. Com o império desse cenário de incertezas e restrições de contatos presenciais imposto pela pandemia da Covid-19, é necessário, portanto, vislumbrar novos horizontes, assim como criar estratégias para a invenção de novas formas de vida e a reconstituição do social e das conexões entre as pessoas, considerando as perspectivas possíveis oferecidas pelo mundo *online*.

É essencial considerar essas perspectivas no âmbito dos recursos tecnológicos disponíveis para a população, sob pena de se agravarem ainda mais a iniquidades daqueles que se encontram em situações de vulnerabilidade social. Dentre esses recursos, o telefone celular é o dispositivo mais usado pelos os brasileiros para acessar a Internet, mas também sofre restrições devido à baixa qualidade da conectividade em muitas regiões do país. Tendo em vista esses aspectos, é fundamental inovar e adaptar os conteúdos aos recursos tecnológicos disponíveis a determinada realidade, bem como disponibilizá-los junto ao patrocínio dos custos de acesso às plataformas de ensino-aprendizagem.

Em termos dos trabalhos científicos e acadêmicos que realizamos nos espaços universitários, o contexto trazido pela emergência da Covid-19 impôs os desafios de repensar os problemas de pesquisa em guinadas metodológicas que viabilizem a continuidade da produção de conhecimentos em formatos não presenciais. Isso implica não apenas reconsiderar os percursos metodológicos do que seria a coleta de dados, mas também refletir sobre os marcos referenciais possíveis para o desenvolvimento de iniciativas científicas realizadas via plataformas virtuais.

Em uma visão mais ampla do método, essa situação nos remete aos fenômenos que Malinowski (1990, p. 55) chama de "imponderáveis da vida real", fenômenos do cotidiano que, de acordo com o autor, estão presentes na própria realidade. Com essa noção, Malinowski chama atenção para as ações práticas corriqueiras do "nativo" que levam o pesquisador a rever os rumos da pesquisa que tinha em mente, porque a realidade do mundo vivido junto ao grupo estudado se impõe como cenário e imprime o percurso a ser traçado durante o trabalho de campo; consequentemente, ela agencia também as outras fases de um estudo em desenvolvimento.

Assim sendo, no contexto da pesquisa ou do método, o pesquisador se depara com intempéries, confronta dificuldades não previstas na literatura, as quais definem novos percursos metodológicos e formas de olhar para os problemas de pesquisa

previamente planejados. Nessa dimensão, podemos considerar que as restrições de confinamento e distância social, além de outras estratégias de prevenção impostas pela Covid-19, são os imponderáveis que transportaram a investigação cartográfica com sua ferramenta de mapa falante para a configuração remota, bem como as inusitadas condições às quais o pesquisador está sujeito na operacionalização metodológica de seus estudos.

A investigação cartográfica, metodologia deste estudo, por si só é de extrema riqueza como técnica de coleta de dados tanto qualitativos como quantitativos. O seu caráter participativo possibilita conhecer determinado lugar e suas relações a partir de uma representação gráfica. Com isso, a cartografia aplicada entre adolescentes a potencializa como instrumento facilitador da leitura da realidade do campo de pesquisa a partir de suas múltiplas dimensões.

Segundo Oliveira (2006), essa faixa etária se potencializa porque é na adolescência, em função das operações mentais formais, que o desempenho cognitivo do sujeito se estabelece de forma próspera e significativa. Além disso, ela se destaca por ser uma fase impulsionadora da redefinição de identidades e da difusão de papéis, ressaltando suas idiossincrasias — processos que vão além do caráter biológico. A inserção sociocultural do adolescente possibilita que este se aproprie de funções e papéis de acordo com o grupo e o cenário no qual está inserido, conquistando exponenciais formas responsáveis de autonomia.

Sob esse olhar existencial, observa-se que a prática de pesquisa qualitativa cartográfica muito se aproxima da fenomenologia, evidenciando conexões com os seus princípios gerais. Tanto em uma quanto na outra, o modo de produção de conhecimento é questionado quanto à visão cartesiana positivista.

Para situar o universo teórico com o qual a pesquisa sobre o papel dos mapas falantes na pesquisa cartográfica — aqui aplicada como estratégia de pesquisa entre adolescentes sob a perspectiva *online* — dialoga, abordar-se-ão inicialmente a fenomenologia e o método por ela proposto e, na sequência, o método da cartografia, discutindo-se a pertinência de sua aplicabilidade enquanto estratégia de pesquisa remota com adolescentes. Por fim, abordar-se-ão as aproximações entre a fenomenologia e a cartografia na prática de pesquisa qualitativa.

Este ensaio, portanto, objetiva discutir a aplicabilidade da metodologia da cartografia aplicada como estratégia de pesquisa *online* entre adolescentes e sua aproximação com a fenomenologia em contextos virtuais de pesquisa.

A FENOMENOLOGIA E O MÉTODO FENOMENOLÓGICO

Surgida na Alemanha, no final do século XIX, com o filósofo e matemático Edmund Husserl – sob influência de Platão, Descartes e Brentano –, a fenomenologia foi um movimento filosófico que ascendeu com grandes pensadores, tais como Alfred Schutz, Maurice Merleau-Ponty, Martin Heidegger e Jean-Paul Sartre.

Segundo Husserl, a fenomenologia norteou o pensamento europeu questionando a primazia da razão e tecendo severas críticas à neutralidade, à perspicácia, à interpretação racional exagerada, ao empirismo e ao psicologismo que embasavam as pesquisas durante sua época, insurgindo-se como uma nova alternativa epistemológica quanto ao conhecimento do homem sobre o mundo e sobre si mesmo. Husserl buscou, assim, colocar a fenomenologia como método de fundamentação da ciência, bem como organizar a filosofia como uma ciência de rigor.

Mas qual é o seu teor? O que vem a ser esse movimento que seduziu tantos pensadores?

Etimologicamente, a fenomenologia se refere ao estudo dos fenômenos, ao estudo da essência das coisas e de como elas são percebidas no mundo. Segundo Husserl (1989, p. 22), "O método da crítica do conhecimento é o fenomenológico; a fenomenologia é a doutrina universal das essências, em que se integra a ciência da essência do conhecimento". Ela considera a experiência da consciência como uma ciência, e propõe-se a entender e explorar o sentido dos fenômenos que aparecem, que são dados à consciência dos indivíduos, desvelando o que se mostra para chegar àquilo que a coisa é, ou seja, "às coisas mesmas" (HUSSERL, 2006, p. 218).

Nesse instigante processo da fenomenologia husserliana, que ressalta a importância de se retornar às coisas mesmas, no seu sentido próprio de ser, é fundamental driblar o olhar rotineiro sobres essas coisas e descrevê-las sob a veia fenomenológica. Ao caracterizar um fenômeno, o observador o faz imbuído de suas experiências, possibilitando que a compreensão do fenômeno seja fruto de um questionamento amadurecido por suas vivências.

O intuito de Husserl foi criar uma ciência rigorosa, fundamentada a partir de evidências indubitáveis; para tanto, ele criou um método denominado fenomenológico subjetivo, que consiste em acessar o campo da consciência sujeitando-o à análise. Esse método começa pela *epoché* (redução fenomenológica), termo grego que significa a suspensão do juízo sobre todos os conhecimentos do mundo advindos seja do senso comum, da filosofia ou da própria ciência.

Na sequência, esses conhecimentos passam por severos questionamentos,

sendo suspensos todos aqueles que não resistirem a tais indagações. Portanto, tudo o que resistir a esse questionamento radical será uma evidência indubitável, configurando-se a redução à consciência e buscando-se as essências. Assim, conforme Husserl (1989, p. 29), "[...] o fundamento de tudo é a captação do sentido do dado absoluto, da absoluta claridade do estar dado, que exclui toda a dúvida que tenha sentido; numa palavra: a captação do sentido da evidência absolutamente intuitiva, que a si mesma se apreende".

Segundo Chaui (2010, p. 254), para Husserl essa consciência sempre será de alguma coisa. O pensar e o pensado são correlacionados, pois sempre haverá essa intencionalidade, no intuito de se alcançar a essência da realidade por meio da descrição dos fenômenos, isto é, pela redução fenomenológica. A consciência não existe por si só; é sempre intencional, em função de alguma coisa considerada fenômeno. Para Husserl, portanto, a consciência é o próprio fundamento da realidade, cuja intencionalidade é a grande originalidade da fenomenologia.

E é nessa viagem fenomenológica, intencional, que se verificam princípios compartilhados com uma cartografia aplicada entre adolescentes, apresentando envolvimento implicado e reflexivo. O significado da realidade cartografada configurase numa correlação intencional da consciência individual e coletiva de quem a produz. Nesse sentido, destaca-se a atribuição da fenomenologia em desvendar os fenômenos implícitos nas relações intencionais dos estudantes, interpretando-os por meio de suas consciências, percepções, experiências e perspectivas, no intuito de ampliar a compreensão do fenômeno cartografado.

A CARTOGRAFIA E SUA APLICABILIDADE NO FORMATO *ONLINE* COM ADOLESCENTES

O sentido originário da cartografia, referindo-se a traçados de mapas e cartas da superfície terrestre, projeta-se atualmente para o cenário dos fenômenos e das inquietudes humanas na busca por desvendar suas realidades, destas se aproximando ou se distanciando de acordo com os interesses e contextos de quem se dispõe a mergulhar nessa seara (IBGE, 2020).

A cartografia é uma importante aliada da pesquisa qualitativa, no sentido de que capta as experiências dos atores em toda a trajetória do estudo, refutando os métodos que apresentem tão somente os resultados. Essa é a guinada necessária para que se faça uma leitura dinâmica, qualificada e processual dos fenômenos, clarificando-os em todas as suas fases de forma exponencial, isto é, multiplicando

as perspectivas ao invés de delimitá-las. Ao mesmo tempo, ela possibilita uma construção conjunta dos atores participantes, que fazem o exercício de consensos acerca do processo interpretativo da realidade que estão tentando compreender.

Essa abordagem é uma metodologia ativa que possibilita coletar e analisar os dados ao mesmo tempo, e prima por desenvolver habilidades em processos participativos, de forma a propiciar o conhecimento de determinado lugar, fato ou fenômeno, bem como de suas relações, de forma célere, a partir de uma representação gráfica produzida coletivamente.

No cenário escolar, a cartografia é um procedimento que proporciona momentos de escuta, pertencimento, autoconhecimento, autocuidado, empoderamento e apropriação cognitiva. Ela gera oportunidades para a vivência da diversidade e da mediação de conflitos, além de outros aspectos. Dentre as ferramentas cartográficas, o Mapa Falante se coloca, por sua dimensão criativa e dinâmica, como alternativa viável que se aproxima da realidade escolar de forma efetiva e lúdica. Isso o torna um diferencial na obtenção de êxito no trabalho preventivo com adolescentes sob quaisquer enfoques, pois será construído em função das vivências, assimilações e experiências dos participantes (CINTRA et al., 2017; COSTA et al., 2014; NAKAMURA, 2011).

Nesse contexto, é importante considerar o mapa falante como uma estratégia de caráter interdisciplinar e intersetorial para promover saúde no contexto escolar. Essa premissa, segundo Junqueira (1997), consubstancia-se em conhecer locais e realidades além do cenário formal da sáude, ampliando-se o conceito de saúde com novos olhares, saberes e decisões compartilhadas horizontalmente.

Sob esses aspectos, é necessária inicialmente a apropriação das dimensões dos conceitos de lugar e território para elaborar mapas falantes. Para Santos (1994; 2005), lugares são espaços únicos que seguem uma lógica de organização tanto social quanto de seus objetos, abarcando uma permanente mudança construída socialmente e fazendo com que o mundo seja notado de forma empírica. O lugar tem identidade e se transforma constantemente, de acordo com a vontade de seus habitantes. Já a concepção de território, conforme Teixeira Neto (2008), está relacionada à ideia de domínio, poder, controle ou gestão de uma determinada área.

Essas imersões possibilitam uma visão mais ampla e significativa de um trabalho coletivo – como a proposta de construção de um mapa falante com aspectos do cenário escolar –, em virtude da variedade de conexões e correlações advindas dos conceitos de lugar e território. No entanto, como viabilizar e estruturar metodologicamente o estudo de uma realidade escolar no formato *online*?

Essa proposta foi apresentada a um grupo de alunos de uma escola do Distrito

Federal, que são protagonistas de um projeto de promoção à saúde direcionado para alunos de Ensino Médio e cujas ações estão sendo realizadas no formado remoto. Inicialmente, foram distribuidos para os participantes da oficina de construção do mapa falante (supervisora pedagógica, orientadora educacional e quatro alunas) os Termos de Assentimento e Consentimento Livre e Esclarecido para as devidas autorizações legais. A orientadora e a supervisora educacionais acompanharam o trabaho realizado na qualidade de observadoras.

Após o recebimento das devidas autorizações via WhatsApp e e-mail, marcouse um encontro via Google Meet para a produção de um mapa falante de uma das ações de promoção à saude realizada no projeto, nos dias e horários acordados entre todas as participantes. Sim, um amplo acordo! O consenso quanto a dia e horário pode ser considerado como uma etapa preliminar da atividade, pois envolveu um amplo diálogo via WhatsApp com a participação das quatro alunas envolvidas no projeto, da orientadora educacional e da supervisora pedagógica da escola. Essa etapa serviu também para, relativamentre, fazer a aproximação da pesquisadora com as participantes da oficina. Pode-se estranhar não haver representatividade masculina, mas a equipe que está à frente do formato online do projeto tem apenas um jovem no grupo, e a participação na atividade foi voluntária.

Chegou, então, o dia da produção do mapa falante. O primeiro momento pautou-se na apresentação da pesquisadora, com referências às autorizações legais pertinentes para a confecção da atividade, destacando-se que o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (CEP/FS – UnB). Em seguida fez-se uma apresentação, compartilhando-se um mapa falante conceitual; utilizou-se como exemplo o próprio projeto de intervenção pelas alunas protagonizado. Nesse instrumento, ressaltou-se para que serve, as possibilidades de articulação e por que é importante realizar um mapeamento. Exemplos de mapeamentos realizados por adolescentes de outras realidades foram mostrados e discutidos.

Após essas considerações, o silêncio imperou na sessão. Percebeu-se certa apreensão do que viria pela frente. Isso aos poucos foi se revertendo com as orientações para a construção do mapa falante e as clarificações realçadas pela orientadora educacional. As jovens, então, foram suscitadas a realizar o mapeamento falante de uma das atividades de promoção à saude por elas realizadas, descrevendo não só o que foi captado visualmente, mas também os riscos, as tensões, as vulnerabilidades, bem como os reflexos e produtos desse trabalho na dinâmica escolar (CINTRA et al., 2017; COSTA et al., 2016; NAKAMURA, 2011).

O próximo momento foi um encadeamento de questões e clarificações

quanto à produção do mapa falante, havendo a discussão entre as alunas sobre qual atividade preventiva iriam mapear. Elas optaram pela atividade do Setembro Amarelo, com a prevenção ao suicídio, a qual foi realizada no mês de setembro de 2019.

Decidida a atividade, a apreensão girou em torno da habilidade para desenhar. Uma vez que estava clara a autoria do desenho, passou-se ao debate do porquê de tal escolha, destacando-se o elevado índice de ansiedade entre os alunos diante das responsabilidades escolares. As participantes então mapearam a atividade, graduando o nível de ansiedade pelas cores vermelha (alto – grave), amarela (médio – alerta) e verde (baixo), de acordo com as manifestações dos alunos em enquete realizada para cada uma das turmas da escola, anteriormente à pandemia.

Após um período de muitas manifestações, elas procederam à análise do resultado por turma e no contexto geral da escola, e constataram um elevado índice das cores vermelha e amarela, de forma equiparada, e um número inexpressivo da cor verde. Esse resultado foi atribuído pelas estudantes às pressões inerentes à dinâmica das atividades propostas pela escola, bem como à autocobrança por um desempenho satisfatório nos exames para ingresso na universidade.

Com a pandemia da Covid-19, que inviabilizou a continuidade das atividades presenciais do projeto de prevenção, a equipe, antes mesmo da regulamentação e do início do ensino remoto, deu prosseguimento às ações preventivas *online*. A equipe iniciou encontros semanais via *Google Meet* desde o mês de agosto de 2020, em que são discutidas as ações, as *lives* e os posts a serem publicados nas redes sociais *Facebook* e *Instagram*. Segundo as coordenadoras do projeto, essas reuniões têm oportunizado a manutenção das atividades preventivas dentro das singularidades do formato remoto, bem como a manutenção do diálogo com esses jovens, atendendo-os em suas próprias demandas.

Apesar das limitações impostas pelo formato remoto, essa atividade cartográfica se mostrou como uma ferramenta de pesquisa qualitativa viável e potente para assegurar a continuidade de estudos pausados por situações alheias e imperiosas ao processo metodológico. Abrir o pensamento para novas alternativas de estudos, sem preconceitos, é pressuposto para sustentar a produção do conhecimento de forma oportuna e coerente. As adolescentes evidenciaram, por meio desse processo intenso e meditativo, algumas potencialidades manifestadas no decorrer da cartografia, tais como a comunicação de forma criativa, as quais mostram aproximações com o cenário fenomenológico.

FENOMENOLOGIA E CARTOGRAFIA: APROXIMAÇÕES NA PRÁTICA DE PESQUISA QUALITATIVA

A inserção da cartografia como método na pesquisa qualitativa é recente, mas vem se diferenciando e seduzindo pesquisadores na seara das ciências sociais e da saúde coletiva no que se refere às subjetividades e às formas de acompanhar a evolução dos estudos científicos. É nessa trilha que tal método se entrelaça com a fenomenologia, apresentando outras congruências como o movimento de forças coletivas, a abstenção da neutralidade, a transversalidade, a valorização das diferenças, a afetuosidade, o transformar e transformar-se.

Inicia-se esse percurso de possibilidades aproximativas entre fenomenologia e cartografia com reflexões no âmbito da consciência do sujeito ao interpretar o mundo, os fenômenos, de forma original, de acordo com suas próprias experiências, que ao serem narradas são de certo modo reelaboradas e ressignificadas, considerando-se o conjunto de outros atores da cena. A elucidação dos fenômenos, portanto, passa pela percepção do sujeito, pela forma como ele os vê, abstraindo a realidade sem interferências externas.

Aliado a esses aspectos, o processo de construção de mapas proporciona um diálogo relacional. Desenvolvem-se novos caminhos e percepções, possibilitando a exploração de identidades e relações sociais. Comunicam-se sentimentos, pensamentos e ideias, sendo possível despertar a consciência sobre questões pessoais, políticas e sociais. Além disso, ajuda-se na construção de relacionamentos de equipe, viabilizando-se a apreciação das diferenças entre os membros, seja no âmbito emocional, seja nas habilidades artísticas (GASTALDO et al., 2012).

Isso é o que Husserl (1989, p. 24) chamou de redução fenomenológica, praticada na cartografia explanada anteriormente. De início, a redução ocorreu individualmente, quando cada participante expôs seus conhecimentos e percepções imediatas do objeto de discussão, manifestando, também, as limitações. O processo se repetiu na discussão coletiva. Nessas etapas, buscou-se compreender o arcabouço da experiência, bem como a intencionalidade evidenciada. O fenômeno se manifestou via reflexões imediatas, porque houve correlações, intenções entre o pensar e aquilo que sofre essa ação.

A consciência quanto aos níveis de ansiedade manifestados pelos alunos, por exemplo, deu-se em função das tensões pré-ingresso na universidade. É certo que essa foi uma hipótese ventilada pelas adolescentes, o que não exclui outros fenômenos subjacentes; afinal, o pensar fenomenológico está sempre em movimento, em busca de novas formas de compreensão do mundo.

Nessa experiência cartográfica, observou-se um coletivo de forças – dinâmicas, intensas e afetuosas – bilateralmente implicadas em todo o processo de construção do mapa falante. Isso se verifica também no envolvimento engajado e reflexivo da pesquisadora com as participantes da pesquisa, estando todas num plano comum, descartando-se hierarquias, homogenias e qualquer presunção de neutralidade (ESCÓSSIA; TEDESCO, 2020; KASTRUP; PASSOS, 2013).

Partilha, engajamento e pertencimento fazem parte desse plano comum entre os atores de uma experiência cartográfica, cujas dimensões interventivas e processuais são preponderantes. No processo de pesquisar, metas e objetivos são flexíveis, pois se submetem e se desdobram em função dos achados do campo. A primazia dessa experiência incide no desenvolvimento, no percurso e no caminhar da pesquisa, implicando tanto pesquisador quanto campo e pesquisados.

Nessa dinâmica, a atenção do pesquisador é essencial. A predisposição para "pesquisar com" é o primeiro passo para exercitar o olhar e a atenção diferenciados sobre o percurso da pesquisa. Isso não exclui o subsídio teórico embasando e direcionando o caminho, que deve ser permeado pela receptividade e pela afetação – forças motrizes da cartografia (POZZANA, 2014).

O cenário reflexivo de produção do saber com a prática de pesquisa qualitativa indica implicações e afinidades entre a fenomenologia e a cartografia, verificando novas possibilidades e alternativas de produção do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fenomenologia e a cartografia têm características e metodologias próprias. No entanto, a fenomenologia é uma teoria que permite a interpretação dos fenômenos da vida, e nesse sentido é um iluminador dos significados que são construídos por meio da prática cartográfica aplicada ao trabalho junto a adolescentes.

Imergir na produção de um mapa falante com esses atores, mesmo que fruto de um trabalho *online*, configurou-se como um exercício processual de descobertas instigantes, parciais, lúdicas e recheadas de subjetividades. Ressalte-se nesse processo a liberdade de expressão das jovens dando o tom das correlações, evocando sensações tanto próprias quanto as relacionando com outros contextos, implicando realidades, culturas e historicidades. A conclusão a que elas chegaram evidenciou a diversidade, bem como a complexidade, dos fenômenos e acontecimentos que atravessam a adolescência.

Essas reflexões despertam o questionamento da neutralidade como condição

para produção do conhecimento científico. Independentemente do método e da técnica de pesquisa, sempre haverá o fenômeno humano, com suas peculiaridades, vivências e posicionamento, a mediar o processo. Não existe ciência neutra! A percepção dos pesquisadores e dos pesquisados são interdependentes e traçam os rumos do estudo, pois o posicionar-se lhes é inerente.

Nesse sentido, o mapa falante aplicado como estratégia de pesquisa com adolescentes possibilita vivenciar o processo de pesquisa qualitativa na sua essência: a compreensão dos "fenômenos" comportamentais por meio da coleta de dados narrativos, analisando-se a individualidade de todos os atores envolvidos no estudo.

É certo que os resultados de um estudo são importantes para vislumbrar soluções também para outros contextos. No entanto, é fundamental destacar a relevância das descobertas advindas do curso do trabalho para disparar novos questionamentos, percepções, rumos, bem como apontar soluções diferenciadas.

Pesquisar sob a tônica dos sentidos torna esse ato uma experiência única, que permeia todo o caminho percorrido na produção empírica do conhecimento.

REFERÊNCIAS

CHAUI, Marilena. Convite à filosofia. 14 ed. São Paulo: Ática, 2010. p. 254.

CINTRA, A. M. S. *et al.* Cartografia nas pesquisas científicas: uma revisão integrativa. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 45-53, abr. 2017. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922017000100045 & lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 out. 2020. http://dx.doi.org/10.22409/1984-0292/v29i1/1453.

COSTA, N. O. *et al.* Cartografia social uma ferramenta para a construção do conhecimento territorial: reflexões teóricas acerca das possibilidades de desenvolvimento do mapeamento participativo em pesquisas qualitativas. **Revista ACTA Geográfica**, (2014), 73-86. Disponível em: https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/3820. Acesso em 2 out. 2020.

ESCÓSSIA, L.; TEDESCO, S. O coletivo de forças como plano de experiência cartográfica. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.) **Pistas do método**

da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2020. p. 92-108.

GASTALDO, D. et al. (2012) **Body-Map Storytelling as Research**: Methodological Considerations for Telling the Stories of Undocumented Workers Through Body Mapping. Disponível em: http://www.migrationhealth.ca/undocumented-workers-onta-rio/body-mapping>. Acesso em 26 set. 2020.

HUSSERL, E. A ideia da fenomenologia. Rio de Janeiro: Edições 70, 1989.

_____. Investigaciones Iógicas. Madrid: Alianza Editorial, 2006.

IBGE. (2020). **Introdução à Cartografia**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov. br/visualizacao/livros/liv44152_cap2.pdf>. Acesso em 20 nov. 2020.

JUNQUEIRA, L. A. P. Novas formas de gestão na saúde: descentralização e intersetorialidade. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 31-46, dec. 1997. Disponível em https://doi.org/10.1590/S0104-12901997000200005&Ing=en&nrm=iso. Acesso em 22 nov. 2020. https://doi.org/10.1590/S0104-12901997000200005.

KASTRUP, V.; PASSOS, E. Cartografar é traçar um plano comum. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 263-280, ago. 2013. Disponível em: http://doi.org/10.1590/S1984-02922013000200004-. Acesso em 15 nov. 2020. https://doi.org/10.1590/S1984-029220130002000004.

MALINOWSKI, B. Objetivo, método e alcance desta pesquisa. *In*: GUIMARÃES, A. Z. (Org.) **Desvendando as máscaras sociais**. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1990. p. 39-61.

NAKAMURA, E. O método etnográfico em pesquisas na área da saúde: uma reflexão antropológica. **Saude Soc.**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 95-103, mar. 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pi-d=S0104-12902011000100012&Ing=en&nrm=iso. Acesso em 24 out. 2020. https://doi.org/10.1590/S0104-12902011000100012.

OLIVEIRA, M. C. S. L. Identidade, narrativa e desenvolvimento na adolescên-

cia: uma revisão crítica. **Psicol. Estud.**, Maringá, v. 11, n. 2, p. 427-436, ago. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pi-d=S1413-73722006000200022&Ing=en&nrm=iso. Acesso em 27 nov. 2020. https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000200022.

POZZANA, L. A formação do cartógrafo é o mundo: corporificação e afetabilidade. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 323-338, ago. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922013000200007&lng=en&nrm=iso. Acesso em 20 dez. 2020. https://doi.org/10.1590/S1984-02922013000200007.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

TEIXEIRA NETO, A. Cartografia, território e poder: dimensão técnica e política na utilização de mapas. **Boletim Goiano de Geografia**, 26(2), 49-69, jun. 2008. Disponível em: https://doi.org/10.5216/bgg.v26i2.4141. Acesso em 20 nov. 2020.

O DIÁRIO DE CAMPO NA PESQUISA SOCIAL EM SAÚDE

Rosamaria Giatti Carneiro

Faculdade de Saúde, Departamento de Saúde Coletiva, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade de Brasília

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0236-7941

rosacarneiro@unb.br

Resumo

Este artigo se dispõe a refletir sobre os usos do diário de campo oriundo da teoria e prática antropológica nas pesquisas qualitativas em saúde. Nos últimos anos temos visto o crescimento marcado de pesquisas em saúde que se anunciam como pesquisas etnográficas. Essa situação tem gerado preocupação entre algumas pesquisadoras (Nakamura, 2011), mas também nos tem feito refletir sobre a necessidade de pensar, teoricamente, sobre o diário de campo nos estudos sobre saúde e, praticamente, sobre como fazê-lo com densidade. Por conta disso, coloco-me aqui este duplo desafio: pensar sobre as origens teóricas do diário de campo, mas também sobre a sua prática e importância no campo das pesquisas em saúde contemporâneas. Com estas linhas, espero contribuir para sustentar sua importância e relevância, e sugerir pistas de como ele poderia ser manejado e escrito em pesquisas feitas na Saúde Coletiva e na saúde em geral.

Palavras-chave: Diário de Campo. Pesquisa Social. Saúde.

DO DIÁRIO DE CAMPO: ORIGENS E PERSPECTIVAS ANTROPOLÓGICAS

Ao me recordar de minha pesquisa de doutoramento (CARNEIRO, 2015), imediatamente me lembro de meu "diário de campo" de capa dura, vermelho com bolinhas brancas, nada discreto. Como antropóloga, estive praticamente dois anos em "pesquisa de campo", entre rodas de gestantes, de preparação para o parto, de cuidados no pós-parto e com o bebê, em encontros nas casas das mulheres, cenas de consulta de pré-natal, conversas em cafés e, por sorte, em alguns partos. Durante todo esse tempo, o diário me acompanhou e, quando suas páginas se encerraram, outros tantos se tornaram seu anexo, sua extensão. Essa pesquisa, sobre as experiências de parto "mais naturais" e sobre um "parir diferentemente" no Brasil contemporâneo, recordista mundial no número de cesáreas, tem mais de uma década; muitos de seus resultados já foram publicados e, em sua totalidade, tornou-se inclusive livro (CARNEIRO, 2015). No entanto, em que pesem suas diversas modalidades de publicação, esses diários seguem comigo, sob minha guarda, minha memória, para meu registro – mesmo tendo me mudado já tantas vezes de casa e até mesmo de cidade.

Em antropologia, o diário de campo é uma ferramenta essencial para/do nosso ofício. Por meio dele, registramos o que experimentamos em campo, durante nossas pesquisas, "de perto e de longe" (LÉVI-STRAUSS, 1990) ou "estranhando o familiar" (VELHO, 1978). Em suas folhas, escrevemos (confessamos e analisamos) o cotidiano daqueles com os quais convivemos, seus termos, expressões, costumes, regras, conflitos e modos de resolução, parentesco, leituras de corpo, sexualidade, amor/afeto e emoções de maneira geral. Em suas páginas falamos dos Outros, que tanto nos interessam, mas também de Nós. Escrevemos sobre esse encontro, que segundo Roy Wagner (2010) é muitas vezes um "choque cultural", um desencontro de si e diante do Outro. Escrevemos sobre nossas saudades, surpresas e "saias justas" (FLEISCHER; TORNQUIST, 2007) durante a pesquisa de campo. Escrevemos sobre o que não deu certo, sobre nossas mudanças de rota.

Relatamos nossas dúvidas, desenhamos e alicerçamos processos de compreensão teórica daquilo a que ali assistimos, do que vivemos e partilhamos. Esse é o trabalho da antropóloga, de modo muito geral. Segundo Clifford Geertz (1995), cabe a nós fazer de um manuscrito quase indecifrável algo compreensível. Precisamos traduzir o que ali quase não se lê; ou seja, tornar próximo do Eu a vida do Outro. Descrevê-la densamente. Essa é a recomendação de ouro do antropólogo americano que tanto nos provocou a pensar sobre os limites da antropologia e

da literatura. Para Geertz, a etnografia, a arte de escrever sobre um povo, é uma "descrição densa", um relato detalhado a tal ponto que nos permite identificar se uma piscadela é um simples tique nervoso, uma imitação ou uma "paquera" **à la** o que se vivia entre os mais antigos.

Mas na verdade não é tão simples assim. Todos os antropólogos devem ter e fazer um diário de campo cotidianamente, com assiduidade e sagacidade. Ao menos deveriam. Em nossos bancos universitários, aprendemos como fazê-lo nas aulas de Métodos e Técnicas em Antropologia, ainda que em suas páginas tenhamos – cada um – a liberdade de registrar o vivido ao nosso modo: desenhando, escrevendo, pintando, correlacionando leituras e etnografias pregressas etc. Quando digo que não é tão simples assim é porque o estatuto desse diário é, mesmo no interior da própria antropologia, algo muito controverso.

Essa ao menos é a provocação de Pedro Godim Davis (2013) ao rememorar a publicação do famigerado diário pessoal de Bronislaw Malinowski. Conhecido como o pai da etnografia, Malinowski foi o primeiro inglês a realizar pesquisa de campo longe de casa e numa cultura distante, nas Ilhas Trombriand, na Melanésia. Durante o período em que viveu entre os nativos, escreveu sobre seus costumes, regras de convivência, burlas e crimes, sobre o que chamou de "vida sexual dos selvagens" e também sobre o "kula", que dá base a todo o sistema econômico local. No "kula" vigora a premissa da circulação de objetos, suas etiquetas e modos de funcionar: "vão-se os colares, voltam os braceletes" – o que na verdade, para a antropologia, denota muito mais do que isso em termos da organização de vida local. Na introdução de Argonautas do Pacífico, Malinowski tece algumas recomendações para quem deseja fazer trabalho de campo entre outros povos. Entre as principais, enumera: aprender a língua local; ter um bom tradutor até o momento em que isso aconteça; ler e estudar sobre o grupo a ser etnografado antes da viagem de campo; conhecer a teoria antropológica de maneira geral; mais escutar do que perguntar inicialmente; voltar inúmeras vezes aos resultados e entendê-los como provisórios; empreender a genealogia do parentesco local, entre outras.

Se nessa obra o antropólogo nos ensina a "fazer trabalho de campo" alhures num tom formal e professoral, em outra, publicada à sua revelia, pois já estava morto, o tom é bem outro. Sua esposa decidiu publicar o seu diário de campo na íntegra sob o título *Um diário no sentido estrito do termo* (1997); ou seja, as linhas do que registrava intimamente enquanto estava entre os trombriandeses foram publicadas sem uma organização do que seria dito e do que seria censurado. Há quem veja importância na referida publicação por conta de sua contribuição pedagógica para os neófitos, para que estes vejam o que abriga um diário de campo. Mas há também

quem entenda ser esse documento algo de ordem pessoal do antropólogo, haja vista todo o conhecimento antropológico ser depois arquitetado à luz da teoria já posta em outros documentos. Defender uma coisa ou outra não nos cabe neste momento; interessa-nos – sim – refletir sobre a diferença ou a interface entre o diário de campo, um diário pessoal e um diário de viagem.

Afinal, o que cabe em um diário de campo? Penso que em nossos diários de pesquisa há espaço também para uma dimensão pessoal. Em suas páginas, deve-se descrever o preparo para a pesquisa de campo, os seus limites e suas dificuldades, como se deu a recepção pela população local, o cotidiano pessoal da investigadora, mas também suas sensações, impressões e emoções desta, que ali se coloca como estrangeira. Nesse sentido, deve-se inclusive refletir sobre os impactos de nossa presença naquele local, sobre as alterações que tal presença ali produz. Ou seja, posso falar de mim, escrever sobre mim, sem que esse seja o foco, mas pensando-o a partir do encontro com o Outro, do encontro de culturas e práticas. E mais, posso escrever sobre como se dá o processo de compreensão da cultura do Outro a partir da minha própria cultura, naquilo que Roy Wagner denominou de "uma antropologia reversa", que só pode produzir conhecimento sobre as culturas a partir do estranhamento e da constatação de que os meus óculos de leitura também são constantemente projetados – ou, em suas linhas, "inventados". Em outras palavras, o lugar que a pesquisadora ocupa e a partir de onde percebe o mundo é que lhe possibilitará descrever e compreender as culturas alheias. Esse é um exercício de decifração do mundo que nos exige sobremaneira, pois tenciona a ideia de uma "ciência neutra e imparcial", arrolando para a nossa tarefa exatamente o complicado e pesado manejo de um conhecimento que é sempre "parcial e provisório". Miriam Goldemberg sustenta em alto e bom som que a pesquisa antropológica, por seu caráter eminentemente relacional, é de saída "artesanal, microscópica e provisória" (GOLDEMBERG, 2001, p. 23).

Enfim, por tudo isso, a meu ver, um diário de campo comporta um quê de diário pessoal e de diário de viagem, mas compõe efetivamente a trajetória de pesquisa daquela pesquisadora em especial, no singular. Talvez por isso tenda a concordar com a provocação de Davis (2013) quanto ao diário de Malinowski. No limite, um diário de campo legitima um percurso investigativo; ao ali registrar todo o percurso de uma pesquisa, a pesquisadora corrobora o seu passo a passo, seus acordos, negociações e *modus operandi*, suas estratégias e, inclusive, toda a sua dimensão ética. Nesse sentido, ele tem também essa importante função: operar como prova cabal do vivido, pensado e interpretado. Por isso, mais uma vez, a importância de que em suas páginas registremos todo o ocorrido em campo.

Charles Wright Mills (1992), em "Do artesanato intelectual", escreve sobre as particularidades do conhecimento produzido por um cientista social. Em sua leitura, toda produção intelectual carrega ou comporta os nossos interesses pessoais. Justamente por isso ele a nomeia de "artesanato": por conta de seu caráter singular e manual/manufaturado. Há sempre em seu interior algo da ordem do interior daquele que a produz. Para ele, vida profissional e vida pessoal caminham juntas: é preciso conjugar o que se está fazendo intelectualmente com o que se está vivendo como pessoa:

Qualquer cientista social que esteja bem adiantado em seu caminho deve ter, a qualquer momento, tantos planos, ou seja, ideias, que sua indagação será sempre: "a qual deles me devo dedicar em seguida?". E deverá manter um arquivo especial para seu trato principal, que ele escreve e reescreve para si mesmo e talvez para debate com amigos. [...]

Mas como deve ser usado esse arquivo – que até agora estará parecendo ao leitor mais um tipo curioso de diário literário – na produção intelectual? A sua manutenção é um produto intelectual. É um armazenar crescente de fatos e ideias desde os mais vagos até os mais preciosos. (MILLS, 1992, p. 214)

Existe uma técnica para se redigir um diário? Uma receita infalível? Um passo a passo a ser ensinado? Mariza Peirano (1995), uma antropóloga brasileira dedicada a refletir sobre a etnografia enquanto prática-teoria indissociáveis, assevera que não há como ensinar a fazer uma etnografia. Na realidade, "aprende-se etnografando". Penso que o mesmo acontece com a escrita e o uso de um diário de campo. Ao escrevê-lo, entendemos seus desenhos, segredos, insights, importância e legitimidade. Mas isso não nos impede de refletir sobre o que podemos esperar de um diário de campo e sobre os seus impactos em uma investigação nos distintos campos do conhecimento; nesse sentido, isso não nos impossibilita de ponderar sobre a sua importância em uma pesquisa qualitativa em saúde.

DAS POTENCIALIDADES DO DIÁRIO DE CAMPO NA SAÚDE COLETIVA: IMPORTAÇÕES QUE IMPORTAM

Sabe-se que no campo da Saúde Coletiva, definido por alguns como "um campo de saberes e práticas" (CAMPOS, 2000) e por outros como um "campo interdisciplinar" (BIRMAN, 2005), é marcante a presença das ciências sociais e humanas em saúde e, assim, também da antropologia e de toda a sua herança metodológica. Escrevo, então, a partir desse lugar, o de uma antropóloga que pesquisa e ensina saúde; portanto, a partir da dimensão qualitativa e eminentemente social de seus desenhos ao longo dos tempos e dos espaços. Sou pesquisadora e docente em Saúde Coletiva, e, em minha prática, o diário de campo ocupa um lugar de destaque, pois a partir dele consigo investigar e refletir sobre o que se compreende por saúde e como se vive a sa**úde. Por conta disso, é a partir desse meu lugar híbrido** que proporei e sustentarei o potencial do diário de campo para as pesquisas em saúde e, mais intensamente, em Saúde Coletiva.

O campo das pesquisas qualitativas em saúde não é novo, tampouco diminuto. Mas é certo que foi adensado com o advento da Saúde Coletiva enquanto campo a partir da Reforma Sanitária e do surgimento do Sistema Único em Saúde no Brasil, a partir dos anos de 1980, como bem pontuam os estudos de Ana Maria Canesqui (2011) e Maria Loyola (2012). Na esteira do sustentado por Eunice Nakamura (2011), tem-se assistido mais recentemente a uma efervescência de estudos etnográficos ou de "cunho etnográfico" no campo da saúde. Para a antropóloga, também docente e pesquisadora no campo da saúde, isso causa certa apreensão, por conta da rapidez com que tais pesquisas têm sido empreendidas e por conta de sua falta de diálogo com a bibliografia antropológica já produzida, premissa fundamental para a antropologia.

Segundo Nakamura, é preciso ponderar a respeito das etnografias "fast-food" e do quanto elas podem mais deslegitimar o campo das pesquisas qualitativas em saúde do que adensar sua representativade. Em seu entender, perde-se drasticamente em qualidade e também em densidade teórica, haja vista deixar de existir o diálogo com a teoria antropológica e social de maneira geral já posta, bem como com a teoria produzida sobre saúde. É fato, uma pesquisa qualitativa inspirada na pesquisa de campo antropológica demanda tempo, demanda investimento das relações com os pesquisados e campos de estudo. Escutar uma ou outra pessoa em uma única situação, em encontros pontuais, não pode ser considerado um investimento qualitativo etnográfico. Definitivamente não pode. Usar em seguida a teoria da análise do discurso a partir de poucas e rasas entrevistas também me parece um grande equívoco. Corremos o risco de cada vez mais permanecer na superficialidade dos

fenômenos sociais. A saúde é dita, mas é sobretudo vivida e praticada.

Se não tivermos contato prévio com a teoria já posta no campo da saúde em geral e sobre os nossos temas de investigação, tornam-se pobres o debate e também a produção da teoria, tanto no campo da saúde quanto no da antropologia. A premissa maior de um estudo é sempre fazer avançar a teoria já existente. Se não existe investimento teórico de peso, período de decantação do produzido e processo de reflexão a partir do campo, certamente esse processo se vê comprometido. Eunice Nakamura recomenda, então, tempo de/para pesquisa, contato com a teoria antropológica sobre etnografia e leituras sobre o campo investigado. De minha parte, recomendaria a adesão ao diário de campo como possibilidade de evitarmos as etnografias "fast-food" e suas fragilidades teóricas.

O diário de campo opera como registro e arquivo do encontrado durante uma pesquisa de campo; por isso, tem o condão de legitimar todo o processo de investigação. As notas, ideias e impressões funcionam como um passo a passo, como uma prova do percurso metodológico. Nesse sentido, o uso de um diário de campo nas pesquisas qualitativas em saúde poderia por um lado rebater as acusações de que as pesquisas qualitativas carecem de provas, índices e números que as comprovem – crítica tão corriqueira no campo dos estudos sobre saúde –; de outro lado, poderia operar como uma forma de evitar etnografias "fast-food" e pesquisas breves e frágeis, haja vista exigir tempo e problematização teórica.

Como se isso não bastasse, no universo das pesquisas em saúde, já tão conhecido por seu âmbito clínico e epidemiológico, o uso do diário de campo pareceme ser também uma oportunidade para se refletir sobre as ideias de saúde operantes; sobre o encontro entre aqueles que pesquisam sobre saúde, ou seja, entre os pesquisadores e as pessoas do universo investigado; sobre como se faz pesquisa social em saúde; sobre como podemos descrever sentidos e significados ofertados à saúde pelas próprias pessoas.

Diante disso, inclino-me a sustentar que os diários de campo podem – sim – integrar o cotidiano dos sanitaristas e daqueles que realizam pesquisa social em saúde, não somente para o registro das pesquisas e a realização do próprio campo, mas também para a prática do que se observa cotidianamente no campo da saúde, conjugando uma dimensão pessoal e autoral. Os diários de campo podem falar também sobre quem pesquisa sobre saúde, como pesquisa e por quais motivos – para além do que encontra em seus campos de interesses.

Danielle Godoy, mestre e doutora em Saúde Coletiva pela Faculdade de Medicina de Botucatu, na Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), em sua pesquisa de mestrado (GODOY, 2013) analisou os diários de campo produzidos por

estudantes da graduação de Medicina em uma disciplina prática de atenção integrada à saúde (IUSC). Nessa disciplina, que acontece na Unidade Básica de Saúde Escola, os estudantes se envolvem com a assistência básica e precisam redigir diários de campo sobre os casos atendidos, as dificuldades, os encaminhamentos e as percepções. Esses diários e casos são acompanhados por tutores da disciplina. Godoy fez um debate sobre a escrita desses/nesses diários, o seu conteúdo e a importância da narrativa enquanto ferramenta de conhecimento sobre a saúde. Desse modo, ela tomou os cadernos como seu material empírico. Anos depois, tendo a mesma disciplina como universo de investigação, Godoy (2019) empreendeu uma pesquisa etnográfica em seus diversos momentos, procurando refletir sobre as estratégias pedagógicas da própria disciplina. Nesse momento, era ela quem produzia o seu diário de campo sobre o que depreendia da disciplina, da prática dos estudantes, dos conceitos arrolados, dos casos "tratados". O objetivo maior era refletir sobre o ensino médico e, no caso, sobre a proposta da disciplina eminentemente prática e de atenção integrada em questão. A partir dessas duas pesquisas podemos destacar as potencialidades do diário de campo: em um caso usado como fonte para a reflexão e, em outro momento, como ferramenta de descrição da própria pesquisa realizada. Como se isso não bastasse, as pesquisas de Godoy às voltas com diários de campo também nos inserem na temática das narrativas em saúde, das narrativas consignadas nos diários, pela própria pesquisadora, ou como modo de apreensão de como se entende e se vive a saúde.

Em pesquisas com doenças de "longa duração" ou "crônicas" realizadas por Soraya Fleischer sobre hipertensão e diabetes (2016), por Monica Franch (2012) sobre casais sorodiscordantes em HIV/AIDS no Brasil e também por Ednalva Neves sobre anemia falciforme (2018), vemos como só uma pesquisa social também prolongada pode dar conta da descrição da cronicidade e de sua experiência, que é diária e cotidiana. Pesquisas como essas, no campo da saúde, demandam a meu ver, per si, o uso do diário de campo como estratégia para registro do que acomete os doentes em seu passo a passo, que é justamente o que o caracteriza. De outra parte, pesquisas sociais em saúde realizadas em grupos terapêuticos dos mais diversos tipos, institucionalizados ou não – como foi o caso da pesquisa de Edmilson Campos (2010) entre os alcoólicos anônimos na cidade de São Paulo, ou o de Barbara Oliveira sobre o cotidiano do ambulatório trans do Hospital Universitário de Brasília (2017) e as pessoas trans que o buscavam –, a meu ver demandam o contato constante, frequente e duradouro entre o pesquisador e o grupo pesquisado e, assim, também o diário de campo como ferramenta que permite registrar cada encontro, estranhamento e situação inusitada, cada passo dado durante a pesquisa. O diário de campo, ao final, fica como o próprio caminhar da investigação; ilustra o seu desenrolar.

No campo da saúde e da Saúde Coletiva há também muitas investigações sobre o cotidiano institucional do sistema de saúde, seja nas unidades básicas de saúde, nos hospitais, em programas oficiais como a Estratégia Saúde da Família (ESF) e/ou práticas dos agentes comunitários de saúde, entre tantos outros. Refletir sobre a vivência institucional e a prática das políticas de saúde também nos demanda tempo, persistência e olhar com atenção. Exige-nos "o ver" e "o ouvir" de que nos fala Cardoso de Oliveira (1996). Só depois disso desponta a possibilidade do "escrever". Assim sendo, o "diário de campo" figura mais uma vez como uma importante estratégia por seu tempo dilatado, pela importância do registro do percurso e da possibilidade da narrativa do pesquisador, de suas impressões e sensações diante do cotidiano observado.

Nos últimos anos, muitas foram as políticas públicas de saúde editadas. Amparadas no debate da diferença, vimo-nos diante da Política Nacional de Assistência Integral à População Negra, LGBTQI+, Idosa, Indigena, de Pessoas com Deficiência, Mulheres e Homens, para citar somente algumas. Uma coisa é refletirmos sobre o texto e as bases epidemiológicas de uma política ou sobre os motivos que a fundamentam; outra bem diferente, no entanto, é descrevermos a praticidade da referida política, a sua aplicabilidade, o seu dia a dia, ou como ela se faz sentir "nas pontas do sistema". Em antropologia há um campo cada vez mais adensado denominado de Antropologia das Políticas Públicas e/ou Antropologia da Administração Pública, cujo propósito é exatamente refletir sobre os discursos ao redor dos desenhos das políticas, mas também sobre sua vida prática, sobre se/como chega aos "usuários do serviço", sobre o que estes pensam sobre as políticas, como as veem, se para eles fazem sentido ou adquirem outras roupagens. Na saúde, muitos dos estudos sobre avaliação em saúde, a meu ver, dialogam com essa prática da antropologia, e também exigem o diário de campo como uma ferramenta importante no acompanhamento da implementação das políticas. O motivo está em que isso é processual e dinâmico: aplicar uma política pública, implementá-la, é também movimento, percurso, e, por isso, demanda um método de descrição e de avaliação que, a meu ver, ganha notadamente com o diário de campo como instrumento (OLIVEIRA, 2017).

Ainda no âmbito das instituições e do cotidiano dos serviços, de seu nível mais pessoal ao âmbito mais burocrático, no qual também são realizadas inúmeras pesquisas em saúde, a observação participante do sanitarista ou do pesquisador em saúde também tem se demonstrado rica e dialógica, inclusive para estratégias de resolução de conflitos e gerenciamento e implementação de programas de saúde em seu âmbito local (VILAÇA, 2019).

Diante disso, partindo de alguns exemplos e dificuldades vivenciadas pela pesquisa social em saúde nos últimos anos, notável é o potencial do diário de campo tanto para o seu fortalecimento enquanto pesquisa qualitativa em saúde como para a própria apreensão da saúde enquanto um fenômeno social.

MAS COMO FAZER UM DIÁRIO DE CAMPO EM SAÚDE? SUGESTÕES QUE (NÃO!) SÃO UM PASSO A PASSO

Como mencionei anteriormente, Peirano (1995) sustenta que não podemos ensinar alguém a fazer um diário de campo passo a passo. Penso que isso se deve ao fato de cada diário de campo ser singular, próprio daquela pesquisadora, escrito à luz de suas experiências e bagagem teórica. Recuperando as recomendações de Wright Mills (1992), o arquivo da pesquisa ou o diário a ser escrito, ao conjugar vida intelectual e vida pessoal, torna-se único, ímpar. Há quem desenhe no diário de campo, quem grave e depois transcreva, quem escreva e depois passe a limpo, página por página. Suas páginas podem ainda ser mescladas a fotografias e/ou objetos coletados no campo. Então, um diário de campo parece-me sim ser propriedade daquele que o escreve, que vive a experiência da pesquisa. É o seu percurso; é a fonte de suas ideias, o registro de suas interlocuções, que embasarão os seus escritos.

Diante disso, mas pensando no propósito deste artigo, não poderia encerrar estas páginas sem sugerir caminhos, apontar pontos importantes ou ofertar pistas de como redigir um diário de campo. Em que pese um diário ser único, apontamentos gerais sobre suas características parecem-me pertinentes para que evitemos as etnografias "fast-food" (NAKAMURA, 2011), empreendamos pesquisas qualitativas densas e profundas e possamos desmistificar um pouco a própria ideia do que seria esse diário.

Segundo Goldemberg (2001), Malinowski nos recomendava sempre responder a três importantes questões em uma pesquisa etnográfica: "O que fazem os nativos? O que dizem sobre o que fazem? E o pensam sobre o que fazem?". Um diário de campo tem por propósito mapear tais respostas. Para isso, a pesquisadora deve estar atenta a esses movimentos, registrando-os. Uma prática é dizer algo; outra é fazer; e outra totalmente diferente é ainda pensar sobre o que se fez ou se disse. Por isso, tais movimentos devem vir descritos.

Um diário, enquanto descrição densa, exige escrita. Exige grafia e, por isso, assiduidade e memória. O importante é redigir o diário diariamente, ou no dia em que se esteve em campo. Nossa memória é fugidia e traiçoeira. Um acontecimento pode

inclusive perder sua força, surpresa, estranhamento e/ou desconforto com o passar dos dias. Portanto, é muito importante registrar os acontecimentos, suas impressões e diálogos com a bibliografia quase simultaneamente ao seu acontecimento. Não deixe para escrever amanhã o que aconteceu hoje. Em tempos como os nossos, uma ideia é gravar o ocorrido ou o período de pesquisa e, logo em seguida, redigir o diário à luz da gravação.

Em suas notas, tudo importa. Essa é uma premissa de ouro. Suas impressões, seus gestos corporais, suas emoções e sensações importam. Registre-as do mesmo modo que registra a das pessoas com quem dialogará para a pesquisa. O dia de pesquisa, como um todo, merece ser narrado: o seu deslocamento até o local, grupo ou encontro; a chegada; a interação física; os diálogos, até o momento da partida. Uma descrição densa envolve detalhamento. Por isso, não poupe o diário dos detalhes. Eles serão preciosos nas muitas leituras que você fará de suas páginas.

Registre no diário o perfil das pessoas que você conhece e com quem dialoga – desde um perfil mais sociodemográfico tradicional até impressões muito pessoais daquela pessoa, como, por exemplo, se ela o lembrou de alguém e por quais motivos. Músicas, poemas e filmes também integram a sua leitura dos fatos vividos. Registre os enlaces e os insights experimentados.

Use uma linguagem clara e detalhada. Escreva livremente sobre o experimentado, sem julgamentos prévios, pois somente assim o diário será verdadeiro e fidedigno. Guarde o diário de campo com todo o apreço e cuidado do mundo. O diário de campo é um documento, a prova de uma pesquisa, e pode abrigar segredos. Você é o guardião de seu diário, mas ele discorrerá sobre outras pessoas. Em virtude de sua pactuação ética com tais pessoas e grupos de interlocutores, zele profundamente por seus registros e confidencialidade. Há quem inclusive insira senhas nos arquivos de computador que porventura o abriguem.

Carregue sempre o seu diário consigo, não somente quando estiver em campo. Muitas das ideias, reverberações e interpretações do vivido e experimentado podem vir abruptamente e devem ser registradas assim que percebidas.

Em suas páginas, você deverá descrever todo o cotidiano das pessoas, grupos e/ou instituições observadas, suas práticas, ideias e pensamentos. Desse modo, você deve estar atento às expressões, aos termos êmicos e à língua nativa. Nesses casos, você deve procurar compreender os seus sentidos naquele universo e então traduzi-lo, descrevê-lo. Em minha pesquisa de doutoramento, por exemplo, tive de me debruçar empírica e intelectualmente para compreender o que seria a "partolândia". Muitas das mulheres com as quais convivi, ao conversarem comigo, me diziam: "Ai, então, fui

para a partolândia", "Eu ainda não estava na partolândia", "Então, eu entendi o que era a tal da partolândia". Passei meses em busca da melhor compreensão e tradução para essa expressão, e ela, ao final, tornou-se chave para minhas interpretações teóricas sobre as experiências de parto em casa contemporâneas entre as mulheres de grandes centros urbanos. Escrevi teoricamente sobre a ideia da partolândia, que me era apresentada como um estado alterado de consciência vivido no momento do expulsivo ou pré-expulsivo do parto, quando as mulheres se veem em situações de limite, cansaço ou satisfação física e emocional. Para isso, primeiro investi em entender aquilo a que elas se referiam, e depois tratei de pensar sobre essa experiência a partir do que já tínhamos posto na teoria social e sobre experiências do corpo. Esse movimento me levou a compreender a partolândia como uma experiência-limite entre transe-extase à luz do debate sobre o sagrado e o profano propugnado por Bataille, por exemplo. Tudo teve início nas categorias nativas, mas se viu depois muito além delas (CARNEIRO, 2015).

Todas as ideias e registros valem a pena. Não os julgue, pois eles podem fazer muito sentido futuramente. Tenha o seu diário sempre consigo. Faça registros cronológicos de suas notas/anotações. Organize numericamente quantas pessoas conheceu, quantas vezes esteve com tais pessoas, quantas entrevistou. Registre também tudo aquilo que não deu certo. Essa parte é muito importante: registre as falhas, os furos, as saias justas e as decepções com o campo, com você e/ou com a pesquisa. O que também não saiu como planejado a compõe, faz-nos alterar rotas e entender pontos de chegada. Esse movimento é o que lhe confere legitimidade. Faça tabelas sobre as pessoas, sobre os fatos, sobre os lugares. Desenhe, se quiser. E não deixe nunca de dizer como se sente, o que lhe parece importante, dialogando com a teoria social em saúde já posta. Ela te ajudará muito a conversar com os seus achados. Por isso, o diário de campo já é um produto intelectual, um produto, por sua vez, que lhe servirá de base e fundamento para escritos públicos.

Por fim, não exponha os seus interlocutores: troque nomes e identidades, apague características que os tornem facilmente identificáveis. Mas – caso seja de seu interesse e não prejudique ninguém – compartilhe suas notas com aqueles que o acompanham na pesquisa, seja em orientação, seja em parceria, no caso de pesquisas coletivas. Essa dimensão ética é muito importante e deve ser inclusive registrada nas páginas do diário.

Para encerrar tais notas, digo: não tenha medo de escrever. Não seja econômica. Quanto mais escrever e detalhar, mais memória e material de campo terá, certamente. Primeiro escute, somente escute. Ao se inserir em um universo novo de pesquisa, inicialmente escute. Depois, sim, pergunte, questione, conviva, troque.

Fale depois de ver. Depois de muito ver. Então você estará preparada para escrever, refletir, problematizar o material encontrado. Enfim, faça artesanato intelectual ao escrever o seu diário de campo, como bem pontua Wright Mills ao enumerar atitudes importantes para a "imaginação sociológica":

- 1. Seja boa artesã; não fique refém de métodos e técnicas aprisionadores. Faça o seu próprio percurso de pesquisa, fundamentando-o sempre;
- 2. Use palavras e frases simples, claras e diretas;
- 3. Faça afirmações trans-históricas, mas também perceba o mais situado, o mais localizado, em uma mesma medida. Olhe para o global, mas também para o mais local;
- 4. Estude as estruturas sociais dos ambientes que analisa, por mais miúdos que eles sejam;
- 5. Olhe sempre para as mulheres e para os homens como os agentes da história, em sua agência e possibilidade de transformação;
- 6. Dialogue constantemente com a teoria social posta, já produzida, de perto e de longe;
- 7. Faça suas pesquisas independentemente de determinadas situações políticas ou públicas. Seja livre para pensar e escrever.

Pois, afinal,

[...] os problemas da ciência social, quando formulados adequadamente, devem incluir tanto as preocupações como as questões, a biografia e a história, e o âmbito de suas relações complexas. Dentro desse âmbito, a vida do individuo e a evolução da sociedade ocorrem; e dentro desse âmbito a imaginação sociológica tem sua possibilidade de influir na qualidade de vida humana de nossa época. (MILLS, 1992, p. 243)

REFERÊNCIAS

BIRMAN, J. A physis da Saúde Coletiva. **Revista Physis**. Rio de Janeiro: UERJ, 2005, p. 11-16.

CAMPOS, E. A. O nosso remédio é a palavra. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

CAMPOS, G. W. S. Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. **Ciênc. Saúde Coletiva** [online], 2000, v. 5, n. 2, p. 219-230. ISSN 1678-4561. https://doi.org/10.1590/S1413-81232000000200002.

CANESQUI, A. M. Ciências sociais e saúde no Brasil. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2011.

CARNEIRO, R. Cenas de parto e políticas do corpo. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.

DAVIS, P. G. Letras sobre diários: experiências e segredos. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 44, jul./dez. 2013, p. 127-136.

FLEISCHER, S. **Descontrolada**: *uma etnografia dos problemas de pressão*. **Brasília**: EdUFSCar, 2018.

FLEISCHER, S.; BONETTI, A. **Entre saias justas e jogo de cintura.** Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

GEERTZ, C. **Uma descrição densa**: por uma teoria da cultura. São Paulo: LTR, 1995.

GODOY, D.; CYRINO, A. **O** caderno e o estetoscópio. Botucatu: Editora Acadêmica, Unesp, 2013.

GODOY, D.; CYRINO, A.; CARNEIRO, R. **O** ensino da clínica ampliada na atenção primária à saúde. Botucatu: Editora Acadêmica, Unesp, 2020.

LÉVI-STRAUSS, C.; ERIBON, D. **De perto e de longe**. Trad. Léa Mello e Julieta Leite. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

LOYOLA, M. A. O lugar das ciências sociais na saúde coletiva. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, 2012, p. 9-14.

MALINOWSKI, B. Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Editora Abril, 1984.

. **Um diário no sentido estrito do termo**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

MILLS, C. W. A aventura sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

NAKAMURA, E. O método etnográfico em pesquisas na área da saúde: uma reflexão antropológica. **Saude Soc.** [online], 2011, v. 20, n. 1, p. 95-103. ISSN 0104-1290. https://doi.org/10.1590/S0104-12902011000100012.

NEVES, E. M.; LONGHI, M. R.; FRANCH, M. L. (Orgs.) **Antropologia da Saúde**: *ensaios em políticas da vida e cidadania*. Brasília: ABA Publicações; João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2018.

OLIVEIRA, B. P. "A gente não se descobre, a gente se define": as subjetividades trans* no HUB-DF. 2017. 203 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências e Tecnologias em Saúde) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

OLIVEIRA, R. C. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, v. 39, n. 1, 1996, p. 13-37. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/41616179.

PEIRANO, M. A favor da etnografia. Rio de Janeiro: Dumará Ltda, 1995.

PERUSSI, A.; FRANCH, M. (2012). Carne com carne: gestão do risco e HIV/AIDS em casais sorodiscordantes no estado da Paraíba. **Revista de Ciências Sociais – Política & Trabalho**, 2(37). Disponível em: ">https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/14880>">https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/14880>">https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/14880>">https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/14880>">https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/14880>">https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/14880>">https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/14880>">https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/14880>">https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/14880>">https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/14880>">https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/14880>">https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/14880>">https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/14880>">https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/14880>">https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/14880>">https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/14880>">https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/14880>">https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/14880>">https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/14880>">https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/14880>">https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/14880>">https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/14880

VELHO, G. Observando o familiar. *In*: NUNES, E. O. (Org.) **A aventura sociológica**: *objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 1-13.

VILAÇA, D. S. S. Regionalização da saúde no Distrito Federal no período de 1990 a 2018: *um estudo de caso*. 2019. 129 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências e Tecnologias em Saúde) – Universidade de Brasília, Ceilândia, 2019.

WAGNER, R. A invenção da cultura. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.

UM OLHAR SOBRE A ENTREVISTA LIMITAÇÕES E POTENCIALIDADES EM PLENO CONTEXTO PANDÊMICO

Gislene Martins da Silva

Faculdade de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade de Brasília

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9733-0000

gislenelp@gmail.com

Márcia Vitor Ribeiro Martins

Faculdade de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade de Brasília

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1011-0663

marciavrm.86@gmail.com

Resumo

Este ensaio abordará de maneira sucinta a entrevista como um instrumento de pesquisa de grande relevância nas ciências sociais, suas variações, características, potencialidades e dificuldades, seus aspectos éticos e sua aplicação no ambiente virtual em tempos de pandemia — tempos que nos motivaram a transformar o ciberespaço em um campo de pesquisa agora bem mais explorado.

Palavras-chave: Pesquisa Social. Entrevista. Ambiente Virtual. Tempos de Pandemia.

INTRODUÇÃO

As pesquisas científicas requerem planejamento e organização dos processos para que sejam traçados os procedimentos a serem adotados; esses procedimentos devem permitir ao pesquisador responder ao problema levantado, contemplar os objetivos propostos e delinear o universo ou amostra (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 163). Assim, a escolha dos métodos de coleta e das técnicas é parte fundamental para transpor a fase embrionária de uma pesquisa.

Dentre as diversas etapas para a elaboração de uma pesquisa, segundo Gil (2008), está a responsabilidade de escolher a técnica mais apropriada para a coleta dos dados, de acordo com o que se quer estudar. Assim, alinhada à classificação e à consecução do estudo, a entrevista é uma das técnicas que pode ser utilizada para a coleta de dados em pesquisas de natureza qualitativa e quali-quanti.

A entrevista é um dos métodos de coleta de dados mais utilizados na pesquisa social, pois ajuda a mapear, dentre outros aspectos, percepções e opiniões dos sujeitos. Para empregá-la é preciso ter em mente o motivo da escolha e o tipo que se deseja utilizar. Dentre as suas variações, abordadas por Rees e Mello (2011), temos a entrevista estruturada, que segue um questionário predeterminado com perguntas que devem ser feitas da mesma forma a todos os entrevistados; a semiestruturada, conduzida de uma forma mais aberta e menos intrusiva, combinando perguntas abertas e fechadas, oferecendo ao respondente a oportunidade de discorrer sobre o tema; a não estruturada, que certamente conta com algum tipo de estruturação prévia como objetivo, local, formato, embora o pesquisador exerça pouco controle sobre o seu desenrolar. O relato oral também é um exemplo deste tipo de entrevista. Segundo as autoras (REES E MELLO, 2011, p. 38), apresenta-se ainda a entrevista etnográfica, considerada um tipo especial de entrevista que visa a "interpretar os significados culturais que as pessoas vivenciaram ao longo de suas vidas".

Rees e Mello (2011, p. 38) apontam a "entrevista como espaço interacional configurado pelo contexto sócio-histórico e pelos participantes". Já nas palavras de Minayo (2007, p. 64), a entrevista é "acima de tudo uma conversa a dois ou entre vários interlocutores", e tem como objetivo construir informações para compor uma pesquisa.

Gonsalves, por sua vez, enfatiza que é preciso deixar clara a opção por utilizar a entrevista como instrumento:

Não basta uma frase em que você afirma: "como instrumento utilizarei a entrevista semi-estruturada". Você deve deixar claro por que

aquele – e não outro – procedimento foi escolhido, por que ele é mais adequado. Além disso, cada procedimento tem suas variações – por exemplo, uma entrevista pode ser estruturada, semi-estruturada ou não-estruturada – e você deve esclarecer a sua opção. (GONSAL-VES, 2001, p. 62)

O pesquisador pode optar por fazer entrevista com um indivíduo ou com várias pessoas simultaneamente, compondo assim um grupo focal. Geralmente essa entrevista é realizada com grupos de 6 a 12 pessoas e, conforme Minayo (2007), o ideal é que as reuniões não durem mais que uma hora e meia.

A entrevista não é uma simples conversa, pois requer habilidade por parte do entrevistador e, para ser bem-sucedida, deve ser construída de modo a oferecer clareza, postura neutra e confiança ao sujeito respondente. É preciso saber o que perguntar, quando e como perguntar; é preciso buscar entender os gestos e sinais, o que foi dito e o que não foi dito, uma vez que o não verbalizado também tem seu valor. O entrevistador hábil deve motivar o informante a falar, sem, entretanto, invadir sua privacidade.

Os dados subjetivos produzidos em uma entrevista só podem ser conseguidos com a contribuição do sujeito que se predispõe a falar. Minayo (2007, p. 65) afirma que esses dados "constituem uma representação da realidade: ideias, crenças, maneiras de pensar; opiniões, sentimentos, maneiras de sentir; maneiras de atuar, condutas...". Nesse sentido, observando a força discursiva, tomemos emprestadas as palavras das renomadas sistemicistas Ghio e Fernández (2005, p. 24), que afirmam:

A linguagem não só serve para construir um mundo de "sentido comum", para conhecer, reconhecer e afirmar aquilo com que estamos de acordo, para estabelecer identidades e afinidades grupais [...], para transmitir e reproduzir a particular visão do mundo de uma cultura. É também uma ferramenta para criar e recriar, para discutir e questionar a realidade que nos rodeia, para propor trocas sociais e culturais, para imaginar realidades criativas.

Certo é que, quando adequadamente conduzida, a entrevista impacta diretamente a boa qualidade dos dados; por isso, é fundamental atentar para o que vem antes e o que vem depois do momento da entrevista, ou seja, o planejamento. Goldenberg (2004) enfatiza que para construir uma entrevista é preciso, dentre outros aspectos, decidir que informação procurar, como redigir a pergunta, qual a sequência

das perguntas, qual o grau de utilidade da pergunta para a pesquisa.

Fazer uso da entrevista requer pensar nas suas dificuldades, como, por exemplo, a maior demanda de tempo por parte do pesquisador, a dependência em relação ao pesquisado e/ou sua falta de motivação em responder as perguntas; mas essa técnica também apresenta grandes potencialidades. Gil (2008) e Goldenberg (2004) concordam em que, dentre outras vantagens, o pesquisador tem em mão uma excelente ferramenta para captar informações complexas e emoções, permitindo maior profundidade no estudo, além da preferência por falar a escrever por parte dos pesquisados e da comodidade de poder coletar informações de pessoas que não sabem ler.

O OLHAR ÉTICO

Na entrevista devemos enxergar o nosso entrevistado como um sujeito, como ator, e não meramente como um objeto a ser estudado. Por tal premissa, faz-se necessário incluir o entrevistado como parte integrante, e suas particularidades devem ser levadas em conta quando escolhemos o tipo de entrevista. Vale destacar cuidados de ordem ética, pois o entrevistado precisa ser informado dos objetivos da pesquisa e ser resguardado quanto aos aspectos éticos, seja quanto ao anonimato, seja quanto ao uso de sua imagem ou voz, e para isso o pesquisador deve fazer uso dos termos de consentimento.

O desafio do fazer pesquisa com olhar ético torna-se mais complexo e requer o desenvolvimento de novas habilidades e técnicas que assegurem o máximo de benefícios e o mínimo de danos ao sujeito, mantendo a preocupação com a relevância social da investigação e seu desenvolvimento.

O registro por gravação, embora amplamente utilizado, pode ser inibidor e constrangedor, principalmente diante de temas mais delicados. Nesses casos, acreditamos ser mais viável fazer uso do bloco de anotações, do caderno de campo; porém, é válido destacar que a entrevista deve ser transcrita imediatamente, para que nenhuma informação se perca. Em épocas de encontros em ciberespaços, as filmagens via plataformas também podem causar certo receio.

A ENTREVISTA EM TEMPOS DE ISOLAMENTO SOCIAL: SUAS PERDAS E GANHOS

Não se podem relegar os fundamentos éticos e científicos pertinentes às pesquisas, sejam elas abordadas com técnica de entrevista presencial ou virtual, pois todo estudo envolvendo seres humanos envolve riscos de tipos e magnitudes diferentes (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012). A necessidade da avaliação de riscos e benefícios, conhecidos ou potenciais, individuais ou coletivos, faz-se ainda mais pertinente num contexto pandêmico, uma vez que o entrevistador tem, somado a suas preocupações, o objetivo de resguardar o entrevistado de exposição a um agente ameaçador da vida, bem como resguardar seu estado emocional.

A videoentrevista é hoje uma realidade que possibilita a continuidade de boa parte do trabalho de campo que emprega a entrevista como técnica, mas, para quem não teve a oportunidade de iniciar um contato pré-pandemia, é preciso mais do que antes buscar também estratégias de aproximação para construir uma relação amistosa com o respondente.

Algumas inquietações nos acompanham neste longo período de isolamento social e de certo afastamento de campo, mesmo que já estejamos inseridos nos grupos pesquisados. Como preparar um ambiente acolhedor mesmo em espaço virtual? Podemos fazê-lo com um espaço reservado e organizado, com o compartilhamento de pequenos vídeos, com um bate-papo sobre coisas do dia a dia para quebrar o gelo antes de entrar em algum tema específico da pesquisa – estratégias utilizadas principalmente em relação aos que ainda não estão muito próximos, a fim de garantir ao entrevistado a segurança para falar. Nesse *ínterim* muitas ferramentas tecnológicas são descobertas e redescobertas.

Outro grupo em situação delicada para realização de entrevistas é o de profissionais da saúde, pois estão frente a frente com a Covid-19. Assim, se pensarmos que todas as pessoas, globalmente, estão receosas frente à doença, conseguimos presumir que os profissionais da saúde, mais do que qualquer outro grupo, foram afetados pelas repercussões do vírus. A pesquisa com esses profissionais foi adiada por respeito ao momento de sobrecarga laboral como também emocional, sendo retomada quando foi identificada uma estabilização da doença no panorama regional e a diminuição dos atendimentos nos serviços de saúde. O pesquisador deve valer-se de características como sensibilidade e sensatez ao analisar o grupo a ser pesquisado e a conjuntura em que este se insere.

O novo cenário nos provoca um novo olhar, talvez até mais cuidadoso. É preciso atentar para o enquadramento da câmera, para o tom de voz, captar pequenos

gestos. A tecnologia sem dúvida é uma grande aliada, especialmente neste momento, mas neste universo o esforço é maior para se fazer mais presente e mais empático, e isso demanda do pesquisador maior esforço para se inserir no cenário da pesquisa.

Fato é que o uso das redes digitais se encontra em uma linha progressiva, observada desde o início do século XX, promovendo uma nova organização da sociedade, das instituições, da esfera científica, da cultura, saúde, educação, segurança, enfim, provavelmente de tudo. Tal movimento produziu, dentre diversos benefícios, a possibilidade de reduzir distâncias, fomentando a inclusão e facilitando a fluidez das informações, segundo Nicolaci, Romão & Di Luccio (2009) as in other qualitative methods that use interviews, data collection in UDUM is done in face-toface encounters based on the model of daily conversations in informal contexts. With the advent of the Internet, a large part of such conversations migrated to online environments of instant message exchanges, which soon became widely popular. The main argument of this paper is that, since then, data collection through informal online interviews, which have equally informal online daily conversations as a model, has become a serious and viable research procedure. Specificities, requisites, advantages and disadvantages of this new form of interview are, therefore, discussed. The history, reasoning and needs that legitimate it are also revealed.","container-title": "Psicologia: Reflexão e Crítica","-DOI": "10.1590/S0102-79722009000100006", "ISSN": "0102-7972", "issue": "1", "journa-IAbbreviation": "Psicol. Reflex. Crit.", "language": "pt", "page": "36-43", "source": "DOI.org (Crossref.

Nesse contexto, as entrevistas realizadas de maneira remota já estavam sendo incrementadas antes mesmo da pandemia por Covid-19; porém, eram opção em casos específicos, que privilegiavam o rompimento de longas distâncias geográficas entre entrevistado e entrevistador. Para alguns tipos de pesquisa elas são o caminho mais propício; em outros casos não podem ser aplicadas, pois vão na contramão da metodologia escolhida; em outros tipos são o único meio possível.

Há também outros pontos a serem considerados como favoráveis na realização de entrevista online, como a redução do tempo nessa fase, tendo em vista que não será adicionado o período de deslocamento do pesquisador até os sujeitos e isso, consequentemente, pode gerar economia de recurso financeiro para o estudo. Também existe a conveniência para o sujeito, que pode estar num ambiente em que se sinta mais confortável e à vontade para participar do estudo, oportunizando-se um diálogo mais profícuo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS, OU APENAS INICIAIS

O mundo passa por mudanças e o fazer ciência também, especialmente a pesquisa social. Estamos envoltos em um contexto de adaptações que requer criatividade para pesquisar, mesmo com o distanciamento social. É preciso, de algum modo, fazer-se presente. Se a entrevista por si só já exige habilidade e engenho do pesquisador, em um cenário pandêmico, em que o contato é virtual, outras habilidades devem surgir.

Neste momento, é necessário reolhar não somente as mudanças que se desenrolam na sociedade, mas também as mudanças individuais que são inerentes em face de situações tão adversas quanto o momento em que vivemos. Sentimos que paira um sentimento de solidariedade quando unanimamente todos estão propensos a um mesmo problema, seja em maior ou menor vulnerabilidade. Ao se vivenciar a pandemia por Covid-19 com uma pesquisa em curso, torna-se mais palpável a concepção de que o pesquisador e o pesquisado estão em situação de igualdade, e "cai por terra" a falácia de que o pesquisador está num pedestal, como outrora poderia se pensar.

Se antes da Covid-19 as preocupações giravam em torno da dependência da disponibilidade do informante, da sua aceitação ou recusa, agora é necessário reinventarmos também o modo de entrevistar: entrevistar à moda antiga, por telefone, ou por WhatsApp, por ferramentas de videochamada – sem nos esquecermos de respeitar também, além do tempo e do espaço do entrevistado, as condições emocionais, que assumem um lugar de destaque em meio a tantas perdas trazidas pelo contexto da Covid-19.

Enquanto não podemos nos encontrar face a face, seguem os encontros Zoom a Zoom, Meet a Meet, Insta a Insta, Face a Face, e as pesquisas seguem novos caminhos em novos e antigos formatos. Que sigamos fazendo pesquisa de qualidade, independentemente do que ainda vai reverberar dessa experiência pandêmica e de suas possíveis ondas, pois estamos fazendo ciência no calor do acontecimento, e isso também rende muitos estudos.

REFERÊNCIAS

DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (Orgs.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

GHIO, E.; FERNÁNDEZ, M. L. **Manual de lingüística sistémico funcional**. Santa Fé (Argentina): Univ. Nacional del Litoral, 2005.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONSALVES, E. P. Conversas sobre iniciação à pesquisa científica. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Resolução n. 466, 12 de dezembro de 2012**. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012. html>. Acesso em 25 nov. 2020.

NICOLACI, A. M. C.; ROMÃO, D. D.; DI LUCCIO, F. Uso de entrevistas on-line no método de explicitação do discurso subjacente (MEDS). **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 22, n. 1, p. 36-43, 2009.

REES, D. K.; MELLO, H. A. B. A investigação etnográfica na sala de aula de segunda língua/língua estrangeira. **Cadernos do IL**, n. 42, jun. de 2011, p. 30-50.

WEBER, F. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou por que censurar seu diário de campo? **Horizontes Antropol.** [online], v. 15, n. 32, p. 157-170, 2009.

ANÁLISE DOCUMENTAL E SUA IMPORTÂNCIA NA PESQUISA QUALITATIVA

Andressa de França Alves Ferrari

Departamento de Saúde Coletiva, Faculdade de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade de Brasília

ORCID: https://orcid.org/000-0001-8518-7238

drefa.enf@gmai.com

Resumo

Objetiva-se refletir sobre a análise documental e seus aspetos teóricos e metodológicos na pesquisa qualitativa. Trata-se de um estudo qualitativo descritivo. A pesquisa documental envolve processos que se iniciam em avaliação preliminar e segue com o exame do contexto, dos autores, da confiabilidade, da natureza e dos conceitoschave para chegar à análise propriamente dita. Tal procedimento metodológico é primordial na pesquisa qualitativa, pois algumas vezes os documentos são as únicas fontes de dados disponíveis.

Palavras-chave: Análise Documental. Pesquisa Documental. Pesquisa Qualitativa.

INTRODUÇÃO

Os documentos, já diz Cellard (2008), permitem a reconstrução de memórias, e são ferramentas importantes na pesquisa social. Eles são insubstituíveis em situações ligadas a um passado remoto, pois podem ser o total de registros ou vestígios de determinada época, bem como, no que se refere até mesmo a um passado recente, podem se caracterizar como testemunho único de alguns acontecimentos.

A análise documental na pesquisa qualitativa traz divesas vantagens. Uma delas é a diminuição ou anulação da influência do pesquisador sobre o objeto de pesquisa; porém, é importante lembrar que também o documento traz o desconhecido para quem o estuda e analisa. Nesse sentido, é preciso localizar textos pertinentes, que tenham credibilidade e representatividade diante do universo do estudo. É necessário compreender de forma adequada o sentido que a mensagem que se tem em mãos traz (CELLARD, 2008).

Na pesquisa qualitativa, o pesquisador tenta compreender fenômenos nos ambientes onde eles acontecem. Para se chegar a esse fim, há diversas formas de coletar os dados; pode-se utilizar uma variedade de instrumentos, como grupos focais, entrevistas, observação e análise documental (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015).

Evidencia-se neste trabalho a análise documental. No tocante a esse método, utilizam-se documentos que não tenham sofrido qualquer análise e sistematização. Cabe ao pesquisador selecionar a informação, tratá-la e interpretá-la, para então compreendê-la (KRIPKA; SCHELLER, BONOTTO, 2015).

Tal temática tornou-se interesse para a produção deste artigo, requisito para o cumprimento das atividades desenvolvidas durante a disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa Qualitativa em Saúde do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade de Brasília. Surge então a seguinte pergunta de pesquisa: de que maneira, na metodologia qualitativa, a técnica de análise documental é aplicada, e qual é sua relevância?

Dessa forma, objetiva-se neste estudo refletir sobre o método de análise documental no que concerte a seus aspetos teóricos e metodológicos dentro da pesquisa qualitativa. Delineiam-se também os seguintes objetivos específicos: conceituar a pesquisa documental, descrever os passos utilizados na aplicação deste método e, por último, discorrer sobre a importância de seu uso na pesquisa qualitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Gil (2008) afirma que a pesquisa documental se compõe de materiais que ainda não sofreram análise e que ainda têm condições de ser reelaborados conforme os objetivos da pesquisa. O mesmo autor diz ainda que os documentos podem ser dos mais variados: podem estar ou não sob a forma escrita, incluir diários, documentos de instituições, filmes e gravações, correspondências, fotos e outros tantos.

Cellard (2008), ao descrever documentos, defende que eles são tudo aquilo que "resta" do passado; servem para tetemunhar e se conferem como uma "fonte". Eles podem ser tanto escritos como iconográficos, cinematográficos, ou ainda qualquer tipo de registros e achados.

Os documentos escritos, por sua vez, configuram-se como textos escritos, manuscritos ou impressos em papel. Pode-se dividi-los em arquivados ou não arquivados. Eles também podem ser categorizados quanto à natureza: públicos, que consistem em documentações volumosas, organizadas, as quais nem sempre estão acessíveis, como arquivos do governo, estado civil, entre outros; ou privados, que estejam arquivados, como os de organizações políticas, sindicais e religiosas, ou documentos pessoais (de família, autobiografias e outros). Seja qual for o tipo, a pesquisa documental requer um esforço de invenção por parte do pesquisador a fim de decifrar e utilizar os achados, esgotar as pistas para achar informações relevantes. Para tal, é necessário analisar de forma minunciosa os documentos e ser sensível aos caminhos diversos que a pesquisa pode tomar a partir dali (CELLARD, 2008).

Em pesquisa sobre a história da educação, Corsetti (2006) mostra a riqueza que a análise documental pode trazer, uma vez que permite, por meio da avaliação de registros históricos, cruzar dados qualitativos e quatitativos a partir dos elementos selecionados da temática.

Martins e Theophilo (2009) trazem que a pesquisa documental guarda semelhanças com a pesquisa bibliográfica, uma vez que esta última se embasa em fontes científicas impressas e editadas, enquanto a primeira levanta achados que não passaram por edição ou análises. Dessa forma, a diferença entre as duas está na natureza das fontes. No que diz respeito a esse aspecto, podem ser encontrados sentidos diferentes a depender de onde vem a fonte e do conhecimento prévio do pesquisador. Importa dizer que trabalhar com esse tipo de pesquisa traz também credibilidade, bem como representatividade (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

Gil (2008) cita vantagens da pesquisa documental, quais sejam: é rica e estável no que se refere aos dados, que por sua vez resistem ao tempo; é um tipo de trabalho que requer baixos custos; e não há necessidade de contato físico com os

sujeitos de pesquisa. Quanto às desvantagens, o autor cita a não representatividade e também a subjetividade, que não é possível acessar nos documentos.

A análise documental envolve processos que se iniciam em uma avaliação preliminar do documento como ele é, e segue com o exame crítico dos parâmetros do contexto, dos autores, da confiabilidade, da natureza e dos conceitos-chave (CE-LLARD, 2008), os quais aprofundaremos a seguir:

- Contexto: é necessário avaliar de forma global e compreender como foi produzido o documento, o que pode implicar um passado distante ou não. Essa etapa é crucial, uma vez que possibilita entender esquemas conceituais, grupos sociais e seus locais, fatos, entre outros; permite também entender formas de organização, e minimiza o risco da inerpretação do conteúdo à luz de valores não adequados à época do documento, o que poderia resultar no empobrecimento da análise;
- Autor ou autores: é indispensável, para a interpretação do texto, compreender antes a identidade do sujeito que se expressa através dele, bem como as motivações que o levaram a tal. Tal passo é fundamental pois permite avaliar a credibilidade dos escritos. É necessário ler nas entrelinhas para compreender a forma de viver daquela pessoa ou daquele grupo de pessoas, minimizando o risco de fazer intepretações falsas ou grosseiras;
- Autenticidade e confiabilidade: nesta fase, importa assegurar a qualidade da informação. Para tanto, uma série de verificações são fundamentais. Deve-se verificar, por exemplo, se os sujeitos que produziram o documento são testemunhas diretas ou indiretas dos relatos, há quanto tempo a descrição foi feita, se há possibilidade de julgamentos equivocados a partir daqueles informantes;
- Natureza: este parâmetro precisa ser avaliado antes que se tirem conclusões, pois a abertura do autor e o que fica subentendido podem variar em grande escala, segundo o contexto em que se redige o texto;
- Conceitos-chave e lógica interna: é necessário compreender os termos usados no documento, pois eles sofrem variação quanto a sua interpretação ao longo do tempo (CELLARD, 2008).

Então, realizadas as etapas, chegamos à análise propriamente dita. Segundo Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), ela é realizada por meio da discussão suscitada pelos temas e dados, e abarca o corpus da pesquisa, suas referêncais bibliográficas e modelo teórico.

Nessa etapa, o pesquisador reúne as partes elencadas e explicadas acima, e poderá realizar uma interpretação coerente no que concerne aos questinamentos que levantou no início. As pistas documentais devem ser selecionadas à luz dessas perguntas iniciais; no entanto, achados inusitados podem levar quem realiza a pesquisa a modificar ou tornar mais rica a pergunta disparadora. A problemática levantada e as ligações feitas a partir das observações dos achados documentais tornam possível a formulação de explicações plausíveis, de interpretações adequadas a respeito do recorte social de determinado momento. Só é possível chegar a tal fim por meio do estabelecimento de ligações e configurações, da extração de elementos do texto e de comparações com outros trechos, para identificar relações e diferenças e levar a uma reconstrução aceitável e confiável. O tempo gasto nessa análise também é importante, uma vez que permite uma reflexão contínua e o amadurecimento das ideias. Isso traz um impacto significativo à qualidade dos resultados de pesquisa; quem a realiza toma uma série de precauções referentes à qualidade e à diversidade das informações, as quais permitem intersecções, profundidade e riqueza de análise (CELLARD, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Importa dizer que os achados aqui elencados referentes à pesquisa bibliográfica realizada não representam a totalidade de conceitos ligados à análise documental. Percebe-se que tal procedimento metodológico é primordial na pesquisa qualitativa, uma vez que, a depender da temática, os documentos são as únicas fontes de dados. Tal método mostra sua flexibilidade e diversidade, pois pode ser a única estratégia utilizada pelo pesquisador, ou pode ser combinada com outras para se alcançarem os objetivos do trabalho. A análise documental, portanto, colabora para a construção de novos conhecimentos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Rev. Bras. de História & Ciências Sociais**, n. 1, p. 1-15, jul. 2009.

CORSETTI, B. A análise documental no contexto da metodologia qualitativa: uma abordagem a partir da experiência de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos. **UNIrevista**, v. 1, n. 1, p. 32-46, jan. 2006.

CELLARD, A. A análise documental. *In*: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa**: *enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. (Coleção Sociologia)

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KRIPTA, R. M. L.; SHELLER, M.; BONOTTO, D. L. Pesquisa documental: considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa. **Rev. CIAIQ**, v. 2, 2015. Disponível em: https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/252/248. Acesso em nov. 2020.

MARTINS, G. A.; THEOPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, n. 1, 2009.

ANÁLISE DE DISCURSO A PARTIR DE FOUCAULT

Wania Ribeiro Fernandes

Departamento de Teoria e Fundamentos, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Amazonas

ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5040-6293 waniafer@gmail.com

Resumo

A obra de Foucault vem subsidiando pesquisas em ciências humanas em múltiplos campos do saber. A análise de discurso apoiada em seu pensamento inova quando não busca interpretar os discursos enquanto representações de um sujeito falante ou encontrar algo "por trás do discurso", como em outros métodos interpretativos. Os discursos, na perspectiva foucaultiana, devem ser entendidos como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam.

Palavras-chave: Discurso. Análise. Foucault.

RESSALVAS INTRODUTÓRIAS

Quero iniciar este texto dizendo que não pretendo aqui apresentar regras, prescrições, normas ou expor sistematizadamente fundamentos epistemológicos ou filosóficos do pensamento de Michel Foucault a fim de conduzir ou facilitar a pesquisa científica ou acadêmica. Seria, na verdade, uma farsa me colocar no lugar de conhecedora profunda de Foucault, capaz de traduzir sua potente obra. Colocome aqui, sim, como alguém que procura acompanhar, entender e aprender cada dia um pouco mais sobre o trabalho, os textos e as aulas desse pensador. Almejo aqui instigar e convidar estudantes, docentes e pesquisadores a refletir e considerar sobre os possíveis "usos" do pensamento foucaultiano, que nos oferece novos olhares, novas formas de perguntar, problematizar, conduzindo-nos por caminhos que nos ajudam a escapar de nossas noções conservadoras e enquadradas de pensar o objeto ou analisar discurso em pesquisa qualitativa.

A obra de Foucault vem subsidiando trabalhos e pesquisas em ciências humanas tanto no Brasil quanto no exterior em vários campos do saber, como medicina, psiquiatria, direito, filosofia, história, psicologia, linguística, ciências políticas e educação. Porém, "fazer" um estudo a partir de Foucault significa usar no todo ou em partes suas ferramentas conceituais para não somente encontrar respostas, mas sobretudo novos modos de perguntar, visto que, conforme nos alerta Veiga-Neto (2005, p. 20), a pesquisa com Foucault tem "determinadas formas de análise muito específicas", algo como "uma vigilância epistemológica" que estabelece algumas condutas intelectuais necessárias a fim de evitarmos "usos" inadequados das teorizações foucaultianas. Com isso, Veiga-Neto nos aponta duas questões imprescindíveis a serem consideradas.

A primeira é a necessidade de considerar que nas teorizações foucaultianas "não há lugar para metanarrativas", com o uso de termos totalizantes do tipo "natureza humana", "história da humanidade", "todos" ou "sempre". Portanto, ao adotar uma perspectiva foucaultiana a pesquisa não deve partir de conceitos prontos ou buscar conceitos estáveis para examinar os fatos, visto que os discursos produzem verdades e saberes, não podendo ser entendidos por meio de explicações totalitárias ou unívocas, que só admitam uma forma de explicação. Deve-se antes procurar perguntar e examinar como as coisas funcionam e acontecem.

A segunda questão posta é a de assumir que é necessário algum tipo de teorização ou de "visão de mundo" por meio do qual os problemas a serem pesquisados ou resolvidos serão analisados. Isso significa dizer que, antes de assumirmos a perspectiva foucaultiana, é preciso averiguar se as "ferramentas da arqueologia, da

genealogia e das tecnologias do eu" por ele desenvolvida são de fato úteis para o que pretendemos averiguar, ou seja, se há adequação entre o objeto de pesquisa e a perspectiva foucaultiana (VEIGA-NETO, 2005, p. 24).

Assim, para trilhar esse caminho será necessário exercitar a tensão resultante de se colocar em uma posição de não saber, ou, no dizer de Veiga-Neto (2006b), de colocar sob suspeita nossa maneira de pensar, nossas verdades e as certezas por meio das quais tecemos nossas ideias. Tudo na obra de Foucault tem conexões que precisam ser explicitadas, "caso contrário permanece-se no reino das tautologias e das definições circulares" (FISHER, 2001, p. 201).

DISCURSO E SEUS ENTENDIMENTOS

Na aula inaugural proferida no Collège de France em dezembro de 1970, Foucault (2001) destaca não só a centralidade do discurso em seu trabalho, como também chama atenção para a hipótese que orienta sua obra, a de que existem mecanismos institucionais de controle, hierarquização e regulamentação do discurso:

Eis a hipótese que gostaria de apresentar esta noite, para fixar o lugar [...] do trabalho que faço: suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu conhecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2001, p. 8-9)

Com tal declaração o pensador nos convoca a examinar as diferentes maneiras pelas quais o discurso desempenha um papel no interior de um sistema estratégico. Divisar as regras pelas quais determinados conceitos, alegações de verdade, surgem e operam formando um sistema discursivo é o que torna possível falar de um discurso, seja ele clínico, econômico, psiquiátrico ou de história natural.

Será na obra intituada *A arqueologia do saber* que o interesse de Foucault claramente se centrará no discurso pronunciado, existente como materialidade. Na perspectiva foucaultiana os discursos são produtores históricos de saberes que se aplicam aos sujeitos diversos de maneiras diferenciadas; assim, o que precisa ser considerado é a "função" dos discursos, e estes podem ser analisados como "acontecimentos", conforme nos indica o próprio filósofo:

[...] trata-se de considerar o discurso como uma série de acontecimentos, de estabelecer e descrever as relações que esses acontecimentos – que podemos chamar de acontecimentos discursivos – mantêm com outros acontecimentos que pertencem ao sistema econômico ou ao campo político, ou às instituições. (FOUCAULT, 2006, p. 255-256)

Ao trilharmos os caminhos conceituais propostos pelo filósofo, podemos melhor entender o sentido por ele dado aos termos, que vão além do seu significado etimológico. A noção de acontecimento discursivo trazida na obra *A arqueologia do saber* (2002) é noção-chave. Ela funciona como elemento integrado entre o discurso e o não discursivo, na medida em que alerta que, para que algo possa ser dito em um determinado momento, é necessário haver condições para isso; ou seja, é necessário que existam regras internas (discursivas) determinando aquele saber, mas sobretudo condições não discursivas que determinem sua legitimidade, que o autorizem a ser dito, institucionalmente:

As condições para que apareça um objeto de discurso, as condições históricas para que ele possa "dizer alguma coisa" e para que dele várias pessoas possam dizer coisas diferentes, as condições para que ele se inscreva em um domínio de parentesco com outros objetos, para que possa estabelecer com eles relações de semelhança, de vizinhança, de afastamento, de diferença, de transformação – essas condições, como se vê, são numerosas e importantes. Isto significa que não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época. (FOUCAULT, 2002, p. 51)

Portanto, para o autor, uma das funções do acontecimento discursivo é estabelecer uma relação horizontalizada entre os discursos e os meios ou o conjunto de condições que tornam um determinado discurso possível em um dado momento.

Condições para a análise do discurso

Algumas condições precisam ser atendidas para que se possa analisar um discurso. Primeiro é necessário que não se tratem os discursos como "conjunto de

signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações)", mas sim como "práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam". Importa destacar que não há por parte do filósofo a negação de que os discursos sejam feitos de signos; todavia, o que precisa ser entendido é que os discursos fazem mais que utilizar esses signos para designar coisas, e é esse "mais" que é preciso fazer aparecer, descrever ou analisar (FOUCAULT, 2002, p. 56).

Isso significa dizer que Foucault não interpreta ou analisa os discursos enquanto representações de um "sujeito falante", mas apenas "examina as diferentes maneiras pelas quais o discurso desempenha um papel no interior de um sistema estratégico em que o poder está implicado, e para o qual o poder funciona" (FOUCAULT, 2006, p. 254):

Não procuro encontrar, por trás do discurso, alguma coisa que seria o poder e sua fonte, tal como em uma descrição de tipo fenomenológico, ou como em qualquer outro método interpretativo. Eu parto do discurso tal qual ele é! (FOUCAULT, 2006, p. 253)

Assimentendido, o discurso torna-se importante ferramenta para a compreensão do que é aceito, regulado, negado ou interditado socialmente. Porém, se já indicamos como o discurso deve ser tratado ou analisado segundo o pensador, ainda é preciso abordar como o autor trata esse termo, que é central em sua obra.

Entender o discurso como um conjunto de *enunciados* que se apoiam em um mesmo sistema de formação discursiva é o que permite que se fale do discurso institucional clínico, econômico ou psiquiátrico. Portanto, seguindo as trilhas deixadas por Foucault (2002), será preciso tratar do conceito de enunciado para se chegar aos conceitos de formação discursiva e prática discursiva.

Enunciado

Em *A arqueologia do saber*, a noção de enunciado é central para a análise de discurso que o pensador propõe, e este faz uso do termo repetidas vezes e com múltiplos sentidos – "população de enunciados" –, como parte que se distingue dos "conjuntos que seriam os discursos". Ao definir "discurso" como "conjunto de enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva" (FOUCAULT, 2002, p. 135), Foucault esclarece que teve o "cuidado de não dar uma definição preliminar"

ao termo "enunciado", a fim de problematizar no que consistia, seus traços distintivos e/ou características. Portanto, descrever o enunciado não constitui simples tarefa conceitual.

Para Foucault (2002, p. 131) os enunciados podem ser entendidos como "coisas que se transmitem e se conservam, que têm um valor, e das quais procuramos nos apropriar; que repetimos, reproduzimos e transformamos, para as quais preparamos circuitos preestabelecidos". Nessa perspectiva, são os enunciados que estabelecem o que é considerado verdade em determinado tempo espaço, ou, no dizer de Veiga-Neto (2005), constroem um campo de sentidos que devem ser aceitos. Esse mesmo autor esclarece que o enunciado não precisa ser uma "verbalização sujeita a regras gramaticais", visto que nem todos os enunciados possuem a estrutura linguística da frase. Basta que possam ser tomados como manifestações de um saber e, portanto, aceitos e repetidos; por exemplo, uma fotografia ou um horário de trem podem ser tomados como enunciados (VEIGA-NETO, 2005, p. 113).

Se por um lado não existe enunciado que não esteja apoiado em um conjunto de signos, por outro lado não podemos tomar por enunciado qualquer coisa dita ou apresentada. O enunciado deve ser entendido como "um tipo muito especial de um ato discursivo", que deve ser aceito e sancionado em uma rede discursiva, "seja em função do seu conteúdo de verdade, seja em função daquele que praticou a enunciação, seja em função de uma instituição que o acolhe" (VEIGA-NETO, 2005, p. 113).

Assim, descrever um enunciado exige que este possa ser apreendido como acontecimento – algo que pode ser dito em um determinado momento, que é tomado como verdade e que, para isso, necessita de condições específicas para que irrompa naquele tempo e momento.

Formação discursiva

Segundo Foucault (2002, p. 134), a formação discursiva deve ser entendida como "o sistema enunciativo geral ao qual obedece um grupo de performances verbais — sistema que não o rege sozinho, já que ele obedece, ainda, e segundo outras dimensões, ao sistema lógico, linguístico, psicológico". Isso significa, conforme nos esclarece Fisher (2001, p. 204), que a formação discursiva compreende uma rede de relações complexas que funcionam como regra e estabelecem "o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou qual

objeto, para que empregue tal ou qual enunciação, para que utilize tal conceito, para que organize tal ou qual estratégia". Ora, se as formações discursivas estão sempre inseridas em um campo discursivo, isso quer dizer que elas se relacionam sempre com determinados campos de saber; portanto, não podem ser analisadas ou entendidas de forma isolada ou neutra:

Uma formação discursiva será individualizada se se puder definir o sistema de formação das diferentes estratégias que nela se desenrolam; em outros termos, se se puder mostrar como todas derivam (malgrado sua diversidade por vezes extrema, malgrado sua dispersão no tempo) de um mesmo jogo de relações. (FOUCAULT, 2002, p. 75)

Assim sendo, cada discurso – político, médico, pedagógico, psiquiátrico ou econômico –, sem exceção, compreende um conjunto de enunciados que estão apoiados no sistema de formação discursiva do campo de saber ao qual se vinculam, o que significa dizer também que todo enunciado pertence a uma formação discursiva específica, e como tal está vinculado às dinâmicas de poder e saber de seu tempo.

Foucault (2002) esclarece também que a formação discursiva se caracteriza não por princípios de construção, mas por uma dispersão, já que ela é para os enunciados uma lei de coexistência; portanto, exercer uma prática discursiva significa falar segundo determinadas regras, e não apenas expressar ideias, pensamentos ou formular frases livremente. Cabe, pois, à análise do discurso descrever a dispersão, buscando o estabelecimento de regras que regem a formação dos discursos. As "regras de formação dos discursos" permitiriam identificar os elementos que compõem o discurso, ou todo um sistema de relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias que caracterizam a formação discursiva em sua singularidade, possibilitando a passagem da dispersão para a regularidade. Portanto, se os discursos podem ser entendidos como um conjunto de enunciados que remetem a uma formação discursiva específica, a análise de uma formação discursiva consistirá na descrição dos enunciados que a compõem (BRANDÃO, 2004).

Em conclusão, o conceito de prática discursiva não se deve confundir com a simples formulação de uma ideia, de um desejo, tampouco com a competência de um sujeito ao construir frases gramaticais; consiste antes em falar segundo determinadas regras e expor as relações que se dão dentro de um discurso. Conforme expresso

pelo autor:

[...] é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa. (FOUCAULT, 2002, p. 136)

ANÁLISE DE DISCURSO: O QUE É, O QUE NÃO É

A grande maioria das pesquisas sociais se utiliza de materiais textuais como dados e, buscando compreender o fenômeno da linguagem, a Análise de Discurso (AD) é uma das estratégias mais utilizadas, amparada em múltiplas vertentes. Em geral, as pesquisas buscam "revelar" algo que estaria "por trás" do dito, das falas dos sujeitos, do texto, do discurso, como um conjunto de signos ou significantes que se referem a determinados conteúdos e cujos significados estariam de certo modo ocultos ou dissimulados, ou ainda deturpados; a verdade estaria ali passivamente aguardando ser revelada ou despertada por algum(a) pesquisador(a).

A escolha do pensamento foucaultiano como ferramenta de análise do discurso exige que o(a) pesquisador(a) assuma primeiro que a linguagem enquanto discurso vai para além do universo de signos, do campo das representações. É preciso abandonar a ideia da linguagem como "instrumento que liga o nosso pensamento à coisa pensada". Para Foucault, a linguagem é constitutiva do nosso pensamento e, portanto, do sentido que damos às coisas, à nossa experiência e ao mundo, dado que nós nascemos em um mundo que já é de linguagem, onde os discursos já circulam há muito tempo, e nós derivamos desses discursos (VEIGA-NETO, 2005, p. 107-110). Portanto, os discursos não são resultado de uma combinação de palavras representando as coisas do mundo; ao contrário, "os discursos formam sistematicamente os objetos de que falam" (FOUCAULT, 2002, p. 56).

É preciso ter clareza de que é por meio dos discursos pronunciados, das práticas discursivas, que moldamos nossas maneiras de falar sobre o mundo e de compreendê-lo. A partir desse entendimento, Veiga-Neto (2005) nos esclarece que, metodologicamente, o proposto pelo pensador

[...] não é organizar previamente os discursos que se quer analisar, nem tentar identificar sua lógica interna e algum suposto conteúdo de verdade que carregam, nem mesmo buscar neles uma essência original, remota, fundadora, tentando encontrar os não-ditos dos discursos sob análise, um já-dito ancestral e oculto. O que importa é, tão somente, lê-los e tratá-los no jogo de sua instância. (VEIGA-NETO, 2005, p. 118)

Ainda segundo essa compreensão, os silêncios também devem ser entendidos apenas como silêncios, para os quais não se devem buscar significados; eles não devem ser lidos como "não ditos" que esconderiam um sentido oculto no discurso. Aí se encontra o grande desafio metodológico foucaultiano: ater-se tão somente ao que é dito, sem supor ou imaginar algo que estaria velado ou contido nas lacunas e/ ou silêncios.

Se as análises de discurso anteriormente postas implicavam realizar um estudo linguístico apoiado sobre conceitos e métodos linguísticos ou ideológicos, ou seja, realizar uma leitura que buscava "escutar" o que o autor havia estabelecido, com Foucault a proposta de leitura é diferente, pois, conforme nos alerta Veiga-Neto (2005, p. 121), "a questão não está em fazer o autor dizer o que não disse, ou negar o que afirmou, mas em conferir relevo ao que ele lançou *en passant*".

Na perspectiva foucaultiana o que muda é a pergunta. Não faz mais sentido perguntar "o que é isso?", mas "como isso funciona?"; a pergunta deve ser sobre como se estabelecem os critérios de verdade. Como se extraem dos enunciados qualidades e coisas, visibilidades? Quais posições de sujeito são criadas com determinado enunciado? Como se engendraram os saberes — econômicos, médicos, políticos — que precisaram ser ativados para que se chegasse a tal enunciado? Quais saberes e poderes são ativados ou colocados em circulação a partir de determinado discurso? Portanto, deve-se tomar o texto na superfície do que é dito e pelas relações que o discurso mantém com aquilo que o cerca, de forma tal que seja possível "mapear o regime de verdade que o acolhe e que, ao mesmo tempo, ele sustenta, reforça, justifica e dá vida" (VEIGA-NETO, 2005, p. 127-129).

A entrevista entendida como uma técnica em pesquisa social para obtenção de dados de um determinado informante remete-nos ao entendimento hegemônico de que essa modalidade revelaria uma verdade oculta nas falas dos sujeitos, cabendo

ao(à) pesquisador(a) traduzir a fala ou revelar a verdade nela embutida. A entrevista entendida enquanto prática discursiva é ferramenta produtora de sentido, que nos dá acesso a diferentes modos de enunciação e de enunciados ocorridos em situações diversas — e, assim, irrepetíveis. Desse modo, ela é um dispositivo de produção de textos que permite retomar situações de enunciação ocorridas em momentos anteriores.

Em síntese, analisar discursos na perspectiva foucaultiana exige que se trabalhe exaustivamente com o próprio discurso, em sua complexidade, e revela-se ferramenta potente quando o problema é investigar como determinadas subjetividades são forjadas pelos discursos institucionais e categoriais como médicos, educacionais, políticos, psiquiátricos, dentre outros.

Porém, precisamos ressaltar que existem outras formas de ler e analisar os discursos; aquela proposta por Foucault é apenas uma maneira que indica e mostra coisas que talvez não sejam visíveis em outras análises. O deslocamento proposto pela obra de Foucault envolve desnaturalizar nossos modos de olhar e pensar as coisas, a constituição dos saberes e subjetividades e o próprio mundo, lembrando que os discursos organizam e ordenam os sentidos por onde passam.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

FISHER, R. M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. **Caderno de Pesquisa**, n. 114, p. 197-223, nov. 2001.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. **Estratégia, poder-saber**. *Coleção ditos e escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

VEIGA-NETO, A. **Foucault & a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

IMPORTÂNCIA DE PESQUISAS QUALITATIVAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS NA SO-CIEDADE CONTEMPORÂNEA

Laura Mendes de Barros

Faculdade de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Universidade de Brasília

ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6218-9206

lauramendesunc@gmail.com

Raiane Andreza Ferreira

Faculdade de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Universidade de Brasília

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4803-2645

raianebq@gmail.com

Benicio Oton de Lima

Faculdade de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Universidade de Brasília

ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9936-3079

benicio.lima@gmail.com

Resumo

Este ensaio objetiva questionar a aplicabilidade dos avanços tecnológicos na medicina quando não contextualizados social, econômica e culturalmente no determinado espaço e tempo nos quais se desenvolvem. Em meio à crítica, destaca-se a importância de estudos qualitativos como opção para a integração de tais avanços ao meio. Para isso, faremos um recorte no campo da neurocirurgia, abordando o nicho das patologias do sistema nervoso periférico que carecem de incorporação de novas tecnologias úteis e viáveis para o manejo adequado do problema. Assim, buscamos com este ensaio utilizar os princípios da fenomenologia a fim de compreender o problema e proporcionar uma melhoria à qualidade de assistência à população.

Palavras-chave: Estudo Qualitativo. Fenomenologia. Nervos Periféricos. Neurografia.

INTRODUÇÃO

O juramento médico utilizado em Portugal no momento em que o clínico é admitido como Membro da Ordem dos Médicos foi atualizado em 2017, utilizando como base o clássico Juramento de Hipócrates, escrito em Lausana em 1771, e a Fórmula de Genebra, adotada pela Associação Médica Mundial em 1983, para se adequar ao atual contexto. A nova redação assim diz:

Prometo solenemente consagrar a minha vida ao serviço da humanidade; a saúde e o bem-estar do meu doente serão as minhas primeiras preocupações; respeitarei a autonomia e a dignidade do meu doente; guardarei o máximo respeito pela vida humana; não permitirei que considerações sobre idade, doença ou deficiência, crença religiosa, origem étnica, sexo, nacionalidade, filiação política, raça, orientação sexual, estatuto social ou qualquer outro fator se interponham entre o meu dever e o meu doente; respeitarei os segredos que me forem confiados, mesmo após a morte do doente; exercerei a minha profissão com consciência e dignidade e de acordo com as boas práticas médicas; fomentarei a honra e as nobres tradições da profissão médica; guardarei respeito e gratidão aos meus mestres, colegas e alunos pelo que lhes é devido; partilharei os meus conhecimentos médicos em benefício dos doentes e da melhoria dos cuidados de saúde; cuidarei da minha saúde, bemestar e capacidades para prestar cuidados da maior qualidade; não usarei os meus conhecimentos médicos para violar direitos humanos e liberdades civis, mesmo sob ameaça; faço estas promessas solenemente, livremente e sob palavra de honra. (ORDEM DOS MÉDICOS DE PORTUGAL, 2017)

A reformulação do juramento se fez necessária, por exemplo, para incluir a não discriminação à orientação sexual e para reforçar a autonomia do paciente – questão especialmente contextualizada pela grande discussão acerca da eutanásia. Esse exemplo mostra a importância de reformulações dentro da medicina – e das demais ciências da saúde – a fim de acompanhar as transformações que ocorrem nas sociedades e culturas.

Tais mudanças tornam-se mais alcançáveis quando a população se torna consciente dos seus direitos e participa de forma direta ou indireta da gestão de

políticas voltadas a ela. Isso pode ser evidenciado com o aumento da visibilidade dos movimentos sociais, sobretudo devido à propagação pelos meios de comunicação atuais.

No entanto, existem determinados saberes médicos ainda não muito divulgados entre a comunidade científica, e menos ainda entre a sociedade. Exemplo disso é o pouco conhecimento e engajamento de profissionais de saúde – e dos próprios pacientes, diga-se de passagem – no campo das doenças do sistema nervoso periférico.

O sistema nervoso periférico é ensinado do ensino fundamental ao ensino superior, porém a aplicabilidade desses conhecimentos ainda está aquém de suas potencialidades.

Em 1996, Paulo Freire escreveu:

Ensinar inexiste sem aprender e vice-versa, e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar. Foi assim, socialmente aprendendo, que ao longo dos tempos mulheres e homens perceberam que era possível – depois, preciso – trabalhar maneiras, caminhos, métodos de ensinar. Aprender precedeu ensinar ou, em outras palavras, ensinar se diluía na experiência realmente fundante de aprender. Não temo dizer que inexiste validade no ensino de que não resulta um aprendizado em que o aprendiz não se tornou capaz de recriar ou de refazer o ensinado, em que o ensinado que não foi apreendido não pode ser realmente aprendido pelo aprendiz. (FREIRE, 1996, p. 12)

Na história da humanidade, o sistema nervoso periférico já era estudado dentro dos estudos anatômicos; porém, após a Segunda Guerra Mundial, devido ao grande número de lesões traumáticas com exposição desses nervos, a cirurgia para reconstrução nervosa teve uma grande evolução, com especial destaque para o trabalho do médico Seddon, que foi incumbido pelo governo britânico em 1943 de coordenar um grupo de estudos sobre lesões de nervos periféricos.

A evolução na área da saúde levou ao surgimento do microscópio cirúrgico, tornando possíveis reparações nervosas cada vez melhores e mais delicadas, inclusive o reparo de nervos de pequeno calibre. Por sua vez, a evolução dos estudos de imagem permitiu que nervos periféricos fossem visualizados com a realização de ultrassonografia e, posteriormente, com a ressonância magnética.

Contudo, a área ainda é permeada por dificuldades. Lopes discorre sobre os

desafios ainda existentes em meio aos desenvolvimentos tecnológicos:

O surgimento da ressonância magnética (RM) permitiu significativo avanço no entendimento e avaliação do sistema nervoso central. No entanto, o sistema nervoso periférico (SNP) – nervos, gânglios e raízes – continuou sendo considerado como "difícil de ser avaliado" pelos radiologistas ao longo do tempo. O SNP tem sido estudado por meio de exames invasivos, como estudos eletrodiagnósticos e biópsias de nervo, que causam desconforto aos pacientes. Neste contexto, e com o surgimento de campos magnéticos mais potentes, que permitem a execução de sequências finas e com alta resolução, tornou-se possível o estudo do SNP pela neurografia, sendo a primeira experiência publicada em 1993. (LOPES, 2017, p. IX)

Todo o conhecimento científico e tecnológico adquirido ao longo da história serve a um propósito: atender à demanda de saúde da população em um determinado espaço, um determinado tempo e um determinado contexto sócio-econômico-social, adequando-se à necessidade da população e, consequentemente, melhorando a qualidade de vida desta.

Ainda hoje, em Brasília, notamos uma grande dificuldade de aplicar os ganhos relacionados à área de nervos periféricos ao Sistema Único de Saúde (SUS). A falha na incorporação do conhecimento técnico-científico ao saber popular limita a percepção da doença pelo paciente, pelos profissionais ligados à assistência destes e, inclusive, pelos gestores de saúde responsáveis.

Este ensaio busca dialogar sobre a realização de estudos qualitativos na área de saúde a partir da utilização da fenomenologia como metodologia. O fenômeno exemplificado neste ensaio é uma nova técnica de exame de imagem chamada neurografia, utilizada para estudos de nervos periféricos. O contexto envolve a falha de "comunicação" entre comunidade científica e saber popular, inviabilizando-se a utilização de novos recursos tecnológicos que em muito beneficiariam o diagnóstico, o tratamento e o prognóstico das patologias dos nervos periféricos.

A falha de comunicação promove um vazio, um fenômeno inominável que limita assim as informações sobre si. Esse vazio desencadeia uma angústia tanto no sujeito, que não é capaz de definir, reconhecer e descrever seu sofrimento, quanto no pesquisador, ou mesmo no profissional da assistência, que será incapaz de compreender e fornecer o acolhimento e o suporte de que o paciente necessita.

DESENVOLVIMENTO

A medicina baseada em evidências – termo derivado da epidemiologia clínica anglo-saxônica, cunhado por David Sackett e seus colaboradores da Universidade de McMaster – ganhou força no início dos anos 90, preconizando que as decisões clínicas devem ser embasadas no melhor grau de evidência obtido a partir de trabalhos científicos relacionados à questão clínica de interesse.

A partir dessa perceção, muitos trabalhos relacionados à quantificação, à análise de dados e às estatísticas foram surgindo, com base em dados e informações acumuladas por anos, em diversos estudos quantitativos.

O avanço dos meios de comunicação, após o surgimento da Internet, foi uma fonte impressionante de transmissão de informação para todo o mundo, permitindo que a maior parte da comunidade acadêmica tivesse acesso a artigos científicos nas mais diversas áreas. No entanto, os dados científicos, os avanços e todo o conhecimento técnico nem sempre se mostram adequados ou adaptados, inseridos ou compreendidos pela própria comunidade sobre a qual se referem e a qual deveriam atender.

Isso aponta para a necessidade de uma melhor integração da produção científica com a população, levando-se em consideração todo contexto sócio-econômico-cultural no qual se desenvolvem.

Diante dessa perspetiva, a avaliação qualitativa se torna importante e necessária para o diálogo entre as diversas formas de saber.

A pesquisa qualitativa possui como característica a possibilidade de responder a questões muito particulares; ocupa-se com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado, tornando-se, portanto, uma ferramenta útil para a área de saúde.

Maria Cecília de Souza Minayo, socióloga brasileira, referência para pesquisas qualitativas em saúde, descreve esse tipo de metodologia:

Ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa

qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos. (MINAYO, 2000, p. 21)

Nesse contexto, os estudos quantitativos e qualitativos se tornam complementares, especialmente no âmbito da saúde, como cita Minayo:

Se a relação entre quantitativo e qualitativo, entre objetividade e subjetividade não se reduz a um *continuum*, ela não pode ser pensada como oposição contraditória. Pelo contrário, é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais "ecológicos" e "concretos" e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa. (MINAYO, 1993, p.8)

A pesquisa qualitativa descreve como termos estruturantes da investigação os verbos "compreender" e "interpretar", e os termos "experiência", "vivência", "senso comum" e "ação social":

O verbo principal da análise qualitativa é compreender. Compreender é exercer a capacidade de colocar-se no lugar do outro, tendo em vista que, como seres humanos, temos condições de exercitar esse entendimento. Para compreender, é preciso levar em conta a singularidade do indivíduo, porque sua subjetividade é uma manifestação do viver total. Mas também é preciso saber que a experiência e a vivência de uma pessoa ocorrem no âmbito da história coletiva e são contextualizadas e envolvidas pela cultura do grupo em que ela se insere. (MINAYO, 2012, p. 623)

Diante desse cenário, torna-se imprescindível explorar a importância das análises qualitativas para a incorporação de estudos quantitativos à contemporaneidade. Assim também o é para a incorporação dos novos conhecimentos e avanços tecnocientíficos referentes à avaliação de patologias do sistema nervoso periférico ao sistema de saúde atual, tonando-os alcançáveis à população de interesse.

Para compreender a importância desse tema, é preciso em primeiro lugar compreender que os avanços científicos só poderão ser aplicados quando houver um

sistema multidisciplinar interligado. O desfecho final da patologia está intimamente relacionado ao seu manejo inicial. Os estudos sobre o sistema nervoso periférico nos levam a compreender o fato: conhecimento técnico-científico. Todavia, qual seria o sentido do fato, se não contextualizado ao cenário em que se aplica?

Compreender o que faz sentido para a população e para os profissionais ligados à área da saúde permite, assim, trabalhar a angústia e a demanda advinda dela, que precisa ser analisada. Partindo da fenomenologia, podemos vislumbrar um caminho.

Segundo Gomes (2008, p. 148), "a investigação fenomenológica busca compreender o que acontece com o sujeito na sua interação com o mundo, como a sua consciência é afetada pelos acontecimentos".

Bello, por sua vez, afirma que

Uma tendência do nosso tempo é fixar-se em alguns desses aspectos, sem entender qual é o sentido do ser humano, e de sua relação com os outros, com a comunidade, com a sociedade, com o Estado. Entender tais sentidos é algo que se pode fazer somente através de um trabalho de pesquisa interdisciplinar. É verdade que nós não podemos conhecer tudo. O importante é que, ao conhecermos uma parte, tenhamos a consciência de que se trata justamente de uma parte, que existem fundamentos a serem reconhecidos. Não se faz ciência humana sem que se saiba o que é o ser humano. (BELLO, 2006, p. 85-86)

O saber popular já é permeado por ideias sobre as doenças relacionadas a nervos periféricos, como a síndrome do túnel do carpo⁵, frequentemente referenciada em ambientes de trabalho e atrelada aos esforços repetitivos; e a paralisia facial⁶, condição marcante por ser algo muito visível e prejudicial à autoimagem da pessoa acometida, e que grande parte do coletivo reconhece na frase "o rosto entortou após pegar friagem".

Apesar do valor do conhecimento que é passado de geração em geração, certas crenças atreladas ao imaginário coletivo podem ser prejudiciais, contribuindo para a formação de estigmas, como os relacionados à hanseníase⁷ – doença conhecida

⁵ Síndrome compressiva do nervo mediano ao nível do túnel do carpo. Possui tratamento e possibilidade de cura.

Perda de função do nervo facial, levando à paralisia dos músculos da face. Pode ter como causa infecções, tumores ou traumas. Possui tratamento e possibilidade de melhora.

⁷ Doença infectocontagiosa que, além de causar sintomas na pele, acomete os nervos. Possui tratamento e cura.

como lepra –, muito temida e envolta por uma árdua história de preconceito e exclusão.

Outro exemplo de crença prejudicial refere-se à paralisia braquial obstétrica, para a qual ainda se aceita não haver solução. Tal patologia se apresenta na forma mais comum com o recém-nascido não conseguindo movimentar um dos membros superiores. Sem tratamento adequado, o membro acometido, além de não apresentar movimento, também não se desenvolve, mantendo nítida desproporção em relação ao membro saudável.

A falta de conhecimento sobre os tratamentos disponíveis hoje, seja pela família do indivíduo acometido ou mesmo pelos profissionais de saúde que o acompanha, perpetua a crença na falta de expectativa de melhora e mantém a aceitação do problema sem questionamentos, afastando cada vez mais a criança das alternativas de tratamento e das possibilidades de melhora.

A manutenção desses imaginários, sem o trabalho de contextualização, perpetua certas crenças, como a ideia de que tais doenças não possuem tratamento ou nenhuma expectativa de melhora — o que não é a realidade atual —, trazendo enormes prejuízos para o diagnóstico, o tratamento e o prognóstico.

As doenças relacionadas a nervos periféricos muitas vezes não são aparentes, não sendo possível apalpar ou sentir. No entanto, ao escutar com cuidado o sujeito que sofre, é possível distinguir que os sintomas se relacionam à dor de nervo, etimologicamente conhecida como dor neuropática.

A dor neuropática é descrita por quem sofre de acordo com o seu nível cultural e com a sua perceção individual. Expressões como "formigamento", "sensação de choque", "parece água escorrendo, mas não vejo nada", "parece que algo está me apertando" são comumente referenciadas para descrever as sensações de dor. Cabe a quem ouve validar e acolher a queixa, independentemente da forma como é falada, descrita ou mostrada. O conhecimento, quando se torna popular, altera a própria perceção do indivíduo sobre seu problema e sua dor, para não permitir a invisibilidade e a deslegitimação do seu sofrimento.

Hoje, existem diversos tratamentos para as patologias dos nervos periféricos, incluindo-se o medicamentoso e o cirúrgico, bem como tratamentos direcionados especificamente para a dor. Com a consciência de que nem sempre é possível curar, o acolhimento é sempre uma opção ao alcance de qualquer profissional.

A educação popular pode promover, nesse contexto, a recuperação da esperança em relação ao tratamento e, como consequência, melhorar a qualidade de vida. Ampliar o saber popular possibilita a geração de uma nova demanda: quando o saber se torna acessível à comunidade não científica, o anseio por soluções para os problemas aumenta. Identificar as patologias do sistema nervoso periférico e

saber que existem meios específicos para a investigação das causas, o que guiará o tratamento e alterará o desfecho, gera consciência coletiva da necessidade de ampliar a assistência. A consciência impulsiona o sentimento de necessidade de mudança, como a reformulação de tabelas e códigos ou a reestruturação do fluxo assistencial.

A exemplo disso, no cenário brasiliense, apesar de o conhecimento técnicocientífico mostrar benefício evidente da neurografia – um exame não invasivo e eficaz, possível de ser realizado nos aparelhos de ressonância já instalados no sistema de saúde, inclusive disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS) –, não há codificação para que o exame seja solicitado na rede SUS. A tabela de procedimentos do SUS não possui código para ultrassonografia de nervos periféricos, ressonância para nervos periféricos ou neurografia, o que impossibilita a solicitação e realização desses exames. A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que regula o mercado de planos privados de saúde, utiliza a Terminologia Unificada da Saúde Suplementar – tabela TUSS –, que padroniza nomenclaturas e códigos de procedimentos médicos, mas tampouco possui codificação para os procedimentos em questão.

Segundo Gomes:

Reconhece-se a falta de compreensão da maioria dos profissionais e das pessoas em geral dos avanços nos estudos, assim como das causas dos fenômenos estruturais e como se confere valor às discussões sobre poder, dominação e estratificação social. Por isso a necessidade de uma proposta de recuperação da análise dialética e estruturalista político-econômico-social, que torne mais evidente as articulações das estruturas do poder. Assim, a necessidade de realizar uma interface da Filosofia com a Saúde, com uma abrangência teórico- metodologia-prática [...]. (GOMES, 2008, p. 3)

Fica assim explícito que a falta de educação em saúde sobre o tema impossibilita que administradores ou gestores de saúde valorizem as atualizações na área, o que implica um sentimento de invisibilidade e negligência em relação às patologias relacionadas a nervos periféricos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisas qualitativas ou quali-quantitativas se tornam extremamente necessárias para a promoção da saúde, inclusive em relação a patologias até então negligenciadas.

A fenomenologia pode ser empregada para avaliações em saúde ao analisar o contexto, ampliando o saber atual e, assim, tornando possível perceber carências de educação em saúde a serem supridas e auxiliar a incorporação de novos conhecimentos técnico-científicos à sociedade e às políticas públicas.

Compreender o que faz sentido no imaginário coletivo – população geral, profissionais de saúde, gestores – ajuda a compreender como ampliar e divulgar o saber de forma compreensível e, a partir disso, contextualizar a importância da incorporação das técnicas atuais disponíveis em prol da comunidade.

Vale lembrar que incorporar um novo conhecimento técnico foge do âmbito acadêmico; é algo que precisa se adequar ao sistema capital vigente, à cultura vigente, e, portanto, não se restringe à comunidade médica ou aos profissionais de saúde.

REFERÊNCIAS

BELLO, A. A. Introdução à fenomenologia. Bauru, SP: Edusc, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia** – *saberes necessários à prática educativa*. 36 ed. Editora Paz e Terra, 1996. (Coleção Saberes)

GOMES, A. M. A. *et al.* Fenomenologia, humanização e promoção da saúde: uma proposta de articulação. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 17, n. 1, mar. 2008, p. 143-152. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902008000100013.

LOPES, F. C. R. Neurografia – um novo olhar sobre o sistema nervoso periférico. **Colégio Brasileiro de Radiologia. Bras.**, 2017; 50(4):IX. http://dx.doi.org/10.1590/0100-3984.2017.50.4e3.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: *pesquisa qualitativa em saúde*. 7 ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

_____. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Sa**úde **Coletiva**, 2012; 17(3):621-626.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. **Quantitativo-qualitativo**: oposição ou complementaridade? Rio de Janeiro: Cadernos de Saúde Pública, 1993.

RESISTÊNCIA À CLOREXIDINA ALÉM DA BANCADA PROTOCOLO PARA UMA REVISÃO DE ESCOPO DE LITERATURA MISTA

Adriana Silva da Costa Cruz

Faculdade de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Odontologia, Universidade de Brasília

ORCID: <u>https://orcid.org/0000-0003-1710-3164</u>

sc.adriana@gmail.com

Resumo

Trata-se de um protocolo de revisão de literatura mista sobre o potencial de desenvolvimento de resistência microbiana à clorexidina. A clorexidina é amplamente utilizada como antisséptico em diversas situações dentro e fora de hospitais, porém alguns estudos apontam para o desenvolvimento de resistência cruzada a essa substância e a antibióticos. Acredita-se que os resultados da revisão poderão contribuir para o mapeamento dos conhecimentos disponíveis na literatura e para a melhor compreensão do problema, a partir da análise de pontos de vista diversos.

Palavras-chave: Clorexidina. Resistência Microbiana a Medicamentos. Revisão.

INTRODUÇÃO

Considerando a proposta de escrever sobre um dos diversos métodos e técnicas de pesquisa qualitativa em saúde; considerando ainda a pouca experiência da autora em pesquisa qualitativa e os temas de estudo com os quais apresenta maior familiaridade e conhecimento adquirido durante a pós-graduação, optou-se pela ousada aventura de elaborar um protocolo de revisão mista de literatura.

As chamadas revisões mistas englobam a análise de estudos quantitativos, qualitativos e mistos. Trata-se de um desenho de estudo ainda pouco explorado, apesar de seu potencial para ir de encontro a perguntas complexas. As revisões mistas envolvem um tipo de perspectiva considerada inovadora, que busca analisar em conjunto estudos com abordagens tanto quantitativas quanto qualitativas e que vem sendo cada vez mais valorizada no meio científico, como fica demonstrado pelo crescente número de publicações em revistas científicas que têm empregado esse método (GALVÃO; PLUYE; RICARTE, 2018).

O tema a ser tratado nesta revisão está relacionado ao assunto da pesquisa em execução no estudo de doutorado da autora. Trata-se de um estudo observacional, com metodologia quantitativa, em que será determinada a susceptibilidade à clorexidina de microrganismos isolados de amostras da boca de pacientes hospitalizados durante sete dias no Hospital Universitário de Brasília.

Aclorexidina tem sido cada vez mais utilizada em diversas situações e ambientes, tanto hospitalares como também domésticos, em sabonetes, xampus, antissépticos para ferimentos, soluções para limpeza de lentes de contato, enxaguatórios bucais e até mesmo produtos cosméticos (FIORENTINO, 2009). A clorexidina tem sido o antisséptico tópico de primeira escolha para a descontaminação da cavidade bucal de pacientes hospitalizados (TUON, 2017).

No entanto, alguns estudos apontam para o surgimento de resistência microbiana a essa substância. O cenário se torna ainda mais preocupante pela existência de pesquisas que mostram um potencial de desenvolvimento de resistência cruzada à clorexidina e a alguns antibióticos como a colistina (polimixina B), utilizados em bactérias multirresistentes (WAND *et al.*, 2016), e, ainda a possibilidade de desenvolvimento de microrganismos resistentes a múltiplos fármacos (SALEEM *et al.*, 2016).

A questão da resistência microbiana aos antibióticos é uma preocupação mundial, porém menos atenção tem sido dada ao potencial de surgimento de microrganismos resistentes a antissépticos como a clorexidina. O problema possui caráter interdisciplinar, que ultrapassa as fronteiras das ciências da saúde. Na

verdade, as fronteiras entre as áreas de conhecimento estão cada vez menos nítidas, com a necessidade de integração entre vários campos do conhecimento na busca de soluções para os problemas.

O primeiro desafio no planejamento da revisão mista de literatura foi encontrar uma abordagem qualitativa para o tema do potencial desenvolvimento de resistência dos microrganismos à clorexidina. A triangulação de métodos de estudo foi muito bem-vinda nesse contexto, pois é capaz de superar dicotomias, fazendo com que diferentes pontos de vista possam convergir para alcançar o caráter interdisciplinar da questão.

Assim, diante das suspeitas que pairam em relação à efetividade do uso da clorexidina como antisséptico, pela possibilidade de contribuição dessa substância no preocupante cenário mundial da resistência antimicrobiana, o objetivo desta revisão é estabelecer o estado do conhecimento disponível na literatura, produzido por estudos com abordagens quantitativas e/ou qualitativas, sobre a resistência microbiana à clorexidina.

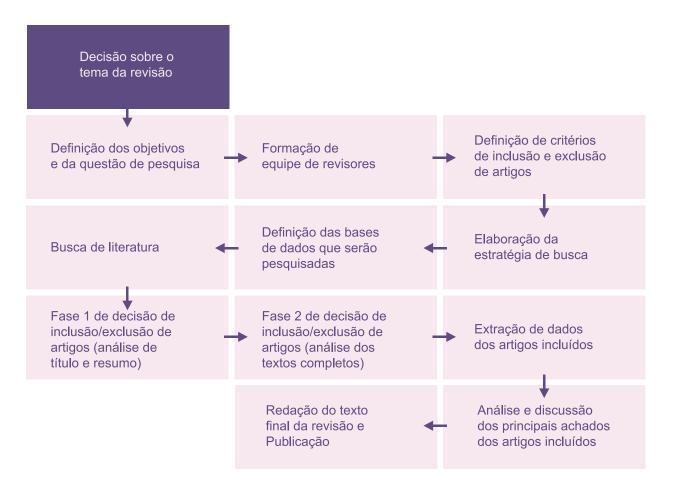
METODOLOGIA

Para alcançar qualidade metodológica na revisão e um relatório final redigido de forma clara e organizada, a elaboração deste protocolo de revisão seguiu as recomendações do Manual do Joanna Briggs Institute (*JBI Manual for Evidence Synthesis*). Planeja-se publicar o protocolo no livro didático integrador da disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa Qualitativa em Saúde, cursada pela autora do presente artigo, do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília. É também intuito da autora registrar o protocolo na plataforma Open Science Framework (OSF). Para a posterior redação da revisão, será seguido o *PRISMA Extension for Scoping Reviews* (PRISMA-ScR) (Tricco *et al.*, 2018).

Não há necessidade de aprovação do protocolo de revisão de escopo por Comitê de Ética em Pesquisa, tendo em vista que todos os dados a serem utilizados já se encontram disponíveis de forma pública, seja em fontes oficiais de pesquisa científica ou não.

A Figura 1 mostra de forma esquemática o passo a passo da metodologia que passará a ser descrita a seguir.

Figura 1. Fluxograma do percurso metodológico para elaboração de revisão de escopo



Definição da questão de pesquisa

A metodologia a ser seguida para a execução da revisão é definida num passo a passo iniciado pela definição da questão de pesquisa. A questão de pesquisa precisa ser bastante clara, objetiva, bem delimitada, e precisa ser formulada de modo a buscar respostas que possam ir de encontro ao objetivo estabelecido de mapear o conhecimento existente sobre o tema.

Foi realizada uma busca rápida de artigos nas principais bases de dados, e não foram encontrados estudos qualitativos sobre a resistência microbiana à clorexidina. Foi encontrado muito material sobre resistência antimicrobiana em geral, centrado na resistência aos antibióticos. Sabe-se que a questão da resistência antimicrobiana é um problema mundial que extrapola a dimensão biológica e envolve um cenário muito mais complexo, em que contribuem os contextos de desenvolvimento social, econômico, político e cultural. Portanto, acredita-se que, para além da importância dos estudos quantitativos, as análises qualitativas podem acessar elementos importantes nesse cenário complexo do problema, e que, caso ainda não existam de fato muitos

estudos qualitativos, essa lacuna precisa ser preenchida para que se alcancem melhores propostas de solução.

Assim, a questão de pesquisa teve como base a reflexão sobre o problema da resistência microbiana à clorexidina e a estratégia PICOT (população, intervenção, comparação de grupos, *outcomes*/desfechos, tempo). Para a elaboração da questão, refletiu-se sobre a escassez de estudos qualitativos voltados à preocupação com a resistência microbiana à clorexidina, sobre as questões sociais, econômicas, políticas e culturais envolvidas e sobre as lacunas que ainda precisam ser preenchidas no conhecimento do problema. Portanto, não se estabeleceu uma população específica para o estudo, e optou-se por uma revisão de escopo em que a questão está destinada ao reconhecimento do terreno, à extensão do que já existe publicado, tendo em vista que o tema ainda não recebe a atenção devida quando se pensa em suas possíveis consequências. Tendo em vista toda essa reflexão, a questão elaborada foi: o que as evidências quantitativas e qualitativas dos estudos nos dizem sobre resistência microbiana à clorexidina?

Busca de literatura

Será realizada uma busca de estudos com metodologia quantitativa, qualitativa e mista, além de documentos publicados por instituições políticas e agências especializadas em epidemiologia e saúde. Os tipos de publicação a serem incluídos serão artigos científicos originais, revisões, editoriais, opiniões de experts, livros e capítulos de livros, diretrizes ou relatórios de instituições políticas e/ou de saúde publicados de 2010 até os dias atuais.

A estratégia de busca deverá ser o mais abrangente possível, incluindo as palavras-chave e todos os seus sinônimos, de acordo com o vocabulário controlado de Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) do Centro Latino-Americano e do Caribe em Ciências da Saúde (BIREME). O DeCS oferece uma tradução do Medical Subject Headings (MeSH), que tem catalogada a terminologia em inglês mais utilizada em ciência no mundo.

As buscas serão realizadas por artigos em português ou em inglês nas seguintes bases de dados: PubMed, que dá acesso à base de dados americana MEDLINE (Medical Literature Analysis and Retrieval System Online), Scopus (base de dados da Elsevier), LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), Web of Science (base de dados do grupo Clarivate Analytics) e IBSS (International Bibliography of the Social Sciences). Serão consultadas também outras fontes para busca de literatura cinzenta e publicações não científicas, como Google Scholar,

Open Gray, ProQuest, além de busca livre por outros documentos relevantes, para alcançar a maior abrangência possível de dados e informações.

Seleção dos artigos e fontes de informação

Serão eliminados os artigos duplicados e, para selecionar os artigos mais relevantes, haverá uma equipe de revisão formada por três pesquisadores. Dois deles farão uma primeira etapa independente de análise dos artigos pelo título e pelo resumo, eliminando aqueles que não estiverem de acordo com os critérios de elegibilidade pré-definidos. O terceiro revisor fará o desempate daqueles artigos em que a decisão dos dois primeiros revisores for discordante.

Os critérios de elegibilidade a serem considerados são estudos que tenham sido publicados a partir de 2010 em inglês ou em português e que tenham como objetivo acessar o contexto da potencial resistência microbiana à clorexidina, em consonância com a questão de pesquisa proposta.

Na segunda etapa, os artigos serão novamente avaliados da mesma forma que na primeira etapa, porém com a leitura de seus textos completos. Nessa fase, será observado se cada um deles de fato tem uma contribuição a fazer em relação ao tema da revisão, e o terceiro revisor será sempre acionado para desempatar decisões divergentes ou discutir casos que levantarem dúvidas.

Será elaborada uma tabela com a descrição dos motivos de exclusão dos artigos cujos textos completos forem lidos na segunda etapa. Também será disponibilizado na seção de resultados um fluxograma da seleção de artigos desde a primeira busca realizada até os artigos selecionados em definitivo para fazer parte da revisão.

A equipe de revisores, além dos pesquisadores já citados, deverá contar preferencialmente com um expert em metodologias qualitativas, para auxiliar a análise dessa parte da literatura, e, se possível, com um pesquisador mais experiente em revisões de escopo.

Na revisão de escopo, diferentemente da revisão sistemática, não se faz rotineiramente uma análise de risco de viés dos artigos incluídos, pois o objetivo é traçar um panorama geral do conhecimento disponível sobre o assunto, mapeando o terreno e abrindo campo para novas pesquisas.

Extração de dados dos artigos selecionados

A partir de orientações contidas no Manual do Joanna Briggs Institute, foi construído um instrumento para catalogação e mapeamento dos dados extraídos

dos artigos selecionados (Tabela 1). É recomendado que se faça um teste desse instrumento utilizando alguns artigos antes do início da extração de dados propriamente dita. Nesse teste é possível realizar uma espécie de calibração dos membros da equipe de pesquisa, além de detectar a necessidade de inclusão de informações importantes ou mesmo a irrelevância de alguns dados, que poderão ser excluídos do formulário.

A extração dos dados também deverá ser feita por no mínimo dois membros da equipe, de forma independente, com a intervenção de um terceiro membro nos casos de discordância ou mesmo para a discussão final dos dados extraídos de todos os artigos. Poderá se tratar de um processo iniciado de forma independente e finalizado de forma interativa entre os membros da equipe.

Tabela 1. Formulário para extração de dados dos artigos incluídos

Título da revisão: Nome do revisor: Título do artigo ou do material: Autores: País: Tipo de publicação: Ano de publicação: Contexto: Objetivos: Metodologia: População e tamanho da amostra (se aplicável) Grupos estudados e intervenções (se aplicável) Tempo de seguimento (se aplicável) Comparação entre grupos (se aplicável) Desfechos estudados: Avaliação microbiológica: Principais conclusões e achados relacionados ao tema da revisão:

Análise e discussão dos achados dos estudos incluídos

A análise dos artigos busca vencer o desafio de integrar estudos com diferentes abordagens metodológicas sobre a questão da potencial resistência microbiana à clorexidina. Na discussão conjunta dos dados e resultados de diferentes tipos de abordagens, espera-se desenhar um quadro o mais completo possível de como o fenômeno é encarado atualmente. Portanto, não será feita uma valoração dos resultados encontrados nem a conversão de dados qualitativos em quantitativos ou vice-versa, como geralmente é feito numa revisão sistemática, mas somente a apresentação das principais conclusões.

Os achados qualitativos podem ter sido analisados em cada estudo a partir de correntes teórico-filosóficas consistentes, porém diferentes entre os diversos artigos. Isso deve ser relatado na revisão, e toda a discussão deve se pautar por princípios éticos e morais da pesquisa. A análise final será descritiva, relacionando os resultados que forem passíveis de integração e considerando também de forma descritiva as conclusões que não puderem ser comparadas a outros resultados.

Se possível, a depender dos resultados encontrados e contando com a criatividade dos membros da equipe de pesquisa, será feita uma representação visual das principais conclusões através de ferramentas de design thinking, que poderão trazer maior clareza ao leitor da revisão, com uma forma esquemática e facilmente compreensível de apresentação dos resultados.

CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

O método misto envolve necessariamente a análise de dados quantitativos e qualitativos, bem como a integração e discussão conjunta dos dados e resultados das duas abordagens, para que se complementem. A busca é atingir uma fotografia mais completa do fenômeno em estudo.

Percebeu-se a importância dessa fotografia mais completa do fenômeno, pois, de certa forma, foi uma experiência surpreendente – durante a elaboração deste protocolo de revisão – a percepção da necessidade de atenção, antes focada exclusivamente na abordagem quantitativa, à necessária e insubstituível contribuição da pesquisa qualitativa para o tratamento integral do problema da resistência antimicrobiana de forma geral, e também da resistência microbiana a antissépticos como a clorexidina, de forma mais específica.

Acredita-se que os resultados da revisão ora proposta possam contribuir para

a compreensão do problema, a partir do diálogo entre pontos de vista diversos, e para a proposição de estudos que poderão se aproximar mais da solução do problema.

REFERÊNCIAS

AROMATARIS, E. M. (Ed.) **JBI Manual for Evidence Synthesis,** JBI, 2020. Disponível em https://synthesismanual.jbi.global>. Acesso em dez. 2020.

FIORENTINO, F. A. M. **Desenvolvimento e controle de qualidade de formulação cosmética contendo gluconato de clorexidina**. 2009. 194 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Farmacêuticas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP.

GALVÃO, M. C. B.; PLUYE, P.; RICARTE, I. L. M. Métodos de pesquisa mistos e revisões de literatura mistas: conceitos, construção e critérios de avaliação. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 2, p. 4-24, set. 2017/fev. 2018.

SALEEM, H. G. M.; SEERS, C. A.; SABRI, A. N.; REYNOLDS, E. C. Dental Plaque Bacteria With Reduced Susceptibility to Chlorhexidine Are Multidrug Resistant. **BMC Microbiology**, v. 16, p. 214-222, 2016.

TRICCO, A. C.; LILIE, E.; ZARIN, W. *et al.* PRISMA Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR Statement): Checklist and Explanation. **Ann Inter Med.**, 2018; 169:467-73.

TUON, F. F.; GAVRILKOA, O.; ALMEIDA, S.; SUMI, E. R.; ALBERTO, T.; ROCHA, J. L.; ROSA, E. A. Prospective, Randomised, Controlled Study Evaluating Early Modification of Oral Microbiota Following Admission to the Intensive Care Unit and Oral Hygiene With Chlorhexidine. **Journal of Global Antimicrobial Resistance**, v. 8, p. 159-163, 2017.

WAND, M. E., BOCK, L. J.; BONNEY, L. C.; SUTTON, J. M. Mechanisms of Increased Resistance to Chlorhexidine and Cross-Resistance to Colistin Following Exposure of *Klebsiella pneumoniae* Clinical Isolates to Chlorhexidine. **Antimicrob. Agents Chemother.**, v. 61, n. 1, p. 1-12, 2017.

A CONSTRUÇÃO DO CAMPO CIENTÍFICO DA NUTRIÇÃO NO BRASIL NA PERSPECTIVA DE PIERRE BORDIEU

Juliana Amorim Ubarana

Faculdade de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Programa de Pós-Gradução em Saúde Coletiva, Universidade de Brasília ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9895-3787 julianaubarana@gmail.com

Resumo

Trata-se de um ensaio acadêmico sobre a construção do campo científico da Nutrição no Brasil na perspectiva de Bordieu. Conceitos como habitus, campo, capital e poder simbólico são aplicados às práticas do campo da Nutrição, oportunizando a reflexão sobre pensamentos hegemônicos e como estes estão presentes no cotidiano da Nutrição no país, influenciando a formação de profissionais, a ocupação de posições de poder e o reconhecimento dos detentores do capital científico no país.

Palavras-chave: Sociologia. Campo Científico. Alimentação e Nutrição. Políticas Públicas.

O presente ensaio acadêmico pretende trazer uma reflexão sobre a construção do campo científico da Nutrição no Brasil a partir de conceitos defendidos pelo francês Pierre Bordieu. Graduado em Filosofia, Bordieu agregou a sociologia a sua atuação profissional, tornando-se um ícone do pensamento sociológico do século XX. A sua obra é vasta e perpassa campos do conhecimento como educação, cultura, arte e política (PINTO, 2000).

Ainda nos primeiros trabalhos, datados da década de 1950, o autor traz reflexões conceituais sobre a relação sociedade-espaço. As bases teóricas de Bordieu transitam pelos conceitos de *habitus*, campo, capital e poder simbólico. Na sua visão, o mundo social é um espaço que abriga ideologias e permite a manutenção do lugar de poder. A posição que os agentes ocupam dentro do espaço social delimita o poder das representações desse espaço, influenciando as lutas para conservá-lo ou transformá-lo (SOUZA; SILVINO, 2018).

Essa teoria é empregada em vários campos do conhecimento. Se pensarmos no campo da Nutrição, a sua organização pode ser vista em dimensões como ciência, profissão e política pública. Como ciência, a nutrição emergiu na metade do século XIX, levando aproximadamente um século para se institucionalizar no âmbito acadêmico. Ao longo desse processo, duas correntes foram bem estabelecidas, sendo a primeira biologicista, com valorização de estudos voltados à relação entre o consumo e a utilização biológica dos nutrientes; e uma segunda corrente voltada ao social, em que se reuniam aqueles que se preocupavam com aspectos socioeconômicos e populacionais de produção, distribuição e consumo de alimentos (VASCONCELLOS; BATISTA FILHO, 2011).

Em termos de profissão, a nutrição emergiu com a criação de cursos de graduação, visando a formar os profissionais nutricionistas, e aos poucos foi ganhando espaço em muitas universidades brasileiras, demarcando fronteiras de competência e poder entre distintas especialidades que lidam interdisciplinariamente com esse campo do saber (VASCONCELLOS; BATISTA FILHO, 2011).

No que se refere às políticas públicas, a nutrição se estabeleceu para enfrentar problemas nutricionais observados na época do pós-guerra relacionados a carências nutricionais, promovendo intervenções de assistência alimentar e nutricional a públicos vulneráveis, como crianças, gestantes e nutrizes. Com o passar dos anos, com as mudanças dos contextos políticos, demográficos, sociais e econômicos, o retrato nutricional e alimentar da população brasileira foi mudando também, passando a um cenário em que convivem carências nutricionais em populações específicas e obesidade e excesso de peso em grande parcela da população. Tais evidências têm direcionado novas práticas para o enfretamento dos atuais problemas, reforçando o

papel e a importância do campo científico na decisão de políticas públicas brasileiras (VASCONCELLOS; BATISTA FILHO, 2011).

Como se pode observar, o campo da nutrição tem várias áreas de atuação, com possibilidades de olhares e valorizações bem distintas, tornando-se imperativo compreender que todas elas estão entrelaçadas pelos conhecimentos científicos. É preciso ter em mente que, em nossa sociedade, a ciência exerce uma função central no desenvolvimento de cursos como os da área de Nutrição, influenciando a formação e a linha de atuação dos profissionais da área, bem como fornecendo evidências que orientam a formulação de políticas públicas. Reconhecendo-se a academia como locus de construção de evidências para a orientação de políticas públicas, a aproximação entre quem faz ciência e quem faz política pública torna-se oportuna, e pode constituir também um espaço de luta e competição entre cientistas e grupos de pesquisa quanto a quem será o detentor do capital simbólico do campo da nutrição no país.

Assim, o campo científico na área de Nutrição corresponde a um espaço em que ocorre a luta pelo monopólio científico socialmente reconhecido. Segundo Bordieu, esse reconhecimento de um determinado agente se dá por uma combinação da capacidade técnica com o poder de fala e de intervenção enquanto agente da ciência legitimado para tal, fazendo da ciência uma arena de disputa entre cientistas e instituições científicas para ver quem tem posse do capital científico ou simbólico (BORDIEU, 2011a; VASCONCELOS; BATISTA FILHO, 2011).

Ao olharmos pelas lentes de Bourdieu, a dinâmica social ocorre numa combinação entre dominação e diferentes visões de mundo. O mundo social existe a partir da articulação entre o *habitus* e o campo; em outras palavras, dá-se numa relação entre as condutas individuais socialmente adquiridas e as estruturas objetivas em que os agentes são posicionados de acordo o seu status de poder (BORDIEU, 2011a).

Compreende-se como campo científico um sistema em que agentes ocupam posições num espaço de lutas. Nesse espaço, conservadores e inovadores disputam bens simbólicos produzidos no campo e sua própria reestruturação, permanentemente, possibilitando transformações do conhecimento em um determinado espaço social. Há que se considerar que campos científicos são dinâmicos; portanto, são fruto da articulação entre conceitos e domínios a partir de interesses construídos em nossa sociedade (PRADO *et al.*, 2011).

O *habitus* expressa como agentes pensam e agem em determinada estrutura social, enquanto o capital representa forças acumuladas pelo indivíduo no campo. Dessa forma, o dono do capital simbólico na ciência acaba por influenciar a tomada de decisão de quem se encontra no poder da gestão pública; por exemplo, moldando

o campo em que estamos inseridos e as práticas que vivenciamos no nosso dia a dia (SOUZA; SILVINO, 2018).

No campo da saúde, as relações entre médicos e demais profissões, embora cooperativas, dão-se por disputa de poder. Historicamente, o médico tem autoridade de falar em nome do campo da saúde, e isso é corroborado e reforçado pelo senso comum. As relações de forças no mundo social legitimam seus agentes a diputar o espaço de poder (SOUZA; SILVINO, 2018).

As posições que os agentes ocupam dentro de um campo podem mudar ao longo do tempo, alternando entre posição de dominantes a dominados, e vice-versa (BORDIEU, 2011b; SOUZA; SILVINO, 2018). Num sistema democrático, como o que temos no Brasil, a escolha dos dirigentes faz parte do jogo, e no campo da Nutrição não é diferente. É natural que as mudanças de gestão em todos os níveis interfiram na definição e nomeação dos dirigentes de políticas públicas no país.

No Ministério da Saúde, o dirigente máximo do campo da nutrição está na Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição, sendo a área responsável por implementar a Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Com as mudanças político-organizacionais decorrentes do regime democrático, mudam-se também seus dirigentes e, com isso, os padrões de gestão e organização do tempo-espaço, inclusive dentro da Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde. Tal reconfiguração da gestão institucional faz parte do processo histórico, político e social das instituições de saúde, e não deixa de trazer desafios para os seus agentes (SOU-ZA; SILVINO, 2018), até porque essa mudança de gestão na área da nutrição não é isolada, sendo normalmente acompanhada da dinâmica da alteração da gestão desde o alto escalão do governo, compreendendo o presidente, ministros e secretários, até coordenadores de diversas temáticas de cada pasta governamental.

De forma objetiva e prática, as mudanças trazem novas formas de ordem jurídica, política e econômica, assim como novas estruturas para as organizações governamentais, conjuntamente a ideologias que novos gestores trazem consigo, repercutindo em questões de autoridade e relações de poder. Deve-se ressaltar que, tal qual acontece em diversos setores, as práticas no campo da nutrição não se organizam e se modificam ao acaso. Como parte do regime democrático, as relações sociais e históricas colocam seus agentes diante de possibilidades de refazê-las de forma permanente (SOUZA; SILVINO, 2018).

Pensar no campo da nutrição e no *habitus* gerencial do Coordenador Nacional de Alimentação e Nutrição nos reporta também à sua formação profissional, tendo em vista que a vida acadêmica tem influência sobre nossos saberes e valores. É interessante notar que o sistema de ensino tem forte influência sobre a formação de

nossos *habitus*. Apesar de primariamente o *habitus* estar atrelado às experiências vividas no mundo familiar, como defendido por Bordieu e Passeron, ele pode se modificar quando vivenciamos novas situações em outros espaços sociais, levandonos a novas práticas e condutas (SOUZA; SILVINO, 2018; BORDIEU; PASSERON, 2011).

Indubitavelmente, as universidades são espaços de reprodução do sistema de ensino que podem legitimar as relações de poder em diversas dimensões, reforçando aspectos como o produtivismo acadêmico, a partir de publicações de artigos, e mesmo a disputa de poder entre, por exemplo, médicos e nutricionistas – e dentro do próprio campo da Nutrição –, quando fortalece correntes de formação distintas, que perpassam um mundo mais positivista e biológico e um mundo mais aberto a visões subjetivas e coletivas.

Um estudo realizado com 177 egressos de programas de pós-graduação stricto sensu na área de Nutrição, em 2012, trouxe a percepção desses egressos sobre os cursos. Na percepção deles, as universidades têm excessiva preocupação em publicar artigos como produto dos mestrados, caracterizando a valorização do produtivismo acadêmico, ao mesmo tempo que, para alguns entrevistados, essa prática é vista como uma possibilidade de ganho de prestígio. Essa ideia de prestígio acaba por reforçar o que Bordieu destaca como campo de poder e construção de capital simbólico. Por outro lado, a pesquisa ressalta relatos sobre frustração pela dificuldade em publicar artigos por parte de alguns egressos, além do desconforto com a excessiva concorrência entre pares. (SOUZA et al., 2014).

No que se refere às visões de mundo que transitam entre o objetivismo e o sujetivistimo, é evidenciado o grande desafio no campo científico em trabalhar com uma linha de pesquisa mais humanista (OLIVEIRA et al., 2014). É importante ressaltar que, para Bordieu, as relações sociais são dialéticas, de forma que objetivo e subjetivo, apesar de distintos, não se excluem, e ambos podem estar presentes no campo da nutrição com maior ou menor presença, a depender da visão de mundo dominante de cada momento (PINTO, 2000; BORDIEU, 2011b).

Não há como negar que a linha humanista acontece em menores proporções e em espaços mais limitados, mas existe e está presente nos processos de produção de conhecimento no interior do campo científico (OLIVEIRA et al., 2014). Fato é que as preferências de construção técnico-científica são nada mais nada menos do que o reflexo de como se dá a valorização do campo científico.

Na Nutrição, as pesquisas estão focadas na maior parte das vezes em dimensões biológicas, privilegiando grupos de pesquisa que trabalham numa perspectiva epidemiológica (SANTOS, 2009). E isso é tão forte que, mesmo com as mudanças

paradigmáticas que emergiram na década de 1990, com a inserção da Nutrição no âmbito da Saúde Coletiva, a visão biomédica ainda prevalece e reforça a dificuldade em dialogar com outras dimensões (MARTINS, 2020).

Não é dificil compreender o porquê dessa preferência. Quando nos aproximamos da história da construção do campo da Nutrição no Brasil, vemos que ele se deu inicialmente no interior na área das ciências da saúde, caracterizando-se como uma ciência biológica. No entanto, dada a sua capilaridade e transversalidade, a nutrição foi assumindo espaços em outras dimensões de natureza sociocultural e ambiental, ganhando status de um campo multidisciplinar (VASCONCELOS, 2010).

Nos últimos anos, a Nutrição ampliou o número de cursos e, consequentemente, de nutricionistas formados. Segundo dados do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), em 2009 eram mais de 58 mil os nutricionistas atuantes no Brasil. De 1989 para 2008, houve um aumento de nutricionistas formados, na ordem de 491%. Em pesquisa realizada pelo CFN, em 2005, pode-se verificar que os profissionais de nutrição atuavam em seis áreas, a saber: Nutrição Clínica (41,7%); Alimentação Coletiva (32,2%); Saúde Coletiva (8,8%); Ensino e Educação (9,4%); Nutrição Esportiva (4,1%); e Indústria de Alimentos (3,7%). Mais recentemente foi reconhecida outra grande área em Marketing de Alimentação e Nutrição (VASCONCELOS, 2010).

Em outro levantamento de linhas de pesquisa de programas de pós-graduação na área de Nutrição realizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pesquisa, em 2009, foi revelada a predominância dos seguintes núcleos de saberes: Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva; Nutrição Básica, Experimental e Clínica; Nutrição e Alimentos; e Alimentação e Nutrição em Produção de Refeições (OLIVEIRA et al., 2014). O núcleo de Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva vem sendo ampliado ao longo dos anos, tendo expressivo aumento no campo científico no perído de 1985 a 2010, abarcando os seguintes subcampos: Epidemiologia Nutricional; Política, Planejamento e Gestão em Alimentação e Nutrição; e Ciências Sociais e Humanas em Alimentação e Nutrição (CANESQUI, 2009; VASCONCELLOS; BATISTA FILHO, 2011).

Esse entendimento de ampliação fica evidente no levantamento da Capes, em que a Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva (ANSC) respondeu por 42% de pesquisas realizadas, liderando a primeira posição de núcleos de saberes, seguida pela Nutrição Básica, Experimental e Clínica, com 34,8%. Dentre os subcampos de predomínio da ANSC, a Epidemiologia em Nutrição apareceu em primeiro lugar (20,3%), enquanto Políticas de Alimentação e Nutrição e Ciências Humanas e Sociais e Alimentação apareceram com 13% e 8,7%, respectivamente (OLIVEIRA et al., 2014).

Esse olhar mais cartesiano e positivista pode ser enxergado inclusive no per-

centual de pesquisas quantitativas realizadas. Apesar de produções acadêmicas de Nutrição mais que dobrarem no período de 2003 a 2012, a maior parte ainda segue uma linha quantitativa, estando esta presente em cerca de 90% dos trabalhos publicados (VASCONCELOS, 2015).

Não cabe aqui desmerecer a grande produção científica de trabalhos de pesquisa na área da Epidemiologia da Saúde Coletiva ou em pesquisas quantitativas, que têm garantido suas posições de superioridade no campo, mas sim reforçar e corroborar que essas práticas são hegemônicas (KLOTZ-SILVA *et al.*, 2010).

Nesse escopo, é imperativo dizer que as instituições de ensino e de saúde têm influência sobre a construção das visões de mundo dos agentes do campo da saúde dentro de concepções socioculturais historicamente construídas pelas profissões. Diante das experiências adquiridas, ao adotarem como referência determinadas pessoas ou grupos, os agentes estarão reproduzindo as mesmas atitudes e comportamentos, e tendem a alimentar essa força conservadora. Todavia, como mencionado anteriormente, é preciso reconhecer que as práticas sociais são dinâmicas e, a depender da força predominante em cada momento, vão se moldando por meio do estabelecimento de alianças e rupturas, de relações de dominação e incorporação de modelos gerenciais, adequando-se dentro da estrutura organizacional (SOUZA; SILVINO, 2018).

Retomando a Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde – órgão máximo que coordena a Política Nacional de Alimentação e Nutrição no nível federal do Sistema Único de Saúde – e reconhecendo todo o pensamento de Bordieu, torna-se instigante compreender como as conformações de poder e mudanças de seus dirigentes ao longo do tempo podem ter influenciado sua forma de atuação e seu estabelecimento de parcerias e prioridades.

Entre 2021 e 2022, será realizada uma avaliação da implementação do curso de especialização de Políticas de Alimentação e Nutrição, que, dentre muitos aspectos, poderá contribuir com reflexões para a prática da gestão da PNAN. O curso foi escolhido para estudo de caso por ser uma ação importante, por reforçar visões de mundo a partir de uma parceria realizada entre a CGAN do Ministério da Saúde e a Regional da Fundação Oswaldo Cruz em Brasília. O curso está completamente alinhado à diretriz da PNAN que trata da qualificação da força de trabalho do SUS atuante na agenda de alimentação e nutrição.

A PNAN reconhece que o desenvolvimento e o fortalecimento de "mecanismos técnicos e estratégias organizacionais de qualificação da força de trabalho para gestão e atenção nutricional, de valorização dos profissionais de saúde" (BRASIL, 2013, p. 45), pressupõe estímulo e viabilização de ofertas voltadas à educação permanente

desses profissionais. Além disso, "A qualificação dos gestores e de todos os trabalhadores de saúde para implementação de políticas, programas e ações de alimentação e nutrição voltados à atenção e vigilância alimentar e nutricional, promoção da alimentação adequada e saúdavel e a segurança alimentar e nutricional" (BRASIL, 2013, p. 45) é destacada na publicação da PNAN como uma necessidade histórica, e também estratégica para o enfrentamento dos agravos e problemas decorrentes do atual quadro alimentar e nutricional no Brasil.

Ainda na qualificação da força de trabalho, a PNAN traz a reflexão de que um dispositivo importante é a articulação dos gestores com instituições formadoras para o desenvolvimento de projetos de formação em serviço, campos para extensão e pesquisa na Rede de Atenção à Saúde do SUS que propiciem o desenvolvimento de práticas de cuidado relacionadas à alimentação e à nutrição (BRASIL, 2013).

É importante ressaltar que o curso de especialização para gestão da PNAN foi desenvolvido por uma parceria entre a CGAN e a Fiocruz Brasília. Em 2006, a CGAN encomendou à então Diretoria Regional de Brasília/Fiocruz, atual Gerência Regional de Brasília (GEREB), a formação de quadros técnicos brasileiros para a gestão de políticas públicas de alimentação e nutrição.

A parceria foi tão bem-sucedida que, em 2010, a formação do quadro de gestores em políticas públicas, inicialmente ofertada na modalidade semipresencial, foi priorizada pela CGAN e ampliada por meio de convênio com a GEREB/Fiocruz-Brasília e o Programa de Ensino à Distância da ENSP para a formação de profissionais de saúde como gestores da PNAN até 2014 (ENSP, 2020).

Foi a partir das necessidades de qualificação da força de trabalho em alimentação e nutrição no Sistema Único de Saúde que foi ofertado o curso de especialização sobre Gestão da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (GEPAN), no período de 2008 a 2014. O objetivo foi formar um quadro que concretizasse a implementação da PNAN sob a ótica do SUS e do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com base em conteúdo de formulação e implementação de políticas públicas, no âmbito das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, assim como do Ministério da Saúde (ENSP, 2020).

A expectativa era a formação de gestores de alimentação e nutrição no SUS com maior propriedade sobre mecanismos de financiamento, pactuação, vigilância, análise e planejamento, entre outros aspectos. Esperava-se, ainda, que esses gestores conseguissem superar o isolamento e passassem a se relacionar com as demais áreas, uma vez que a PNAN é transversal às demais políticas do SUS (ENSP, 2020).

Cabe ressaltar que desde a última edição, finalizada em 2014, o curso GEPAN está desativado, em função de mudanças políticas e de gestão no período, esten-

dendo-se até o presente momento. Embora tenha ocorrido um interstício de vigência do curso, a sua realização é cada vez mais relevante. O investimento na formação de profissionais de saúde na área de Alimentação e Nutrição mais qualificados se torna necessário para o enfrentamento da complexidade epidemiológica ora apresentada no Brasil.

Diante dessa interrupção e ainda da necessidade contínua de investimentos na qualificação da força de trabalho, vêm-nos à mente perguntas como: por que o curso foi interrompido? As mudanças de gestão influenciaram essa interrupção? Haveria visões distintas sobre a concepção do curso entre gestores que assumiram a coordenação ao longo dos anos? Essas visões de mundo interferiram na governabilidade, no projeto de governo e até mesmo na capacidade de governo do curso? Como os contextos político-organizacionais do período de vigência do curso influenciaram a sua implementação?

São muitas as perguntas e nenhuma resposta concreta até o momento, mesmo que transcorridos seis anos desde a última edição do curso. Espera-se, no entanto, que essa avaliação nos permita compreender o que aconteceu com a implementação do curso de Gestão de Políticas de Alimentação e Nutrição. Bordieu pode nos auxiliar a desvelar reflexões do que está por trás dessa interrupção e, quem sabe, despertar-nos para alternativas que viabilizem a releitura do curso em outros momentos e cenários.

Bourdieu traz questões reflexivas importantes na prática da gestão ao desvendar as relações e o papel que as organizações estabelecem sobre seus agentes. Com mudanças de gestão há também a chance de o campo da Nutrição trazer um novo *habitus*, quando nos incita a pensar em outro paradigma, levando-nos a trocar o olhar para o cotidiano de nossas práticas. Ao explorarmos o campo da Nutrição na combinação entre ciência, política pública e formação profissional, abrir-se-á um leque de possibilidades para pensarmos sobre o processo de trabalho de seus agentes, a dimensão das organizações envolvidas com o curso e as relações de parceria que se estabelecem entre elas (SOUZA; SILVINO, 2018).

REFERÊNCIAS

BORDIEU, P. **O poder simbólico**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2011a.

_____. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense; 2011b.

BORDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BRASIL. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

CANESQUI, A. M. Pesquisas qualitativas em Nutrição e Alimentação. **Revista de Nutrição**, 22(1):125-139, 2009.

ENSP. Escola Nacional de Saúde Pública Sérigo Arouca. Concepção do programa e edital de seleção para cursos de especialização oferecidos pelo Programa de Formação em Alimentação e Nurição da ENSP/Fiocruz, em parceria com a Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição. Disponível em: http://www.ensp/escola-de-governo/cursos/index.php?idcurso=196&indtipo=2&menu=738; http://www.ead.fiocruz.br/processo-seletivo-interna/231. Acesso em dez. 2020.

KLOTZ-SILVA, J; PRADO, S. D.; CARVALHO, M. C. V. S; ORNELAS, T. F. S.; OLIVEI-RA, P. F. Alimentação e cultura como campo científico no Brasil. **Physis**, 20(2):413-42, 2010.

MARTINS, A. M. T. A análise das contribuições da sociedade civil na consulta pública do Guia Alimentar para a população brasileira. [Dissertação]. Brasília: Escola Fiocruz de Governo, Fundação Oswaldo Cruz, 2020.

OLIVEIRA, R. B. A.; PRADO, S. D.; CARVALHO, M. C. V. S.; FERREIRA, F.R. A pesquisa em nutrição clínica no Brasil. **Rev. Nutr.**, Campinas, 27(5):619-628, set./out. 2014.

PINTO, L. Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

PRADO, S. D.; BOSI, M. L. M.; CARVALHO, M. C. V. S.; GUGELMIN, A. S.; MATTOS, R. A.; CAMARGO JUNIOR, K. R *et al.* Alimentação e Nutrição como campo científico autônomo no Brasil: conceitos, domínios e projetos políticos. **Ver. Nutr.**, 24(6):927-38, 2011.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. Para além do pensamento abissal: das linhas glo-

bais a uma ecologia de saberes. *In*: **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. P. 518.

SOUZA, D. F.; SILVINO, Z. R. A sociologia de Pierre Bourdieu: potencialidade teórica para o subcampo da Enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, 71(4):2175-80, 2018.

SOUZA, L. K. C. S.; PRADO, L. D.; FERREIRA, F. R; CARVALHO, M. C. V. S. Eu queria aprender a ser docente: sobre a formação de mestres nos programas de pós-graduação do campo de Alimentação e Nutrição no Brasil. **Rev. Nutr.**, Campinas, 27(6):725-734, nov./dez. 2014.

VASCONCELOS, F. A. G. A ciência da nutrição em trânsito: da nutrição e dietética à nutrigenômica. **Rev. Nutr.**, Campinas, 23(6):935-945, nov./dez. 2010.

_____. The Construction of Scientific Knowledge in Food and Nutrition: Analysis of Dissertations and Theses in the Brazilian Post-Graduation programs in Nutrition. **Revista de Nutrição**, 28(1): 5-16, 2015.

VASCONCELOS, F. A. G; BATISTA FILHO, M. História do campo de Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, 16(1):81-90, 2011.

O DIÁLOGO ENTRE OS MÉTODOS QUANTI E QUALI EM UMA PESQUISA MÉDICA

Álida Alves dos Santos

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Universidade de Brasília

ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5354-8959

alida santos@yahoo.com.br

Resumo

Após uma formação acadêmica tradicional no campo da Epidemiologia, realidade da grande maioria dos estudantes da área de saúde, natural é o desejo de perpetuar a produção de pesquisas puramente quantitativas durante a pós-graduação. A participação do componente qualitativo, sobretudo nas pesquisas médicas, é ainda pequena. Este artigo nasce da inquietude de agregar o componente qualitativo em um projeto de pesquisa desenhado, inicialmente, apenas com a metodologia quanti. Apresento a ideia central do projeto de pesquisa em sua versão original seguida da proposta de adição do componente qualitativo, com todas as contribuições que essa ampliação de abordagem pode trazer.

Palavras-chave: Análise Qualitativa. Análise Quantitativa. Métodos.

INTRODUÇÃO

Os métodos quanti e qualitativo não podem ser definidos como antagônicos ou até mesmo complementares; representam processos distintos que diferem na obtenção, interpretação e divulgação das informações, sendo ambos relevantes para a ciência e a sociedade. Enquanto o método quantitativo proporciona a análise numérica e visa a permitir a generalização e reprodutibilidade dos resultados, o qualitativo vislumbra e enaltece um conjunto de significados, crenças e valores.

A associação desses diferentes métodos em um mesmo estudo deve ser incentivada sempre que possível, pois permite a ampliação de horizontes e a possibilidade de uma compreensão mais abrangente do objeto em estudo, se comparada à utilização dos métodos de forma isolada.

Apresento a proposta de um projeto de pesquisa na área da saúde contemplando as abordagens quanti e qualitativa.

ABORDAGEM QUANTITATIVA: "INFLUÊNCIA DOS NÍVEIS DE PROLACTINA NA RESPOSTA À PULSOTERAPIA PARA TRATAMENTO DA NEFRITE LÚPICA"

O Lúpus Eritematoso Sistêmico (LES) é uma doença autoimune, de maior prevalência no sexo feminino, capaz de comprometer diversos órgãos e tecidos. Caracteriza-se por clínica variável, desde manifestações não graves até fatais, e por comportamento cíclico, com períodos de remissão e exacerbação.

A presença de predisposição genética, associada a exposição a fatores ambientais, produção de autoanticorpos e citocinas inflamatórias, além de alterações no comportamento das células T, garante o desenvolvimento e perpetuação do processo inflamatório sistêmico característico da doença. A maior prevalência do LES em mulheres, sobretudo na fase reprodutiva, sugere a participação direta de hormônios, como estrógeno e prolactina, na fisiopatologia.

O diagnóstico do LES é baseado na presença de manifestações clínicas e laboratoriais características. Novos critérios de classificação foram publicados em 2012 pela Sistemic Lupus International Collaborating Clinics (SLICC). A positividade de 4 dos 17 critérios, sendo ao menos um clínico e um laboratorial, permite o diagnóstico da doença.

O acometimento renal ocorre em 50 a 60% dos pacientes ao longo dos dez primeiros anos de enfermidade e é a causa mais frequente do uso de corticosteroides

em doses elevadas e de imunossupressores. Ele é definido pelo Colégio Americano de Reumatologia (ACR) como proteinúria acima de 500mg/24horas ou mais de 3+ em EAS e/ou cilindros celulares em urina rotina associados à biópsia renal demonstrando imunocomplexos glomerulares.

As classes histológicas da nefrite lúpica são definidas pela Sociedade Internacional de Nefrologia e possuem implicações no tratamento e no prognóstico. As classes III, IV e V têm como terapia preconizada, em sua fase de indução de remissão, a realização de pulsoterapia com metilprednisolona e ciclofosfamida nos esquemas NIH ou Eurolupus.

O esquema NIH consiste na administração de metilprednisolona 1000mg por dia durante três dias e ciclofosfamida na dose de 500 a 1000mg/m² de superfície corporal por um dia, seguidos da administração mensal de ciclofosfamida por seis meses e uso de corticoterapia oral na dose inicial de 1mg/kg com redução progressiva pelo mesmo período.

Os critérios de resposta ao tratamento da nefrite são definidos pelo ACR e divididos em remissão parcial (redução > 50% da proteinúria inicial com valor < 3g/24h ou relação proteína/creatinina < 3 e TGN normal ou redução <= 10% do valor prévio do paciente e urinálise normal) ou remissão completa (proteinúria < 0,5g/24h ou relação proteína/creatinina < 0,5g e taxa de filtração glomerular normal ou redução <= 10% do valor prévio do paciente e urinálise normal). Considera-se ausência de resposta o não preenchimento dos critérios para remissão parcial ou completa ao fim do esquema de indução.

A corticoterapia é um dos pilares do tratamento do LES. Os corticoides (CS) exercem seus efeitos genômicos ao interagirem com seus receptores no citoplasma celular (CR alfa). O complexo CS/CRalfa move-se em direção ao núcleo e liga-se a regiões específicas do DNA, os chamados elementos de resposta aos glicocorticoides (GRE), para então promover suas ações específicas.

Vale ressaltar, porém, que uma parcela dos pacientes portadores de doenças autoimunes não apresenta resposta esperada quando do uso dos corticoides. Diversos mecanismos são propostos como causadores dessa resistência encontrada em pacientes lúpicos; dentre eles, a resistência ao efeito imunossupressor dos corticoides, in vitro, quando da presença de concentrações aumentadas de prolactina.

A prolactina, hormônio peptídico produzido pelas células hipofisárias e por alguns sítios extra-hipofisários, como as células do sistema imune, tem concentração aumentada no soro de pacientes com LES, sobretudo naqueles em atividade de doença.

Além de promover a lactogênese, a prolactina estimula a proliferação de

linfócitos B, T e células natural killer (NK), a maturação de células dendríticas, a síntese de imunoglobulinas, a apresentação de antígenos aos linfócitos T e a produção de citocinas inflamatórias, como IFN gama e IL-2. Todos os fatores citados têm importante papel na patogênese da doença.

No nível molecular, a prolactina exerce seus efeitos através da ligação com seus receptores encontrados em macrófagos, linfócitos T e B. O acoplamento ativa a família JAK de quinases que, por sua vez, fosforilam e ativam a STAT5. Uma vez ativada, a STAT5 transloca-se para o núcleo e se liga aos respectivos elementos de resposta no DNA, levando à transcrição. Vale ressaltar que a STAT5 ativada pode interagir com o complexo CS/Cralfa, diminuindo potencialmente os níveis de complexos intracelulares livres de CS/CRαlfa e, por consequência, levando a uma redução dos efeitos mediados pelos GRE.

Pacientes maiores de 18 anos acompanhados no serviço de reumatologia do Hospital Universitário de Brasília (HUB), diagnosticados com LES com comprometimento renal segundo os critérios SLICC e ACR e que tenham indicação de pulsoterapia com metilprednisolona e ciclofosfamida esquema NIH, serão selecionados para o estudo.

Amostras sanguíneas para a dosagem de prolactina, ureia e creatinina, além de urina rotina e proteinúria de 24horas, serão coletadas antes do início do tratamento e após seis meses de acompanhamento. Conheceremos a quantidade de pacientes que atingirão remissão parcial, remissão completa e que não terão resposta, e analisaremos seus respectivos níveis de prolactina.

A descoberta dos fatores que levam à resistência aos corticoides em pacientes lúpicos e à possibilidade de interferência nos mesmos pode representar uma melhor resposta ao tratamento, com maior chance de controle adequado das manifestações clínicas e desfecho mais favorável.

A ADIÇÃO DA ABORDAGEM QUALITATIVA: AMPLIAÇÃO DE HORIZONTES

Ao se agregar a abordagem qualitativa a este estudo, propõe-se não apenas determinar se há relação entre níveis aumentados de prolactina e menor resposta ao tratamento instituído, mas pretende-se conhecer e compreender o significado que o adoecimento e a terapêutica têm na vida dos participantes.

A incerteza da melhora com a terapêutica proposta, o risco de efeitos colaterais, a possibilidade do surgimento de limitações para as atividades diárias são exemplos dos variados sentimentos encontrados em portadores de doenças crônicas como o LES. Permitir que essas angústias sejam conhecidas e valorizadas amplia o 224

entendimento do processo saúde-doença.

A teoria das representações sociais tem sido usada como base para o entendimento do adoecer em diversos estudos. Desenvolvida por Serge Moscovici, a representação social tem entre seus objetivos facilitar a comunicação entre os indivíduos considerando a indissociabilidade entre a experiência subjetiva e a inserção social dos sujeitos. As formas de se viverem o adoecimento e seus desdobramentos, segundo a teoria das representações sociais, são resultado da experiência individual associada aos aspectos socioculturais da sociedade em que o ser adoecido se encontra inserido.

Ainda segundo Moscovici, as representações sociais se estruturam em três dimensões: informação, campo de representação e atitude. A primeira caracteriza-se pela organização dos conhecimentos adquiridos por um grupo sobre determinado objeto social; a segunda representa a imagem, o modelo social criado acerca desse mesmo objeto; a terceira, por sua vez, determina a orientação global do grupo em relação ao objeto da representação.

As representações sociais, portanto, têm como função compreender e explicar a realidade, definir e garantir a especificidade de grupos sociais distintos, orientar comportamentos e práticas e permitir justificar determinadas decisões e atitudes adotadas pelo indivíduo e pelo grupo no qual ele se encontra inserido.

O objetivo desta análise qualitativa é identificar as representações sociais que os pacientes lúpicos têm em relação ao LES e ao tratamento sugerido antes e após o término da terapêutica instituída.

Os pacientes selecionados para a abordagem quantitativa serão submetidos a entrevistas semiestruturadas, modelo que permite a combinação entre perguntas fechadas e abertas, no início e ao fim do tratamento proposto.

Os dados obtidos serão analisados empregando-se a análise de conteúdo de Bardin. Sob essa ótica, acredita-se que as falas iniciais podem encobrir um significado mais profundo e verdadeiro, e que uma análise mais atenta e pormenorizada é capaz de atingir o real significado do objeto.

Para Bardin, a análise de conteúdo representa

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2011, p. 47)

Conhecer as nuances do binômio adoecer e tratar, sobretudo em situações crônicas, visa a permitir uma prática interativa e voltada para o cuidado, favorecendo a assistência, melhorando a relação profissionais de saúde/pacientes e possibilitando, talvez, maior adesão ao tratamento.

CONCLUSÃO

A apresentação deste projeto de pesquisa com abordagem quanti e qualitativa visa a demonstrar ser possível o diálogo e a conjunção dos dois métodos nas pesquisas em saúde. Enquanto a abordagem quanti permite testar hipóteses, a abordagem quali possibilita a ampliação e o aprofundamento do entendimento sobre o adoecer, tornando as investigações mais humanas e menos numéricas.

As pesquisas científicas devem ser capazes não só de gerar números e garantir reprodutibilidade e generalizações, mas devem também possibilitar resposta aos mais variados questionamentos bem como compreender fenômenos e comportamentos. Não há, portanto, método mais científico ou mais verdadeiro.

REFERÊNCIAS

BORBA, V.; ZANDMAN-GODDARD, G.; SHOENFELD, Y. Prolactin and Autoimmunity. **Frontiers in Immunology**, v. 9, n. 73, 2018. Disponível em https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fimmu.2018.00073/full. Acesso em jan. 2020.

BOMBACK, A.; APPEL, G. B. Updates on the Treatment of Lupus Nephritis. **Journal of the American Society of Nephrology**, v. 12, n. 21, dez. 2010. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/21051743/>. Acesso em jan. 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATISTA, E. C.; MATOS, L. A. L.; NASCIMENTO, A. B. A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v. 11, n. 3, p. 23-38, TRI III 2017. Disponível em: https://rica.unibes.com. br/rica/article/view/768/666>. Acesso em dez. 2020.

BAZSÓ, A. SZAPPANOS, A. PATOCS, A. et al. The Importance of Glucocorticoid Re-

ceptors in Systemic Lupus Erythematosus. A Systematic Review. **Autoimmunity Reviews**, v. 14, n. 4, p. 349-351, 2015. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25526806/>. Acesso em mar. 2020.

CHIKANZA, I. C. Prolactin and Neuroimmunomodulation: in Vitro **and** in Vivo Observations. **Annals of the New York Academy of Sciences**, v. 876, 1999. Disponível em: https://europepmc.org/article/med/10415600>. Acesso em fev. 2020.

CHIKANZA, I. C.; KOZACI, D. L. Corticosteroid Resistance in Rheumatoid Arthritis: Molecular and Cellular Perspectives. **Rheumatology**, v. 43, n. 11, p. 1337-1345, nov. 2004. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/15304669/>. Acesso mar. 2020.

FAJARDO-HERMOSILLO, L. D.; RODRIGUES-NAVEDO, Y.; NADAL, A. J. *et al.* Lymphocyte Sensitivity Assay as a Marker for Glucocorticoid Resistance in Lupus; Report of Two Sisters With Systemic Lupus Rrythematosus. **LUPUS**, v. 23, p. 88-92, 2014. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24285097/. Acesso em jul. 2020.

GAO, H.; WANG, Q.; YU, X. *et al.* Molecular Mechanisms of Glucocorticoid Resistance in Systemic Lupus Erythematosus: A Review. **Life Sciences**, p. 383-387, 2018. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30125579/. Acesso em mai. 2020.

HAHN, B.; MCMAHON, M.; WILKINSON, A. *et al.* American College of Rheumatology Guidelines for Screening, Treatment, and Management of Lupus Nephritis. **Arthritis Care & Research**, v. 64, p. 797-808, jun. 2012. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3437757/. Acesso em jun. 2020.

JARA, L.; MEDINA, G.; SAAVEDRA, M. *et al.* Prolactin Has a Pathogenic Role in Systemic Lupus Erythematosus. **Immunologic Research**, v. 65, p. 512-523, 2017. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s12026-016-8891-x. Acesso em mai. 2020.

KLUMB, E. M.; SILVA, C. A. A.; LANNA, C. C. D. *et al.* Consenso da Sociedade Brasileira de Reumatologia para o diagnóstico, manejo e tratamento da nefrite lúpica. **Revista Brasileira de Reumatologia**, v. 55, p. 1-21, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbr/v55n1/0482-5004-rbr-55-01-0001.pdf. Acesso em mar. 2020.

MINAYO, M. C. S. Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, jul./ago. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000400030. Acesso em dez. 2020.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>. Acesso em dez. 2020.

MUSSI, R. F. F.; MUSSI, L. M. P. T.; ASSUNÇÃO, E. T. C. *et al.* Pesquisa quantitativa e/ou qualitativa: distanciamentos, aproximações e possibilidades. **Revista Sustinere**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 7, p. 414-430, jul./dez. 2019. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/sustinere/article/view/41193/0. Acesso em dez. 2020.

ORTONA, E.; PIERDOMINICI, M.; MASELLI, A. *et al.* Sex-Based Differences in Auto-immune Diseases. **Annali dell'Istituto Superiore di Sanità**, v. 52, n. 2, p. 205-212, 2016. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27364395/>. Acesso em ago. 2020.

PETRI, M.; ORBAI, A.-M.; ALARCON, G. Derivation and Validation of the Systemic Lupus International Collaborating Clinics Classification Criteria for Systemic Lupus Erythematosus. **Arthritis & Rheumatology**, v. 64, n. 8, p. 2677-2686, 2012. Disponível em https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22553077/. Acesso em mar. 2020.

RESENDE, O.; BARBOSA, M. T.; SIMÕES, B. *et al.* A representação do adoecer em adolescentes com lúpus eritematoso sistêmico. **Revista Brasileira de Reumatologia**, São Paulo, v. 56, n. 5, p. 398-405, out. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbr/v56n5/pt 0482-5004-rbr-56-05-0398.pdf>. Acesso em dez. 2020.

ROCHA, D.; DEUSDARA, B. Análise de conteúdo e Análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. **Alea**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 305-322, dec. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/alea/v7n2/a10v7n2.pdf>. Acesso em dez. 2020.

SAVINO, W. Prolactin: An Immunomodulator in Health and Disease. **Frontiers of Hormone Research Home**, v. 48, p. 69-75, 2017. Disponível em https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28245452/. Acesso em abr. 2020.

SONG, G. G.; LEE, Y. H. Circulating Prolactin Level in Systemic Lupus Erythematosus and Its Correlation With Disease Activity: A Meta-Analysis. **Lupus**, v. 12, p. 1260-1268, out. 2017. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28420051/>. Acesso em abr. 2020.

STOCKLIN, E.; WISSLER, M.; GOUILLEUX, F. *et al.* Functional Interactions Between Stat5 and the Glucocorticoid Receptor. **NATURE**, v. 383, p. 726-728, out. 1996. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/8878484/>. Acesso em abr. 2020.

